



Instituto D. Escholastica Rosa

**Monographia**

SANTOS - SÃO PAULO

BRASIL



Santos 20/1/1949

No posso de amigos de Santos  
apresentar este trabalho de meu pai.

Paulo

~~12.000.000~~

(- 100)



Instituto D. Escholastica Rosa

---

# Monographia

Santos

São Paulo — Brasil

1900 — 1908



A MEUS ESTREMECIDOS FILHINHOS

LYDIA,

OSWALDO

E MAURO,

DEDICO ESTE MEU TRABALHO, FRUCTO DE  
PERSEVERANTE ESTUDO E PACIENTE DE-  
DICAÇÃO, ATÉ NO LABOR MATERIAL. QUE  
LHES SIRVA DE EXEMPLO PARA CONHE-  
CIMENTO DAS COUSAS E DOS HOMENS. E  
MAIS QUE, NO TRILHAR DA VIDA, PAUTEM  
SEUS ACTOS SOB O CULTO NA VERDADE,  
NO AMOR AO PROXIMO E NO ENGRAN-  
DECIMENTO DA PATRIA, UNICOS ESCOPOS  
DE SEU

P.A.E.

1900 - 1908.







## *João Octavio das Santos*

---

Filho de D. Escholastica Rosa, nasceu nesta cidade de Santos, Estado de S. Paulo, Brasil, em 8 de Março de 1830 e falleceu em 9 de Julho de 1900.

De origem pobre, seu padrinho, João Octavio Nebias, fel-o aprender as primeiras letras, que constituiram todo seu cabedal instructivo.

Dotado, porém, de intelligencia e de extraordinario bom senso, principiou ainda bem moço a lucta pela vida, fazendo escriptas por partidas simples em varios pequenos negocios, conseguindo em tal labor economias que attingiam a 600\$000, conforme se constata em seus livros.

Com esse exíguo capital e apenas com 18 annos de idade, isto em 1848, abandonou as escriptas e iniciou modesta carreira commercial, negociando em compra e venda de generos do paiz.

Feliz nas transacções, augmentou o seu movimento commercial, recebendo consignações de generos do interior, principalmente fumo do Estado de Minas, comprando carregamentos de hiates que aqui aportavam, até ao ponto de ir a Buenos-Aires, em pessoa, em veleiro contractado, vender e permutar mercadorias.

Em 1892, após 44 annos de trabalho assiduo, de par com severa economia, rodeado de uma justa nomeada de proverbial honestidade, deixou de commerciar, em cujo decurso fez aquisição de varios predios e terrenos, que, na época, eram baratissimos.



Não tardou entre nós a valorização dos immoveis e o consequente desdobrar da sua fortuna.

Negociante matriculado, minucioso e precavido, a escripturação das variadas transacções era feita por seu proprio punho e, mais tarde, em segunda phase da vida, por guarda-livros, com assentamentos sempre em dia até a vespera do seu fallecimento, constando elles de uma boa serie de livros antigos e modernos, depositados por mim no archivo da Santa Casa, conforme o documento adeante, n. 7.

O primeiro predio que adquiriu, em 1855, á rua Santo Antonio n. 27, legou, como recordação, com mais 80:000\$000 em dinheiro, á Santa Casa de Misericordia desta cidade, cuja instituição era o seu desvelo, verdadeiro idolo, que denominava — *minha filha*.

João Octavio exerceu o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericordia de 1875 a 1878 e de 1883 a 1896. Fez repetidas vezes, nas épocas mais difficeis dessa instituição, empréstimos em dinheiro, sem juros, e, em 1895, o donativo de 110 acções do Theatro Guarany.

Pelo seu testamento, doc. n. 2, vêem-se ainda os seus sentimentos affectivos e a largueza com que deixou expressa sua ultima vontade, contemplando, além de parentes e pessoas da amizade, o Asylo de Orphams desta cidade com 20:000\$000; a Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio, com 10:000\$000; a União Operaria, com 5:000\$000; a Igreja Matriz, com 5:000\$000; a Sociedade Auxiliadora da Instrucção, com 5:000\$000, e o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, com 5:000\$000.

Como politico, militou no partido liberal e foi por varias vezes elevado á presidencia da municipalidade,



cessando a sua actividade politica com a queda da monarchia.

De extraordinario bom senso e rectidão, grangeou, mesmo no seio dos adversarios politicos, os conservadores, o maior acatamento e respeito.

Foi de tal arte, cheio de prestigio, que adquiriu a fortuna montante em 1.625:919\$686, sujeita á deducção de impostos, legados e despesas naturaes decorrentes do inventario, para, com o remanescente, construir, montar o Instituto D. Escholastica Rosa e crear patrimonio para uma vida propria e independente.

Seguro na sua expansão commercial, mais bondoso e caritativo que outra cousa, foi do numero dos iniciadores do Banco Mercantil de Santos e um dos seus directores até poucos mezes antes de fracassar o infeliz estabelecimento, cujo cargo só deixou quando muito acossado pela molestia que o victimou.

Meu conhecimento e amizade com João Octavio, elle idoso e eu bem moço, datam de seu convite a mim, conjunctamente com o do inolvidavel amigo Affonso de Vergueiro, ultimo presidente do estabelecimento até vesperras da sua extincção, para com ambos fazer parte da directoria, com séde aqui em Santos. Vim, portanto, substituir a vaga aberta pelo sr. Commendador Camillo de Andrade, que se retirou para a directoria do Banco da Republica, hoje do Brasil.

Companheiro, assim, daquelles meus amigos, impollutos caracteres, entrei a fazer parte da directoria, quando, de longa data, o estabelecimento já era habilmente minado numa de suas agencias, na de S. Paulo, conforme, pela descoberta das fraudes, isso se veio a verificar pela escripturação da referida agencia, correspondencia, outros documentos e provas testemunhaes.



Por felicidade da directoria do Banco, em Santos, e do respectivo conselho fiscal, composto de pessoas gradas e respeitaveis, bem patentes ficaram os auctores das malversações: o agente de S. Paulo teve subito e inesperado fallecimento na vespera de exames de livros que se exigia por suspeição, perpetuando-se a responsabilidade por sentença proferida pelo Tribunal de Justiça, SÃO PAULO JUDICIARIO, n. 8, Agosto de 1903, fs. 520 a 522; o agente do Rio de Janeiro, abreviando a extincção de sua existencia, nos mesmos dias daquelle incidente, jogou-se na bahia de Guanabara quando tambem se lhe pedia contas. (Vide seu attestado de obito e noticia dos jornaes da occasião).

E assim, em poucas palavras, sem relatar outros importantes incidentes, terminou este triste epilogo do Banco Mercantil de Santos, com lamentaveis e grandes prejuizos a accionistas e depositantes, mais aggravados pela precipitada liquidação, como ainda vivamente perdura na memoria de todos.

Não me era possivel deixar de tocar neste desagradavel assumpto, porque a elle está virtualmente presa a honorabilidade de João Octavio dos Santos, como de seus companheiros de directoria, dos fiscaes e de algumas dezenas de seus empregados de reconhecida competencia e probidade, hoje disseminados em varias e importantes casas commerciaes.

E' um facto, portanto, a pureza da origem da modesta fortuna de João Octavio, quasi na totalidade legada á pobreza, não por um acto de consciencia *in articulo mortis*, porém testada com alguns annos de antecendencia e sómente pela sua proverbial magnanimidade de coração, tantas vezes manifestada desde longa data.



E, por fim, como padrão dos seus dotes bondosos e moraes, deixou, para bem da humanidade, creado o *Instituto D. Escholastica Rosa* nos moldes que apresento nesta monographia.



Pelo seu fallecimento, procurei o que estava em mim para corresponder aos seus justos merecimentos, mandando construir uma estatua em bronze, que lá se acha no adro do Instituto, encerrando os seus despojos mortaes, docs. ns. 30 a 39.



Esse necessario tributo ao merito, consiste num monumento collocado sobre alicerces de concreto e embaçamento de granito, tendo em uma face a seguinte inscripção:

JOÃO OCTAVIO DOS SANTOS

8

9

MARÇO

JULHO

1830

1900

Fundador do Instituto D. Escholastica Rosa.

E na outra face:

TRABALHO

e

CARIDADE.

Actuou no espirito do artista, com reflexões e informações minhas, esculpir João Octavio como modesto commerciante que em vida foi, sentado em singela poltrona, em attitudo calma e serena, exprimindo assim o estado d'alma de quem pratica o bem.

Ficou expressivo em baixo da poltrona um cofre, seu verdadeiro mealheiro, onde guardou o obolo para a caridade, e cinta o monumento uma faixa em bronze, na qual estão exarados ramos de *fructa-pão*, com os respectivos fructos, symbolizando a distribuição de beneficios que será feita á pobreza por aquella casa.

Intimo e confidente que fui de João Octavio, ahi tenho traçado, com segurança e singeleza, os tramites de sua vida.

Paz e homenagem á sua memoria.

Santos, Dezembro de 1907.

*Julio Conceição.*



MONOGRAPHIA  
RELATORIO, REGULAMENTO  
E  
DOCUMENTOS





VISTA GERAL DO INSTITUTO, COM FRENTE PARA O MAR.



# Instituto D. Escholastica Rosa

---

## MONOGRAPHIA

---

### RELATORIO, REGULAMENTO

E

### DOCUMENTOS

---

#### I

**A**CCORDE com o solemne compromisso prestado em 24 de Julho de 1900, perante o M. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, e o 1.<sup>o</sup> Tabellião Major Joaquim Fernandes Pacheco, de bem e fielmente desempenhar a honrosa e elevada missão que me era destinada, de unico testamenteiro e inventariante dos bens de meu amigo e compadre João Octavio dos Santos, venho ora dar por concluido o meu encargo com a monographia, relatorio e documentos que se seguem pela ordem chronologica dos assumptos.

Assumindo essa espinhosa incumbencia, resolutos e cheios de coragem, penso ter correspondido com so-



beja abnegação á distincção que em vida sempre me dispensou João Octavio como seu confidente, procurador de absoluta confiança, com poderes geraes e illimitados, e á amizade que revelou na escolha da minha pessoa para seu unico e exclusivo testamenteiro (Docs. ns. 1 e 2).

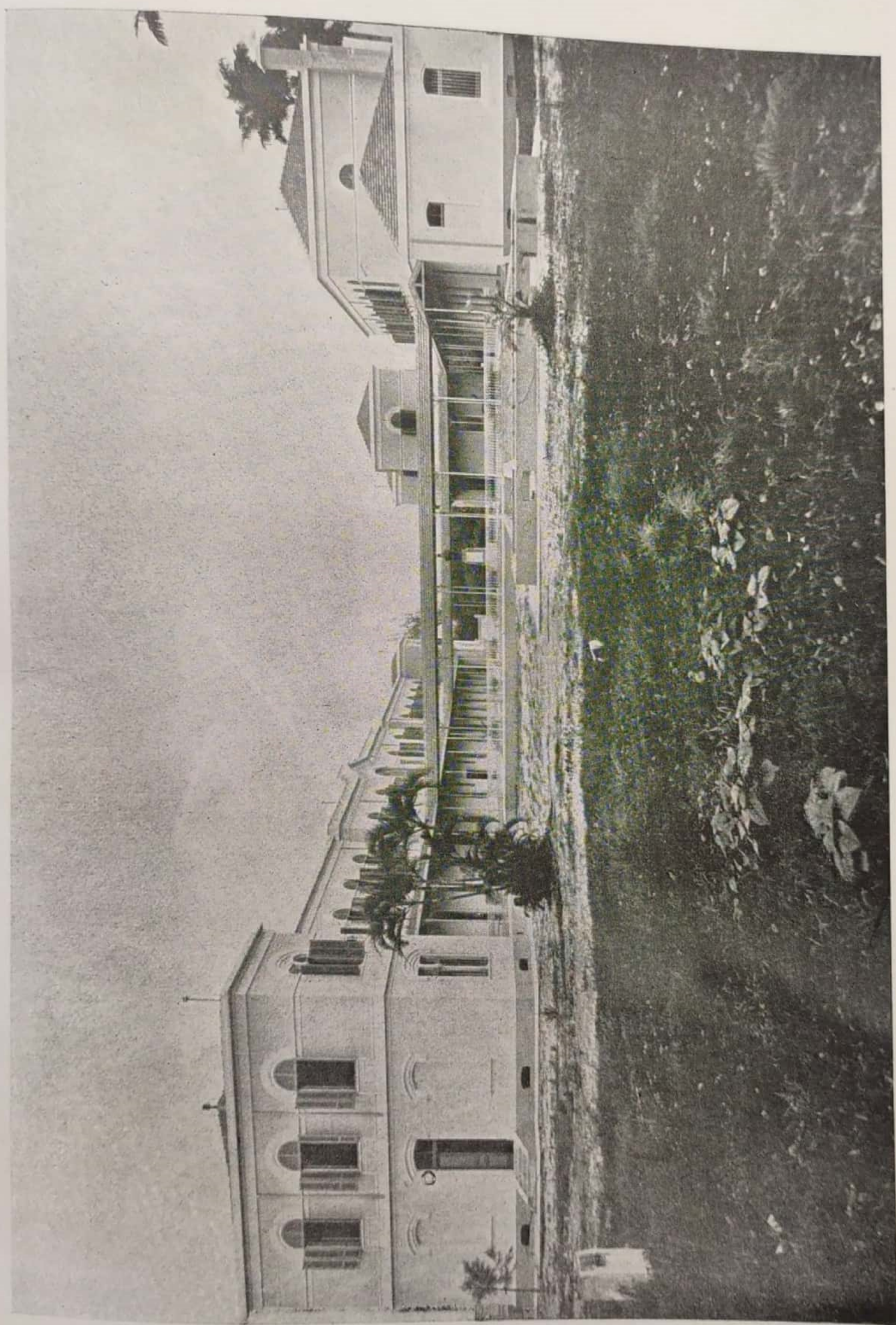
Grande como se tornou esse trabalho, eivado de accidentes e contrariedades desde o seu inicio, por mais resumida que queira fazer a minha exposição, nunca poderei deixar de ser um tanto prolixo, não só pelo facto de fazer explanações naturaes sobre assumptos das disposições testamentarias e do ensino pratico profissional, como para justificar meus actos e esclarecer pontos de cavillosas insinuações que, calada e resignadamente, tenho soffrido no longo curso do inventario.

Como complemento explicativo e norma de nada affirmar sem documentos positivos ou provas concludentes, sou forçado a publicar as mais importantes peças documentaes do inventario, extrahidas dos autos, para, com a maior fidelidade e rudez da verdade, narrar os factos occorridos, sem o minimo objectivo de susceptibilizar a quem quer que seja. Outros documentos, mais de interesse pessoal, ficam no silencio dos autos e no pó do cartorio, para que a todo tempo se possa calcular dos accidentes da execução do testamento.

## II

**S**OI, sem duvida, moroso o cumprimento desta testamentaria, porque não podia ser por menos. O que está feito não se faz com palavras, sinão com tempo e meditação, trabalho e dinheiro.





VISTA LATERAL DO INSTITUTO.



A's pouquissimas interpellações directas, estas mesmas de extranhos, havidas sobre a demora da inauguração do Instituto, tenho tido a oportunidade de responder que as obras estavam sendo feitas vagarosamente, com os recursos da sua renda, em virtude da orientação a que sempre obedeci, com applauso do M. Juiz de Direito: de não vender immovel algum para com o seu producto acceleral-as, restringindo de tal arte o patrimonio, quando havia imprescindivel necessidade do seu augmento (Doc. n. 42, item 6.º). A par dessas explicações, tenho posto á disposição todos os livros de João Octavio, em vida, e bem assim os do espolio, afim de que conheçam em toda a sua intimidade, não só os actos da administração como as rendas do referido espolio.

O facto de ser exiguo o patrimonio, constante de predios na sua totalidade antigos e necessitados de reformas hygienicas, tornou necessario augmentar a sua renda, como se augmentou, elevando-se quasi ao duplo, afim de garantir a manutenção do Instituto D. Escholastica Rosa com vida propria e com elevação de vistas com que está creado. Assim, necessario tambem foi o excesso do prazo para a conclusão da responsabilidade que conscientemente assumi. Este excesso de prazo, descontadas as interrupções legaes por motivo das demandas contra o espolio, foi sempre concedido pelo M. Juiz do feito.

Demais, presidiu-me o ideal, não obstante o legado inquestionavelmente insignificante para o fim, de, accentuadamente, fazer uma grande e bem organizada instituição, que, penso, servirá de modelo para o objectivo de outros estabelecimentos congeneres.



Por tal forma orientado, satisfiz todos os encargos do inventario com seus recursos disponiveis e adeantamentos monetarios de minha parte para não alienar, talvez desastrosamente, attenta a época, bens alguns de raiz pertencentes ao acervo, afim de attender aos referidos encargos.

### III

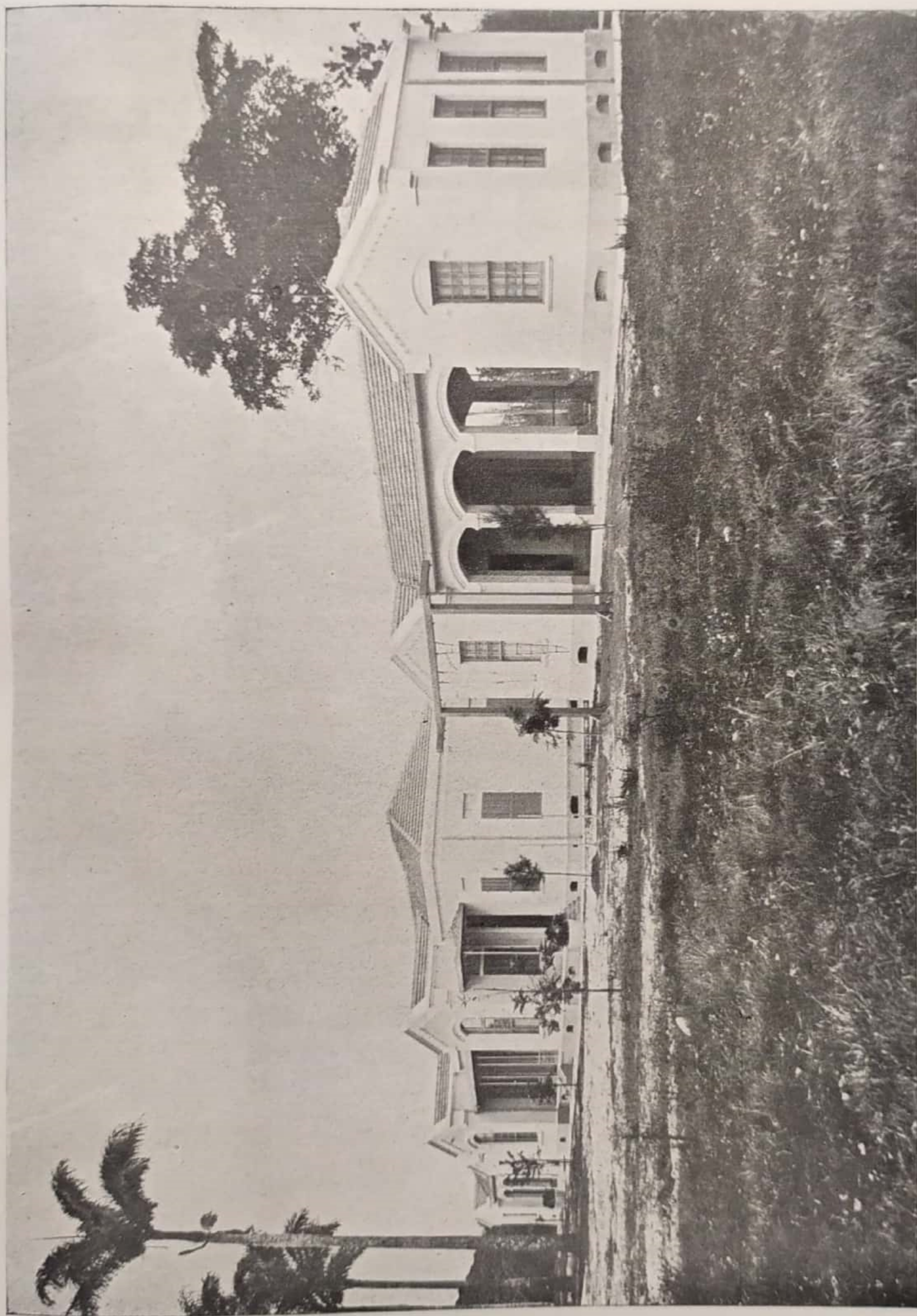
**A**par de tudo executado com a mais rigorosa economia, pelo que está feito, patente á vista de todos, e pelo que está demonstrado nos autos, conforme as contas e peças do inventario, os rendimentos do espolio foram elevados a cerca do duplo, ao mesmo tempo que se construia e montava o Instituto.

A construcção propriamente do Instituto, consta de cinco pavilhões em sobrado, tres terreos e um ainda em alicerces (Plantas de n. 1 a 9).

Vê-se pelas contas acima referidas, mensalmente apresentadas ao M. Juiz, que a escripturação do espolio, correcta e mercantilmente organizada desde o primeiro dia do inicio desta testamentaria, a trabalhosa cobrança dos alugueis das casas e a perfeita fiscalização das obras dos predios do espolio e da construcção do Instituto, tudo foi feito com esmero e cuidado. Isso não se obteria sinão com pessoal competente, que, além desse predicado, trouxesse completa garantia para o espolio. Com o pessoal administrativo do acervo, de Fevereiro de 1902 para cá, apenas foram despendidos 600\$000 por mez.

Antes dessa época, procurei conservar quasi todos os empregados que serviam a João Octavio, os quaes,





GYMNASIO, CASA DO DIRECTOR, DO PESSOAL E LAVANDERIA.



por motivo economico, tive de dispensar para seguir outro regimen administrativo.

Não é possível menor despesa com um espolio tão movimentado, quando não lhe pesaram: juro de importancias não pequenas que adeantei para occorrer aos primeiros encargos do testamento, sendo de uma só vez mais de 100:000\$000 para pagamento de impostos; quantias superiores a Rs. 13:000\$000, de calotes que o espolio soffreu durante a administração; commissões de pagamentos realizados em S. Paulo, de quasi todas as contas de construcções do Instituto; aluguel de cerca de quatro annos de armazem exclusivamente para a guarda da mobilia de João Octavio, dos atavios de sala de visitas e bancos de jardim, que hoje figuram no Instituto; escriptorio que serviu de secretaria a tão importante administração; muitas viagens e diligencias a São Paulo, a interesses do espolio; factura do jardim do Instituto; arborização; gramado; boa parte de aterro, que não entrou em medição para pagamento do empreiteiro; guarda do edificio; zelador do mobiliario e, finalmente, outras pequenas cousas que não vale a pena mencionar.

A despesa, portanto, com a administração durante o inventario, pode-se dizer que se cingiu aos 600\$000 por mez com o pessoal fixo: um encarregado do expediente para a correspondencia, avisos, organização de concurrencias e cobrança dos alugueis das casas, no valor de 8, 9, 10 e 11 contos de réis mensal; um mestre de obras á disposição para attender com presteza a todas as reclamações dos inquilinos; fiscalizações diversas e perfeita escripturação mercantil, tudo attendido por pessoal competente e idoneo.



O acervo inventariado de João Octavio montou em Rs. 1.625:919\$686, e o serviço de advocacia foi, na sua totalidade, contractado por 30:000\$000 com o notavel advogado Dr. Francisco da Costa Carvalho, Dr. Adolpho Corrêa Dias e o solicitador João Pedro de Jesus.

Tendo-se em vista o valor do patrimonio, a complexidade do trabalho e os incidentes com que correu o inventario, — litigios e demandas, adeante mencionados, que tiveram de sustentar aquelles advogados, não se podia pretender contracto de advocacia em melhores condições para o espolio.

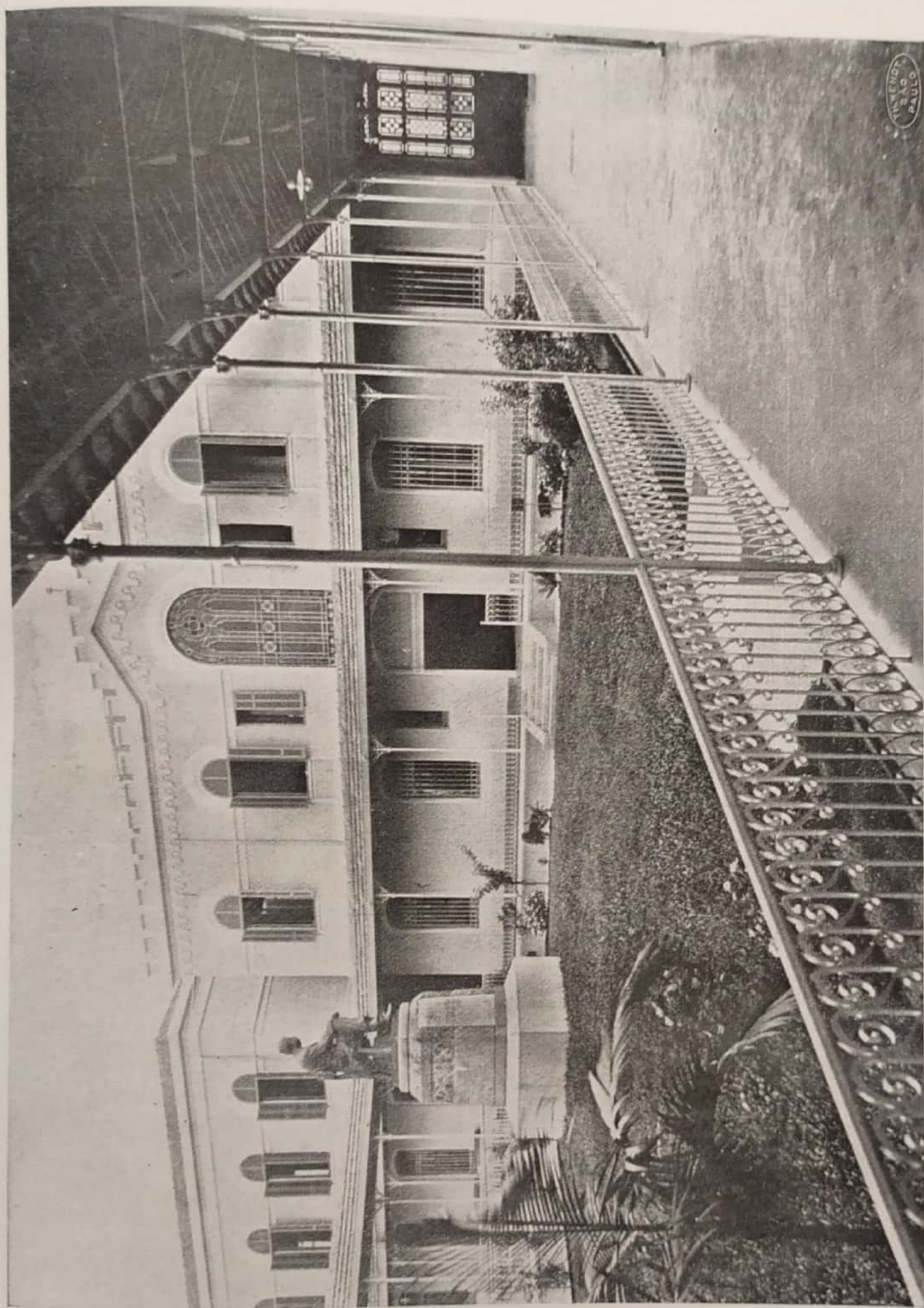
De facto, aos referidos advogados foram entregues: o patrocínio do inventario e partilha dos bens do acervo; a defesa, em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instancia, nas causas movidas contra o espolio, além de frequentes consultas sobre incidentes no andamento dos processos.

Com esta exposição julgo rebatidas as censuras havidas a respeito, e creio ficar plenamente justificado o pagamento de 30:000\$000 pelos alludidos serviços profissionais, aliás importantes, o que, de mais a mais, me foi auctorizado pelo testador, nos seguintes termos:

«Declaro que todas as deixas e legados constantes deste meu testamento serão entregues a quem de direito, livres de quaesquer impostos, os quaes, bem como toda e qualquer despesa que fizer o meu testamenteiro, inclusive as que entender fazer com honorario de advogados, serão deduzidos de meu patrimonio ».

Convicto da razoabilidade dos honorarios, reconhecido sem duvida fiquei, principalmente para com o Sr. Dr. Francisco da Costa Carvalho, de saudosa memoria,





PATEO INTERNO.



então residente em Campinas, por sua extraordinária dedicação pelas causas, ao ponto de identificar-se com ellas, não poupando esforços e repetidas viagens para esta cidade, a interesses dos trabalhos que lhe estavam confiados.

#### IV

**C**REARAM não pequenos embaraços á testamentaria uma acção de nullidade de testamento movida por parentes de João Octavio; um sequestro nos bens do espolio, requerido pelos mesmos, e uma acção ordinaria de cobrança de honorarios medicos.

Quanto ás acções de nullidade e sequestro, foram julgadas improcedentes em 1.<sup>a</sup> instancia e confirmadas as respectivas sentenças, por unanimidade, pelo Tribunal de Justiça; em relação á cobrança de honorarios medicos, não teve o espolio a mesma felicidade.

O auctor pedia 50:000\$000 por limitadas visitas, e foi a herança condemnada a pagar 40:000\$000 e mais 3:840\$219 de despesas judiciaes e juros.

O advogado do auctor e peritos dessa causa basearam-se fortemente num pagamento que fiz de 5:000\$000 aos dois medicos que, em commum, attestaram o obito.

Como é sabido, João Octavio, soffrendo de arteriosclerose, teve uma syncope que lhe trouxe a morte. Chamados os dois medicos ás pressas, em emergencia afflictiva, como é natural, nada tiveram a receitar, si não assistir á sua agonia de poucas horas.

A liquidação de contas com estes dois medicos não se tornou menos trabalhosa, pois só no fim de oito mezes de relutancias e certa habilidade e diplomacia de



minha parte, foi que consegui, sem novas demandas, o resultado de pagar 5:000\$000 pelo serviço de ambos.

A conta que me era apresentada, *sempre verbalmente*, montava a 28:000\$000 pelo attestado dos dois profissionaes. Disto que affirmo, só possúo carta do que parlamentava comigo sobre o assumpto, na qual se manifesta ter annuido a um grande abatimento para fazer jus a ser medico do Instituto. Essa carta passo para o archivo do espolio.

Ora, é a tal velha historia: preso por ter cão e preso por não o ter. Bem zelando para que o espolio se isentasse de mais duas demandas por honorarios medicos, que, certamente, por pouco em que fossem avaliados os serviços profissionaes, addicionando os gastos naturaes com arbitros e despezas judiciaes de ambos os processos, indubitavelmente montariam a maior somma que os 5:000\$000 pagos.

Infelizmente as heranças, embora com applicação sagrada e util como a de João Octavio, soffrem, salvo honrosas excepções, cubiças e investidas de toda a sorte, como si fossem bens reúnos ou de associações de mão-morta, a que muitos se atiram como cousa natural.

E é assim que meu acto de zelo pelo espolio, com o pagamento dos 5:000\$000, serviu de grande argumentação no processo, a ponto de parecer ter sido o principal factor para a condemnação do mesmo em Rs. 43:840\$219 pelo juiz da 2.<sup>a</sup> vara desta cidade e confirmada pelo Tribunal de Justiça.

Por este, ou sob qualquer outro pretexto, infallivelmente o espolio seria condemnado em 2.<sup>a</sup> instancia, quando não na 1.<sup>a</sup>, pois destes exemplos, por nossa infelicidade, estão eivados os annaes dos nossos tribunaes superiores.





COSINHA, REFEITORIOS E OUTRAS DEPENDENCIAS.



Constam do archivo do espolio as razões impressas que os illustrados advogados do inventario offereceram nesta causa e nas outras.

Além dessas acções de capital importancia, que seguiram os seus tramites até o ultimo recurso, houve outros pequenos feitos, como despejos, protestos judiciaes, etc., aqui não referidos, visto que estão mencionados no correr do inventario.

# V

**S**OI complexo o testamento e tiveram fiel cumprimento todas as disposições, sendo liquidados os legados e construido o Instituto, que, em homenagem do testador á sua mãe, recebeu o nome de «D. Escholastica Rosa».

O Instituto, conforme as plantas juntas (de n. 1 a 9), construido sob a mais rigorosa hygiene escolar, consta do seguinte, tudo devidamente mobiliado e provido :

*Pavilhão central.* Nos baixos, á direita, sala de espera, de visitas, do director, museu, installação sanitaria ; á esquerda, sala do porteiro, do secretario, bibliotheca, installação sanitaria ; nos altos, sala de professores e dois espaçosos salões de estudo, á direita e á esquerda, com os respectivos vestiarios.

Em frente a este pavilhão, do lado opposto ao jardim, ligado por galerias cobertas, acha-se outro pavilhão, tendo : nos baixos, refeitório dos empregados, dos meninos, cosinha, copa, vasto banheiro de chuva e de immersão e installações sanitarias; nos altos, sala



de rouparia, commodo para deposito, installação sanitaria, banhos quentes, sala do medico, do enfermeiro, de tizanas e enfermaria.

Aos lados do corpo central do edificio encontram-se outros quatro pavilhões, distribuidos de forma a se desdobrarem para os fundos, conforme as posses do Instituto :

1.<sup>o</sup> *pavilhão*, á esquerda: nos baixos, officina de marcenaria e carpintaria, deposito e installação sanitaria; nos altos, dormitorio com capacidade maxima para 20 alumnos, quarto do vigilante, sala de guarda-roupa, sala de lavatorio e installação sanitaria.

2.<sup>o</sup> *pavilhão*, em frente. E' em tudo identico ao primeiro, só differindo quanto á officina, que é de alfaiataria.

3.<sup>o</sup> *pavilhão*, á direita. E' identico aos ultimos, tendo nos baixos officina de sapataria.

4.<sup>o</sup> *pavilhão*, em frente. Está em alicerces de 65 cms. acima do solo e é destinado á officina typographica e encadernação.

Descriptos assim estes pavilhões, temos ainda, nos fundos, vasto e arejado edificio para residencia do director, empregados e grande deposito para almoxarifado.

Aos lados desta edificação, encontram-se : á direita, o gymnasio, comapparelhos para exercicios physicos, sala de musica e installação sanitaria; á esquerda, por fim, a lavanderia, com tanques apropriados, sala de engomados, commodos para creados e installação sanitaria.

Quanto á qualidade do material empregado, solidez das obras e rigorosa execução das plantas approvadas,



foram fiscalizadas diariamente por mim proprio, desde os alicerces até as cumieiras, não despendendo o espolio um real sequer com esse serviço, o qual mais competia a um engenheiro ou a um perito constructor.

Para assumir a responsabilidade das construcções, que ficaram sob a minha directa inspecção, fui forçado a requerer, até os ultimos dias da construcção, a competente licença, como se póde ver do doc. n. 47.

Segundo o que ficou estabelecido na reunião que precedeu o inicio das obras do Instituto, em 7 de Agosto de 1904, em meu escriptorio, perante o Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Ramos de Azevedo e a Commissão da Santa Casa, as mencionadas obras foram orçadas e iniciadas tomando-se por base preços unitarios, isto é, de unidade metrica contractual, não só para os trabalhos de alvenaria como de carpintaria (Doc. n. 23). E, portanto, todo o trabalho feito, executado com material do contractante, foi pago sob medição metrica linear, quadrada ou cubica, conforme a natureza do serviço, obedecendo a esse regimen de pagamento até as proprias pinturas dos edificios. A conferencia da metragem e do quantum, está alli ao alcance da verificação de qualquer curioso ou interessado. Os trabalhos de funilaria, ferraria, installação electrica, etc., foram executados por concurrencia, em S. Paulo, pelo illustrado engenheiro-architecto Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Ramos de Azevedo.

As edificações foram feitas em plano elevado por aterro afim de sanar males da desacertada escolha que a Santa Casa fez do sitio onde quizéra e está collocado o Instituto (Doc. n. 42, item 5.<sup>o</sup>; doc. n. 44, cap. x).

O acto de fazer as edificações em plano aterrado, foi de mim para mim, julgando bem zelar de attribui-



ções que muito em particular me estavam confiadas pelo testador.

Como todos sabiam e foi verificado posteriormente, mesmo durante as construcções, as aguas da lagoa existente no local, em certas épocas do anno attingiam a cosinha do antigo predio da chacara, que foi demolido para em seu lugar se construir a residencia do director do Instituto, do pessoal e para outras dependencias (Doc.<sup>o</sup> ns. 27 e 28; doc. n. 44, cap. x). O material deste predio, estragadissimo, foi dado ao empreiteiro pelo trabalho da demolição, sendo o unico que o acceitou nessas condições e com o onus de deixar parte das telhas, que lá estão, para qualquer telheiro que futuramente se possa precisar.

As obras de saneamento para desvio das aguas que a Camara Municipal pretendeu fazer alli naquelle charco, lá estão á vista de quem quizer, inutilizadas por completo, e o rio Conrado sempre no seu velho curso.

Essas obras constavam do fechamento de um boeiro por onde passava o rio para a chacara de João Octavio, a 200 metros mais ou menos do edificio, no caminho da antiga linha de bondes.

Não existe aqui e alli uma pá siquer de aterro da Camara. Os aterros da parte saneada do Instituto foram sempre feitos á custa do espolio e á minha particular. Para aterrar a lagoa alli existente, era bem de ver a imprescindivel necessidade da canalização do rio, trabalho que requeria grande dispendio, segundo o final do doc. n. 19 e a informação do proprio contractante das obras da Camara (Doc. n. 44, cap. x).

Penso, portanto, justificar não só o dispendio feito de mim para mim, sem consulta, com o aterro para



as construcções em plano elevado, mas também com outros trabalhos inadiáveis, taes como: fundações do 9.º pavilhão de officina typographica, afim de garantir o proseguimento do plano adoptado para as edificações; calçamentos em volta de todos os pavilhões construídos e na frente externa do edificio, para bom saneamento e embelezamento; muros; gradis e cercas de arame, indispensaveis para não ficarem o Instituto e terreno em aberto.

Comecei, em Dezembro de 1905, a entabolar negociações no sentido de erigir uma estatua que perpetuasse, no recinto do Instituto, a memoria de João Octavio dos Santos. Ella alli está, como merece, rodeada de folhagens e flôres, encerrando os seus despojos mortaes, que tive o honroso e imprescindivel dever de velar por algum tempo em meu poder.

Para que tenham sempre a mais completa authenticidade os restos mortaes desse meu inolvidavel amigo, adeante transcrevo as peças referentes ao assumpto (Doc.º n.º 30 a 39).

Posto que eu houvesse requerido ao M. Juiz auctorização para despende 15:000\$000 com um mausoléu no cemiterio do Paquetá, posteriormente achei mais conveniente, tendo em vista a exiguidade do terreno e o meu desejo de melhor solemnizar o feito, perpetuar a memoria de João Octavio por meio de uma estatua.

A principio propuz verbalmente, em reunião, para se erigir a estatua no Jardim da Santa Casa, conjuntamente com a de Braz Cubas, o que ficou resolvido (Doc.º n.º 31 e 32). Maistarde a Santa Casa se oppôz a isso, conforme officio de 1.º de Julho de 1905 (Doc. n. 33).



Confiei o trabalho da estatua que alli está ao distincto esculptor sr. A. Zani, que o executou habilmente, causando o monumento admiração a todos que o têm observado.

Ao sr. Zani cabe-me aqui patentear os meus agradecimentos pelo seu perfeito trabalho, que é uma verdadeira obra de arte, e pela modicidade do preço por que a executou (Doc. n. 38).

## VI

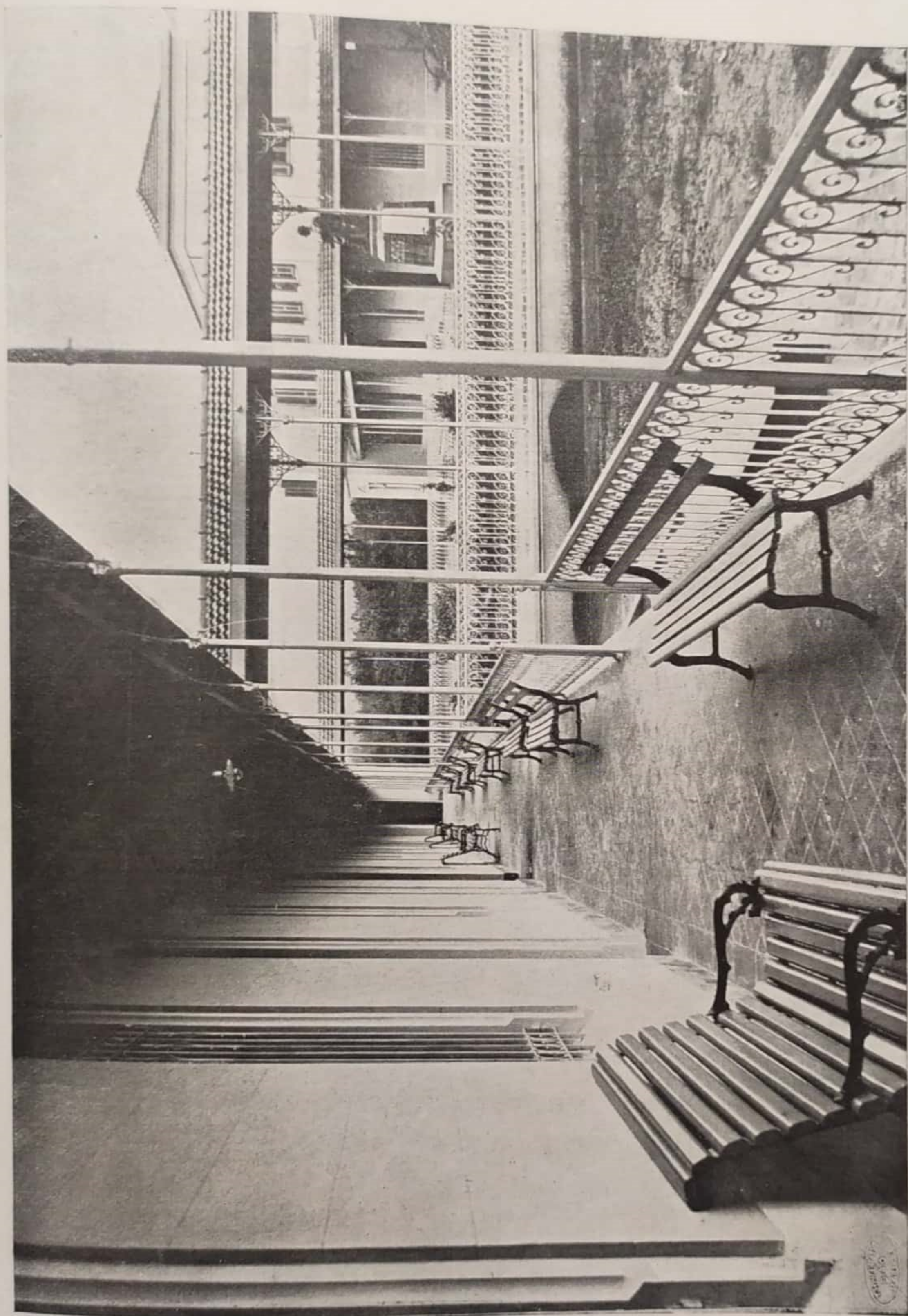


PARA o cumprimento das disposições testamentarias de João Octavio e o amplo desenvolvimento que entendi dar á criação do Instituto, afim de fazer uma obra gigantesca e de maior renome para aquelle meu amigo e para Santos, sua cidade natal, não bastavam as rendas do exiguo patrimonio, sendo mister eleva-las a cerca do duplo, como acima disse, por meio de melhoramentos nos predios e de novas edificações.

Findas as demandas já alludidas, comecei um dos mais arduos trabalhos que tive durante a administração da herança, que foi a reforma de todos os predios, desvalorizados como se achavam por suas condições sanitarias, no geral, e pela crise economica daquelle época.

Infelizmente, coube-me esse trabalho de reforma dos predios no periodo de transição hygienica por que passou esta cidade, que primava por suas construcções coloniaes, antiquissimas, não havendo um siquer que não soffresse intimação da Commissão Sanitaria para sanar defeitos de sua origem ou factura, conforme





GALERIAS DE COMMUNICAÇÃO PARA OS PAVILHÕES.



consta das intimações cumpridas e bem coordenadas no archivo do espolio, uma por uma, em numero avultado.

Para não me alongar em citações extensas, assignalarei aqui, em linhas geraes, os principaes melhoramentos realizados, cujos importes são verificados nas contas mensalmente prestadas e ora em balanço geral nesta minha exposição :

A) Construcção de dois predios de sobrado, um com frente para a rua 24 de Maio n. 45 e outro para a rua Antonio Prado n. 16, conforme contracto feito ainda em vida do testador e por mim liquidado ;

B) Transformação de cinco armazens existentes á rua Aguiar Andrade em dez casas de moradia ;


C) Transformação do predio n. 10 da rua S. Leopoldo em duas casas ;

D) Augmento de commodos em varios predios e muitas substituições de paredes antigas de pau a pique (estruque) por outras de tijolos ;

E) Construcção de um predio á rua Frei Gaspar n. 38 ;

F) Construcção de muros, nas frentes de ruas, em todos os terrenos do espolio ;

G) Importantes reformas no predio n. 85 da rua da Constituição ;

H) Levantamento da planta geral de todos os predios, assignalando-os com placas em ferro esmaltado  e, finalmente,

I) Levantamento da planta de todos os terrenos, tanto estas, como aquellas, de accôrdo com as escripturas, a que mandei proceder afim de evitar futuras turbações de posse, tão communs, principalmente nas



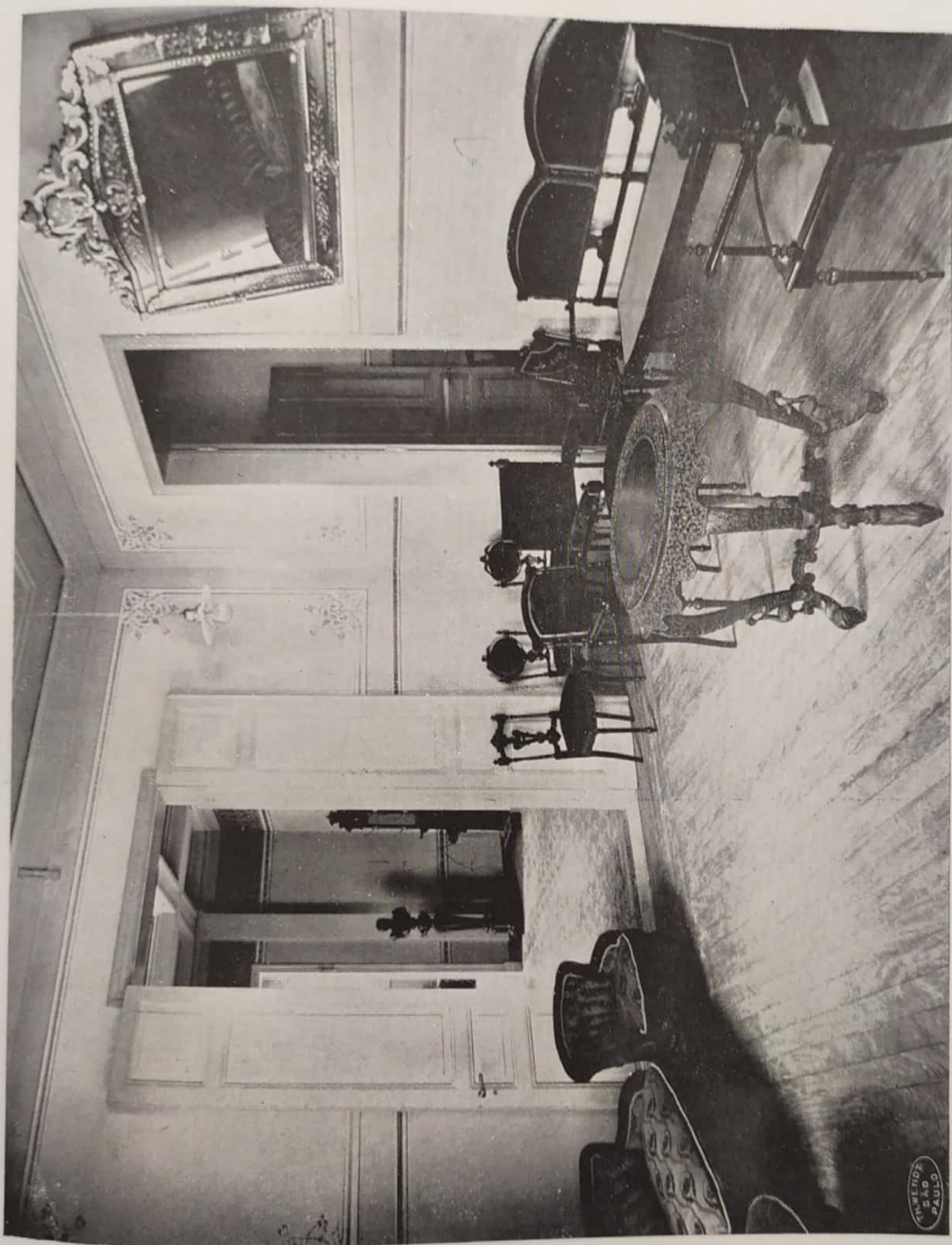
instituições que possuem consideravel numero de immoveis e que soffrem constantes renovações de administração (Doc. n. 12).

Em relação aos predios em geral, têm elles soffrido successivos melhoramentos, faltando em alguns o aterro e cimentamento do solo, que tem sido trabalho dispendiosissimo pelo facto de, para esse fim, necessitarem o levantamento completo dos assoalhos pois são todos sem porão, baixos, sem altura para executar semelhante trabalho.

Por essa maneira, além do que ficou mencionado, occorri, a contento, a reformas de toda especie: como conservação geral, impermeabilização de solos, cimentamentos de quintaes, substituição de forros e assoalhos, reformas e collocações de caixas automaticas, caiações e pinturas de paredes, portas e janellas, concertos de telhados, abertura de claraboias e janellas, installações sanitarias, banheiros, pias, calçamentos, canalizações, etc., conforme correspondencia trocada entre esta testamentaria e a Commissão Sanitaria, e a tudo isso provi com o rendimento apurado dos alugueis dos proprios predios.

Esses melhoramentos foram sempre feitos por concorrência entre mestres de obras e pintores, conforme attestam os serviços feitos e o grande numero de propostas de concorrência no archivo do espolio. Só não foram feitos por concorrência pequenos e urgentes trabalhos que a ella não se prestam: como concertos de calhas, gotteiras, reparos em canos de agua e gaz, collocação de fechaduras, remendos, reparos em calçadas, pequenas caiações e outros trabalhos de igual importancia (Doc. n. 42, de informação official, final do item 7.º).





SALA DE VISITAS.



Desta forma consegui valorizar os predios e elevar a sua renda approximadamente ao duplo. A media da renda mensal, bruta, do patrimonio no primeiro trimestre do inventario, foi de 6:076\$700, conforme os balancetes nos autos, os quaes venho prestando mez por mez ao digno juiz do inventario desde o principio da testamentaria, relativos aos pagamentos e recebimentos, instruidos com os respectivos documentos das contas pagas e com a lista dos alugueis, onde figuram o preço dos mesmos, a situação dos predios e os nomes dos inquilinos.

O liquido da renda mensal do espolio tem estado sempre sujeito a variantes, conforme a época do pagamento do imposto predial á municipalidade, taxa de exgottos ao Estado, seguros contra fogo, e a maior ou menor quantidade de melhoramentos exigidos na occasião.

Precisarei isto tudo com algarismos no penultimo capitulo deste meu trabalho.

## VII

**N**ÃO consegui o lisonjeiro resultado em que hoje se acha o espolio sem obstaculos de toda a especie.

E' com verdadeiro pezar que aqui registro não haver o Governo do Estado, e nem a nossa Camara Municipal, isentado o espolio de seus pesadissimos impostos, sendo os predios destinados, como eram e são, a servir de patrimonio do Instituto D. Escholastica Rosa, fundado para a educação pratica profissional de meninos pobres, e que bem merecia do Governo e de



nossa edilidade a protecção e favores que geralmente se dispensam a estabelecimentos de instrucção e humanitarios (Docs. ns. 3, 4 e 5).

O meu requerimento á municipalidade pedindo isenção de impostos prediaes, teve a sua negativa emquanto o Instituto não estivesse installado e funcionando regularmente, segundo se evidencia do parecer n. 77 das commissões de justiça e poderes, fazenda e contas, compostas dos srs. Coronel Dr. Manoel Galeão Carvalhal, Tenente-coronel Joaquim Mariano de Campos Moura, Major Dr. Raymundo Soter de Araujo, Capitão Antonio Candido Gomes, Coronel Antonio de Sousa Junior e Capitão Gil Rodrigues.

Em taes circumstancias, o espolio, até o final da testamentaria, tem sempre levado aos cofres municipaes a sua pesada contribuição.

Até hoje o espolio não recebeu o mais insignificante favor de quem quer que seja, a não ser a dispensa de pagamento de uma consulta juridica feita ao exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Carvalho de Mendonça, que gentilmente não a quiz cobrar. E mesmo propositalmente não procurei essa forma de auxilio, isto é, de recorrer á magnanimidade de amigos ou á caridade publica, sinão ás solicitações de isenções de impostos aos poderes constituídos, visto tratar-se de beneficios tão amplos, que não constituiriam, por forma alguma, favores do Governo, uma vez que os nossos orçamentos estão cheios de verbas destinadas á instrucção popular e soccorros publicos.

De mais a mais, tenho feito o possivel para que o Instituto funcione com rendoso patrimonio e não dependa da caridade publica, de maneira que o alumno que entrar para aquella casa seja altivo e não se eduque a expensas



de donativos de intuitos caridosos, sem comtudo deixar de ser reconhecido indelevelmente ao seu bemfeitor.

O Instituto D. Escholastica Rosa, com vida propria, deverá ter da Santa Casa os cuidados da boa orientação administrativa, «de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que propria fosse», nunca fornecendo-lhe auxilio de especie alguma proveniente do obolo da caridade, precisamente para não terem os beneficios do Instituto o cunho de esmola feita aos educandos, visto a criação ser de intuitos mais alevantados.

E é assim que as innumeradas subvenções estipuladas em leis para as nossas academias, grupos escolares e outros estabelecimentos educativos, jámais tem passado e passará pela mente de alguém que sejam ellas recebidas ou distribuidas a titulo de esmola.

Esse mesmo pensar preside no espirito de todo o mundo culto, cujos governos votam avultadas sommas para a instrucção, além da generosidade particular que lhe vem em auxilio em toda a parte, principalmente nos Estados Unidos da America do Norte, onde seus millonarios nos maravilham com notaveis donativos para tal fim.

Quero, por essa forma, justificar que foi em tal caracter que pedi isenção de impostos á municipalidade e ao Governo.

O que se dá com os alumnos das nossas academias e escolas superiores, é o que pretendo se dê com os alumnos do Instituto D. Escholastica Rosa, que não se acanharão, por certo, de exhibir cá fora, na vida pratica, o honroso diploma conferido por aquella casa de instrucção.

Em summa: Assim como hoje fica o Instituto sob o zelo da Santa Casa de Misericordia, espero ver nobres



exemplos de outros estabelecimentos congeneres, debaixo do mesmo molde e orientação, creados sob a protecção do Governo Geral, do Estado, das camaras municipaes, de associações protectóras da instrucção, de letras, etc.

A administração superior da Santa Casa não querá, estou certo, outra feição de independencia ao Instituto D. Escholastica Rosa; antes, pelo contrario, procurará accentual-a cada vez mais.

Não resta duvida que o testamento tem alguns pontos ambiguos ou omissos, mas, intimo como fui de João Octavio, e confabulando sobre esse assumpto, que confesso ter sido de minha inspiração, posso asseverar que a criação do Instituto foi concebida com esse intuito, pois, para a elaboração do testamento, e, não estando eu com estudos aprofundados, como hoje, sobre a educação pratica profissional, recorri, ainda em vida de João Octavio, ao Instituto D. Anna Rosa, de São Paulo, escrevendo ao seu director, sr. José Emygdio Ribeiro, pedindo estatutos e esclarecimentos sobre a sua organização, para por ella, em testamento, procurar modelar a do Instituto que seria aqui futuramente fundado. As copias das cartas que dirigi a esse sr. e suas respostas, em original, faço passar para o archivo do espolio.

Minhas confabulações foram além: Conhecedor do fundo religioso catholico-romano de João Octavio dos Santos, e sempre respeitando muito crenças alheias, consultei-o si era de seu aprazimento ter o Instituto direcção interna de qualquer ordem religiosa, citando a dos Salesianos, Maristas e outras, ao que elle em absoluto se oppôz, dizendo que essa direcção deveria ser entregue a leigos.



O inventario João Octavio ficou concluido em 5 de Novembro de 1901, e o Instituto, principal objecto do seu testamento, foi installado, montado e inaugurado em 1.º de Janeiro de 1908, seis annos, um mez e vinte e sete dias após aquella época.

Parece incrivel que o espolio tenha pago durante a sua gestão, sómente de impostos sobre os bens effectivamente apurados, a fabulosa somma de Rs. 246:990\$888, *quasi metade do importe do patrimonio que ficou para a construcção, montagem e constituição de fonte de renda do Instituto*, assim discriminados:

Ao Governo do Estado :

Imposto de transmissão <i>causa-mortis</i> ,	
20 % e adicional de 2 % .	190:880\$448
Taxa de exgottos . . . . .	7:804\$440

A' Camara Municipal :

Impostos prediaes e de viação . . . .	48:306\$000
	<hr/>
	246:990\$888

Deante do que fica exposto, só se póde concluir que, si não fosse a lamentavel falta de estudo ou melhor attenção para o assumpto, pareceria haver, por parte dos poderes constituídos, o firme proposito de fazer com que não vingasse tão util instituição.

Esse frio acolhimento dos poderes constituídos foi correspondido, entre nós, com a mais glacial indiferença por parte das pessoas que mais deveriam interessar-se pelo assumpto.



E' natural: os bons e maus exemplos partem do alto, e estes e aquelles sempre repercutem.

## VIII

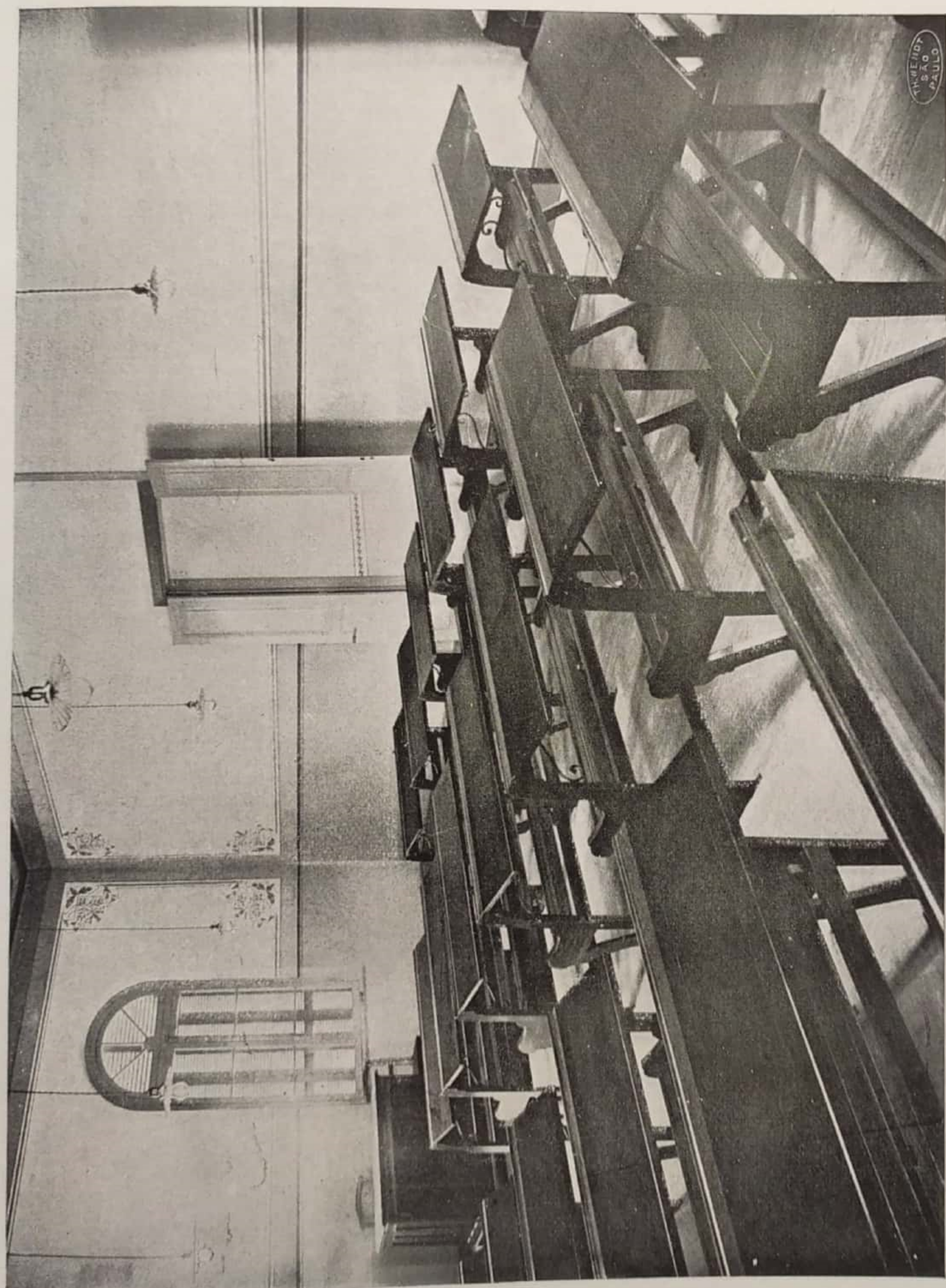
**N**ÃO é que eu descurasse dos interesses do espolio a ponto de me conformar com o pagamento do exaggerado imposto de transmissão *causa-mortis* ao Estado; antes, pelo contrario, trabalhei com afincio e tenacidade para conseguir, primeiro a isenção, depois a restituição daquelle imposto, como se póde ver dos docs. ns. 3, 6 e 8 e da larga correspondencia que por essa occasião entretive com o exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Bento Bueno, então secretario da Justiça, com varios politicos e particulares, o que tudo consta do archivo do espolio.

Não obtendo do governo do exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Bernardino de Campos, despacho favoravel á petição que havia dirigido ao anterior presidente do Estado, exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Rodrigues Alves, resisti ao pagamento do imposto até o ultimo momento, fazendo-o quando exgotados todos os recursos, ao ponto de ser intimado pela Meza de Rendas a effectuar o pagamento em 24 horas, sob pena de penhora nos bens da herança. E, a titulo de notavel originalidade, aqui registro o recibo desse pagamento com todos os seus dizeres:

«Rs. 185:154\$034.

A fls. do Livro Caixa fica debitado o Sr. administrador José Carlos da Silva Telles pela quantia de 185:154\$034 réis,—imposto sobre 867:638\$400 réis,





UMA DAS SALAS DE ESTUDO



importancia do remanescente da herança do finado João Octavio dos Santos, legado para a formação de um instituto para crianças pobres.

Recebedoria de Rendas de Santos, em 11 de Novembro de 1901.

O FIEL,

*Antonio Teixeira da Silva*

O ESCRIVÃO:

*G. L. de Loyola.*»

Nem por isso, entretanto, desisti do empenho que fazia para que aquella verba fosse aproveitada, caso se conseguisse a restituição, nos primeiros trabalhos de installação do Instituto D. Escholastica Rosa (Doc. n. 8).

Na petição por mim dirigida ao presidente do Estado, o sr. secretario da Fazenda proferiu o seguinte despacho :

«A petição do supplicante não póde ser deferida por isso que o imposto cobrado já foi recolhido ao Thesouro, em exercicio já liquidado, e, nestas condições, falta ao Governo competencia para determinar a sua restituição ; só o Congresso do Estado o poderá auctorizar por lei especial em que o Governo seja habilitado a abrir o necessario credito.»  
(Doc. n. 6).

Similhante pretexto para indeferimento da petição, «do imposto já haver sido recolhido ao Thesouro e



em exercício já liquidado», não deixa de ser forçado e esdruxulo, por parecer que descurei do assumpto, quando se deu precisamente o contrario, como se evidencia do que venho gradativamente expondo.

Restava, pois, visto a exclusiva competencia do Congresso do Estado, apresentar como emenda ao seu orçamento o pedido de restituição.

O exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Isidoro Campos, então deputado estadual, incumbiu-se gentilmente de patrocinar tão justo pedido.

Aquelle illustrado deputado apresentou, de facto, a emenda ao orçamento em 7 de Outubro de 1902, sendo a commissão de Fazenda de parecer que a restituição pedida era assumpto para projecto de lei especial.

Apresentado esse projecto, foi elle approvado na Camara em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> discussões, ficando ahi estacionado. Em virtude, porém, da mudança operada na situação politica, desanimei de pedir *mais favores* no andamento do projecto de lei para um fim tão elevado e util, e assim a restituição do imposto de transmissão *causa mortis* ficou estacionaria, como disse.

Oxalá que outros, mais felizes que eu, sempre alheio em absoluto a qualquer politica ou interesse que não o de nosso engrandecimento moral e material, possam, na direcção do Instituto, conseguir esse desideratum para augmento da instituição e effectividade, em maior escala, do nobre ideal da educação pratica profissional.

Sendo quasi novidade entre nós esse meio educativo, são naturaes os embaraços que tenho encontrado



para combater velhas rotinas e a lamentavel ignorancia sobre o assumpto. E sinão, vejam-se, como attestados, os obstaculos mais importantes que de todos os lados venho demovendo.

Espero, porém, ainda em meus dias, ver os poderes constituídos voltarem a sua attenção sympathica para esse ramo de educação, preventivo e mais salutar, sem duvida, que as prisões correccionaes da ilha dos Porcos, do Instituto Disciplinar de São Paulo, da ilha das Enxadas e outras congeneres existentes em nossa patria.

«A ignorancia gera a miseria e a miseria é muitas vezes a origem das paixões brutaes: só se combate a ignorancia pela instrucção e se supporta a pobreza com resignação, quando se sabe que a pobreza não é um vicio e pode ser diminuida e vencida pelo trabalho e pela economia».

Tenho fé que verei em breve, além de peritos profissionais, sahirem do Instituto D. Escholastica Rosa, fugindo ao vicio e ao crime, artistas educados, homens uteis á sociedade, com honroso diploma do officio de sua vocação.

Alli, certamente, naquella casa, espero ver os poderes constituídos munirem-se de bons e educados profissionais para os variados misteres das repartições nacionaes e supprirem-se das suas officinas com fardamentos, roupas brancas e calçados para a Força Publica, arreios para os animaes da Força, toda a sorte de impressos, relatorios de toda a especie, mobiliario para as repartições publicas e escolas, estas tão louvavelmente disseminadas por todo o Estado



Além de ser esse um auxilio vital para o desenvolvimento do Instituto, bem utilizado pelo nosso Governo, pondo de parte a perniciosa afilhadagem fornecedora, sem duvida o nosso commercio, sempre generoso, não regateará, por seu turno, dar preferencia áquella casa para a manufactura de seus livros, encadernações, impressos, facturas, etc.

Devido á erronea direcção instructiva entre nós, de só se preoccupar em fazer bachareis e mais bachareis, já vamos assistindo os phenomenos de seus maleficos effeitos pelo inteiro desprezo da instrucção profissional, garantidora do pão quotidiano e principal fonte do nosso engrandecimento e prosperidade nacional, com o preparo de homens aptos para outros não menos importantes misteres.

---

Laborava eu exactamente neste ponto de meu trabalho, quando deparei com a mensagem que o Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Jorge Tibiriçá apresentou ao Congresso do Estado em 14 de Julho do corrente anno, prendendo-me a attenção, sobre tudo, o topico referente ao Instituto Disciplinar de S. Paulo, e que muito a proposito se relaciona com o que acabo de dizer sobre a educação pratica profissional, com a qual ha longo tempo me preoccupo, sem embargo do meu desejo de ver posta em pratica a obrigatoriedade do ensino, que, já em Janeiro de 1888, conforme actos officiaes; improficuamente pretendi, como vereador, implantar neste municipio.

Devido, porém, á referida parte da mensagem presidencial, tomei a resolução de fazer uma visita ao Instituto Disciplinar, conseguindo benevola permissão, para



esse fim, do digno chefe da Segurança Publica, Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa.

O meu intuito era observar *de visu* a sua organização e os meios postos em pratica para o ensino profissional e de campo dos meninos alli reclusos, em numero de 47.

Como já me parecia antever, nada vi, emfim, que me adeantasse: tudo em embryão, quer quanto ao seu improprio edificio, antigo e sem plano, quer quanto á organização interna, quer quanto ao ensino pratico profissional, limitando-se este, de par com o estudo das primeiras letras, a carpições de algum plantio rudimentar.

Em resumo: Regenerado que saia qualquer moço dalli, «que vae ser util á sociedade a que será restituído», por mais habil e competente que se torne, o seu attestado ou diploma, perante a sociedade, sempre o envergonhará com o grave e deshonoroso senão, pelo facto de provir de uma casa correccional. Espero que, muito ao contrario, se dará com o Instituto D. Escholastica Rosa: atalhando os maus passos da juventude, lhe conferirá um diploma nobre a todo tempo.

Não quero com isto dizer que sou avesso aos institutos disciplinares: muito ao contrario, entendo que elles devem existir. São instituições dignas de todo paiz civilizado, mas na ordem inversa pela qual entre nós as temos encarado: deveríamos, primeiro prevenir por meio da educação alliada ao ensino de trabalhos honestos e praticos, e depois reprimir por meio dos necessarios correctivos.

O simples bom senso manda que não se castigue um rapaz sem primeiro apontar-lhe o caminho e ensinal-o a conhecer o bem e o mal.



Por este principio, evidentemente a sociedade teria tido enormes vantagens si as nossas creações correcionaes fossem institutos profissionaes nos moldes do que hoje apresento.

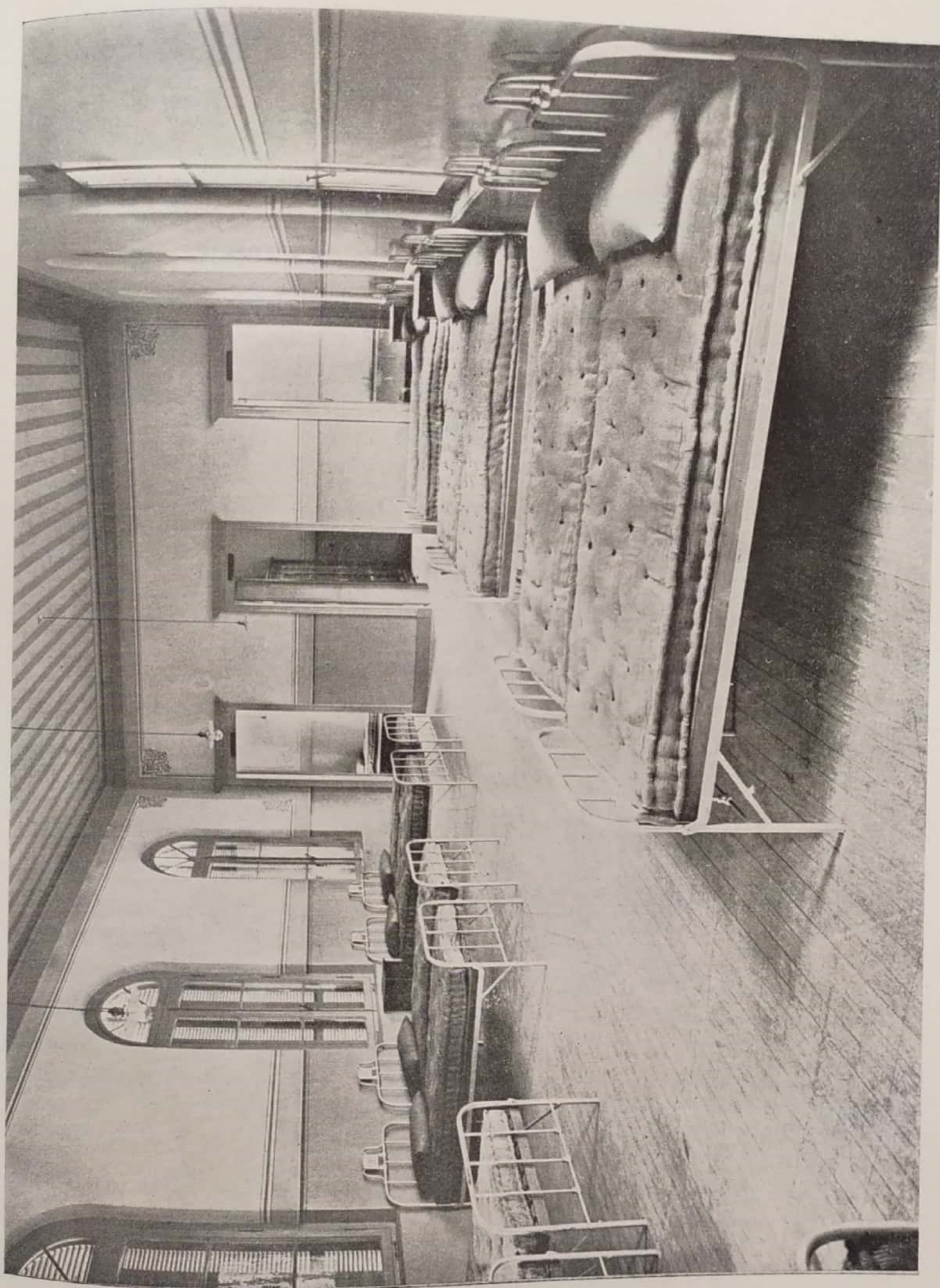
Infelizmente, entre nós, como em todo o mundo, conforme presenciemos, salvo raras excepções, os governos mais se preocupam com prisões, militarismo e artes para a destruição dos homens, havendo colossaes verbas destinadas aos exercitos e armadas, quando, para combater essa verdadeira selvageria, deveriamos, sem duvida, seguir outro caminho—o da instrucção popular, mais ou menos descurada.

## IX

**R**EMOVIDOS os principaes embaraços, e não obstante auctorizado pelo testador nos seguintes termos: «A construcção ou aquisição do edificio fica a cargo exclusivo do meu testamenteiro Julio Conceição, que o entregará, quando concluido e completamente montado», procurei com leal e vivo empenho, não só interessar a Santa Casa na escolha do local, como obter a sua cooperação com harmonia e unidade de vistas no magno assumpto, o que se evidenciava gradativamente dos documentos aqui offerecidos ao leitor.

Por essa maneira orientado, officiei aos srs. meza-rios da Irmandade da Santa Casa de Misericordia, em 9 de Junho de 1903, aventando duas idéas (além de outras verbaes), com as devidas considerações, para a installação do Instituto: adaptação do predio na cidade á rua da Constituição n. 82, que era o de ma-





UM DOS DORMITÓRIOS.



nifesto desejo dos srs. mezaros, e aquisição do edificio do Hotel Internacional, na praia do José Menino, caso se conseguisse a restituição do imposto de transmissão *causa-mortis*, de que estava tratando (Doc. n. 8).

A Irmandade, segundo officio que em resposta me enviou o seu provedor em 13 de Junho, foi de parecer que o Instituto se installasse de preferencia no predio do espolio á rua da Constituição n. 82 (Doc. n. 9).

Na mesma data, por natural deferencia, officiei áquella Irmandade solicitando a nomeação de uma commissão de dois ou mais membros afim de, conjuntamente, darmos começo aos trabalhos (Doc. n. 10).

Desde o inicio das obras segui o regimen de, em acto continuo, communicar ao M. Juiz todos os incidentes, á medida que iam surgindo, relatando-lhe com a possivel minuciosidade as deliberações tomadas nas reuniões com a Commissão da Santa Casa e todos os passos dados para a realização do principal objectivo do testador. E tão reaes eram os factos narrados na oportunidade, mesmo para evitar duvidas futuras, que sempre mereceram do M. Juiz deferimento para que fossem juntos aos autos (Docs. ns. 21, 22, 23, 28, 29 e 39).

Começando o trabalho da fundação do Instituto, os meus primeiros passos nesse sentido foram os seguintes, todos elles com pleno assentimento daquella Commissão, embora sempre com manifesta relutancia minha quanto ao local:

exigencia para a desoccupação do predio onde ia localizar-se o Instituto, na cidade;



negociações para a compra de terrenos annexos, de propriedade dos srs. José Teixeira da Silva Braga J.<sup>or</sup>, do Porto, e Nieto Conde, aqui residente;

venda, em leilão, de parte do mobiliario daquelle predio;

nomeação de um director para o Instituto na cidade, visto a adaptação depender de poucos mezes;

chamada, por editaes publicados na imprensa local e no *Estado de S. Paulo*, de concurrentes para a adaptação do edificio, apresentando-se 16 propostas e optando-se por uma de 128:000\$000.

Antes, porém, de definitivamente começar as obras de adaptação do predio ao Instituto, e não podendo conformar-me com a escolha daquelle local, fiz a respeito varias considerações aos membros da Administração da Santa Casa, além de verbaes, em officio que lhes dirigi em 10 de Fevereiro de 1904, incluindo um estudo para confronto dos logares mais falados para a localização do Instituto (Doc. n. 13).

Não obstante o exposto nesse meu officio, acompanhado daquelle nitido estudo, resolveu a Santa Casa, positivamente, que o Instituto fosse localizado no Ramal da Ponta da Praia, reconsiderando, portanto, o seu officio de 13 de Julho de 1903 (Docs. ns. 14 e 22).

Posto que para mim ainda não estivesse resolvida satisfactoriamente a questão da conveniencia do local para a fundação do Instituto, pois a escolha da Santa Casa recahia num sitio justamente o mais improprio de toda a barra de Santos, pela visinhança do rio Conrado e varzeas adjacentes, todavia estava removido o



maior mal, que era a adaptação do predio da rua da Constituição, pelos motivos expostos no doc. n. 13.

Opinei sempre pela aquisição do sumptuoso predio do Hotel Internacional na praia do José Menino, que custou mais de 500:000\$000 aos seus proprietarios, fazendo acurados estudos demonstrativos e comparativos para a sua adaptação, conforme os docs. ns. 13 e 22. Toda a minha correspondencia epistolar com os proprietarios desse edificio, respeitaveis membros da familia Estanislau do Amaral, além de negociações verbaes, consta das seguintes cartas, que figuram no archivo do espolio, não tendo havido intermediario algum para as referidas negociações: duas cartas que dirigi ao sr. Dr. Estanislau do Amaral, em 6 de Setembro de 1900 e 16 de Maio de 1902; duas que delle recebi, em 23 e 31 de Agosto de 1903; e uma do Dr. José Eugenio do Amaral, co-proprietario, em 30 de Janeiro de 1904, respondendo a outra que eu lhe enviára a 27 do mesmo mez.

E como a dupla controversia da localização me trouxe não pequeno contingente de dissabores e contrariedades, chegando, com insistencia, surda e maldosamente a insinuar-se que a minha opposição á escolha da Santa Casa era oriunda de interesse de outra ordem, qual o da extinção do Hotel do José Menino, por possuir eu uma empreza balnearia, resolvi inabalavelmente fundar o Instituto no local por ultimo preferido pela Santa Casa, atalhando por essa forma novas delongas e desgostos pessoaes, que matam as melhores iniciativas e as mais puras intenções.

Em summa: Oppondo-me á construcção do edificio na cidade, e olhando para a face mais pessimista sobre



os perigos da successão da herança, aliás cubiçada, como temos visto pelas demandas intentadas, não obstante já ter a Santa Casa acceitado o legado com todos os encargos (Doc. n. 44, cap. XI, e sua posterior nota), declinei por completo da escolha do local, comtanto que o edificio fosse collocado na Praia da Barra, o que fiz com estas palavras, em officio de 14 de Março de 1904:

«Farei minhas as resoluções da referida Commissão, porque esse é o meu desejo e tambem porque assim me impõe o dever de testamenteiro em face de ponderosas razões de direito, segundo parecer que enviarei por copia, lavrado pelo sr. Dr. Carvalho de Mendonça». (Doc. n. 15).

Subordinei-me a esse muito naturalmente acatado parecer do illustrado jurisconsulto, com o fito de, por toda a maneira, identificar a Santa Casa de Misericordia á criação do Instituto, comquanto eu tambem sempre entendesse que, num paiz livre como o nosso, ninguém é obrigado a acceitar, com ou sem onus, e até com proventos, encargo de especie alguma. Em tal caso, sempre entendi que a Santa Casa, na peor das hypotheses, isto é, si resolvesse mudar de opinião, fugindo ao compromisso que assumira em sua sessão de 10 de Agosto de 1900, poderia devolver o legado que acceitou.

E em novo officio que dirigi á Santa Casa em 19 de Março de 1904, conclui a controversia relativa á localização do Instituto, com as seguintes palavras:

«Pela minha parte, a minha opinião, todos os estudos e planos já foram submettidos á apreciação da digna Commissão e Meza Administrativa dessa Santa



Casa, nada mais me restando fazer a não ser seguir ordens.» (Doc. n. 16). (\*)

Não quiz, entretanto, como ultima demão, dar inicio ás obras do Instituto antes de obter a respeito da nova situação do mesmo os abalizados pareceres da Commissão Sanitaria e Commissão do Saneamento desta cidade, para que corroborassem a todo tempo a minha persistente relutancia pelos inconvenientes da actual localização por mim apontados.

A Commissão Sanitaria, unanimemente, foi de parecer que alli «era improprio para um asylo de creanças ou qualquer estabelecimento congenero, sem previa execução de grandes obras de saneamento na referida zona.» (Docs. ns. 17 e 19).

Quanto á Commissão do Saneamento, as informações solicitadas não foram dadas por escripto pelo seu digno chefe, porém lembro-me bem dos dados e informes colhidos no escriptorio da Commissão, por mim conjunctamente com o então sr. Provedor da Santa Casa, deante dos mappas, estudos e explicações que alli nos foram ministrados, sendo de esperar que o sr. Provedor as houvesse transmittido aos interessados, como seu principal representante. Taes explicações deram-se em consequencia dos docs. ns. 18 e 20, vindo ellas, mais uma vez, pôr fóra de qualquer duvida os inconvenientes do local. E' assim que verificámos ser aquelle um dos pontos mais baixos do solo santista e de dispendiosissimo saneamento, attingindo as

---

(\*) A par desta controversia, houve uma inexplicavel desintelligencia, no correr dos tempos, entre a Commissão da Santa Casa e esta testamentaria. Felizmente, talvez a bem dos interesses do espolio, terminou ella muito naturalmente, como devia, provocada por uma carta minha áquella Commissão e a respectiva resposta (Docs. ns. 41 a 46).



marés a lagoa alli existente, conforme attestam no local alguns exemplares de mangue, além dos nitidos estudos da referida Commissão.

Essa lagôa, segundo os dados officiaes colhidos, é de 1.600 metros quadrados; seu fundo acha-se cerca de 2 metros mais baixo que a alta maré, sendo no ponto de sahida para o mar, junto á linha de bondes da Praia, de 1 metro abaixo da alta-maré, de maneira que as aguas ficam estagnadas na lagôa e só as chuvas torrencias podem, em parte, leval-as para o mar.

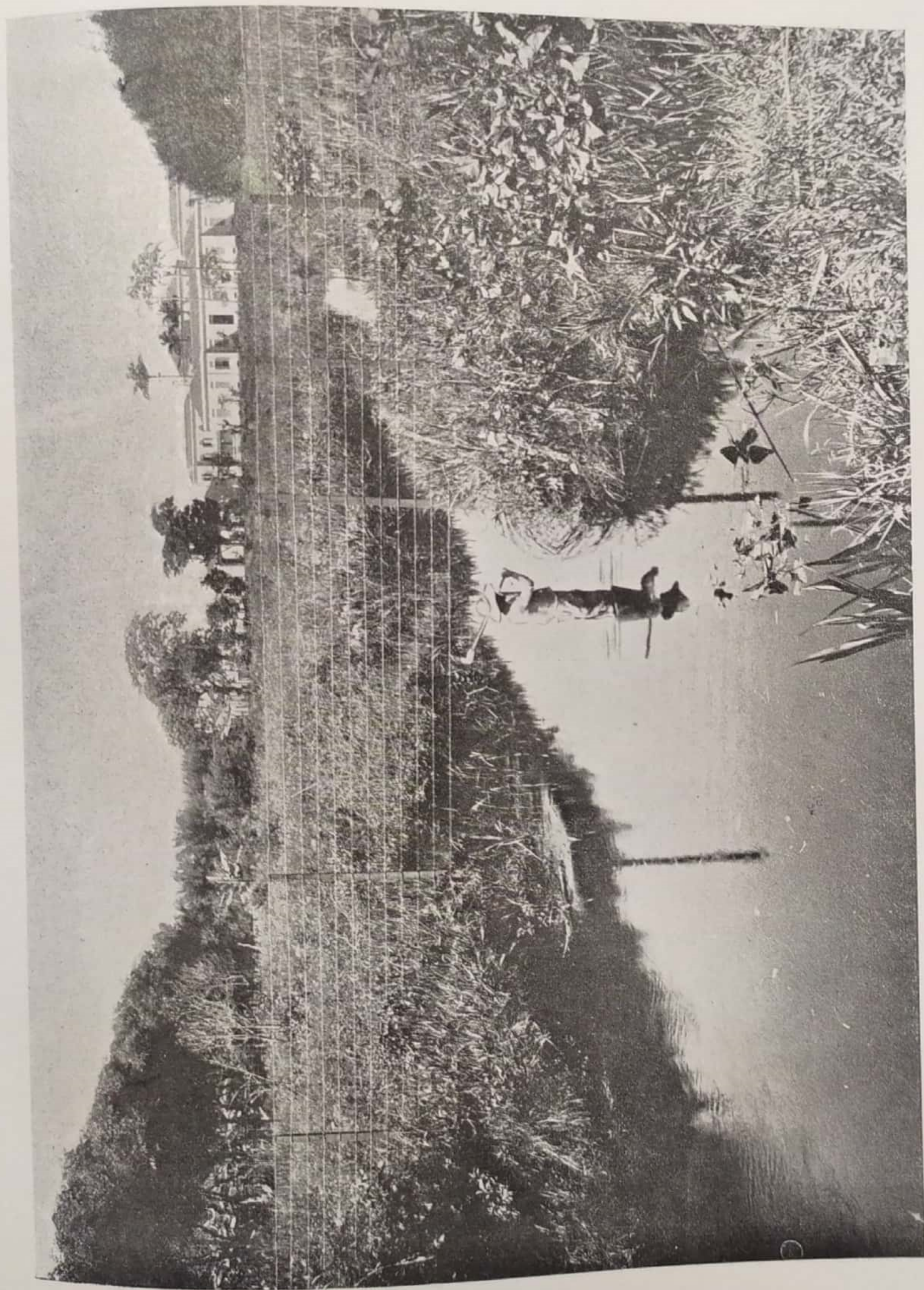
A superficie de 1.600 metros coberta por occasião das altas marés, na baixa-maré reduz-se a 800 metros quadrados, que ficam duas vezes por dia descobertos, cheios de materias organicas e dectrictos vegetaes em decomposição.

A edificação do antigo predio, na sua parte mais elevada, o corpo principal, estava 50 cms. acima da alta maré, segundo as quotas ns. 98.500 dos estudos da Commissão do Saneamento e 99.860 da Companhia de Docas de Santos.

Nada, portanto, valeu para demover a Commissão da Santa Casa do seu intuito da escolha do sitio para a fundação do asylo (Doc. n. 22).

O projecto do novo edificio foi logo por mim encommendado ao exmo. sr. Dr. Ramos de Azevedo (Doc. n. 23). Esse illustrado engenheiro enviou-me dois projectos, para a execução dos quaes foi mister adquirir, por 15:000\$000, 44 metros de terreno annexo á chacara e de propriedade do sr. Manoel Augusto Alfaya. Com esse cavalheiro a Commissão da Santa Casa, pelo seu Provedor, negociou directamente a compra do terreno.





FUTURO CAMPO DE EXPERIENCIA, FUNDOS DO INSTITUTO.



Na reunião de 7 de Agosto de 1904, em meu escriptorio, á rua de Santo Antonio n. 39, em presença do exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Ramos de Azevedo e a Commissão da Santa Casa, foram discutidas as bases para a fundação do Instituto e respectivos orçamentos, como tudo consta da communicação que fiz ao M. Juiz das deliberações tomadas por essa occasião (Doc. n. 23).

Iniciadas as obras, em Junho de 1905 achavam-se cobertos todos os pavilhões, só faltando um para as soalhar e forrar e estando outros em pintura.

Em Dezembro desse anno iam bastante adeantados os trabalhos de construcção, como galerias externas, canalizações de agua e exgottos e fechos do terreno, só restando a installação electrica, montagem do Instituto e officinas, o que tudo se proveu com vagar, devido aos minguidos rendimentos do espolio em face da largueza de vistas com que as construções e montagem foram feitas. Isso obrigou-me a requerer por diversas vezes prorogações de prazo para a conclusão da testamentaria, ao que não se oppôz o M. Juiz.

---

Como sempre previ, o tempo se encarregaria de demonstrar o erro pela não aquisição do edificio do Hotel Internacional, que, com o custo e adaptação, attingiria a 286:500\$000 pouco mais ou menos, inclusive siza, com capacidade para logo de prompto receber 150 meninos, podendo esse numero elevar-se mais tarde a 250, sem augmento de edificação, apenas com reformas internas, *transformando a grande serie de quartos em salões: nos altos para dormitorios, duas salas de aulas e outros aposentos, e nos baixos para refeitório,*



*moradia do director e professores, copa, cosinha, quatro officinas e outras dependencias.* E assim o Instituto na Ponta da Praia, com capacidade para pouco mais de 50 alumnos, montou em Rs. 501:632\$395, apesar da rigorosa economia feita, vindo, além do mais, desfalcado o patrimonio e a renda da chacara, que era de 250\$000 mensal na occasião em que foi exigida para o inicio das obras.

Na somma acima, de Rs. 501:632\$395, que se refere propriamente á exclusiva construcção e montagem do Instituto, pesaram, como unica cousa extranha a tal mister, os pagamentos consequentes do doc. n. 25 e nota ao doc. n. 26 (Rs. 17:300\$000).

## X

**J**NCUMBI o director nomeado de fazer um regulamento para o Instituto, adaptado aos mais modernos ensinamentos, e de conciliar-o com as disposições testamentarias de João Octavio.

Esse trabalho não me satisfez em absoluto, pelo facto de não se coadunar em ponto algum com o meu modo de pensar, entregando-me a um estudo mais acurado de estabelecimentos congeneres.

Observo ser lamentavel que entre nós esse importante ramo de educação se ache ainda inteiramente embryonario, com excepção do «Instituto Lauro Sodré», que boa copia de luzes me forneceu, existente no Estado do Pará, onde ostenta invejavel organização interna, e o Lyceu de Artes e Officios de São Paulo,





OFFICINA DE MARCENARIA E CARPINTARIA.



que, sem ser internato, mantém admiraveis officinas, preparando excellentes officiaes.

Usando das attribuições que me foram conferidas pelo testador, das quaes frizei alguns pontos no cap. VII, organizei, com meditado e consciencioso estudo do assumpto, o regulamento annexo, que penso corresponder ás necessidades da época e ficar de accôrdo com a evolução social.

De conformidade com esse regulamento (art. 34 letra b), deixo a minhas expensas iniciada a bibliotheca do Instituto com os meus livros particulares apropriados para o caso:

*A Historia do Brasil* ensinada pela biographia de seus heróes, Silvio Romero.

*O ensino technico no Brasil*, Tarquinio de Sousa Filho.

*Desenho e Pintura*, Manoel de Macedo.

*Gymnastica*, Paulo Lauret.

*Hygiene*, Dr. José Cesario de Lacerda.

*Guia de Foot-ball* (illustrado) para 1906.

*O coração*, Edmundo de Amicis.

*O livro de meus filhos*, Paul Doumer.

*O caracter*, Samuel Smiles.

*Maximas, Pensamentos e Reflexões*, Marquez de Maricá.

*Manual do bom tom*, Luiz Verrardi.

*Civilidade*, Antonio Maria Baptista.

*Pensamentos Pedagogicos*, Theodoro John.

*Contos para meus discipulos*, Charles W. Armstrong.

*O Gafanhoto*, João Pestana, volumes 29 e 33.

*O Preceptor da Infancia*, regras de civilidade para os meninos, Carlos Silva.

*Novo Secretario Portuguez*, J. I. Roquete.

*Nouveau Larousse Illustré*, encyclopedia em 7 volumes, com gravuras e estampas a côres.

*A verdade sobre as bebidas alcoolicas e o modo de combater o alcoolismo*, Dr. Domingos Jaguaribe.

*Arte de formar homens de bem*, idem.

*Os herdeiros de Caramuru*, idem.

*Reflexões sobre a colonização no Brasil*, idem.

*Homens e idéas no Brasil*, idem.

*O Municipio e a Republica*, idem.

*Revista Util*, idem.

*Instituto Psicho-Physiologico de São Paulo*, idem.

*Conferencia em prol da autonomia municipal*, idem.



*Conferencia realizada em S. José do Rio Pardo*, idem.

*Radiação dos effluvios humanos*, idem.

*Estudo de Psychologia-Physiologica*, idem.

*Monographia a respeito do alcoolismo e seu tratamento pelo hypnotismo e a suggestão*, idem.

*La radiation des effluves humains*, idem.

*Memoria apresentada á Sociedade Protectora dos Animaes*, de S. Paulo, pelo Dr. J. P. Silveira Cintra.

*Arithmetica Pratica*, A. Cunha Rosa.

*Geometria no Espaço*, idem

*Elementos de Chimica*, Pedro Protes.

*Elementos de Physica*, idem.

*Algebra*, Guilherme Ivens Ferraz.

*Desenho Linear*, A. Cunha Rosa.

*Elementos de Geometria Plana*, idem.

*Edificações*, João Emilio dos Santos Segurado.

*Arte Antiga*, João Ribeiro Christino da Silva.

*Arte Medieval*, idem.

*Industria da Seda*, João Faustino Masoni da Costa.

*Industria de Ceramica*, Joaquim de Vasconcellos.

*Industria do Vidro*, Pedro Protes.

*Industrias de Illuminação*, Antonio Luiz Soares Duarte.

*Elementos de Mecanica*, Eugenio Estanislau de Barros.

*Elementos de Projecções*, João A. Piloto.

*Elementos de Electricidade*, Alberto de Castro Ferreira.

*Manual do conductor de machinas*, Carlos Pedro da Silva.

*Desenho de machinas*, Thomaz Bordallo Pinheiro.

*Problemas de machinas*, Antonio J. Lima e Santos.

*Materiaes de construcção*, João Emilio dos Santos Segurado.

*Nomenclatura de caldeiras*, João do Pinho e Luiz Folhas.

*Nomenclatura de machinas*, João do Pinho e Antonio de Lima e Santos.

*Metallurgia*, Bibliotheca de Instrucção e Educação Profissional.

*Torneiro Mecanico*, João Santos.

*Fiação e Tecelagem*, Henrique Syder.

*Terraplenagens e alicerces*, João Emilio dos Santos Segurado.

*Construcção Naval*, Eugenio Estanislau de Barros e A. Ferreira de Freitas.

*A Hulha*, Bibliotheca de Instrucção e Educação Profissional, Lisboa.

*Manual do Fundidor*, Henrique Francem da Silveira.

*Manual do Ferreiro*, Carlos Pedro da Silva.

*Escripturação Commercial-Industrial*, Severiano Ivens Ferraz.

*Botanica*, Guilherme de Sousa.

*Agricultura*, idem.

*Cultura dos Campos*, Dr. J. F. de Assis Brasil.

*Manual do Agricultor*, Fernando Mendes.

*Manual de Arboricultura*, Alexandre de Sousa Figueiredo.

*A Horta*, Joaquim Casimiro Barbosa.

*Manual do Jardineiro*, anonymo.

*Manual da Florista*, Beatriz Nazareth.

*Guia de Floricultura Pratica*, Frederico Daupias.

*A Cultura das Abelhas*, Paulo Salles.



*Abelhas e Mel*, A. L. Clement e L. Ichès.

*L'Agriculture pratique des pays chauds*, 7.<sup>e</sup> année, Août 1907, n. 53.

Collecção do *Journal d'Agriculture Tropicale*.

*Catalogos da Fauna Brasileira*. Vol. 1.<sup>o</sup>—As aves do Brasil. Dr. Hermann von Ihering e Rodolpho von Ihering.

*Notas preliminares*, editadas pela redacção da Revista do Museu Paulista.

*Necessidade do ensino da hygiene rural*, Dr. Dias Martins.

*Cosinheiro Nacional*, anonymo.

*O Cosinheiro Popular*, ou Manual completo da arte da cosinha, A. S. Q.

*Manual da Cosinheira*, anonymo.

*A sciencia no lar moderno*, nova collecção de receitas de doces, etc. D. Eulalia Vaz.

*Tratado completo de cosinha e copa*, Carlos Bento da Maia.

*O cosinheiro dos cosinheiros*, anonymo.

*Manual completo do cosinheiro*, idem.

*Manual do confeitiro e pasteiro*, idem.

Igualmente a expensas minhas, fica iniciado o museu referido no mesmo art. 34, letra c, com as minhas antigas e limitadas collecções de terras, pedras e madeiras nacionaes abaixo discriminadas:

## TERRAS

Terra branca	E. de S. Paulo	Terra vermelha superior.	E. de S. Paulo
Terra branca barrenta	»	Terra rôxa apurada	} de S. Ma- noel
Terra branca superior	»	Terra rôxa poenta	
Terra rôxa	»	Massapé vermelha encaroçada.	»
Terra rôxa barrenta	»	Massapé preta	»
Terra rôxa com calcareos	»	Massapé branca	»
Terra vermelha	»		
Terra amarellada barrenta	»		

## PEDRAS (\*)

Actinolita em calcareo, Minas.  
Agatha.  
Alabastro (sulfato de cal).

Amethista.  
Amphibolita  
Amphigenita.

(\*) A classificação scientifica das pedras e madeiras nacionaes, foi feita pelo illustrado professor sr. Dr. Alberto Löfgren.



- Anglesita.  
 Antagordita.  
 Antimonio.  
 Antimonio e arsenio argentifero.  
 Anthracita.  
 Argilla amarella.  
 Argirosa (Galena com prata)  
 Atacamita.  
 Azurita.  
 Bismutho.  
 Blenda.  
 Blenda (Nickel).  
 Calcarea com conchas fosseis.  
 Calcedonia.  
 Calcita.  
 Calcopirita.  
 Calcopirita com malachita.  
 Carbonato de cal (Marmore brasileiro)  
 Cascalho diamantifero (brasileiro).  
 Chalcita.  
 Chalmersita e pyrite magnetico.  
 Chlorita..  
 Chumbo nativo.  
 Cinabrio.  
 Cobre nativo (Chile).  
 Concha fossil.  
 Copal (Resina de jatapy).  
 Corindon.  
 Covellina.  
 Cuprita.  
 Cuprita, do Chile.  
 Cuprita pura.  
 Cyanita em quartzo.  
 Diamantes brasileiros.  
 Distenio.  
 Ferro crystallizado.  
 Ferro e cobalto.  
 Ferro specular.  
 Fetos fosseis em schisto.  
 Filippsita (Quartzo, cobre e chumbo)  
 Fossil em schisto betuminoso.  
 Galena.  
 Galena argentifera.  
 Galena aurifera.  
 Galena do Paraná.  
 Galena e calcopirita.  
 Galenita.  
 Geodo dos Pampas (Quartzo amorpho).  
 Graphita.  
 Hemathita.  
 Labradorita.  
 Lazurita, Chile.  
 Lencitita (Serra de Caldas).  
 Libetinita.  
 Lignita.  
 Limonita.  
 Lousa.  
 Malachita.  
 Malachita com ouro.  
 Manganez.  
 Mica.  
 Mispickel.  
 Monasita (Areia-Thorio).  
 Nephelino syenita (Serra da Tijuca, Rio).  
 Nickel.  
 Oxydo de ferro.  
 Prata nativa em spatho calcarea.  
 Pyrargyrite.  
 Pyrite arsenioso.  
 Pyrite aurifero.  
 Pyrite ferro.  
 Quartzita diamantifera (Ouro Preto).  
 Quartzita com lithina (São Paulo).  
 Quartzito com ouro.  
 Quartzo.  
 Quartzo aurifero.  
 Quartzo com pyrite aurifero  
 Quartzo crystallizado.  
 Quartzo fumaçado.  
 Schisto betuminoso.  
 Schisto betuminoso de camadas diversas.  
 Schisto talcoso.  
 Serpentine.  
 Silicato de ferro.



Sulfato de calcio.  
Sulfato de cobre.  
Talco.  
Topasios brasileiros.  
Topasios variados.

Tremolita.  
Tuffa (Serra de Caldas)  
Turmalina preta.  
Turmalina rosea.  
Vidro.

## MADEIRAS

Alecrim branco, *Leguminosæ*,  
*Andira arborescens*.

Araribá, *Leguminosæ*, *Centrolo-  
bium robustum*.

Bracuhy.

Cabreúva, *Leguminosæ*.

Cabreúva amarella, *Lauraceæ*,  
*Ocotea sp.*

Canella amarella.

Canella de Santa Catharina, *Lau-  
raceæ*.

Canella parda, *Lauraceæ*, *Nectan-  
dra sp.*

Canella preta, *Lauraceæ*, *Nec-  
tandra nigra*.

Canella sassafras, *Lauraceæ*, *Oco-  
tea pretiosa*.

Canjarana, *Meliaceæ*, *Cabrlea  
sp.*

Catucanhã ou carvalho brasi-  
leiro, *Proteaceæ*, *Roupala brasi-  
liensis*.

Caviuna.

Caviuna preta, *Leguminosæ*.

Caviuna rajada, *Leguminosæ*.

Caviuna rosa, *Leguminosæ*.

Cedro, *Meliaceæ*, *Cedrela fissilis*.

Coerana.

Gonçalo Alves.

Guamixava, *Myrtaceæ*, *Eugenia  
brasiliensis*.

Guarantã, *Rutaceæ*, *Esenbeckia  
leiocarpa*.

Guaraitá, *Rubiaceæ*.

Guatambú *Apocynaceæ*, *Aspidos-  
perma macrocarpum*.

Guayuvira.

Imbuya, *Lauraceæ*.

Imbuya chamalotada.

Imbuya rajada.

Ipê amarello, *Bignoniaceæ*, *Te-  
coma sp.*

Ipê tabaco, *Bignoniaceæ*, *Ipê digi-  
tata*.

Jacarandá-capitão.

Jacarandá cresco.

Jacarandá da Bahia.

Jacarandá pardo, *Leguminosæ*.

Jacarandá vermelho, *Legumi-  
nosæ*.

Jequetibá vermelho, *Myrtaceæ*,  
*Couratari estrellensis*.

Louro, *Lauraceæ*.

Nhandú do Paraná.

Oleo copahyba, *Leguminosæ*, *Co-  
paifera Langsdorfii*.

Oleo de jatahy, *Leguminosæ*, *Hy-  
menæa stilbocarpa*.

Pau ferro, *Leguminosæ*, *Cæsal-  
pinia ferruginosa*.

Pau jantar.

Pau marfim, *Cumbretaceæ*.

Pereira.

Peroba mirim, *Apocynaceæ*, *As-  
pidosperma longifolia*.

Perobinha.

Pinho do Paraná, *Pinaceæ*, *Arau-  
caria Brasiliensis*.

Piuva, *Bignoniaceæ*, *Tecoma sp.*

Raiz de imbuya.

Raiz de jequetibá.

Sucupira, *Leguminosæ*, *Borwi-  
chia major*.

Tayúva, *Moraceæ*, *Brosimum sp.*



Timbó ou timbúva, *Leguminosæ*,  
*Enterolobium*, *Timbouva*.  
 Urindiúva clara.

Urindiúva preta.  
 Vetinga, *Myrtaceæ*.  
 Vinhatico.

Como um caso que julgo omisso no testamento, previ no regulamento a hypothese de poderem os alumnos completar o seu curso antes do tempo estipulado (4 annos), conforme o grau de adeantamento que attingirem, cedendo o logar a outros que venham gozar de identicos beneficios, de forma a poderem daquella paternal casa emanar com maior frequencia rapazes aptos, uteis para si e para a sociedade. Preenchi essa e outras lacunas, por ser o assumpto de intuição minha e pelo facto do testador haver-me auctorizado a prover em tudo que fosse necessario, de modo a ser o Instituto em tempo inaugurado sem lhe faltar cousa alguma, supprindo qualquer omissão que por ventura occorresse em seu testamento a tal respeito.

Creados, como estão, varios cursos de ensino pratico, todos de facil aprendizagem, notadamente os de jardinagem, fructicultura, horticultura, avicultura, apicultura, arte culinaria e outros, muito depende da agudez de vistas do sr. director do Instituto na acceitação de meninos mais perspicazes e intelligentes, com mais instrucção, de forma a que alli permaneçam o menor tempo possivel e obtenham rapidamente o seu honroso diploma.

Depois de algum tempo de ensino, os proprios alumnos, acompanhados de seus respectivos mestres, deverão incumbir-se das refórmias, concertos e construcções novas dos predios pertencentes ao Instituto, tanto na parte referente a pedreiros, como carpinteiros, marceneiros, etc.



Que fique consignada aqui a lembrança de se entender a administração da Santa Casa com o nosso Governo Geral afim de conseguir uma subvenção para, nos termos do art. 2.º § 2.º do nosso regulamento, educar turmas de meninos que tenham vocação e queiram seguir a carreira marítima, visto estar o Instituto enfrentando o mar e prestar-se muito naturalmente a esse mister, augmentando, por essa fôrma, os seus benefícios.

Esta nova classe de alumnos, de accôrdo com o Governo, deverá gozar das vantagens e regalias das escolas de aprendizes marinheiros, uma das quaes já existiu nesta cidade, e agora recentemente creadas em S. Sebastião e em varios pontos do litoral.

Isto tudo é questão de boa vontade e amplidão de vistas; por isso, estou certo que o Governo não negará favores para tal fim, mesmo olhando para o lado pratico da idéa, que, sem duvida, grande economia lhe trará.

Nem é de extranhar que essa proposta vingue, quando, talvez com menos razão, por toda a parte vemos hoje collegios particulares arvorados em gymnasios, gozando seus alumnos das vantagens das escolas officiaes. (\*)

Em linhas geraes, fica o regulamento organizado e devidamente registrado, cumprindo ao director do

---

(\*) Já estava traçado este capitulo, quando foi esta cidade agradavelmente surpreendida com a resolução do sr. ministro da Marinha creando aqui a escola de aprendizes marinheiros, que estava destinada a ser estabelecida em S. Sebastião, segundo era corrente. Attentos o desenvolvimento do paiz e o progresso da nossa marinha, não é de mais que perdure a minha idéa para continuarem a prevalecer os intuitos de uma convenção com o Governo, porque, como é bem de ver, nunca serão demasiadas as escolas nesse genero, visto jámais podermos deixar de ter necessidade de bons e educados marinheiros para guarda da integridade do nosso vasto territorio.



Instituto formular a regulamentação interna, nos termos do art. 43.

Sendo vontade de João Octavio, conforme letras do testamento, crear «um instituto destinado á educação intellectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao de «D. Anna Rosa», existente na capital deste Estado, e este gerido por um director que obedece a instrucções de uma direcção constituída, que é a da benemerita familia Sousa Queiroz, o espirito, aqui, da criação do Instituto D. Escholastica Rosa, não póde divergir dos seus traços geraes. O seu director nomeado virá a constituir, portanto, um verdadeiro administrador da Santa Casa, a cuja Irmandade «apresentará, no principio de cada mez, um balancete demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento».

E' assim que, nem podia tal director apresentar contas no fim de cada mez, si não fosse elle, conforme estabelece o testamento, que tivesse de receber rendas e fazer os pagamentos, para motivar o balancete mensal exigido.

O *modus-vivendi*, ou distincção de relações entre o Instituto e a Santa Casa, é tão palpavel, que, dentre outros casos apontados, João Octavio accentúa com clareza, no seu testamento, que os alumnos terão alli, entre outras cousas, medico e medicamentos, e prevê sobre a remoção de doentes para logar conveniente, em caso de molestia infecciosa ou contagiosa.

Sem duvida, está assim bem definida a posição de vida á parte, do Instituto perante a Santa Casa.

Exposto como está o intuito que presidiu á organização de meu regulamento annexo, prevendo sobre a educação intellectual, physica, civica, moral e senti-





OFFICINA DE ALFAIATARIA.



mental, além da educação profissional obrigatoria, de accôrdo com a vocação do alumno ( arts. 20, 23, 27 e 28 ), desnecessario seria demonstrar as grandes vantagens que advêm para a sociedade em geral e principalmente para os rapazes, do ensino ministrado sob taes moldes.

E como pretender, por outra fórma, o operario amigo, intelligente, respeitador das leis da sociedade constituída e dos cabedaes alheios honestamente conquistados ?

Si houver lacunas, entretanto, no presente regulamento, tem a Meza Administrativa da Santa Casa, nos arts. 31 e 41, a valvula aberta para supprir-lhe annualmente as deficiencias, acompanhando a evolução dos tempos.

## XI

**S**I ha homenagens a prestar de minha parte e gratidão dos que vão ser beneficiados pelo Instituto D. Escholastica Rosa, estas cabem grandemente ao M. Juiz da 1.<sup>a</sup> Vara, Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, que, perscrutador e attento, seguiu todos os passos dados no andamento do espolio de João Octavio, não regateando successivas prorrogações de prazo para que tão grande empreendimento, fóra da importancia dos albergues nocturnos, abrigos, recolhimentos, etc., fosse levado a effeito pela fórma que ora apresento.

Si não fosse esse poderoso auxilio, com tão minguido e insignificante saldo para tal fim, como se apu-



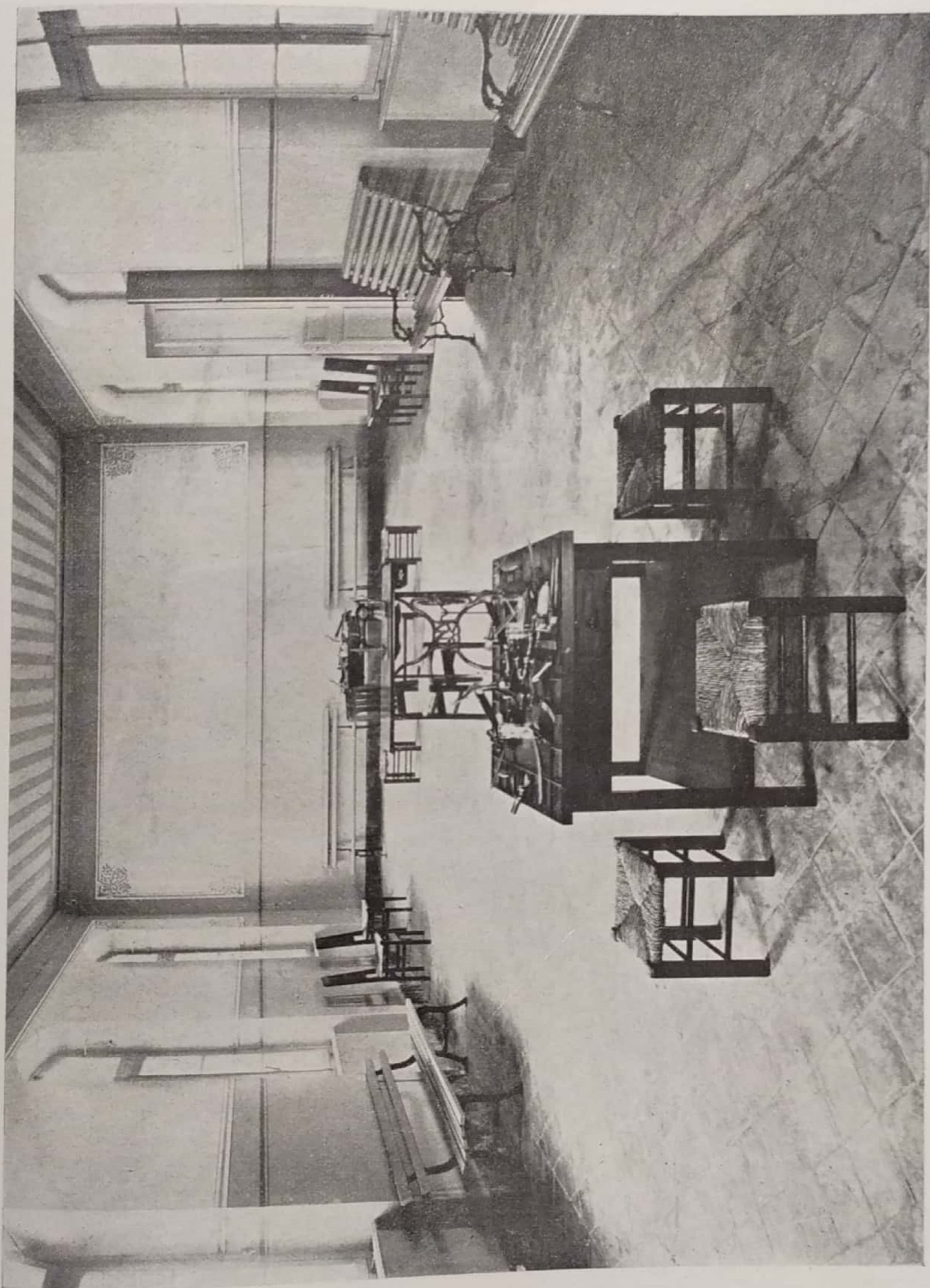
rou (Rs. 755:161\$998 para constituição de patrimonio, ou fonte de renda, edificações, montagem do Instituto, etc., etc.), é certo que Santos, ou nosso Estado, não teria tão cedo cousa que prestasse nesse genero.

Grato igualmente não posso deixar de confessar-me ao professor Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Ramos de Azevedo, auctor dos projectos do Instituto e director mental dos trabalhos de construcção, que, por deferencia pessoal a mim, tantas vezes manifestada, assumiu o encargo de promover concurrencias parciaes em S. Paulo, tanto para a construcção como para os variados fornecimentos ao Instituto, visando todas as contas referentes aos mesmos antes de serem por mim effectuados os pagamentos.

Ao constructor sr. Angelo del Debbio, auxiliado por seu irmão Silverio del Debbio, não posso tambem deixar de registrar o meu reconhecimento pela maneira correcta com que ambos se portaram durante toda a construcção, sempre promptos a attender a qualquer exigencia que lhes era feita. Tão correctos foram, que, em circumstancias de alteração de calculos da construcção, pela elevação de fretes, que lhes trouxe sérios prejuizos, conforme se evidencia do doc. n. 29, obrigando-os a utilizar-se de outros meios de transporte mais caros que os que serviram de base para os calculos, nada exigiram do espolio por esse facto imprevisto, cingindo-se aos preços de unidade do seu contracto.

Cabe, por fim, agradecer, calculo ser caso disso, á Commissão da Santa Casa o facto de ter acceitado o convite que lhe dirigi em 13 de Junho de 1903 para collaborar commigo neste espinhoso encargo, comparecendo limitadissimas vezes no Instituto durante o longo





OFFICINA DE SAPATARIA.



período de annos de sua construcção e montagem, o que só posso attribuir a uma grande e immerecida confiança da parte dos srs. que compuzeram a Commissão, a qual, por seu turno, visou as contas a serem pagas.

## XII

**C**OMO chave de todo o meu trabalho, restava-me exhibir a prestação total de contas do inventario e testamentaria a meu cargo, o que fiz com um resumido relatorio em fórma de requerimento ao M. Juiz, adiante transcripto, letra B.

Feita a prestação de contas, e transcrevendo os documentos que se seguem, julgo desnecessarias outras explanações, porque elles e os algarismos falam sufficientemente.

Dou-os na seguinte ordem:

A) Requerimento para exame de livros e documentos do espolio ;

B) Requerimento de prestação de contas ;

C) Laudo dos peritos (\*);

D) Annexos: n.º 1, Demonstração geral do inventario do finado João Octavio dos Santos, segundo as arrecadações e avaliações judiciais, devidamente documentadas nos autos; n.º 2, Herança de João Octavio dos Santos, Demonstração geral da receita e despesa; n.º 3, Patrimonio do Instituto D. Escholastica Rosa, que o testamenteiro entrega á Santa Casa de Misericordia ;

E) Sentença.

(\*) Em 16 de Janeiro do corrente anno, perante o M. Juiz da Direito da 1.ª Vara e o 1.º Tabellião da Comarca, os peritos nomeados tomaram em cartorio o solemne compromisso de bem e fielmente procederem á verificação das contas da testamentaria de João Octavio dos Santos.



R) *Exm.º Snr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

J. Como requer. Acceito a indicação do guarda-livros do supplicante, e do da Santa Casa de Misericórdia, e nomeio Paulo Filgueiras para completar a commissão que verificará as contas.

Santos, 21-12-907.

ROIZ SETTE.

Diz Julio Conceição, testamenteiro e inventariante dos bens de João Octavio dos Santos, que, apesar de habitualmente prestar a V. Exa. todos os mezes as suas contas da testamentaria, sempre instruidas dos respectivos documentos, vem, em vias de prestação final de contas do encargo, requerer a V. Exa. se digne nomear uma commissão para examinar com toda a minucia as referidas contas, emittindo parecer sobre ellas, a partir do tempo em que assumiu a testamentaria, isto é, desde o arrolamento dos bens deixados por João Octavio até o fecho de suas contas.

O supplicante pede venia para lembrar a V. Exa. que essa commissão poderá ser composta do Snr. José Caetano Munhoz, guarda-livros da Santa Casa de Misericórdia e lente de escripturação mercantil da Academia de Commercio desta cidade, e do contador judicial ou pessoa que V. Exa. designar, com a presença do actual guarda-livros do supplicante, Snr. Octavio Pereira Guimarães.

P. deferimento.

Santos, 21 de Dezembro de 1907.

*Julio Conceição.*



3) *Exm.<sup>o</sup> Snr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

J. Digam o Dr. Promotor de Resíduos, e  
a Santa Casa de Misericórdia.  
Santos, 20-2-908.

ROIZ SETTE.

Tenho a honra de vir submeter ao estudo e apreciação de V. Exa. a minha prestação final de contas do laborioso inventario de João Octavio dos Santos, assim como relatar alguns factos que se prendem á economia do espolio e á inauguração do Instituto D. Escholastica Rosa.

Em petição de 30 de Abril de 1907 e em outras occasiões, affirmei que a entrega e inauguração do Instituto se daria quando todos os trabalhos de construção, montagem, etc. estivessem concluidos e todas as contas liquidadas, sem o minimo onus para a Santa Casa de Misericordia. Essa inauguração, entretanto, deu-se antes desse facto, devido a um accôrdo mutuo estabelecido entre mim e a maioria da Meza Administrativa, então presente, em amistosa reunião para tratar do assumpto, que tivemos a 25 de Dezembro do anno passado. Em vista disso, procedeu-se á inauguração do Instituto no dia 1.<sup>o</sup> de Janeiro do corrente anno e entreguei-o á Santa Casa, assim como as propriedades do espolio e sua administração; após 31 de Dezembro, conforme annuncio que fiz pela imprensa.

Sendo por mim apuradas e pagas todas as contas, resultou constituir-me credor do espolio de..... Rs. 12:316\$592, quantia que, por effeito do mesmo accôrdo, ratificado por cartas, me será indemnizada mensalmente com 3:000\$000, retirados das sobras da despeza e receita do Instituto.



Propuz-me pagar aquella somma com adeantamento de minha parte, afim de que a Santa Casa nada despendesse e prevalecesse o caracter de independencia, de uma vida á parte, do Instituto, nos termos do Regulamento e dos capitulos da minha Monographia, concernentes ao assumpto, os quaes tive oppor-tunidade de ler áquelles mezarios representantes da Santa Casa de Misericordia, srs. João Furtado da Rocha Frota, vice-provedor em exercicio, Frederico Junqueira, Francisco Maximo de Oliveira, Tenente-coronel José Pinto da Silva Novaes e Gustavo de Sousa, o que tudo teve approvação unanime, com manifesto agrado.



O Instituto fica com um patrimonio garantidor de sua manutenção propria, pois a renda é de Rs. 10:905\$ por mez, conforme o valor locativo dos predios, entregues todos alugados em Dezembro, ultimo mez da minha administração, sem contar a renda dos terrenos, embora pouca, que na occasião estavam desalugados.

Cumpre notar que a renda seria maior, uma vez levando em consideração que o antigo predio á rua Xavier da Silveira n. 16, alugado por 180\$000, foi inutilizado pelas obras do caes, como todas as propriedades daquela rua, conforme em tempo communiquei a V. Exa., e que a chacara de João Octavio, rendendo 250\$000 por mez, foi exigida para a edificação do Instituto.

A renda acima, de Rs. 10:905\$000, póde ser, todavia, elevada desde logo a cerca de 12:000\$000, si fôrem feitos em determinados predios alguns melhoramentos de pouca monta, que já tive oportunidade de indicar.



Os dispendios com os predios para se tornar a renda liquida, não foram pequenos nos annos anteriores, attentos os pesados impostos e reformas hygienicas por que gradativamente passaram elles. Tomando-se, entretanto, os dispendios do mez de Janeiro a Dezembro do ultimo anno, a manutenção e conservação dos predios, mesmo incluindo melhoramentos de certa importancia, como alguns cimentamentos de solos, aterros, etc., ficaram reduzidas a Rs. 1:043\$556 de media mensal.

Para V. Exa. melhor apreciar a realidade dos recursos com que póde contar o Instituto, incluo copia da tabella de vencimentos do pessoal com o calculo da manutenção, por mim apresentado á commissão da Meza Administrativa da Santa Casa, e bem assim copia de uma carta com que posteriormente, dois dias depois da reunião, a instrui, dirigida ao sr. Provedor.

Por esses documentos V. Exa. verá que a despesa, em numeros redondos, com o pessoal e alimentação — está orçada em Rs. 6:000\$000 por mez, inclusive eventuaes de 1:000\$000, somma que parece bastante razoavel para tal fim. Ora, sendo a renda do patrimonio Rs. 10:905\$000, razoavelmente poderemos contar, abatidos os 905\$000 para conservação e melhoria dos predios, com um saldo mais ou menos de 4:000\$000 para ser empregado em novas edificações e no futuro desdobramento dos pavilhões do Instituto, de modo a vir beneficiar maior numero de educandos.

Tive ensejo de fazer ver aos srs. representantes da Santa Casa que, quando os trabalhos dos alumnos principiarem a produzir, será conveniente que o Instituto faça venda de seus productos, dando-os em com-



missão a negociantes respeitaveis, de boa situação na cidade, afim de terem os artefactos em constante exposição, recebendo ao mesmo tempo encomendas aviaveis nas officinas.

\* \* \*

Julgo excusado relatar os diversos melhoramentos realizados nos predios e economias por mim procedidas, uma vez que V. Exa. tem tido a respeito successivas informações no correr do inventario.

E como V. Exa. tem sciencia, todos os trabalhos de construcções e fornecimentos para o espolio e para o Instituto, foram feitos por concorrência, salvo pequenos concertos em predios. Fóra disso, as relações desta testamentaria se mantiveram sempre com pessoas e casas respeitaveis, não existindo em minha prestação de contas uma verba sequer sem a competente factura e recibo, salvo quanto a pequenos carretos, compras de sellos e estampilhas, das quaes, por sua natureza, não se fornecem recibos.

O meu proceder em toda a gestão do acervo tem sido este: renda arrecadada, renda empregada, chegando ao ponto de me constituir quasi sempre credor do espolio, como ainda agora acontece no fecho destas contas, por quantia que adeantei para os ultimos pagamentos. Assim procedendo, não podia mesmo o espolio ter importancias a render juros ou empregadas noutro mister em favor de quem quer que fosse. Igualmente o espolio não pagou juros a ninguem. Pelas proprias cadernetas bancarias, os saldos que existiram estiveram depositados em conta corrente simples, sem juros.



Relatados ligeiramente os factos que com mais intimidade se prendem ao inventario, como á vida e economia do Instituto, passo a prestar as contas finaes da testamentaria a meu cargo.

V. Exa. ha de recordar-se que requeri em 21 de Dezembro do anno p. passado um exame de livros do espolio por peritos de competencia e reconhecida nomeada, resultando do seu trabalho o exame nitido de todos os livros, documentos, correspondencia e levantamento do balanço geral da escripturação.

Tão bem delineado foi esse balanço, que louvo-me no mesmo, dispensando o trabalho de apresentar outro pela minha parte, o qual seria identico nos algarismos, visto as sommas combinarem exactamente com o saldo da caixa do espolio e com os titulos da escripturação.

De accôrdo, portanto, com esse balanço, é que venho prestar a V. Exa. as contas finaes da minha administração, incluindo o parecer e o referido balanço dos peritos, srs. José Caetano Munhoz, Capitão Paulo Filgueiras e Octavio Pereira Guimarães.

\* \* \*

O inventario de João Octavio foi iniciado em 24 de Julho de 1900 e terminado em 5 de Novembro de 1901.

Pelo balanço, V. Exa. verá que o monte-mór foi arrolado e avaliado em Rs. 1.625:919\$686, segundo o calculo do contador nos autos.

Nessa occasião todos os legados em predios e em dinheiro foram pagos — na importancia de Rs. 339:000\$000, assim como os impostos — na de Rs. 226:015\$448, e os demais encargos do inventario — na de Rs. 239:358\$184, sendo depositados na Meza de Rendas titulos sem va-



lor — na de Rs. 66:022\$456, e entregues á Santa Casa, em objectos, Rs. 361\$600, ou sejam Rs. 870:757\$688 a deduzir do monte-mór.

Bem apurando, ficou por occasião do encerramento do inventario, em 5 de Novembro de 1901, o remanescente de Rs. 755:161\$998 em predios, para occorrer a construcções novas, reformas de predios, edificação do Instituto D. Escholastica Rosa, montagem do mesmo e constituição do seu patrimonio para lhe dar vida propria.

Resulta, portanto, que com a renda da somma acima, constitui o seu patrimonio, com edificações novas e consideraveis melhoramentos nos predios antigos, o qual hoje lhe fornece uma renda mensal bruta de Rs. 10:905\$000, e construi o Instituto e monte-o, procurando provel-o dos machinarios mais modernos e de todo o necessario, até nas minimas cousas, conforme as listas firmadas pelo almoxarife do Instituto e facturas commerciaes inclusas nos autos.

Em uma palavra: recebi na especie acima mencionada, Rs. 755:161\$998 e entrego Rs. 1.373:742\$395 em edificações novas e montagem do Instituto (*sem computar nessa somma Rs. 168:683\$905 de dispendios com melhoramentos e conservação de todos os predios no longo periodo do inventario*), assim discriminados:

Em predios e terrenos, pela avaliação	
nos autos, de fs. 47 a 100 . . . . .	788:660\$000
Construcções novas de predios . . . . .	82:850\$000
Custo da chacara, terreno adquirido, construção e montagem do Instituto . . . . .	501:632\$395
Em acções . . . . .	600\$000
Rs. . . . .	<u>1.373:742\$395</u>



Além dos impostos acima referidos, na importância de Rs. 226:015\$448, pagos até o encerramento do inventario, o espolio ainda foi gravado com os da municipalidade e com a taxa de exgottos ao Estado, na importancia de Rs. 68:750\$360, até o final da testamentaria. De sorte que a totalidade dos impostos pagos pelo espolio montou em Rs. 294:765\$808!

\* \* \*

Como o trilhar\* firme e a tenacidade fortalecem dia a dia a quem com elles se apegas, ha de V. Exa. ter notado a minha vigorosa defesa pelos interesses do espolio nos actos registrados nos autos durante o inventario, a começar pela demanda de nullidade do testamento movida contra a herança, até esta minha prestação de contas. Outros actos que tambem justificam isso, não chegaram ao conhecimento de V. Exa. por falta de documentos.

Sobrepujados todos os impecilhos, tenho concluido a minha missão, deixando organizado um estabelecimento que, sem duvida, engrandecerá S. Paulo e todo o nosso paiz, não só pela sua construcção moderna e hygienica, como pela regulamentação, que, sob o principio de ser honroso e nobilitante todo o trabalho honesto, tanto o mais delicado como o mais grosseiro, attende com vantagem a grande numero de vocações de educandos para o trabalho profissional.

Oxalá seus administradores queiram seguir com severidade a orientação desse regulamento e comprehender o elevado alcance instructivo do ensino profissional, tão necessario em nosso meio como em quasi toda a parte do mundo.



Terminando, requeiro a V. Exa. se digne mandar que o sr. dr. curador de residuos e o sr. contador do fôro se pronunciem sobre as contas que ora presto, afim de serem afinal julgadas por V. Exa.

P. deferimento.

Santos, 18 de Fevereiro de 1908.

*Julio Conceição.*

2) Tendo o testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, requerido em 21 de Dezembro do anno proximo passado, ao M. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, que fosse nomeada uma comissão para examinar com toda a minucia as contas do inventario, emittindo parecer sobre ellas a partir do tempo em que assumiu a testamentaria, até o fecho de suas contas, nomeou o M. Juiz para esse fim os tres guarda-livros abaixo assignados, que desempenharam o seu mandato pela forma exposta no seguinte:

### LAUDO

No intuito de chegarem a um resultado pratico, apresentando, afinal, um trabalho que não fosse por demais longo e fatigante para os que delle houvessem de tomar conhecimento, os peritos abaixo assignados resolveram conferir a escripta organizada pelo testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, comparando escrupulosamente todos os seus lançamentos com os documentos que os justificam



e que se acham juntos, sob numeros um a dois mil quatrocentos e setenta e nove, aos dez volumes de autos, de que constam todos os actos e diligências do presente processo de inventario.

Essa escripta, que está contida em livros «Caixa» — «Copiador» — e «Rasão», com historico e referencia aos documentos, abrange o periodo de 10 de Julho de 1900 até a presente data e está feita em forma mercantil, com clareza, sem razuras, emendas ou truncamento e em ordem chronologica.

Depois de haverem feito, os peritos, cuidada leitura do testamento junto ao primeiro volume dos autos, para tomarem conhecimento dos legados e mais encargos do testador, chegaram ao conhecimento do que vae adiante.

O total dos bens deixados pelo finado João Octavio dos Santos, a que na escripta referida se deu a denominação de «Monte-mór», elevou-se á importancia de *mil seis centos e vinte e cinco contos nove centos e dezenove mil seis centos e oitenta e seis réis* — Rs. 1.625:919\$686 — representados por bens immoveis, — dinheiro, moveis, acções de Bancos e Companhias, apolices da vida publica, letras hypothecarias e titulos de dividas diversos.

Dessa importancia houve a deduzir as dos encargos do testamento: por «Legados em Predios», na importancia de *cento e cincoenta contos de réis* — Rs. 150:000\$ — por «Legados em dinheiro», na importancia de *cento e oitenta e nove contos de réis* — Rs. 189:000\$000 — e mais as de custas judiciaes, honorarios medicos, funeral, luto, construcções contractadas, impostos, conservação de predios e outras, sommando *quinhentos e trinta e*



*um contos, sete centos cincoenta e sete mil seiscentos e oitenta e oito réis* — Rs. 531:757\$688 — o que elevou o total dos encargos á importancia de *oitocentos e setenta contos, setecentos e cincoenta e sete mil seiscentos e oitenta e oito réis* — Rs. 870:757\$688 — que, deduzidos da importancia total do «Monte-mór», deixaram o remanescente de *setecentos e cincoenta e cinco contos, cento e sessenta e um mil novecentos e noventa e oito réis* — Rs. 755:161\$998 — importancia esta sujeita ao encargo da construcção do Instituto D. Escholastica Rosa, segundo a expressa vontade do testador, cujo valor era representado pelos immoveis e alguns titulos, em 5 de Novembro de 1901, em que terminou o inventario.

Foi, então, com a renda desses immoveis, cuja media de recebimentos era de cerca de dez contos mensaes, que o inventariante acauteladamente conseguiu, sem vender nem um só delles, realizar a vontade do testador, construindo e installando o «Instituto» e ainda augmentando o patrimonio, com a conservação e reparos em varios predios. Convem notar que quasi sempre o inventariante fazia adeantamentos de dinheiros, sem que o inventario fosse sobrecarregado com pagamentos de juros.

Todos os concertos, construcções e reformas de predios foram previamente contractados por meio de concorrência, cujos documentos foram vistos pelos peritos no archivo do inventario.

Do que fica exposto, se tomará melhor conhecimento na leitura dos annexos numeros um e dois, em que fizeram os peritos apuração geral de tudo quanto entrou no inventario, deduzidos os encargos e o ba-



lanço geral da receita e despesa, o qual fecha com um deficit de *doze contos, trezentos e dezeseis mil quinhentos e noventa e dois réis* Rs. 12:316\$592—importancia esta de que é credor o testamenteiro por supprimentos que fez para liquidação de todas as responsabilidades do inventario.

A construcção do edificio em que foi installado o « Instituto » foi feita, exclusivamente, com os recursos da herança, sob a fiscalisação de habilissimo profissional, e todas as despesas autorisadas por uma comissão de Mezarios da Irmandade da Santa Casa de Misericordia, que das contas tomou conhecimento por ter de receber a seu cargo esse Instituto com seu respectivo patrimonio.

A despesa total com a edificação e montagem do Instituto, já entregue á Santa Casa de Misericordia, foi de *quatrocentos cincoenta e oito contos trezentos setenta e sete mil trezentos e noventa e cinco reis* — Rs. 458:377\$395—conforme as contas parciaes, escriptosamente conferidas pelos peritos; accrescentando a essa importancia o valor do terreno em que foi levantado o edificio — (*quarenta contos de réis*) 40:000\$000 — e valor de moveis do testador que foram levados para o Instituto (*tres contos duzentos e cincoenta e cinco mil réis*) Rs. 3:255\$000 — verifica-se o valor total do edificio com todas as dependencias, installação, mobiliario, etc., na importancia de *quinhentos e um contos seis centos e trinta e dois mil trezentos e noventa e cinco réis* — Rs. 501:632\$395.

Liquidadas as obrigações determinadas pelo testador, o testamenteiro e inventariante entrega á Santa Casa de Misericordia de Santos o Instituto com seu



patrimônio no valor total de *mil trezentos e setenta e tres contos, sete centos quarenta e dois mil trezentos e noventa e cinco réis* — Rs. 1.373:742\$395 — valor esse representado pelos imóveis conforme avaliação judicial nos autos, o Instituto completamente instalado e vinte ações da Companhia Estrada de Ferro Araraquara.

*Vide annexo numero tres.*

Concluindo: os peritos abaixo assignados julgam exactas as contas do inventario João Octavio dos Santos, apresentadas pelo testamenteiro e inventariante Snr. Julio Conceição, que administrou os bens que ora entrega com louvavel criterio, occorrendo opportunamente ás despesas que se faziam necessarias, salvaguardando sempre os interesses do legado e dando fiel cumprimento á vontade do testador; o que tudo ficou verificado pela bôa ordem da escripturação e clareza dos documentos que foram presentes ao exame da commissão de peritos que a este subscreve.

Santos, 18 Fevereiro 1908.

*Paulo Filgueiras.*

*José C. Munhoz.*

*Octavio Pereira Guimarães.*

---



## D) ANNEXOS

### ANNEXO N. 1

Demonstração geral do Inventario do finado João Octavio dos Santos, segundo as arrecadações e avaliações judiciais, devidamente documentadas nos autos.

#### Monte-mór

Predios e terrenos, conforme avaliação dos peritos judiciais nos autos, fls. 47 a 100...		978:660\$000
Moveis, materiaes para construcções, moedas, joias e metaes diversos:		
1) vendidos em leilão por alvará do M. Juiz e conforme docs. nos autos, 4 vol. fls. 906 a 910 ...	4:371\$000	
2) moveis que não foram vendidos, conforme doc. nos autos fls. 705 ...	<u>3:255\$000</u>	7:626\$000
Objectos entregues á Santa Casa de Misericordia, conforme avaliação judicial nos autos, fls. 109 v. a 110...		<u>361\$600</u>
A TRANSPORTAR ...		986:647\$600



	TRANSPORTE...	...	986:647\$600
Dividas activas, conforme a relação nos autos, fls. 29 v. a 30 ... ..			48:422\$456
Dinheiro encontrado no bolso do inventariado, re- ferido nos autos, fls. 163	566\$000		
Dinheiro mencionado nos autos fls. 30 e 30 v. ... ..	<u>241:496\$820</u>	242:062\$820	
Titulos diversos, conforme avaliação nos autos, fls. 30 a 30 v., a saber:			
1100 acções da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, vendidas por alvará do M. Juiz e docs. 508 e 509, liquido da conta de venda do cor- retor Leonidas Moreira	236:386\$000		
Menos: commissão ao Ban- co pela remessa desse li- quido ... ..	<u>86\$970</u>	236:299\$030	
20 acções da Companhia Estradas de Ferro Ara- raquara, autos fls. 161 ...			600\$000
200 acções da Companhia União Sorocabana e Itua- na, vendidas por alvará do M. Juiz e docs. nos autos fls. 510, liquido da conta de venda do cor-			
A TRANSPORTAR...	...	...	<u>1.514:031\$906</u>



TRANSPORTE...	1.514:031\$906
retor Saturnino C. Gomes	
mes	2:300\$000
100 apolices da divida publica do Brasil, vendidas por alvará do M. Juiz e conforme doc. de fls. 510 e balancete de Setembro de 1901, juntos aos autos...	74:937\$780
350 letras hypothecarias do Banco de Credito Real do Brasil, vendidas por alvará do M. Juiz, conforme consta dos autos a fls. 577...	2:100\$000
150 ditas do mesmo Banco, vendidas conforme fls. 163 dos autos	4:950\$000
200 acções do Banco Mercantil de Santos, certidão nos autos fls. 529...	27:600\$000
	<u>1.625:919\$686</u>

### Deduções

#### ENCARGOS DO INVENTARIO

Legados em predios, conforme o testamento e as avaliações, entregues aos respectivos legatarios, conforme quitação nos autos...	150:000\$000
A TRANSPORTAR...	<u>150:000\$000</u>



TRANSPORTE...	150:000\$000
Legados em dinheiro, conforme testamento, pagos aos legatarios respectivos, conforme quitações nos autos...	189:000\$000
Objectos entregues á Santa Casa de Misericordia, conforme recibo no archivo do testamenteiro...	361\$600
Titulos de dividas activas, sem valor, depositadas na Recebedoria de Rendadas desta cidade, conforme termos nos autos a fls. 515 ...	66:022\$456
Funeral, conforme docs. 146, fls. 320 dos autos ...	1:554\$600
Luto de famulos, conforme doc. 147, fls. 322 dos autos ...	305\$000
Avaliadores, conforme doc. n. 338 e fls. 173 dos autos. ...	1:792\$920
Medicos, conforme mandado judicial e doc. n. 494	48:840\$219
Advogados, conforme contracto nos autos, fls. 126 e docs. 449 a 453 e 528	30:000\$000
Custas judiciaes, conforme docs. nos autos fls. 338, 361, 362, 416 e 441...	9:956\$760
A TRANSPORTAR...	497:833\$555



TRANSPORTE...	497:833\$555	
Imposto de transmissão, <i>causa-mortis</i> e legados, conforme docs. ns. 535 a 559, nos autos	226:015\$448	
Rendimentos pagos a lega- tarios, no periodo do in- ventario, conforme qui- tações nos autos	20:215\$225	
Construcções contractadas em vida do testador e pagas pelo testamenteiro, conforme consta a fls. 20 dos autos e docs. 162, 175, 184, 193, 194 e 195	46:500\$000	
Vintena determinada pelo testador e arbitrada, con- forme calculo dos autos a fls. 530.	<u>80:193\$460</u>	870:757\$688
Saldo effectivo, ou rema- nescente, demonstrado na terminação do inventa- rio em 5 de Novembro de 1901, para constitui- ção do patrimonio do Instituto D. Escholastica Rosa, construcção do edi- ficio, montagem, etc.		<u>755:161\$998</u>
	Rs.	<u>1.625:919\$686</u>

Santos, 18 de Fevereiro de 1908.

*Paulo Filgueiras.*

*José C. Munhoz*

*Octavio Pereira Guimarães.*



ANNEXO N. 2

Herança de João Octavio dos Santos

DEMONSTRAÇÃO GERAL DA  
**RECEITA E DESPEZA**

**RECEITA**

Dividendos de acções:

Recebido conforme 1.º volume dos autos fls. 41 e 2.º dito fls. 404 ... ..

23:600\$000

Reposições dos legatarios e restituições:

Recebido conforme balancetes de Maio, Junho, Agosto e Setembro de 1901, Outubro de 1902 e Março de 1907, nos autos. ... ..

3:209\$770

Juros:

Recebido juros de apolices e de uma hypotheca, conforme balancetes nos au-

A TRANSPORTAR .. ...

26:809\$770



TRANSPORTE...	...	...	26:809\$770	
tos, de Julho, Outubro e Novembro de 1900, Ju- nho e Agosto de 1901 ...			5:355\$000	
Indemnisações:				
Recebido conforme docs. e balancetes nos autos, de Setembro de 1902, Abril, Maio, Junho e Dezembro de 1907 ...			5:450\$000	
Alugueis:				
Recebido conforme balan- cetes e listas mensaes nos autos, com o nome de cada inquilino, valor locativo, rua e numero do predio, a saber:				
De Junho a Dezembro de 1900, listas 1 a 7 ...	..	55:672\$400		
De Janeiro a Dezembro de 1901, listas 8 a 19...	...	103:053\$900		
De Janeiro a Dezembro de 1902, listas 20 a 31...	...	121:566\$960		
De Janeiro a Dezembro de 1903, listas 32 a 43...	...	119:609\$500		
De Janeiro a Dezembro de 1904, listas 44 a 55...	...	120:133\$600		
De Janeiro a Dezembro de 1905, listas 56 a 67...	...	124:937\$200		
A TRANSPORTAR ..	...	644:973\$560	37:614\$770	



TRANSPORTE... ..	644:973\$560	37:614\$770
De Janeiro a Dezembro de 1906, listas 68 a 79... ..	114:682\$300	
De Janeiro a Novembro de 1907, listas 80 a 90... ..	<u>116:602\$800</u>	876:259\$660
Alugueis do mez de Dezem- bro de 1907, recebidos por intermedio da Santa Casa de Misericordia e prestação de accôrdo com o convenio estabeleci- do por cartas de 31 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1908 ... ..		14:450\$260
Saldo a favor do testamen- teiro ... ..		<u>12:316\$592</u>
	Rs. ... ..	<u>940:641\$282</u>

## DESPEZA

Seguros contra fogo:

Pago conforme docs. nos autos, ns. 166, 236, 399, 400, 473 a 475, 620, 652, 653, 865, 866, 1190, 1191, 1606, 1652, 1653, 1843, 2087, 2156, 2157, 2427, e balancete de 31 de Março de 1907 ... ..	16:566\$050
---	-------------

Consumo d'agua:

Pago a «The City of San-  
tos Improvements Co.»,

A TRANSPORTAR... .. 16:566\$050



TRANSPORTE...	...	16:566\$050
conforme balancetes e docs. nos autos ...	...	25:642\$100
Empregados do espolio:		
Pago conforme balancetes e docs. nos autos ..	...	59:488\$080
Melhoramentos em predios:		
Pago conforme balancetes e docs. nos autos e numerosas propostas de concurrencia no archivo do espolio ...	...	168:683\$905
Impostos:		
Pago impostos prediaes e exgottos, conforme docs. ns. 116, 245 a 299, 373, 529 a 578, 680 a 732, 776 a 780, 792, 924 a 973, 1272 a 1325, 1326 a 1329, 1340, 1341, 1465, 1466, 1761, 1867 a 1968, 2202 <sup>A</sup> , 2262, 2430 a 2432, nos autos...	...	67:750\$360
Pago ao escrivão pela sua commissão no imposto de transmissão — <i>causa-mortis</i> , inherentes aos docs. de fls. 535 a 539.	1:000\$000	68:750\$360
A TRANSPORTAR...	...	339:130\$495



TRANSPORTE... 339:130\$495

Despezas diversas:

Pago conforme balancetes  
e docs. nos autos ... 16:764\$390

Monumento:

Pago ao escultor A. Zani,  
conforme docs. ns. 2.080  
e 2.100, nos autos ... 14:000\$000

Construcções:

Pago a Serafino Candela-  
resi pela transformação  
de 5 armazens da Rua  
Aguiar de Andrade em  
10 casas para habita-  
ções particulares, autos,  
2.º volume fls. 534 e docs.  
ns. 461, 462, 484, 485,  
507, 508, 519, 524, 525,  
526 e 594 ... 30:850\$000

Pago a Guilherme Krug  
& Filhos, construção do  
predio á Rua Frei Gas-  
par n.º 38, conforme  
docs. nos autos, ns. 2137,  
e 2168 ... 5:500\$000 36:350\$000

Instituto:

Construção do edificio,  
pinturas, montagem, ac-  
quisição do terreno e

A TRANSPORTAR... 406:244\$885



TRANSPORTE...	...	...	406:244\$885
outras despesas, conforme balancetes e demonstrações nos autos, contas estas em parte visadas pelo architecto Exmo. Dr. Ramos de Azevedo e na totalidade pela Comissão da Santa Casa de Misericórdia, junto ás construcções	...	...	444:377\$395
Vintena determinada pelo testador, e arbitrada conforme calculo dos autos, fls. 530	...	...	80:193\$460
Menos:			
Saldo existente em caixa na terminação do inventario a 5 de Novembro de 1901	...	...	2:840\$458
			77:353\$002
Exame Judicial:			
Pago conforme mandado judicial nos autos, doc. N. 2477	...	...	3:000\$000
Prestação de contas:			
Pago a Weiszflog Irmãos, impressão de relatorios e plantas em lithographia das propriedades urbanas e sub-urbanas do			
A TRANSPORTAR...	...	...	930:975\$282



	TRANSPORTE...	...	930:975\$282
espolio, frete, encaixota-			
mento e mais objectos,			
de accôrdo com a fac-			
tura nos autos, doc. n.			
2469 ... ..	9:316\$000		
Pago custas judiciaes, doc.			
nos autos, n. 2479 ... ..	350\$000	9:666\$000	
	Réis. ... ..	940:641\$282	

Santos, 18 de Fevereiro de 1908.

*Paulo Filgueiras.*

*José C. Munhoz.*

*Octavio Pereira Guimarães.*



ANEXO N. 3

Patrimonio do Instituto D.<sup>a</sup> Escholastica Rosa,  
que o testamenteiro entrega á

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SANTOS

Prédios e terrenos:

Predios e terrenos, conforme as avaliações por peritos judiciaes...	828:660\$000	
Construcção á rua 24 de Maio N.º 45 e fundos á rua Antonio Prado, 12	46:500\$000	
Idem á rua Aguiar de Andrade, transformação de 5 armazens em 10 casas para habitações ...	30:850\$000	
Idem á rua Frei Gaspar N. 38...	5:500\$000	
Rs...	911:510\$000	
Menos: chacara onde se acha edificado o Instituto ...	40:000\$000	871:510\$000
A TRANSPORTAR...		871:510\$000



TRANSPORTE... .. 871:510\$000

Instituto:

Acquisição de terreno, construção do edificio, pinturas, montagem e outras despesas, conforme docs. demonstrativos nos autos ... ..	444:377\$395	
Chacara onde foi edificado o Instituto ... ..	40.000\$000	
Moveis do fallecido João Octavio dos Santos, que passaram para o Instituto	3:255\$000	
Monumento ... ..	<u>14:000\$000</u>	501:632\$395

Acções:

20 acções da Companhia Estrada de Ferro Araquara ... ..	600\$000	
Rs... ..	<u>1:373:742\$395</u>	

Santos, 18 de Fevereiro de 1908

*Paulo Filgueiras.*

*José C. Munhoz.*

*Octavio Pereira Guimarães.*



## 8) SENTENÇA

---

Vistos etc. Hei por prestadas e boas as contas de Julio Conceição, na qualidade de testamenteiro e inventariante dos bens deixados pelo finado João Octavio dos Santos, e constantes destes autos por meio de balancetes mensaes devidamente documentados, demonstrando a receita e despesa do espolio e a exacta applicação deste de accôrdo com as disposições do testamento de fl.

Verifica-se dos referidos balancetes, de cujo minucioso exame fizeram os peritos nomeados por este Juizo o relatorio de fl. e organisaram os resumos que constituem os annexos n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3, de fl. a fl. , qual a totalidade e o valor dos bens ao tempo em que se abriu a successão; qual a somma despendida com o pagamento de impostos diversos, com outros encargos da herança, e com o cumprimento de varios legados em predios e em dinheiro; qual a renda do espolio, reduzido a menores proporções pelos ditos encargos e pagamentos, competente e escrupulosamente administrado pelo testamenteiro; e, por fim, como, sem alienação de bem algum, mas sómente com essa renda, desenvolvida e mantida já pela reforma e adaptação a fins convenientes de alguns predios, já pelo augmento do numero destes e cuidadosa conservação de todos elles, foi construido o edificio de grande valor e imponencia e nelle installado o Instituto D. Escholastica Rosa, creado e delineado pelo finado João Octavio dos Santos e confiado por este, em seu testa-



mento, á administração da Santa Casa de Misericórdia, com o seu patrimonio constituido pelo remanescente dos legados, remanescente que, no decurso dos 7 annos e meio da cuidadosa gerencia e administração do testamenteiro, foi elevado á quasi total importancia de todo o acervo ao tempo da morte do testador.

Achando-se, pois, cumprido o testamento, não só quanto ao pagamento de legados e encargos, como quanto ao mencionado Instituto, já inaugurado e entregue com o respectivo patrimonio á Santa Casa de Misericórdia, para administral-os segundo a vontade do testador, mantenho, *si et in quantum*, a nomeação do promotor de residuos ad hoc, com o qual permanecerá o encargo de fiscalisar o cumprimento e fiel execução do testamento nesta parte relativa ao Instituto, e no que diz respeito á manutenção e administração do mesmo, por tratar-se de legado com applicação especial, sujeito ás respectivas disposições de direito.

E, por tal forma, julgando boas para todos os effeitos de direito que possam resultar das referidas contas, com as explicações e esclarecimentos que resultam das petições juntas aos autos, condemno o acervo nas custas.

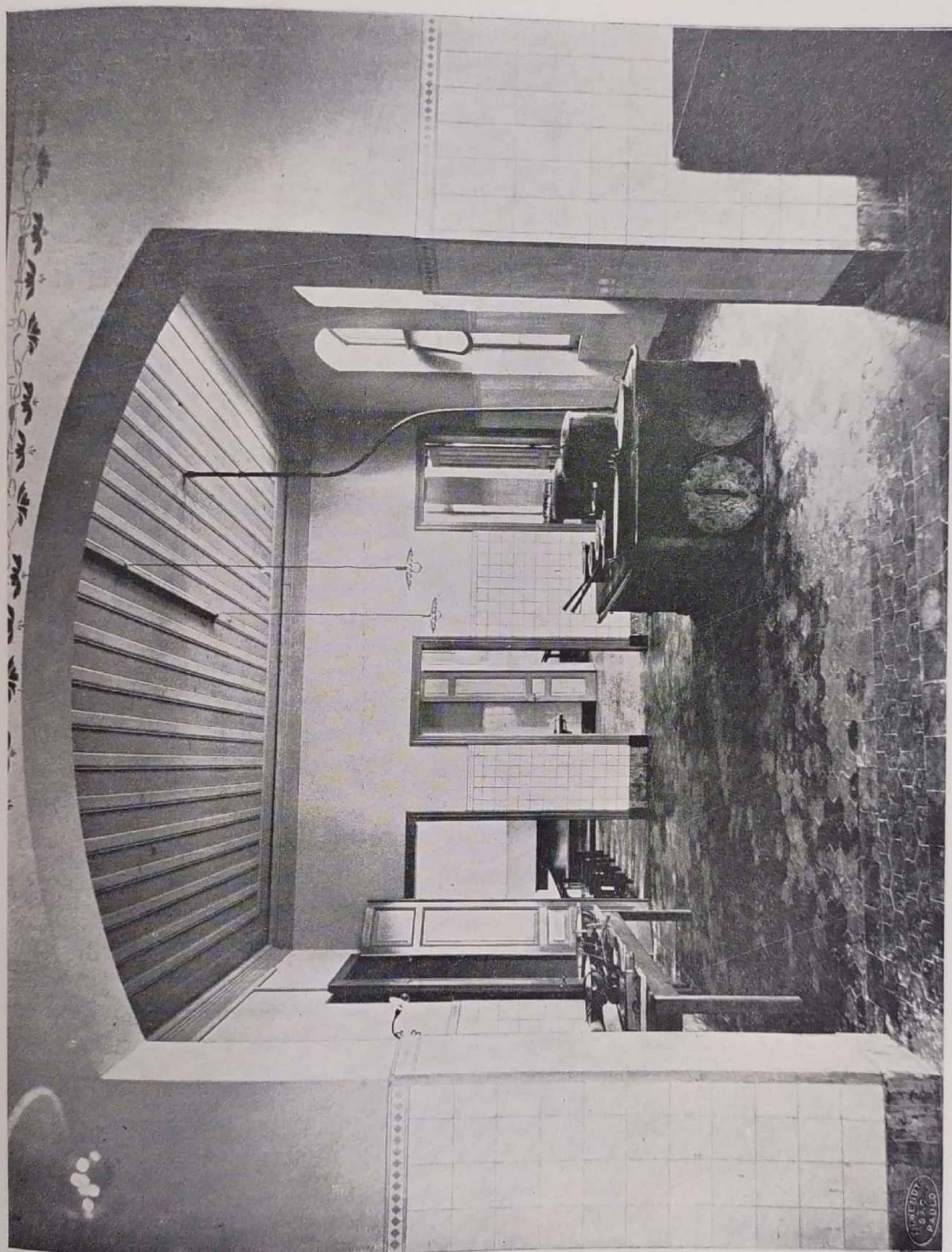
Publique-se e intime-se.

Santos, 9 de Março de 1908.

(Assignado) *Primitivo de Castro Roiz Sette.*

---





COSINHA.



## XIII

**S**UGGERIDA por mim, como foi, a idéa da criação do Instituto D. Escholastica Rosa nos moldes aqui apresentados, sinto ter sido trabalho demasiado para um só homem defendel-a dos golpes vibrados pelo obscurantismo do nosso meio ainda acanhado. E, sinão, que respondam apenas os factos documentados neste meu despretencioso trabalho, que tem por unico fito prestar um serviço á causa da nossa instrucção popular, base positivamente necessaria para a elevação do character nacional.

Não menos difficil, porém, foi pôr essa idéa em pratica, regulamental-a para os seus variados ensinos mais consentaneos com as necessidades da época e do nosso meio, inculcando-lhe, ao mesmo tempo, um novo cunho humanitario aos seus alumnos: de independencia, de proteccionismo, e fugindo de «os marcar com o estigma da sua miseria social», toda accidental, «que depois lhes ficaria n' alma como cicatriz».

Emfim, não é mesmo sem difficuldades que se implantam as leis do progresso. Os meus esforços, todavia, tornam-se hoje um facto palpavel, um facto realizado, e é quanto me basta: sinto-me plenamente compensado por isso.

Santos, 1900/1908.

*Julio Conceição.*



## INDICE DOS CAPITULOS

---

- I. Explicação.
- II. Razão da demora na conclusão da testamentária.
- III. Economias feitas.
- IV. Demandas contra o espolio.
- V. Liquidação dos legados, construção do Instituto, sua descrição.
- VI. Reforma e melhoria dos predios do patrimônio.
- VII. Organização e feição humanitária e moral do Instituto.
- VIII. Indifferença geral pelo assumpto.
- IX. Localização.
- X. Regulamentação.
- XI. Agradecimentos.
- XII. Prestação final de contas e outros assumptos.
- XIII. Conclusão.





# **REGULAMENTO**

DO

Instituto D. Escholastica Rosa



REGULAMENTO  
DO  
INSTITUTO D. ESCHOLASTICA ROSA (\*)

---

**ORGANIZAÇÃO**

---

I. DISPOSIÇÕES CREADORAS

Art. 1.º O Instituto D. Escholastica Rosa, internato para meninos, obedece ao presente regulamento, organizado sob o regimen das disposições testamentarias de João Octavio dos Santos, com as faculdades expressas que o mesmo conferiu ao seu unico inventariante e testamenteiro: «quando concluido e completamente montado o Instituto, prover em tudo o que fôr necessario, de modo que seja em tempo inaugurado, sem que nada lhe venha a faltar, supprindo desta arte qualquer omissão que por ventura tenha occorrido em seu testamento», e mais, textual: «Inaugurado o Instituto, deverá o meu testamenteiro entregal-o á Santa Casa de Misericordia, a quem confio e rogo queira acceital-o como annexado ou como dependencia da

---

(\*) A execução deste regulamento prende-se directa e intimamente, como parte homogenea, ás minhas explanações sobre o assumpto nos capitulos VII, VIII e X desta monographia, os quaes obedecem ás intenções com que são ditados estes artigos regulamentares.



mesma Santa Casa, recebendo seu patrimonio e seus rendimentos e de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que propria fosse.»

Art. 2.º O fim deste Instituto, organizado, construido e mantido exclusivamente com a renda do seu patrimonio, como está, é dar educação gratuita, moral, civica e profissional a meninos pobres, sem distincção de nacionalidade, de preferencia orphams.

§ 1.º O Instituto, comquanto só conte com a sua vida propria e com os recursos da renda do seu patrimonio, poderá receber auxilios de extranhos, incondicionaes e puramente espontaneos, que por ventura particulares ou poderes publicos lhe venham prestar.

§ 2.º O Instituto poderá, a juizo da administração da Santa Casa, receber subvenção condicional dos nossos governos, uma vez que esta não venha de encontro aos fins da instituição e nem pese no seu orçamento.

Art. 3.º O numero de educandos presentemente é fixado em 50, e dahi para cima será regulado pela renda do patrimonio e capacidade do edificio.

## II. MATRICULA

Art. 4.º Para admissão do educando á matricula, exige-se :

A) que seja de bom comportamento, orpham ou filho de paes pobres, e apresente certidão de idade;

B) que, sendo filho natural, prove a mãe não ter recursos e que o mesmo viva em sua companhia;

C) que, não sendo orpham, mostrem os paes viver em pobreza ;



ᐃ) que seja maior de 9 annos e menor de 14;

ᐄ) que apresente attestado de sanidade, de não soffrer molestia contagiosa, e igualmente de vaccina contra a variola.

Art. 5.º. A prova dos requisitos exigidos no art. anterior será feita por attestado de auctoridades judicarias, de medicos, provas testemunhaes e documento que a regularize, a juizo do director e com approvação da administração da Santa Casa.

Art. 6.º. O acto da matricula do educando no Instituto, interrompe a acção directa de seus paes ou tutores sobre elle, emquanto perdure a sua educação.

Art. 7.º. O prazo para a educação de cada alumno é de 4 annos, salvo os casos prescriptos no art. 14.

Art. 8.º. Em circumstancia especial, por molestia, de interrupção do ensino, poderá a Meza Administrativa da Santa Casa ampliar o prazo dos 4 annos de estudo por um tempo o mais limitado possivel.

### III. TRATAMENTO AOS ALUMNOS

Art. 9.º. O director e todo o pessoal do estabelecimento têm o rigoroso dever de dispensar tratamento carinhoso e paternal aos educandos.

Art. 10. Os educandos serão tratados de modo a nada lhes faltar em relação á boa instrucção, á boa alimentação, vestuario, calçado, lavagem e engommado de roupa, medico e medicamentos.

Art. 11. Além do desvelo com que será tratado o educando durante a sua permanencia no estabelecimento, o Instituto continuará a dispensar a seu ex-alumno uma protecção ou amparo todo moral nas vicissitudes



da vida, quando, por uma previa syndicancia de seus actos, feita pelo director ou pela administração da Santa Casa, venha isso a merecer, de tal arte que o mesmo seja moralmente elevado e rehabilitado, com recommendações para empregos publicos ou particulares, confortado em prisões e internado em asylos ou hospitaes (\*).

Art. 12. O regimento collegial, organizado pelo director na fórma do art. 43, não poderá estabelecer castigos corporaes.

#### IV. ENXOVAL

Art. 13. Os alumnos terão uniforme e o seguinte enxoval:

- 1 uniforme de flanela ou casemira azul ferrete e bonet;
- 2 uniformes de brim branco ;
- 3 ditos de brim azul (zuarte), para uso diario ;
- 2 pares de botinas ou sapatos, um preto e outro branco ;
- 1 par de chinellos ;
- 9 camisas, sendo tres de gomme, quatro para uso diario e duas de dormir ;
- 6 pares de meias ;
- 6 ceroulas ;
- 6 lenços brancos e 6 de côr ;
- 2 gravatas, uma preta e outra de côr ;
- 4 lençóes ;

(\*) Observada a syndicancia sobre o merecimento do ex-alumno, bastará, sem duvida, um pedido verbal ou por escripto, do director do Instituto, da administração da Santa Casa ou mesmo de qualquer irmão, a um medico ou advogado, a uma casa commercial ou companhia, a uma directoria de asylo ou de hospital, para que ninguém se negue a melhorar a sua situação.



- 2 colchas;
- 4 fronhas;
- 1 cobertor;
- 3 toalhas de rosto;
- 1 pente;
- 1 escova de dentes;
- 1 sabonete.

## V. DESLIGAMENTO DOS ALUMNOS

Art. 14. O educando só póde ser desligado do Instituto:

- A) por molestia que o impossibilite de aprender;
- B) por mau comportamento;
- C) por falta de aproveitamento;
- D) por conclusão do tempo de estudo;
- E) por conclusão do curso antes do prazo estipulado no art. 7.º, com direito ao diploma e premios que possa conquistar.

§ Unico. Si o alumno fôr desligado pelos motivos previstos nas letras *b* e *c*, perderá a protecção e direitos adquiridos perante o Instituto.

Art. 15. Em qualquer dos casos do art. anterior, o desligamento do educando, salvo o devido á conclusão do estudo, só será feito quando haja motivo de queixa, a juizo da administração da Santa Casa e mediante parecer do director do Instituto.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 16. O dia 9 de Julho de cada anno, data do fallecimento de João Octavio, será considerado fe-



riado no Instituto, solemnizando-se essa data com uma sessão civica no proprio estabelecimento.

Art. 17. Nos dias de festa nacional, o director solemnizará as respectivas datas com reunião especial dos alumnos, explicando os motivos das mesmas, enaltecendo os feitos que recordam e proporcionando, quando possivel, modesto festival.

Art. 18. Em caso de fallecimento de qualquer alumno, professor ou pessoa do corpo dirigente, o Instituto arvorará sua bandeira a meio pau e os alumnos tomarão luto por oito a quinze dias, consistindo este em um laço de crépe no braço.

---

## ENSINO

---

### I. CURSOS E DIVISÕES

Art. 19. O ensino ministrado no Instituto constará de curso preliminar e cursos praticos.

Art. 20. O curso preliminar será ensinado sempre pelos melhores e mais modernos methodos da época, com applicação aos cursos praticos, e constará do seguinte:

- ℳ) leitura e calligraphia;
- ℳ) lingua portugueza, exercicios de composição, regra grammatical e logica;
- ℳ) noções de geographia em geral, e, muito em particular, estudos de historia e geographia do Brasil;
- ℳ) numeração, operações sobre fracções, numeros inteiros e decimaes, fracções ordinarias e decimaes,



systema metrico, noções de proporções, de quadrado, de cubo e de desenho linear;

ℰ) ensinos ou regras de boa educação, de sentimentos affectivos e compassivos, de temperança, de civismo e doutrina christian;

ℱ) lições de cousas;

ℊ) ensino de natação, gymnastica—com especialidade a sueca, manobras militares, tiro ao alvo, esgrima e outros exercicios aconselhados pela hygiene;

ℋ) ensino de musica e solfejo;

ℌ) noções de historia natural, physica e chimica applicadas.

Art. 21. Os cursos praticos serão: agricola e profissional.

Art. 22. O curso agricola constará de noções de geologia, botanica e zoologia, com applicação á agricultura tropical, notadamente jardinagem, fructicultura, horticultura, avicultura e apicultura.

Art. 23. O curso profissional diz respeito ás artes e officios e constará das materias e ensinos seguintes:

℞) escripturação mercantil e industrial;

ℙ) mechanica;

ℚ) electricidade;

ℓ) typographia, impressão e encadernação;

ℰ) alfaiataria;

ℱ) pintura commum;

ℊ) carpintaria e marcenaria;

ℋ) serralheria;

ℌ) funilaria;

ℍ) sapataria e sellaria;



- ℵ) vidraçaria;
- ℒ) arte de cabelleireiro;
- ℳ) arte culinaria;
- ℕ) serviços domesticos (copeiragem).

## II. EXAMES

Art. 24. Os exames das materias estudadas serão annuaes e publicos, previamente annunciados pela imprensa, sendo, nesse dia, franqueado o estabelecimento á visitação geral em horas determinadas pelo director.

Art. 25. Os educandos que se destacarem pelo comportamento, applicação e aproveitamento, serão distinguidos em quadro de honra nas respectivas classes e no salão de visitas do estabelecimento, além de premios em especie, que serão creados durante o anno.

Art. 26. Os premios em especie consistirão em appparelhos uteis: ferramentas, machinas ou artefactos proprios á respectiva arte ou officio escolhido pelo alumno, e que serão cuidadosamente guardados pelo mesmo, afim de servirem de auxilio para inicio de seu labor na vida pratica, após sua educação no Instituto.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 27. E' obrigatoria no Instituto, para todos os alumnos, a educação prescripta nos arts. 23, letras *a, b, c, d, e* e *f*, 32 e 33. Fóra desses ensinos, o alumno só deve aprender as materias que se relacionem com o aperfeiçoamento da arte ou officio que houver escolhido, de accôrdo com a sua vocação e constituição physica.



Art. 28. Todo o alumno é obrigado a frequentar uma das officinas ou aulas do estabelecimento, attendendo-se á sua vocação e constituição physica.

Art. 29. Todo o ensino, dos cursos agricola e profissional, será tanto quanto possivel pratico, ministrado pelos melhores e mais modernos methods, de accôrdo com as necessidades do nosso meio e minuciosamente detalhado em programmas organizados pelo director do Instituto, com audiencia dos respectivos professores ou mestres, e approvação da administração da Santa Casa.

Art. 30. Os cursos, tanto preliminar como agricola e profissional, ficarão subordinados, nas horas de ensino e de aprendizagem, directamente aos respectivos professores ou mestres.

Art. 31. As materias do ensino pratico e profissional poderão ser augmentadas quando a administração da Santa Casa assim o entender.

Art. 32. A educação do alumno, prescripta no art. 20, letras *e, f g*, deve ser ministrada com o maior cuidado e solicitude, para o que o director estabelecerá aulas especiaes.

Art. 33. Todas as semanas haverá, no minimo, uma sessão geral para os alumnos, de prelecções ou palestras, alternadas sobre a temperança—notadamente contra os maleficos effeitos do jogo, do alcoolismo, hygiene, instrucção affectiva e compassiva com relação ao proteccionismo aos animaes e ás plantas, destinando-se um dos dias de cada mez de Junho para o *arbor-day*.

§ Unico. Para auxilio dos ensinos prescriptos neste artigo e no anterior, o director deverá organizar



maximas ou pensamentos moraes, civicos, protec-  
cionistas, de temperança e de hygiene, conservando-os  
em elegantes impressos, avulsos, em caracteres a côres,  
para distribuição frequente entre os alumnos (\*).

Art. 34. O Instituto manterá:

ℳ) uma banda de musica, composta de educandos,  
em numero nunca inferior a 30 figuras, sob a regencia  
do respectivo professor;

ℬ) uma bibliotheca de livros didacticos, com ap-  
plicação aos ensinos praticos;

ℒ) um museu para auxilio desses ensinos.

Art. 35. O museu a que se refere o art. anterior  
constará, com especialidade, das seguintes collecções:

ℳ) de terras, representando solos, sub-solos, rochas  
de diversas formações geologicas do paiz, especialmente  
do Estado de São Paulo, e tambem do estrangeiro;

ℬ) de adubos chimicos e correctivos, com indi-  
cação da composição, valor fertilizante e commercial;

ℒ) de madeiras nacionaes, com classificação de  
propriedades de resistencia, com os nomes scientificos e  
vulgares;

℥) de sementes e productos agricolas;

ℰ) de revistas scientificas, que o director assig-  
nará annualmente, de mappas, catalogos, modelos de

---

(\*) Para exemplificar a organização das maximas, faço imprimir um modelo dos  
avulsos referidos, que acompanhará cada exemplar deste regulamento. E' indispensavel  
impressão artistica, afim do trabalho interessar o alumno pelas côres ou pelos seus  
profundos ensinamentos.

Na actualidade, para os ensinos prescriptos nos arts. 32 e 33, recommendo os ex-  
cellentes trabalhos: *Maximas, Pensamentos e Reflexões*, do Marquez de Maricá; *O Co-  
ração*, de Edmundo de Amicis; *Pensamentos Pedagogicos*, de Theodoro John, e as di-  
versas obras do Dr. Domingos Jaguaribe sobre o alcoolismo (Vide relação de livros no  
cap. X do relatorio).



machinas,apparelhos,instrumentos e objectos que interessem á agricultura, artes e officios.

§ Unico. A classificaçãodas collecções será feita pelos professores respectivos.

---

## **PESSOAL**

---

### **I. PESSOAL ADMINISTRATIVO**

Art. 36. O pessoal administrativo se comporá de um director, um secretario-guarda-livros e um almoxarife.

§ 1.º O almoxarife exercerá, conjunctamente com esse cargo, as funcções de porteiro do Instituto.

§ 2.º O director prestará todos os serviços que estiverem em sua força.

§ 3.º O secretario substituirá o director em sua ausencia, quando esta não exceda de 8 dias; tratando-se de maior tempo, a administração da Santa Casa providenciará para que a vaga seja supprida, interina ou effectivamente.

### **II. CORPO DOCENTE**

Art. 37. Para o ensino que deve ser ministrado de accôrdo com os intuitos e as disposições creadoras do Instituto, haverá professores para as seguintes aulas:

- A) Curso preliminar;
- B) ensino de musica e solfejo;
- C) cursos praticos.



### III. MEDICO E DENTISTA

Art. 38. Haverá um medico effectivo e um dentista, igualmente effectivo. O medico prestará seus serviços a qualquer hora, quando chamado. O dentista prestará seus serviços, tambem quando reclamados, sendo, fóra disso, obrigado a zelar pelo perfeito estado odontalgico dos educandos.

### IV. VAGAS E PREENCHIMENTOS

Art. 39. As vagas que se derem no corpo docente, serão, de preferencia, preenchidas por educandos já diplomados pelo Instituto e que tenham comprovada capacidade para o exercicio do cargo.

Art. 40. As vagas que se derem no pessoal mencionado no art. 36 e seus paragraphos, salvo a vaga de director, serão, ouvido este, preenchidas por escolha da administração da Santa Casa, nos termos do § seguinte.

§ 1.º O preenchimento de qualquer vaga deverá obedecer á escolha de pessoal verdadeiramente idoneo, de reconhecida moralidade e que apresente diploma ou tenha notoria competencia para o cargo.

§ 2.º Nenhum dos membros desse pessoal será demittido ou dispensado de seu cargo sem que, por parte da administração da Santa Casa, haja sindicancia e seja previamente ouvido o accusado ou delinquente.



## V. VENCIMENTOS DO PESSOAL

Art. 41. Os vencimentos do pessoal vão fixados em tabella annexa, que annualmente poderá ser revista pela administração da Santa Casa.

## VI. ATTRIBUIÇÕES

Art. 42. O director do Instituto terá a superintendencia geral e effectiva do estabelecimento, ficando-lhe directamente subordinado todo o pessoal superior e subalterno.

Art. 43. As attribuições e deveres do pessoal e dos educandos, obedecerão a um regimento interno, disciplinar, organizado pelo director, com approvação da administração da Santa Casa.

Art. 44. O cargo de thesoureiro será exercido pelo proprio director, que, como tal, ficará responsavel pelos saldos, prestando á administração da Santa Casa, na primeira quinzena de cada mez, um balancete demonstrativo da receita e despesa do Instituto, do mez vencido.

Art. 45. O saldo da receita e despesa será exhibido todos os mezes, na forma do art. anterior, pelo director á administração da Santa Casa, conjunctamente com o respectivo balancete e mais um minucioso relatório das occurrencias do mesmo mez, referentes ao movimento geral, procedimento de alumnos, professores, empregados, providencias dadas, estado de conservação e zelo de todas as propriedades e interesses do Instituto.



Art. 46. O pessoal subalterno, serventes, lava-deiras, trabalhadores e outros empregados que possam ser necessarios, será admittido e demittido pelo director do Instituto.

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 47. Haverá na secretaria um livro de ponto, no qual os professores ou mestres diariamente assignarão seus nomes.

Art. 48. O maior ou menor numero de pessoal será estabelecido segundo as necessidades do ensino e do bom funcionamento do Instituto.

Art. 49. O Instituto fornecera alojamento e sustento ao director e sua familia, o qual é obrigado a residir no estabelecimento.

Art. 50. Igual procedimento terá para com os professores e empregados que residirem no internato, fornecendo tambem sustento aos que alli tenham occupação effectiva durante o dia.

Art. 51. Poderão residir fóra do Instituto os professores de musica, gymnastica e outros que, pela natureza de seus cargos e economia administrativa, não necessitem de permanencia por maior numero de horas no estabelecimento.

Santos, 4 de Dezembro de 1907.

*Julio Conceição.*



Tabella de vencimentos do pessoal e calculo approximado da despesa com a manutenção do Instituto D. Escholastica Rosa.

CALCULO MENSAL

Pessoal administrativo:

Director, com residencia e alimentação no estabelecimento, para si e sua familia .	400\$000	
Secretario-guarda-livros, accumulando o ensino de escripturação mercantil, arithmetica pratica, portuguez e mais materias que possa ensinar	350\$000	
Porteiro, accumulando o cargo de almoxarife . . . . .	<u>120\$000</u>	870\$000

Pessoal adjunto:

Medico dos alumnos . . . . .	200\$000	
Dentista, idem . . . . .	<u>160\$000</u>	360\$000

Pessoal docente:

Professor do curso primario. .	250\$000	
Idem de musica . . . . .	180\$000	
Idem de gymnastica e outros exercicios physicos . . . . .	<u>150\$000</u>	580\$000



Transporte . . . 1:810\$000

Pessoal artifice:

Mestre carpinteiro e marceneiro, com residencia e trabalho effectivo . . . . .	150\$000	
Idem pedreiro, com residencia e trabalho effectivo . . . .	150\$000	
Idem jardineiro e hortelão, com residencia e trabalho effe- ctivo . . . . .	180\$000	
Idem cosinheiro, com trabalho effectivo . . . . .	180\$000	
Idem copeiro, com trabalho effe- ctivo . . . . .	100\$000	
Idem alfaiate, 3 horas de en- sino diario . . . . .	180\$000	
Idem sapateiro, 3 horas de en- sino diario . . . . .	180\$000	
Idem cabelleireiro, para ensino e corte de cabelo dos alum- nos duas vezes por mez . .	60\$000	1:180\$000

Pessoal subalterno:

1 creado. . . . .	60\$000	
1 ajudante de cosinheiro . . . .	40\$000	
2 lavadeiras a 50\$ . . . . .	100\$000	200\$000
Rs. . . . .		3:190\$000



Transporte . . . . .	3:190\$000
Alimentação para 65 pessoas, calculo a bico de penna com o cozinheiro, 1:500\$000, mas tomemos . . . . .	1:800\$000
Eventuaes . . . . .	1:000\$000
Rs. . . . .	<u>5:990\$000</u>

**NOTA.** O professor de gymnastica e outros exercicios physicos, foi contractado pelos 150\$000 sob a condição de residir no estabelecimento.

Ao fazer a entrega do Instituto á Santa Casa, ainda não me tinha sido possível conseguir um jardineiro — professor e o pedreiro, constantes da tabella, pelo facto de não ter encontrado pessoal verdadeiramente idoneo, sinão promessa para mais tarde.

Com esta tabella, enviei á Santa Casa de Misericordia o seguinte officio :

« Santos, 27 de Dezembro de 1907.

Illmos. Srs. Provedor e Mezarios da Santa Casa de Misericordia.

Nesta.

Junto tabella de vencimentos do pessoal e calculos de manutenção do Instituto, que apresentei a Vs. Ss. antes de hontem, pela qual demonstrei ser o dispendio de 6:000\$000 e que a renda mensal do espolio, com todos os predios alugados como estão, é de Rs. 10:905\$000.

Abatendo os 905\$000 para conservação e melhoramento de predios e mesmo para attender a qualquer interrupção de aluguel durante o mez, parece certo que poderemos contar com 10:000\$000 livres, e, neste caso, com uma sobra de Rs. 4:000\$000.

Esse calculo será ainda mais seguro, si levarmos em consideração que em breve os proprios alumnos, acompanhados de seus mestres, deverão tomar conta da conservação dos predios; as officinas de sapataria e alfaiataria começarão a supprir as necessidades dos alumnos, e talvez mesmo a produzir alguma cousa pecuniariamente, assim como a horta tambem produzirá para o consumo.

Com toda a estima, subscrevo-me

De Vs. Ss.

Atto. Vor. Obmo.

*Julio Conceição.*



Eis a lista do pessoal administrativo e do corpo docente do Instituto, por mim organizada, que offereci á apreciação dos srs. representantes da Santa Casa em 25 de Dezembro de 1907, merecendo seu assentimento para expedir os competentes titulos de nomeação.

A lista foi exhibida com a exposição das aptidões do pessoal, na forma seguinte:

Director, DR. FRANCISCO XAVIER MORETZ-SOHN, ex-director do collegio «Culto á Sciencia», de Campinas, hoje gymnasio official, fundador do antigo «Collegio Moretz-Sohn», de S. Paulo, e actualmente magistrado aposentado.

---

Secretario guarda-livros e professor, JOAQUIM DE TOLEDO, ex-guarda-livros no Rio, S. Paulo e Santos em bancos e em importantes casas commerciaes, membro da Associação dos Guarda-livros do Rio e socio correspondente da de S. Paulo, ex-professor e vice-director do collegio «Culto á Sciencia», de Campinas, e auctor de varios livros de ensino escolar.

---

Professor FRANCISCO DE PAULA CAIAFFA, bacharel em sciencias e letras pelo gymnasio official de S. Paulo,



onde obteve grande numero de distincções pela sua competencia, tendo dado as melhores provas como professor particular em varias casas.

---

Porteiro-almoxarife, MANOEL EMILIO DA COSTA, foi 4 annos guarda da Alfandega de Santos, segundo official da Secretaria do Governo e da do Interior do Estado de S. Paulo, pelo tempo de 14 annos, supplente de auctoridade policial da 4.<sup>a</sup> circumscripção da Capital, apto tambem para substituir com vantagem, momentaneamente, o mestre marceneiro e carpinteiro.

---

DR. MANOEL MARIA TOURINHO, clinico de alta nomeada, sendo desnecessaria qualquer referencia desenvolvida a respeito de suas aptidões profissionaes.

---

COMMENDADOR MANOEL HOMEM DE BITTENCOURT, cirurgião dentista diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de reconhecida competencia, com acreditado gabinete nesta cidade, exercendo, desde ha muito, o cargo de cirurgião dentista da Santa Casa de Misericordia, do Asylo de Orphams, de Mendicidade e Beneficencia Portugueza.

---

PATRICIO ADRIANO SOARES, diplomado pelo Instituto Nacional de Musica da Capital Federal, professor particular e regente de varias bandas.



PAUL CROCIUS, professor de gymnastica, esgrima, natção e outros exercicios physicos, com attestado do consul da Belgica em São Paulo, antigo monitor do Instituto de Educação Physica, Mercxe, de Bruxellas, obteve o segundo premio no concurso internacional de espada de combate em Bruxellas (1904), portador de diversos titulos de apresentação que muito o recomendam, e, finalmente, diplomado pela Escola de Horticultura e Agricultura de Vilvorde.

---

FOTO ERCOLANI, mestre-alfaiate, membro honorario das academias de corte de Paris e Dresden, com diploma de honra em Paris, diploma de 1.º gráo com medalha de bronze na Exposição Campeonaria Internacional de Foligno (Italia), e diploma de 1.º gráo com medalha de prata na Exposição Agricola, Industrial e Artistica de Umbria (Italia). E' inventor de um aparelho denominado «Somatometro», para tomar medidas exactas, sem necessidade de provas.

---

BERNARDO ANTONIO DE ALMEIDA, mestre-sapateiro, conceituado artista, estabelecido ha 21 annos nesta cidade. Aprendeu a arte em Coimbra, Portugal, e como official trabalhou naquella cidade, na acreditada casa Condeixa. Preparou com vantagem muitos officiaes para a arte.

---

BENTO DE MENEZES, mestre-cosinheiro e confeiteiro, de reconhecida competencia, foi cosinheiro da Maison Moderne e Grande Hotel, em São Paulo, em alguns restaurantes e varias casas particulares.



FRANCISCO DE OLIVEIRA, mestre-marcineiro e carpinteiro, habilitou-se no Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo. O attestado do director daquelle Lyceu faz-lhe as melhores referencias, não só quanto ao officio que aprendeu, como em relação á musica e escripturação, em que tambem se habilitou.

---

PROPERZIO NUTI, mestre-copeiro, com boas referencias, membro da Sociedade Genevrina Internacional de Arte Culinaria, da Belgica, foi em São Paulo empregado da Rotisserie Sportmann, Progredior, Hotel da Europa, Hotel de França e Club Germania.

---

Para complemento do pessoal iniciador dos trabalhos do Instituto, ponderei faltar ainda conseguir, nas condições desejadas, um jardineiro-professor e um mestre-pedreiro.

---

Com esta apresentação, fiz ver aos srs. representantes da Santa Casa que, com um pessoal assim competente e cioso de suas aptidões, por certo o andamento do Instituto seria perfeitamente regular e futuroso.

Sem duvida cada mestre ou professor será respectivamente um dos maiores interessados para que o alumno tenha um bom ensino e que honre a officina escolhida.

---



# DOCUMENTOS



Doc n. 1

---

Procuração bastante que faz João Octavio  
dos Santos

---

**S**AIBAM quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e seis, aos quatorze de Novembro, nesta cidade de Santos, em meu cartorio, perante mim Tabellião compareceu como outorgante João Octavio dos Santos, maior, residente nesta cidade, reconhecido pelo proprio de mim Tabellião e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, de que dou fé; perante as quaes por elle foi dito que por este publico instrumento e na melhor forma de direito, nomea e constitue seu bastante procurador, onde com esta se apresentar, a Julio Conceição, a quem confere poderes especiaes para em seu nome, como si presente fosse, adquirir por compra, ou a qualquer outro titulo, bens de raiz, quaesquer outros bens, direitos, titulos e acções; alienar a qualquer titulo os bens que adquirir ou os que constituem o patrimonio d'elle outorgante, direitos, titulos e acções, convencionando preços, condições, pagando, recebendo e dando recibos e quitações, jurando na alma d'elle outorgante licitos juramentos, transigindo em juizo ou fóra d'elle; seguindo em tudo suas cartas de ordens ou avisos, que, sendo necessario, farão parte integrante deste instrumento; assignando escripturas e registrando-as ou averbando-as no Registro Hypothecario; praticando em tudo todo e qualquer acto necessario para regularidade e vallidade dos actos supra mencionados. Concede mais a seu dito procurador todos os poderes especiaes, amplos e illimitados para, com livre administração, prover tudo quanto necessario seja a bem dos direitos e interesses d'elle outorgante no que respeita á administração de seus bens, fortuna, direitos e obrigações patrimoniaes; receber alugueis de predios e rendas de titulos e acções, dar recibos, quitações e transigir, locar e sublocar predios; despejar inquilinos e contra estes propôr e seguir acções e execuções até final; contractar arrendamentos, ajustar preços e condições e assignar escripturas; propôr acções contra quem



de direito, seguil-as em seus termos até final sentença e sua execução; interpôr recursos e seguil-os á superior instancia; celebrar contractos uteis, seguindo seus avisos; cobrar e receber o que lhe fôr devido a qualquer titulo, inclusive dividendos que fôrem distribuidos; assistir com esta a todo e qualquer acto judicial e extra-judicial, usando desta com plenos e illimitados poderes em tudo quanto fôr a bem dos direitos e interesses delle outorgante, sem reserva alguma de poderes por havel-os aqui por expressados em geral, como si de cada um fizesse especial menção, inclusive o de substabelecer esta em um ou mais procuradores, com ou sem reserva, e os substabelecidos em outros, que tudo promette haver por firme e valioso. E de como assim o disse, dou fé, e me pediu este instrumento, que lhe lavrei, li, achou conforme e assigna com as testemunhas abaixo, conhecidas de mim. Jayme Miller, ajudante juramentado, a escrevi. Eu, Arlindo Carneiro de Araujo Aguiar, Tabellião, subscrevi. João Octavio do Santos. Octaviano Carneiro. Manoel Eustaquio da Silveira.

---



## Doc. n. 2

---

### Testamento de João Octavio

---

EM nome de Deus. Amen. Eu, João Octavio dos Santos, domiciliado nesta cidade, achando-me doente, mas não de cama, no pleno gozo de minhas faculdades e de perfeito juízo, tenho como disposição justa e solemne de minha vontade resolvido fazer este meu testamento, livre e espontaneamente, sem coacção, suggestão, medo, violencia, dolo ou endusimento, e passo a fazel-o pela forma seguinte:

Declaro que tenho 69 annos de idade; que sou natural desta mesma cidade e filho natural de D. Escholastica Rosa de Oliveira, fallecida em 1858.

Declaro que sou solteiro e sem herdeiro algum necessario, descendente ou ascendente.

Que sendo-me livre o dispôr de todos os meus bens patrimoniaes, passo a fazel-o pela forma e modo seguinte:

Em primeiro lugar, declaro que, sendo minha vontade perpetuar a memoria de minha fallecida Mãe, é minha expressa vontade criar, como de facto crio, um instituto destinado á educação intellectual e profissional de meninos pobres, semelhante ao de D. Anna Rosa, existente na capital deste Estado, e que se denominará *Instituto D. Escholastica Rosa*.

Este instituto será erecto na chacara de minha actual residencia no Ramal da Ponta Praia ou onde melhor possa convir, devendo regêr-se por estas seguintes *Instrucções*:

A sua direcção interna será exercida por um Director, que residirá no proprio instituto, com sua familia, de nomeação do Provedor da Santa Casa de Misericordia desta cidade.

Este Director, a cujo cargo estará a escripturação do instituto, apresentará no fim de cada mez á administração da mesma Santa Casa um balancete demonstrativo da receita e despesa do estabelecimento.

O instituto deverá ter tantos professores e mestres de officinas quantos forem necessarios para o seu bom funcionamento.

Destes professores deverão residir dentro do proprio instituto quantos fôrem julgados necessarios para auxiliares do Director na manutenção da boa ordem e disciplina.



A aula de musica e as officinas deverão ser regidas por professores e mestres que residam fóra do instituto.

Os alumnos que entrarem para o estabelecimento serão tratados com desvelo e carinho, nada lhes faltando, já em relação á boa alimentação, já em relação ao vestuario, calçado, lavagem e engomado de roupa, medico e medicamentos, quando necessarios.

Em caso de molestia grave, infecciosa ou contagiosa, serão observadas as regras e prescripções hygienicas, avisando-se os paes, tutores ou curadores para que retirem o doente, fornecendo o instituto á sua custa os meios de remoção e conducção para local conveniente.

Para a admissão no instituto serão observadas as seguintes condições:

- 1.<sup>a</sup>) Que o menor seja orpham e filho de paes pobres.
- 2.<sup>a</sup>) Que, sendo filho natural, prove a mãe não ter recursos e que o filho viva em sua companhia.
- 3.<sup>a</sup>) Que, não sendo orpham, mostrem os paes viverem em pobreza.
- 4.<sup>a</sup>) Que o matriculando não seja menor de 9 annos nem maior de 14.
- 5.<sup>a</sup>) Que não soffra molestia contagiosa, devendo ser logo vaccinado, se ainda o não tiver sido.

O alumno permanecerá no Instituto, ao menos por 4 annos, podendo este prazo ser espaçado se o alumno não conseguir habilitar-se e tenha provado boa conducta e manifestado vocação escolar ou artistica.

O curso de estudos será dividido em quatro series; a *primeira* comprehenderá o ensino de leitura e calligraphia; a *segunda* o de leitura corrente, calligraphia e primeiras noções de calculo; a *terceira* o de analyse elemental, operações sobre numeros inteiros, noções de fracções ordinarias e decimaes e noções de cousas; a *quarta*, finalmente, comprehenderá analyse grammatical e logica, operações sobre fracções, systema metrico decimal, proporções, noções geraes de geographia, geographia do Brasil em particular, noções de cousas, educação civica e catechismo. A aula de musica será frequentada pelos alumnos que mostrarem-se com vocação para ella, devendo a banda ser constituida de 30 figuras, pelo menos.

Funcionarão no instituto as officinas que a juizo da Administração da Santa Casa de Misericórdia forem julgadas necessarias.

Todo o alumno será obrigado a frequentar uma destas officinas, cuja escolha dependerá da sua vocação e consultará a sua constituição physica.

No fim de cada anno lectivo realisar-se-ão os exames geraes dos alumnos, comprehendendo todas as materias estudadas.

Estes exames serão publicos e previamente annunciados pela imprensa.

No dia designado para elles o instituto será franqueado aos visitantes. Em relação á distribuição de tempo para estudo, trabalho nas officinas, refeição, descanso, exercicios corporaes e passeios ao ar livre, deixo a cargo da regulamentação interna do instituto, que será confeccionada pelo Professor Director e approvada pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia.



Igual e semelhantemente se procederá em tudo mais que concernir com a disciplina interna do instituto, ficando entendido que aos alumnos não se applicarão castigos corporaes.

Aos que se distinguirem pelo seu bom comportamento, applicação e aproveitamento, serão conferidos premios.

Declaro que á excepção dos legados infra mencionados é minha expressa vontade legar, como lego, á Santa Casa de Misericordia desta cidade todos os meus bens, direitos e acções constitutivos do meu patrimonio para serem especialmente applicados á erecção do Instituto *D. Escholastica Rosa*, que ora deixo creado, sua decente installação, seu custeio e sua manutenção perpetua.

A construcção ou acquisição do edificio fica a cargo exclusivo do meu testamenteiro Julio Conceição, que o entregará, quando concluido e completamente montado.

Concluido e montado o instituto, todo o remanescente dos meus bens legados á Santa Casa de Misericordia desta cidade, com esta especial applicação, ficará constituindo o patrimonio do mesmo instituto, applicando-se os seus rendimentos na sua conservação perpetua e seu custeio.

E' minha vontade que o meu testamenteiro, de accôrdo com a Administração da Santa Casa de Misericordia, proveja em tudo o mais que fôr necessario, de modo a que o instituto seja em tempo inaugurado sem que nada lhe venha a faltar, supprindo desta arte qualquer omissão que por ventura tenha occorrido neste meu testamento a tal respeito.

Inaugurado o instituto deverá o meu testamenteiro entregal-o á Santa Casa de Misericordia desta cidade, a quem confio e rogo queira acceital-o como annexado ou como dependencia da mesma Santa Casa, recebendo seu patrimonio e seus rendimentos e de tudo cuidando e zelando como de cousa sua que propria fosse.

Tendo assim por expressada esta minha vontade, passo em seguida a fazer mais estas outras minhas declarações:

Declaro que, sendo minha vontade, lego á mesma Santa Casa de Misericordia, por amor que a ella tenho e á qual servi, além de outras occasiões, de seu Provedor por espaço de 20 annos, a quantia de 120 contos de réis, que destino para seu patrimonio.

Esta quantia poderá ser em bens ou em dinheiro, á vontade de sua Administração, devendo, porém, em qualquer dos casos ser incluído nesse valor o predio n. 27 da rua de Santo Antonio, desta cidade, primeiro que adquiri em 1855 e onde actualmente funciona a agencia do Banco de São Paulo.

Lego ao Asylo de Orphãos desta cidade, para augmento de seu patrimonio, a quantia de 20:000\$000.

Lego á *Sociedade Humanitaria dos Emprêgados no Commercio*, desta mesma cidade, para seu patrimonio, a quantia de 10:000\$000.

Lego á *União Operaria*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego á Igreja Matriz desta cidade, na qual fui baptisado e para seus paramentos, a quantia de 5:000\$000.



Lego á *Sociedade Auxiliadora da Instrucção*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego ao *Apostolado do Sagrado Coração de Jesus*, desta mesma cidade, a quantia de 5:000\$000.

Lego a minha sobrinha Nologa, viuva de Manoel Bento de Andrade, as minhas casas da rua Santo Antonio ns. 84 e 86, desta mesma cidade, sob a condição de usar e gozar durante sua vida, passando depois de sua morte a seus filhos.

Lego a minha sobrinha Deoclecia de Oliveira Santos, filha de minha irmã Amanda, a minha casa do Largo da Republica n. 60, desta cidade.

Lego a minha sobrinha Amelia, filha de minha irmã Amelia, a minha casa da rua Amador Bueno n. 153, desta cidade.

Lego a minha sobrinha Olinda, filha de minha irmã Amelia, a minha casa da rua Amador Bueno n. 151, desta cidade.

Lego a minha sobrinha e afilhada Quita, casada com Francisco de Azevedo Rocha, a minha casa da rua S. Francisco n. 141, desta cidade.

Lego a minha irmã Maria das Dores Carvalho, a minha casa da rua do Marquez de Herval n. 31 e o meu sobradinho da travessa do mesmo nome n. 1, sob a condição de usar e gozar durante sua vida, passando por sua morte aos filhos do meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira.

Lego a D. Maria da Gloria Nebias, filha solteira do meu padrinho João Octavio Nebias, a quantia de 10:000\$000.

Lego a meu sobrinho e afilhado Henrique, filho de meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira, a quantia de 10:000\$000.

Lego a meu afilhado Oswaldo, filho do meu amigo e compadre Julio Conceição, a quantia de 10:000\$000.

Lego a minha sobrinha Maria do Carmo, filha do meu fallecido irmão Henrique Pedro de Oliveira, a quantia de 5:000\$000.

Lego á menina Lydia, filha do meu amigo Julio Conceição, a quantia de 5:000\$000.

Lego a Antonio, filho de minha sobrinha Deoclecia de Oliveira Santos, a quantia de 2:000\$000.

Lego a meu afilhado João, filho de Manoel José Ferreira, a quantia de 2:000\$000.

Lego a Etelvina, neta do fallecido Felisberto Borges Chaves, a quantia de 1:000\$000.

Lego a cada um dos filhos legitimos de meus sobrinhos Francisco e João, filhos de minha fallecida irmã Amelia, que existirem por ocasião de minha morte, a quantia de 1:000\$000.

Lego a meu afilhado Paulo, filho do finado Antonio Candido da Silva, a quantia de 1:000\$000.

Lego a Domicio Bicudo, meu actual empregado, a quantia de 5:000\$000; si ao tempo de minha morte não fôr elle meu empregado, reverterá este legado a seus filhos.

Lego a Maria Octavia, que foi creada em minha casa, a quantia de 5:000\$000; si vier esta legataria a fallecer antes da minha morte, ficará



este legado sem effeito, salvo si deixar ella filhos, porque neste caso reverterá o referido legado a favor destes.

Lego a Henriqueta Bittencourt, minha actual criada, a quantia de 2:000\$000, legado que ficará sem effeito si vier ella a fallecer antes de minha morte.

Declaro que todas as deixas e legados constantes deste meu testamento serão entregues a quem de direito, livres de quaesquer impostos, os quaes, bem como toda e qualquer despesa que fizer o meu testamenteiro, inclusive as que entender fazer com honorario de advogados, serão deduzidos do meu patrimonio.

Nomeio meu testamenteiro o meu amigo e compadre Julio Conceição, a quem rogo queira acceitar este encargo com direito á vintena *pro labore*.

Marco o prazo de dois annos para cumprimento deste meu testamento e pelo qual revogo qualquer outro anteriormente feito.

E' este o meu testamento e disposição de ultima vontade, o qual quero se cumpra inteiramente como testamento ou codicillo, rogando ás Justiças deste Paiz que o cumpram e façam cumprir. Este vae a meu rogo escripto por João Pedro de Jesus, pessoa de minha inteira confiança, e por mim datado e assignado, assignado tambem pelo escriptor deste, depois de ser tudo por mim lido com reflexão e calma e achado conforme meu desejo e vontade.

Santos, 12 de Dezembro de 1899.

*J. Octavio dos Santos.*

---



## Doc. n 3

*Exm.<sup>a</sup> Sr. Cons.<sup>a</sup> Presidente do Estado.*

**JULIO CONCERÇÃO**, aqui residente, na qualidade de testamentário do benemerito paulista, João Octavio dos Santos, fallecido em 9 de Julho do anno proximo passado, com solenne testamento, do qual offerece autentica certidão, extrahida do respectivo registro, vem impetrar de V. Exa. isenção, sob dependente do arbitrio do Governo, nos termos do art. 42 § 6.<sup>o</sup> do Decr. n. 154, de 14 de Abril de 1890, do pagamento do imposto de transmissão de propriedade causa mortis para o legado constituido pelo testador a favor da Santa Casa de Misericordia desta cidade de Santos, com especial applicação á creação e montagem do edificio, installação, custeio e manutenção de um estabelecimento destinado á instrucção e educação intellectual e profissional de meninos pobres, sob a denominação de « Instituto D. Escholastica Rosa ».

E' que a percepção do imposto, em seu quantum legal na razão do valor da remanescente da herança do testador, objecto do legado, apurado em réis 221.286\$938, documento anexo, absorvendo 22 % deste valor, enfraqueceria deploravelmente o patrimonio permanente daquelle instituta, em dano da renda, pela qual se deverá prover a seu custeio e, virtualmente, o humanitario intuito do testador a beneficio do maior numero possível de educandos.

Si, pela, do proprio enunciado do citado Dec. estadual decorre, em these, a favor que ao Estado merecem legados de tal especialidade, o caso do legado alludido, pela elevada e excepcional philantropia que em seu auctor assina aquella disposição testamentaria, e que em V. Exa., o dispensador legal da graça impetrada, accusaria tambem a sua concessão, a demonstrar, aliás, o alto aprego que o Estado de São Paulo, por sua administração, praticamente presta á causa da instrucção e educação intellectual, moral e profissional, recommenda e aconselha, á evidencia, a effectividade da isenção assim solicitada.

Assim que o supplicante, em exercicio do honroso dever para com a memoria do testador e para com o cargo, que deve á sua confiança,

Pede a V. Exa. deferimento (\*).

Santos, ..... 1900.



Doc. n. 4

*Illm.<sup>a</sup> Sr. Dr. Intendente Municipal.*

**J**ULIO CONCEIÇÃO, testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, vem solicitar de V. S., para o futuro *Instituto D. Eulachista Rosa*, um favor identico aos que a nossa Ilustre Edilidade, no patriótico zelo pelo bem commum, costuma dispensar a instituições congêneres que distribuem largos beneficios ao povo, taes como a Santa Casa de Misericórdia, Sociedade Protectora da Infancia Desvalida e Sociedade Auxiliadora da Instrução.

O remanescente da herança do extincto filho desta terra, João Octavio dos Santos, é inteiramente applicado, como V. S. deve saber, à fundação e patrimonio do supra mencionado Instituto, destinado ao ensino popular gratuito, intellectual e profissional.

Esta utilissima instituição, que em breve tempo estará organizada e entregue á protecção da Santa Casa de Misericórdia, conformes prescrevem as disposições testamentarias do seu fundador, merece, por consequente, o auxilio que os poderes publicos soem dispensar a taes empreendimentos, de incontestavel benemerencia.

E sendo o remanescente, que lhe ficará como patrimonio, constituido quasi exclusivamente de predios e terrenos, o supplicante vem requerer a V. S. isenção dos impostos cobrados sobre os mesmos predios e terrenos, a começar do presente exercicio.

Santos, 8 de Março de 1902.



Doc. n. 5

---

*Illm.<sup>os</sup> Sr.<sup>s</sup> Presidente e mais Vereadores da Camara  
Municipal.*

JULIO CONCEIÇÃO, na qualidade de testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, tendo feito ao Sr. Dr. Intendente Municipal o requerimento que, por copia, com este offerece, e tendo sido o mesmo despachado no sentido do supplicante dirigir-se a essa Camara, á qual compete resolver a respeito, vem requerer a V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup>, sob os mesmos fundamentos allegados em o dito requerimento, isenção dos impostos cobrados sobre os predios e terrenos pertencentes ao remanescente da herança de João Octavio dos Santos, em beneficio do futuro «Instituto D. Escholastica Rosa».

O supplicante, confiado no alto criterio e patriotismo com que essa illustre corporação tem sempre attendido aos legitimos interesses locaes,

P. deferimento. (\*)

Santos, 10 de Abril de 1902.

---

(\*) Negado, conforme exposição no cap. VII.



Doc. n. 6

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara da  
Provedoria.*

*(Outras communicações, que não interessam ao assumpto)*

O supplicante leva tambem ao conhecimento de V. Exa., para que a todo tempo conste dos autos, que tem feito todos os esforços e varias diligencias para conseguir a restituição do elevadissimo imposto sobre o legado ao futuro «Instituto D. Escholastica Rosa», tendo tido o seu ultimo requerimento o seguinte despacho do Exm.<sup>o</sup> Secretario da Fazenda, publicado no «Correio Paulistano» de 2 do corrente mez:

«No requerimento de Julio Conceição, inventariante dos bens do finado João Octavio dos Santos, pedindo isenção do imposto de transmissão *causa-mortis* para o legado á Santa Casa de Santos, o Dr. Secretario proferiu o seguinte: — A petição do supplicante não pode ser deferida por isso que o imposto cobrado já foi recolhido ao Thezouro, em exercicio já liquidado, e, nestas condições, falta ao Governo competencia para determinar a sua restituição; só o Congresso do Estado o poderá autorisar por lei especial em que o Governo seja habilitado a abrir o necessario credito.» (\*)

Santos, 6 de Outubro de 1902.

(\*) V. cap. VIII do relatorio.

*Julio Conceição.*



Doc. n. 7

---

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara*

*(Outras communicações, que não interessam ao assumpto):*

.....

TAMBEM vem trazer ao conhecimento de V. Exa., para que se digne approval-o, o seu seguinte acto:

O supplicante, attendendo a que a Santa Casa de Misericordia, além de ser a principal legataria do finado João Octavio dos Santos, é a futura zeladora do patrimonio por este deixado, e, por conseguinte, cabendo-lhe a guarda de tudo quanto pertence á successão, em 10 de Abril proximo passado fez entrega, á mesma Santa Casa, para o seu archivo, onde ficarão ao alcance de qualquer interessado que os deseje examinar, de todos os livros da escripturação do dito finado, desde os mais antigos até os que estavam escripturados ao tempo de seu fallecimento, copiadores de cartas, cadernetas bancarias e livros de balanços, constituindo tudo isso um subsidio valioso para a historia da vida commercial, durante o periodo de 51 annos, sempre activa e honrada, do grande bemfeitor daquella instituição, a que elle, em todos os tempos, foi tão dedicado.

Os livros entregues á Santa Casa foram:

*Envolucro n. 1* — com 7 copiadores de cartas, desde 11 de Junho de 1850 a 31 de Dezembro de 1892; *envolucros ns. 2, 3 e 4* — com 15 borradores; *envolucro n. 5* — com quatro diarios; *envolucro n. 6* — com 6 contas correntes; *envolucro n. 7* — com um diario, de 1882 a 1887; *envolucro n. 8* — com um razão de 1882 a 1887; *envolucro n. 9* — com um livro de balanços, de 1855 a 1887; *envolucro n. 10* — com os ultimos quatro livros de escripturação; *envolucro n. 11*, finalmente, com 3 cade netas do Banco Mercantil de Santos, desde 1885 até o seu fallecimento.

Santos, 19 de Junho de 1901.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n. 8

*Illm.<sup>os</sup> Sr.<sup>s</sup> Mezarios da Irmandade da Santa Casa  
de Misericordia de Santos.*

FOI-ME confiada, como sabeis, pelo nosso saudoso Irmão João Octavio dos Santos, em seu testamento, a missão de fundar o «Instituto D. Escholastica Rosa» e entregal-o á administração dessa Santa Casa, depois de inaugurado e com seu patrimonio constituido.

Para esse fim, o testador legou o remanescente de seus bens, constante quasi exclusivamente de immoveis do monte-mór, avaliados em rs. 978:660\$000 (\*), os quaes consegui até agora conservar, sem dispôr de nenhum, não obstante os sacrificios para o prompto pagamento dos grandes encargos do espolio, pesados impostos, melhoramentos de predios e despezas essenciaes, conforme as contas que mensalmente têm sido apresentadas ao digno juiz do inventario.

O rendimento dos immoveis acha-se hoje elevado a uma media mensal de rs. 9:000\$000.

Entendo que o rendimento acima e o saldo em dinheiro, calculado em rs. 80:000\$000, sujeito a pequena differença resultante da liquidação do monte-mór, existente na caixa do espolio e no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo, garantem desde já, por si sós, o inicio de uma fundação modesta do Instituto.

Devo, entretanto, ponderar que o pedido de restituição do imposto cobrado pelo governo, na elevada importancia de rs. 190:880\$448, já foi favoravelmente votado em 1.<sup>a</sup> discussão pelo Congresso Legislativo, que novamente se reunirá no proximo mez de Julho.

No caso de ser concedida a restituição, alimento a idéa de adquirir, para a fundação do Instituto, o magnifico edificio do Hotel Internacional, na praia do José Menino.

Em caso contrario, poderá ser aproveitado, para o mesmo fim, o predio da rua da Constituição n. 82, pertencente ao espolio

Cumpre-me notar que o testador deixou recommendado em seu testamento que o Instituto deverá ser erecto na sua chacara do Ramal da Ponta da Praia ou onde melhor possa convir.

---

(\*) E' necessario notar-se que esta somma, ao contrario do que se esperava, foi gravada com os pesados impostos de transmissão *causa-mortis*, visto o Governo ter-se negado a isental-os, aconselhando recorrer ao Congresso Estadual.



Estabelecidas as idéas preliminares que acabam de ser expendidas, e não desejando iniciar nenhum trabalho fundamental sem plano formado e inteiro apoio dessa Irmandade, venho solicitar dessa digna Meza Administrativa o seu parecer sobre o seguinte:

Si devemos esperar a restituição do referido imposto para fundar o Instituto no edificio do Hotel Internacional, ou devemos desde já, com os recursos actuaes, dar inicio á fundação no predio da rua da Constituição n. 82, pertencente ao espolio.

Aguardo o parecer, que virá resolver a consulta que ora faço.

Santos, 9 de Junho de 1903.

*Julio Conceição.*



Doc. n. 9

---

Santa Casa de Misericórdia

---

*Santos, 13 de Junho de 1903.*

*Illm.<sup>a</sup> Sr.*

COMMUNICO a V. S. que a Meza Administrativa desta Irmandade, em sessão de 10 do corrente, tomando conhecimento do officio de V. S. de 9 deste mez, resolveu declarar, em resposta, que uma vez que o Instituto D. Escholastica Rosa não póde funcçãoar no predio designado no testamento, e que é o sito no Ramal da Ponta da Praia, deve ser preferido para nelle funcçãoar o da rua da Constituição n. 82.

Deus guarde a V. S.

Illmo. Sr. Julio Conceição, D. testamenteiro do finado João Octavio dos Santos.

*José Proost de Sousa, Provedor.*

---



Doc. n. 10

---

*Illm.º Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia  
de Santos.*

ACCUSO em meu poder o officio de V. S., datado de hoje, em que me communica ser opinião da Meza Administrativa que o Instituto D. Escholastica Rosa se installe de preferencia no predio desta cidade, á rua da Constituição n. 82, pertencente ao espolio.

Desejando, conforme já tenho feito sentir por varias vezes, proceder de accôrdo com essa Irmandade nos passos a dar para a fundação e organização do referido Instituto, venho pedir á Meza Administrativa para nomear uma commissão de dois ou mais membros, afim de, com a orientação dessa Irmandade, darmos prompto inicio aos respectivos trabalhos. Aguardo breve resolução sobre o pedido que ora faço.

Santos, 13 de Junho de 1903

*Julio Conceição.*

---



Doc. n. 11

*Illm.º e Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara  
da Provedoria.*

JULIO CONCEIÇÃO, testamenteiro e inventariante do espólio de João Octavio dos Santos, vem comunicar a V. Exa. que, em 9 do corrente mez, dirigiu á Meza Administrativa da Santa Casa de Misericordia desta cidade o seguinte officio (¹):

.....

Em resposta o supplicante recebeu o incluso officio, sob n. 1, datado de 13 do corrente. Nessa mesma data o supplicante dirigiu ainda o seguinte officio (²):

.....

Em resposta o supplicante recebeu o incluso officio, sob n. 2, datado de 15 do corrente.

O supplicante vem requerer a V. Exa. que, com a presente, sejam os dois inclusos officios, sob ns. 1 e 2, juntos aos autos do inventario, afim de que a todo tempo constem todos os passos dados para a fundação do Instituto e a opinião da Meza Administrativa quanto ao local preferido pela mesma para a dita fundação.

Santos, 17 de Junho de 1903.

(1) E' o doc. n. 8, para evitar repetir transcrição.

(2) E' o doc. n. 10.



Doc. n. 12

---

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

**J**ULIO CONCEIÇÃO, testamenteiro e inventariante do finado João Octavio dos Santos, vem requerer a V. Exa. se digne mandar juntar aos autos as seis plantas (\*) que este acompanham e o respectivo relatorio, organizados e assignados pelo engenheiro dr. Nicolau Spagnuolo. Achando-se esses immoveis sem demarcação e tendo havido já em alguns terrenos tentativas de perturbação de posse, o supplicante mandou, deante dos titulos de propriedade, levantar as ditas plantas e determinar os alinhamentos com pilares de tijolos e trilhos de ferro, afim de que, para o futuro, não mais possam ser suscitadas duvidas quanto aos legitimos direitos da herança.

Esperando approvação,

Santos, 20 de Agosto de 1903.

P. D.

---

(\*) Plantas estas que se referem a terrenos sub-urbanos, além de 68 plantas de predios urbanos com os respectivos terrenos. (Plantas de n. 1 a 74).

---



Doc. n. 13

## Instituto D. Escholastica Rosa

### PROJECTOS PARA ESTUDOS

Para estudo da digna Meza Administrativa da Santa Casa de Santos e do Conselho Deliberativo, offerece o testamenteiro e inventariante do espolio de João Octavio dos Santos, esperando valiosa cooperação sobre o assumpto.

### OFFICIO A' SANTA CASA

*Illm.<sup>os</sup> Sr.<sup>s</sup> Membros da Administração da Santa Casa de Santos.*

TENDO de dar começo ás obras para a installação do *Instituto D. Escholastica Rosa*, venho pela ultima vez, com previa acquiescencia da commissão nomeada a meu pedido por essa Santa Casa, insistir no meu intento, por varias vezes manifestado, de fundar aquella instituição em local o mais conveniente, que offereça reaes condições de hygiene e salubridade.

A minha insistencia, que, estou certo, será relevada pelos Snrs. Mezarios, é fundada no principio geralmente acceito e seguido, de que os internatos de instrucção e educação não devem ser localizados em centros populosos, tanto mais nos climas calidos como o desta cidade, onde as agglomerações de creanças em um só predio são manifestamente contrarias aos rudimentares preceitos da pedagogia e da hygiene.

Si em S. Paulo, Campinas, Piracicaba e outras cidades do nosso Estado, que têm clima ameno e gozam dos fóros de salubres, esses internatos são de preferencia installados nos arrabaldes, motivo mais preponderante existe para que assim deva acontecer em Santos, que, si é certo possuir desvantagens quanto ás condições atmosphericas do seu perimetro urbano, não é menos certo que possui incontestavel superioridade quanto



aos seus arrabaldes maritimos, tão apraziveis e saudaveis, apropriados para os estabelecimentos educativos, nos quaes o estudo reclama socego e tranquillidade de espirito.

Pela minha parte, tenho envidado todos os esforços para que o Instituto D. Escholastica Rosa, com um patrimonio equivalente a mil contos de réis (\*) e rendimento seguro, legado de um benemerito filho desta terra e que ficará á sombra da grandiosa Santa Casa de Santos, não se colloque em plano inferior ao de instituições congeneres, que em outras localidades se têm fundado com elementos menos pujantes e estão prestando reaes serviços á causa da instrução popular.

O local preferido pela commissão dessa Santa Casa, e que considero de todo improprio, é o predio no centro da cidade, á rua da Constituição n. 82.

A sua adaptação, que orça em Réis 165:000\$000, como se vê no quadro synoptico, nunca poderá, por melhor que seja, corresponder á magnitude da instituição que se pretende fundar e á importancia do seu patrimonio.

Basta notar-se que não offerece commodidades para um numero superior a 70 alumnos e nem ao menos comporta a residencia do director do estabelecimento, de modo que insignificante é a área que sobeja, destinada ao recreio dos alumnos.

Nesta emergencia, venho submeter á consideração da digna administração dessa Santa Casa dois outros projectos para a fundação do instituto.

O primeiro projecto é referente á chacara do Ramal da Ponta da Praia, onde foi a residencia do fallecido João Octavio dos Santos.

O edificio a ser ahi erecto, conforme a planta, relatorio e orçamento, aqui inclusos, está calculado em Rs. 321:000\$000, para uma capacidade maxima de 100 alumnos. (\*\*)

Naturalmente o espolio será forçado ao pagamento immediato dessa construcção á medida que se fôr executando, pois nenhum architecto deixará de fazer essa exigencia.

Demais, o local não é precisamente o melhor da praia da Barra, quanto á salubridade, razão porque aquelle ponto se acha ainda pouco habitado, devido aos reconhecidos inconvenientes do rio Conrado.

O segundo projecto é referente ao Hotel Internacional, na aprazivel praia José Menino.

Desnecessario seria que eu salientasse as vantagens dessa localização, a mais hygienica e salubre de Santos, com largo espaço para recreio dos alumnos e passeios ao ar livre.

(\*) Attenta a sua elevação de renda mensal por effeito de economias, reformas e construcções novas durante o periodo do inventario, pois a media da renda mensal no 1.º trimestre após a morte de João Octavio, em numeros redondos, era de 6:000\$000, attingindo a 10:000\$000 na época deste officio.

(\*\*) Quando construido o 4.º pavilhão do projecto, para dormitorio e officinas.



O amplo e sumptuoso edificio, de moderna architectura e solida construcção, de pedra e cal, possui já serviços completos de iluminação, agua, exgottos, banhos de mar e agua doce, cosinha perfeitamente montada com fogão duplo, lavanderia, dois grandes jardins e outras dependencias, tudo em ordem a ser aproveitado para um magestoso instituto.

Com um pequeno dispendio de Rs. 20:000\$000, pouco mais ou menos, offerece de prompto excellentes e vastas commodidades, como refeitório, dormitórios, salas de estudo e officinas para 150 alumnos, podendo este numero ser mais tarde elevado a 250, além de aposento para o director, professores e mais pessoal do estabelecimento.

Tendo-me entendido com o proprietario sobre a compra desse immovel, estabeleceu elle, depois de varias negociações por mim propostas, o preço de Rs. 250:000\$000, mediante o pagamento á vista de 120:000\$000 e o restante ao prazo de um, dois e tres annos, com juros de dez por cento ao anno, sob garantia do proprio immovel.

Finalmente: o projecto no centro da cidade custará Rs. 165:000\$000, privando o patrimonio do rendimento dos dois predios que vão ser utilizados; o da chacara do Ramal da Ponta da Praia virá forçar o patrimonio a sacrificios para o pagamento immediato da construcção, e por certo sem elementos para ser de prompto levado a effeito; o do Hotel Internacional, ao contrario, virá enriquecer a instituição com mais uma propriedade de grande valor, cujo pagamento será feito de modo suave, ao alcance dos recursos do patrimonio; este edificio, orçado por profissional, vale quatrocentos contos de réis, fóra a área descoberta de 6500 metros quadrados, devidamente murada e beneficiada com jardins.

Pelo quadro synoptico constante do relatorio do Snr. Engenheiro, podem-se avaliar facilmente as vantagens entre os tres projectos acima referidos.

Para melhores esclarecimentos reproduzo em seguida esse quadro, para o qual peço a attenção dos Snrs. Mezarios:

Designação	1.º Projecto CIDADE	2.º Projecto PONTA DA PRAIA	3.º Projecto JOSÉ MENINO
<b>Área edificada:</b>			
Plano terreo . . . . .	M. q. 1085	M. q. 1080	M. q. 1040
1.º Andar . . . . .	" 462	" 600	" 1040
A'rea: officinas e lavanderia . . . . .	" 500	" 500	" 500
	(1)	(2)	
A'rea coberta com simples telhado . . . . .	" 600	" 150	" 600
A'rea descoberta. . . . .	" 650	" 15000	" 6500
Despezas . . . . .	165:000\$000	321:000\$000	20:000\$000
Capacidade: numero de meninos . . . . .	60 a 70	100	250

(1) Nesta área estão comprehendidos dois corredores, cobertos com telhado de vidro e de Ms. 3,00 de largura, ao lado do predio existente.

(2) A'rea que necessita de aterro, o qual pode-se calcular em Rs. 5:000\$000.



Cumpre-me informar que o espolio actualmente dispõe de 150:000\$000 e um rendimento certo de 10:000\$000 por mez, com tendencia para augmento em virtude de reformas em predios e construcções que estou executando.

Pelas manifestações do Exm.<sup>o</sup> Juiz do inventario, sempre muito interessado no auspicioso destino do futuro instituto, mostrando-se prompto nas prorogações de prazos, de fórma que as arrecadações dos rendimentos vão acudindo ás despesas com a montagem de officinas e mais encargos, não conto com exigencia de precipitada conclusão do estabelecimento, o que é uma garantia para ser levado a effeito o grande plano expendido.

Si o local preferido fôr o Hotel Internacional, como reconheço ser o melhor projecto e de mais facil realização, é certo que o numero de alumnos deverá ser ao principio limitado, podendo elevar-se para o futuro na proporção das posses.

Em resumo, fazendo questão e não desejando ir contra o Compromisso dessa Irmandade, Art. 5.<sup>o</sup> letra C (\*), pois, com um pouco de bôa vontade da commissão e contando com a benevolencia do Exm.<sup>o</sup> Juiz, espero entregar o instituto livre de onus insuperaveis além das suas proprias forças.

Estou certo que os dignos membros da administração dessa Santa Casa, estudando com acurada attenção todos os projectos, se pronunciarão a respeito para meu governo

Santos, 10 de Fevereiro de 1904.

*Julio Conceição*

Testamenteiro e Inventariante

---

(\*) C—Manter, zelar e administrar instituições congêneres e de ensino gratuito para os pobres, desde que taes instituições possuam sufficientes recursos ou patrimonio que, para o fim determinado, sejam doados ou legados á Irmandade.



# Mão de obra e materiais

## PREÇOS DA ACTUALIDADE

FEVEREIRO DE 1904

José Menino — Ponta da Praia

1) Cal extincta — 1 m. c. precisa:			
500 Kilogrs. de cal em pedra ou 10 saccos (Waggon 150 saccos—500\$000		40\$000	40\$000
Agua, tanque e manoal		2\$000	2\$000
Custeio de 1. m. c.		42\$000	42\$000
2) Argamassa de cal e areia — 1 m. c. precisa:			
Cal extincta m. c. 0,35 × 42\$000.		14\$700	14\$700
Areia		12\$000	12\$000
Manoal 0,70 de dia—4\$500 por dia		3\$150	3\$150
Despezas geraes—20%		0\$630	0\$630
Custo de 1 m. c.		30\$480	30\$480
3) Alvenaria em pedra—1 m. c. precisa:			
M. c. 1, 10 de pedra—6\$000 e 14\$000		6\$600	15\$400
Argamassa m. c. 0,30; 0,30 × 30\$480		9\$144	9\$144
Manoal 0,30 de dia — 4\$500 por dia		1\$350	1\$350
Pedreiro e manoal — 7\$000 e 4\$500 — 0,30		3\$450	3\$450
Despezas geraes — 20%		0\$690	0\$690
Custo de 1. m. c.		21\$234	30\$034
4) Alvenaria em tijolos — 1 m. c. precisa:			
Tijolos 330 — custo 45\$000 — carroto 22\$000		22\$110	22\$110
Argamassa m c 0,25 × 30\$480		7\$620	7\$620
Pedreiro 7\$500, servente 4\$500 — 0,60 de dia		7\$200	7\$200
Andaime		1\$500	1\$500
Despezas geraes — 20%		1\$440	1\$440
Custo de 1 m. c.		39\$870	39\$870
5) Reboco — 1 m. q. precisa:			
Espessura M. 0,03 quebra 0,003		1\$220	1\$220
Argamassa 30\$480÷25		0\$700	0\$700
Custo de mão d'obra		0\$600	0\$600
Andaime		0\$200	0\$200
Despezas geraes		2\$720	2\$720
Custo de 1 m. q.			
6) Pintura 1 m. q. precisa:			
Oleo (paredes)	2 mãos 1\$400 3 mãos 1\$400		
Venezianas, porta ou janella	2 " 7\$000 3 " 8\$000		
Caiação simples a colla e com sulfato de zinco	2 " \$400 2 " \$400		



# TRABALHOS EM MADEIRA

## 1) Assoalhos com rodapé, simples:

(Calculo em um quarto de Ms.  $4,00 \times 4,00$  — M. q. 16.000)

	Taboas estreitas e largas	
8 vigotas (m. o. 90\$000) 9\$000	72\$000	72\$000
Transporte.	8\$000	8\$000
Mão de obra e alcatrão.	6\$000	6\$000
Taboas macheadas, de M. 0,10 de largura — Dz. 24\$000		
— 3 e 1/3 Dzs.	80\$000	
Idem macheadas, de Ms. 0,22 de largura — Dz. 36\$000—1 e		
2 3 Dzs.		60\$000
Transporte	8\$000	8\$000
	174\$000	154\$000
Mão de obra, (simples) — 1\$200 m. q.	19\$200	
Idem (idem) — 1\$000		16\$000
Pregos etc.	4\$000	4\$000
Rodapé — 1/3 de duzia — 36\$000 Dz.	12\$000	12\$000
Mão de obra	3\$000	3\$000
Custo de 16 m. q.	Rs. 212\$200	Rs. 189\$000
Idem de 1 m. q.	13\$255	11\$812

## 2) Fôrro com aba, simples:

(Calculo em um quarto de M.  $4,00 \times 4,00$  — Ms. qs. 16,00)

Caibros, uma duzia	18\$000
Transporte	8\$000
Mão de obra	12\$000
Andaime	6\$000
Taboas com molduras — 2 dzs. 24\$000	48\$000
Mão de obra — 1\$400 m. q.	22\$400
Transporte.	12\$000
Pregos etc.	5\$000
Abas com molduras — 4 taboas e 16 ml de moldura	20\$000
Mão de obra	6\$000
1 viga no eixo, transporte com mão de obra	11\$000
Custo de 16 m. q.	Rs. 168\$400
Idem de 1 m. q.	10\$525

## 3) Telhado:

### Telha nacional e franceza

Tezoura m. 0 35 — 6\$000.	} Com transporte	2\$100	2\$100
Vigotas e cumieira ms. 0,55 — 4\$000		2\$200	2\$200
Caibros ms. 2,00 a 400 réis		0\$800	0\$800
Ripas ms. 7,00 a 100 réis		0\$700	0\$700
Pregos		0\$600	0\$600
Telhas nacionaes: custo 140\$000 Transporte 30\$000 — total			
170\$000—14 cada m. q.—Custo Telhas francezas:(Custo 300\$000		2\$380	
Tránsporte 30\$000—total 330\$000—14 cada m. q.—Custo.			4\$620
Arame de ferro			0\$600
Pedreiro e argamassa		0\$700	1\$200
Sahida do material.		0\$300	0\$300
Custo de 1 m. q.		9\$780	18\$120



4) *Esquadria de pinho de riga e peroba :*

Veneziana, systema americano com duas folhas	
Caixilhos com almofada—0,03 de espessura	55\$000
Portas de interiores com duas folhas e almofadas com bandeira — 0,03 de espessura	27\$000
Idem idem sem bandeira	50\$000
Batentes de peroba e portas exteriores, de pinho de riga	55\$000
Batentes e portas interiores, de peroba	80\$000
Batentes e folhas de janellas, com almofadas (2)	20\$000
	70\$000

5) *Vidros*

Vidros collocados, lizos—pollegada quadrada. 4 réis

## OBSERVAÇÕES

- Sobre toda a importancia do trabalho deverão ser addicionados 10% para administração e fiscalisação dos serviços
- A tabella de preços, relativa ao Hotel Internacional, é simplesmente para verificação do valor das construcções alli existentes, salvo pintura que necessita duas mãos em geral.
- Todos os calculos são feitos para materiaes de primeira ordem.
- Nos preços não estão computadas as passagens de bonds para os operarios, as quaes geralmente são accrescidas aos salarios: Rs. 1\$000 por dia para a Ponta da Praia e 600 réis para a praia José Menino.



# Relatoria da Engenharia

Illm.<sup>o</sup> Sr. Julio Conceição

Santos.

DE posse das suas apreciadas ordens, apresento um pequeno relatorio tecnico para o Asylo D. Escholastica Rosa.

## PRIMEIRO PROJECTO: RUA DA CONSTITUIÇÃO N. 82.

Consta da transformação do actual predio e mais duas alas de edificios aos lados, aproveitando os fundos dos quintaes de todas as casas pertencentes ao espolio e que se acham no mesmo quarteirão. Elle contém:

PLANO TERREO: — Refeitorio, cosinha, copa e deposito, escolas, musica, banho, lavatorio, rouparia, officinas e lavanderia.

1.<sup>o</sup> ANDAR: — Dormitorios, enfermaria, sala de honra.

## SEGUNDO PROJECTO: RAMAL DA PONTA DA PRAIA.

Na parte norte deste terreno acha-se o rio Conrado e a ms. 58,00 da frente uma casa de moradia com um barracão á esquerda, e que se pode transformar em lavanderia (V. Planta)

Apresento um *croquis* de um projecto do Asylo neste terreno. Elle contém:

PLANO TERREO: — Refeitorio, cosinha, copa e despensa, banho e lavatorio, escolas, sala de musica, rouparia, officinas, lavanderia e casa de moradia.

1.<sup>o</sup> ANDAR: — Dormitorios e enfermaria.

## TERCEIRO PROJECTO: JOSÉ MENINO.

Consta da transformação do actual Hotel Internacional e póde conter folgadamente 150 meninos, numero que poderá ser elevado a 250.

PLANO TERREO: — A' esquerda acham-se 16 quartos de ms. 4,30  $\times$  3,20, divisos entre elles por paredes de ms. 0,40 de grossura em pedra. Estas divisões podem por emquanto deixar-se no estado actual, ou abrir grandes vãos com arcos em cima de tijollos, e não tiral-as inteiramente devido á espessura e á alvenaria que constituem as mesmas.

1.<sup>o</sup> ANDAR: — As divisões secundarias, sendo em geral de estuque, será facil tiral-as, mas precisa descarregar o peso do telhado e isto por meio de columnas de ferro em correspondencia ás do plano terreo.



Destas pequenas transformações podem-se obter :

PLANO TERREO: — Refeitorio, moradia do director e mais professores, copa, cosinha, deposito de cosinha, quatro officinas e latrinas.

1.º ANDAR: — Duas grandes aulas para escolas, vastos dormitorios e mais salões e aposentos.

O predio por si, sem o terreno, avalio actualmente em 400 contos de réis.

Apresento o seguinte quadro synoptico, com dados importantes dos tres projectos :

Designação	1.º Projecto CIDADE	2.º Projecto PONTA DA PRAIA	3.º Projecto JOSÉ MENINO
<b>Área edificada:</b>			
Plano terreo . . . . .	M. q. 1085	M. q. 1080	M. q. 1040
1.º andar . . . . .	» 462	» 600	» 1040
A'rea: officinas e lavanderia . . . . .	» 500	» 500	» 500
	(1)	(2)	
A'rea coberta com simples telhado . . . . .	» 600	» 150	» 600
A'rea descoberta . . . . .	» 650	» 15.000	» 6500
Despezas . . . . .	165:000\$000	321.000\$000	20:000\$000
Capacidade: numero de meninos . . . . .	60 a 70	100	250

Note-se que os orçamentos acima comprehendem os edificios promptos, com pintura, encanamentos, etc., não estando incluídas as machinas e moveis

Em conclusão, são estes os dados que, como tecnico, posso offerecer.  
Santos, 9 de Fevereiro de 1904.

*Nicolau Spagnuolo.*  
Engenheiro Civil.

(1) Nesta área estão comprehendidos dois corredores, cobertos com telhados de vidro e de ms. 3,00 de largura, ao lado do predio existente.

(2) Area que necessita de aterro, o qual pode-se calcular em Rs. 5:000\$000.



## Parecer da Comissão da Santa Casa

EM officio de 10 de Fevereiro do corrente anno, o digno testamenteiro e inventariante dos bens deixados pelo finado João Octavio dos Santos, insistindo por nova resolução relativa á localização do Instituto D. Escholastica Rosa, apresenta tres alvitres: um, da adaptação do predio á rua da Constituição n. 82, outro da construcção de um edificio na chacara da Ponta da Praia e, finalmente, outro da compra do predio onde se acha installado o Hotel Internacional, no José Menino. No mesmo officio mais uma vez manifesta o digno testamenteiro o desejo de ser installado o Instituto no predio do Hotel Internacional. A Comissão abaixo assignada, porém, é de parecer que a Mesa Administrativa deve optar pela construcção do edificio na chacara do Ramal da Ponta da Praia, onde foi a residencia do benemerito testador. Esse parecer da Comissão basêa-se nos seguintes motivos:

1.º) O predio em que está o Hotel Internacional não ficará ao Instituto sómente pela quantia de Rs. 250:000\$000, preço pelo qual pode ser effectuada a compra, segundo informa o digno testamenteiro, pois a essa quantia é preciso accrescentar o imposto de transmissão, os juros a pagar sobre a importancia das prestações a prazo e as despesas de adaptação.

Teremos assim:

Preço do predio . . . . .	250:000\$000
Imposto de transmissão e addicional . . . . .	16:500\$000
Juros de 10 % sobre a quantia devida . . . . .	25:000\$000
Rs.	311:500\$000

Devendo ser o preço da compra pago parte no acto da escriptura (120:000\$000), e o restante a prazo de 1, 2 e 3 annos (130:000\$000), e o espolio tendo em caixa a quantia de 150:000\$000, deduzidos desta quantia os 120:000\$000 da 1.ª prestação, ficarão 30:000\$000, que servirão para imposto de transmissão e para uma parte das despesas da adaptação. Suppondo-se que as obras da adaptação durem dous mezes, sendo o rendimento da herança de 10:000\$000 (\*) por mez, segundo informa o digno testamen-

(\*) 10:000\$000 por mez, brutos, bem entendido: fóra—despesas de concertos, impostos e empregados. Dirigindo-me á Comissão, era de suppôr que ella estivesse ao corrente do facto, ou dos negocios do espolio, pelas contas que presto mensalmente nos autos do inventario ao digno Juiz, uma vez que a mesma Comissão não me pediu outros esclarecimentos.



teiro, dever-se-á accrescentar mais 20:000\$000 de renda antes da installação do Instituto, ficando estes 20:000\$000 destinados a completar as obras da adaptação de uma parte dos juros sobre as prestações a prazo da compra do predio.

Findas as obras de adaptação e installado o Instituto, a renda mensal será absorvida em grande parte pela manutenção, comprehendendo-se pessoal, alimentação, vestuario, calçado, material para as officinas, compra de moveis, machinismos, etc., etc. Sendo precisa para aquella manutenção a quantia de 8:000\$000 mensaes mais ou menos, o liquido de 2:000\$000 por mez ou 24:000\$000 por anno, destinados ao pagamento das prestações da compra do predio, não bastará, pois estas prestações serão de 45:000\$000 nos dois primeiros annos e de 40:000\$000 no ultimo anno (\*).

Nestas condições, a Santa Casa de Misericordia se verá na contingencia de retirar da sua receita, para acudir áquelles pagamentos, com prejuizo dos seus hospitaes, a quantia de 21:000\$000 no primeiro anno, 21:000\$000 no segundo e de 16:000\$000 no terceiro anno, importando em rs. 58:000\$000. Si, porém, a renda do Instituto soffrer diminuição porque os predios necessitem de concertos ou porque os alugueis diminuam, ou porque os inquilinos retardem os pagamentos, as prestações ficarão pesando exclusivamente sobre a receita da Santa Casa, que prejudicará, assim, o seu serviço de hospital. Cumpre observar ainda que a quantia de 20:000\$000, calculada pelo digno testamenteiro para as obras da adaptação do predio do Hotel Internacional, não é sufficiente, pois ha a construir as officinas, fazer derrubar paredes, pintura, etc., o que tudo importará em mais do dobro daquella quantia.

A construcção do novo edificio na chacara do Ramal da Ponta da Praia não terá esses inconvenientes. Segundo os *croquis* que vão juntos e que devem ser enviados ao digno testamenteiro, esse edificio importará em . . . . . 270:000\$000 a 300:000\$000. (\*\*) Feito o contracto de empreitada, ahí se estipulará que os pagamentos sejam feitos em prestações mensaes, não excedentes da força da herança. A construcção do edificio deverá demorar 10 ou 12 mezes, porque não se trata de um simples predio de moradia. Existindo em caixa 150:000\$000 e rendendo a herança nos 12 mezes da construcção do edificio 120:000\$000, teremos 270:000\$000, que com a renda de 3 mezes mais, precisos para a confecção de plantas, concorrência, assig-

(\*) Tal hypothese não se dava, porque retardar-se-hia a inauguração do Instituto, conforme verbalmente propuz, até que estivessem solvidos os compromissos da compra, adaptação, montagem, etc.

(\*\*) O Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Ramos de Azevedo, segundo doc. n. 23, de que a Comissão da Santa Casa teve sciencia, orçou sómente a construcção do edificio e o mobiliario em Rs. 305:192\$536, não entrando neste computo: aquisição do terreno annexo á chacara, construcções da lavanderia, casa de gymnasio, casa para o director e pessoal, calçamentos enumerados, muros, aterros, cerca do terreno, installação das officinas, instrumental para a banda de musica, enxoval de mesa, de dormitorios, etc., etc., além da fundação do 4.<sup>o</sup> pavilhão, consequentemente necessario para garantir o futuro proseguimento das installações, de accôrdo com o plano adoptado.



natura de contracto de empreitada, etc., darão para o pagamento integral, sem ficar a Santa Casa de Misericórdia obrigada a retirar de sua receita quantia alguma para pagar prestações, e não terá o predio o onus da hypotheca.

2.<sup>o</sup>) A construcção do novo edificio na chacara da Ponta da Praia terá a vantagem de dar ao Instituto área de terreno muito maior do que a do Hotel Internacional. N'aquella área, onde ha lugar para recreio, jardins, pomar, officinas, enfermaria separada do edificio e outras dependencias, poderá ser para o futuro augmentado o edificio á proporção que a renda dêr para maior numero de educandos. No Hotel Internacional a área do terreno é limitada ao espaço murado, e, construidas as officinas, não ficará lugar para todas aquellas dependencias e para augmento futuro do edificio. O rio Conrado já não offerece inconveniente, pois a Camara Municipal mandou canalisar esse rio exactamente na parte em que occupava terreno da chacara, fazendo assim desaparecer algum mal. (\*)

3.<sup>o</sup>) A construcção de um edificio apropriado ao Instituto, na chacara do Ramal da Ponta da Praia, satisfará a vontade do benemerito testador, pois a preferencia para esse lugar ficou manifesta expressamente na clausula testamentaria que diz: «Esse Instituto será erecto na chacara de minha actual residencia no Ramal da Ponta da Praia ou onde melhor possa convir.» A Meza Administrativa deverá principalmente attender a esta circumstancia, e tambem porque assim se dotará Santos com mais um edificio digno de uma cidade adeantada.

E' este o parecer da Commissão, mas a Meza Administrativa resolverá como melhor entender.

Santos, 10 de Março de 1904.

*José Proost de Sousa.*

*João N. Freire.*

---

(\*) Que responda, além dos docs. ns. 19 e 42, item 5.<sup>o</sup>, e 44, cap. X, o actual estado de saneamento do proprio terreno, á vista de todos.



Doc. n. 15

---

*Illm.º Sr. Provedor da Santa Casa de Santos.*

ACCUSO em meu poder o prezado officio de V. S., com data de 12 do corrente, acompanhado do parecer da digna Commissão dessa Santa Casa, opinando, por unanimidade, para que o Instituto D. Escholastica Rosa seja localizado no Ramal da Ponta da Praia, chacara em que residiu o benemerito testador.

Abstendo-me de articular justas contestações a certos pontos do referido parecer, apenas desejo fazer um pequeno reparo quanto a ter eu apresentado tres alvitres para a localização do instituto, pois sempre fui contrario á idéa dessa localização no perimetro da cidade.

Sciente agora da definitiva resolução da Meza Administrativa, é com o maior acatamento que aguardo os promettidos *croquis* e os necessarios detalhes para dar inicio aos trabalhos, os quaes serão sempre executados sob a orientação da digna Commissão dessa Santa Casa, que me auctorizará todo e qualquer pagamento. Farei minhas as resoluções da referida Commissão, porque é esse o meu desejo e tambem porque assim me impõe o dever de testamenteiro, em face de ponderosas razões de direito, segundo parecer, que enviarei por copia, lavrado pelo sr. dr. Carvalho de Mendonça.

Reitero a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 14 de Março de 1904.

*Julio Conceição.*

---



Doc. n. 16

---

*Illm.º Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia.*

ACCUSO em meu poder o prezado officio de V. S. com data de 17 do corrente, acompanhado do *croquis* a que se refere o parecer da digna Comissão dessa Santa Casa, relativo ao edificio a ser construido na Ponta da Praia para o «Instituto D. Escholastica Rosa».

Junto o parecer do illustrado sr. dr. Carvalho de Mendonça, por mim promettido em meu officio de 14 do corrente.

Pelos termos do officio de V. S. acima accusado, depreheende-se que já não é mais definitiva a construcção do edificio na Ponta da Praia, porque agora diz V. S. ser o *croquis* feito sómente para estudos.

Em taes condições, espero a ultima determinação a respeito, pois estarei sempre prompto a cooperar com todas as minhas forças para que essa Santa Casa tenha inteiro successo na escolha que fizer.

Pela minha parte, a minha opinião, todos os estudos e planos já foram submettidos á apreciação da digna Commissão e Meza Administrativa dessa Santa Casa, nada mais me restando fazer a não ser seguir ordens.

Reitero a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 19 de Março de 1904.

*Julio Conceição.*

---



Doc. n. 17

---

*Illm.º Sr. Dr. Chefe da Commissão Sanitaria.*

**P**OR officio hoje recebido da Santa Casa desta cidade, insiste essa instituição de caridade em localizar na Ponta da Praia n. 62 o «Instituto D. Escholastica Rosa».

Tratanto-se de um estabelecimento de ensino popular e tendo-se levantado grande discussão a proposito da insalubridade desse local, venho pedir a V. S. que, como auctoridade competente, se digne examinar aquelle sitio e dar parecer a respeito.

Para completa satisfacção, solicito que os dignos medicos auxiliares da Commissão Sanitaria se manifestem no mesmo documento, aliás de grande importancia para o assumpto.

Agradecendo de ante-mão, apresento a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 22 de Março de 1904.

*Julio Conceição.*

---



Doc. n. 18

---

*Illm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Chefe da Comissão do Saneamento.*

**P**OR officio hoje recebido da Santa Casa desta cidade, insiste essa instituição de caridade em localizar na Ponta da Praia n. 62 o «Instituto D. Escholastica Rosa».

Tratando-se de um estabelecimento de ensino popular e tendo-se levantado grande discussão a proposito da insalubridade desse local, venho pedir a essa digna Comissão que se digne dar o seu respeitavel e minucioso parecer a respeito, visto que me consta ter essa repartição completos estudos topographicos para o saneamento desta cidade.

Sendo um serviço que essa digna Comissão prestará á causa publica, agradeço antecipadamente, apresentando a V. S. os meus protestos da mais elevada consideração.

Santos, 22 de Março de 1904.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n. 19

---

COMMISSÃO SANITARIA, Santos, 24 de Março de 1904.

*Cidadão Julio Conceição, M. D. testamenteiro e inventariante do espolio de João Octavio dos Santos.*

EM resposta ao vosso officio de 22 do corrente, pedindo o parecer desta Commissão quanto á salubridade do local escolhido pela Meza Administrativa da Santa Casa de Misericordia para a construcção do « Instituto D. Escholastica Rosa », temos a dizer o seguinte, depois da visita que hontem fizemos á chacara n. 62 do Ramal da Ponta da Praia. A área dessa chacara é, na sua maior parte, constituida por terrenos baixos, humidos e alagadiços, cortado em diversas direcções pelo chamado rio Conrado, que ahí fórma, nos fundos e a poucos metros da casa existente, uma ilha de vegetação typica dos pantanos. Esse riacho sinuoso, de fraquissima corrente, sujeito á influencia das marés, avoluma-se e alaga vasta extensão da área adjacente, conforme demonstram os estragos caracteristicos nos pontilhões, a côr e a posição inclinada da vegetação. Acresce que o aspecto das aguas e o percurso desse rio indicam ser elle o escoadouro natural dos detritos das habitações de uma grande zona suburbana ainda não servida de rêde de exgotos. Não admira, pois, que em semelhante local abundem as mais variadas especies de mosquitos, segundo o depoimento dos seus moradores e a observação do Inspector Sanitario do districto, segundo signatario deste.

Do exposto, facilmente se conclue pela inconveniencia, sob o ponto de vista sanitario, de ser construido nesse local um asylo de creanças ou qualquer estabelecimento congenere, sem prévia execução de grandes e completas obras de saneamento na referida zona.

Retribuindo os vossos protestos de consideração, vos desejamos

Saude e Fraternidade.

*Dr. Francisco Cavalcanti,* Chefe da Commissão.

*Dr. Manoel Francisco da Costa.*

*Dr. Colentino Figueiras.*



Doc. n. 20

---

COMISSÃO DO SANEAMENTO DE SANTOS, Santos, 24 de Março 1907.

Illm.º Sr. *Julio Conceição, M. D. Testamenteiro e Inventariante do espólio de João Octavio dos Santos.*

EM resposta a vosso officio de 22 do corrente, cumpre-me informar-vos que esta Commissão está prompta a fornecer cópias dos documentos graphicos existentes que interessarem á questão, á pessoa que designardes para recebêl-as.

Saude e Fraternidade.

*José Ferreira Rebouças*

Engenheiro Chefe.

---



## Doc. n. 21

---

*Illm.º e Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

**J**ULIO CONCEIÇÃO, testamenteiro e inventariante do espólio de João Octavio dos Santos, tendo negociado com Manoel Augusto Alfaya, por intermedio do digno Provedor da Santa Casa, Sr. C.º José Proost de Sousa, a compra do terreno que confina com o da chacara pertencente ao espólio, situado na Ponta da Praia da Barra n. 62, onde vae ser fundado o Instituto D. Escholastica Rosa, terreno esse que se torna essencialmente preciso para a adaptação do edificio, conforme planta e calculo do engenheiro sr. Dr. Ramos de Azevedo, vem requerer a V. Exa. que, ouvidos os interessados, se digne auctorizar a compra do supra referido immovel pelo preço de rs. 15:000\$000 (quinze contos de réis.)

Santos, 4 de Julho de 1904.

---



Doc. n. 22

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

.....  
(*Outras communicações sem interesse para o assumpto*)  
.....

A 9 de Abril do corrente anno, em conferencia no Forum, pelo supplicante especialmente solicitada, e que se realizou na presença de V Exa., do Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 2.ª Vara, dos membros da Commissão da Santa Casa—srs. C.ºl José Proost de Sousa e Dr. João Nepomuceno Freire, ficou resolvido, pela maioria, que o Instituto fosse definitivamente localizado no Ramal da Ponta da Praia, chacara n. 62, e mais que fosse o sr. Dr. Ramos de Azevedo incumbido da organização da planta para o edificio, detalhes e orçamentos para completa montagem.

Nesse mesmo dia o supplicante dirigiu-se por carta áquelle distincto engenheiro, de accôrdo com a Commissão da Santa Casa, incumbindo-o dos referidos trabalhos, tendo elle mandado aqui, a 25 do mesmo mez, o seu ajudante sr. Dr. Alexandre Behmer, para levantar a planta do terreno.

Em 21 de Maio p. p. o sr. Dr. Ramos de Azevedo enviou duas plantas para o edificio, á escolha, tornando-se indispensavel para a execução de qualquer dellas a compra de 44 metros de terreno annexo, ora realzada, e a que se referiu a petição do supplicante dirigida a V. Exa. em 4 do corrente mez.

O supplicante, conjunctamente com a Commissão da Santa Casa, aguarda agora, para iniciar a construcção do edificio, sómente o orçamento e detalhes, que o sr. Dr. Ramos de Azevedo ainda não remetteu.

.....  
Santos, 16 de Julho de 1904.

*Julio Conceição.*



## Doc. n. 23

---

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

**J**ULIO CONCEIÇÃO, testamenteiro e inventariante do espólio de João Octavio dos Santos, vem communicar a V. Exa. que em reunião de 7 do corrente mez, presentes o exmo. senador Dr. Ramos de Azevedo, a Comissão da Santa Casa e o supplicante, no escriptorio deste, o supra referido engenheiro-architecto apresentou os desenhos geraes e orçamento do projectado Instituto D. Escholastica Rosa no Ramal da Ponta da Praia n. 62, cuja organização lhe fôra confiada em 9 de Abril do corrente anno.

Ao exhibir o seu trabalho, pediu, antes de tudo, vehementes desculpas pela demora em concluil-o, salientando ser isso occasionado pela multiplicidade de seus altos affazeres. Expôz em seguida as razões que o induziram a adoptar a disposição do edificio em pavilhões separados, com observancia dos principios mais seguros de uma boa hygiene e conforto, embora de preço mais elevado que a disposição em blóco. Descrevendo as differentes secções do futuro estabelecimento, fez notar que havia attribuido:

- a) um pavilhão para a administração superior portaria e salas de classes, com applicação ás solemnidades e director;
- b) um pavilhão correspondente ao primeiro, para os serviços de economia geral, associando-lhe a enfermaria, sala de banhos, privadas, etc.;
- c) quatro pavilhões para alojamento dos asylados, officinas e seus respectivos depositos, galerias de abrigo, etc.

Observou ainda que as condições das salas de grande permanencia, dormitorios e officinas, além da sua grande superficie, dispõem de luz bilateral, de facil ventilação e conveniente orientação, e que as communicações entre as diversas secções do estabelecimento serão protegidas por galerias cobertas e convenientemente abrigadas.

Attendendo á capacidade exclusiva das salas de alojamento para o numero de cincoenta asylados, mencionado no programma, propôz que se retardasse a construcção de um pavilhão de alojamento até ulterior deliberação, aproveitando-se a antiga casa ora alli existente para habitação do futuro director.



Ao apresentar as bases do orçamento, mostrou que as despesas de construção para 6 pavilhões attingiriam a cerca de 352:000\$000; porém, substituído um pavilhão pela antiga casa, o orçamento ficou reduzido a Rs. 305:192\$536, comprehendidas em qualquer dos casos as canalizações de agua, gaz e exgottos e seus respectivosapparelhos, assim como as mobílias necessarias ás diversas secções.

Convidado pelo supplicante e pela Comissão da Santa Casa para assumir a direcção dos trabalhos, o exm.<sup>o</sup> sr. Dr. Ramos de Azevedo, agradecendo a prova de confiança que lhe era tributada por todos, pediu venia para apresentar excusa da sua acceitação, visto achar-se impedido por compromissos que o retêm na capital.

Offereceu, entretanto, as suas melhores diligencias com o fim de auxiliar o supplicante e a Comissão da Santa Casa no desempenho da sua incumbencia, e indicou o concurso do constructor Del Debbio Angelo, ha longos annos a seu serviço, a quem se poderia, sem hesitações, confiar a execução dos trabalhos por meio de preços unitarios, que seriam estabelecidos dentro do orçamento apresentado, com audiencia de s. exa., para melhor assegurar os interesses do Instituto. A esse constructor seriam entregues as obras de grossas alvenarias, massiços de fundação e outros trabalhos de pedreiro. As demais obras relativas a outras classes de serviço seriam opportunamente contractadas com outros, na conformidade de suas especialidades.

O supplicante convidou, como lhe cumpria, a Comissão da Santa Casa para, com ella, submeter ao elevado criterio de V. Exa. os referidos projectos, orçamentos e estudos, o que fez em reunião de 12 do corrente mez.

Discutidos e approvados esses trabalhos, ficou resolvido que se lavrasse contracto com o constructor Del Debbio Angelo para a execução das obras de grossas alvenarias, massiços de fundação e outros trabalhos de pedreiro.

Determinou então V. Exa. que, antes desse acto, o supplicante escrevesse ao exmo. sr Dr. Ramos de Azevedo, solicitando o seu compromisso formal, por carta, de inspecionar as obras por si ou pessoa de sua confiança, fazendo as medições e dando parecer sobre a boa ou má execução dos trabalhos, tudo para base dos respectivos pagamentos. Assim cumpriendo, o supplicante teve do notavel engenheiro a seguinte resposta epistolar:

a) que reiterava a declaração verbalmente feita, de estar prompto a auxiliar com seus conselhos e administração superior para que as obras tenham execução irreprehensivel, não se comprometendo apenas aos actos de presença pessoal por não lh'o permittirem suas occupações; mas, para aquelle fim, mandará pessoa de sua confiança;

b) que a verba de 10 % para administração, contida no orçamento geral, correspondia aos honorarios da pessoa encarregada desse serviço; mas, como ficou assentada a coadjuvação pessoal dos membros da Comissão



da Santa Casa ao testamenteiro, na fiscalização dos trabalhos, tal verba de 10 % ficaria reduzida apenas á despesa do projecto e orçamento, na base de 1 1/2 por cento, como é costume em contractos dessa ordem, e aos honorarios de inspecção pelas viagens e deslocamentos de profissionaes que vierem de S. Paulo para esse fim ;

c) que, entretanto, não lhe será desagradavel a permanencia da dita verba de 10 % no orçamento, como elemento para eventuaes, porque, como já tem feito sentir, não pôde prever o que reserva o terreno da fundação, onde notou materia de seria cogitação ;

d) que, finalmente, a indicação do constructor Del Debbio Angelo se prende tão sómente á confiança que resulta de haver o mesmo bem dirigido obras de muito maior vulto que as que aqui vae emprehender e ao desejo de uma execução isenta de contrariedades.

As plantas respectivas já se acham em estudos na Camara Municipal e Commissão Sanitaria, afim de receberem approvação.

O supplicante, tendo assim relatado com a possivel precisão os factos occorridos, vem requerer a V. Exa. auctorização para, nos termos expostos, erigir no Ramal da Ponta da Praia n. 62 o edificio para o Instituto D. Escholastica Rosa e firmar os necessarios contractos, sempre com audiencia da Commissão da Santa Casa.

Santos, 22 de Agosto de 1904.



## Doc. n. 24

---

*Santos, 3 de Setembro de 1904.*

*Illm.º e Exm.º Sr. Dr. Chefe da Comissão Sanitaria.*

COMO inventariante e testamenteiro do espólio do finado João Octavio dos Santos, communico a V. Exa. que, na chacara do Ramal da Ponta da Praia n. 62, mandou a Camara Municipal entupir o leito do rio Conrado, justamente no lugar onde passa a estrada; este tapume produziu dois resultados: 1.º formou-se um grande e fundo lago, alagando as voltas da estrada e os terrenos circumvizinhos; 2.º — do outro lado da estrada, no antigo leito do rio, tanto na chacara n. 62 como nas outras proximas, ficaram as aguas completamente estagnadas e em evaporação aos raios do sol. Vêem-se mesmo essas aguas, já lodosas e turvas, cobertas de espuma em grande extensão, o que deve necessariamente prejudicar a saúde publica.

Accresce que, em parte desse antigo leito, estão fazendo um aterro, o que suprime a possibilidade de poderem as aguas pluvias correr no lugar e levar comsigo esses germens perniciosos e prejudiciaes á saúde.

Levo, pois, o facto ao conhecimento de V. Exa., de quem espero que, com o reconhecido zelo e competencia que no cargo tem revelado, se dignará verificar o que exponho e providenciar como fôr necessario.

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Guilherme Alvaro, DD. Presidente da Comissão Sanitaria em Santos.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n. 25

*Illm.º e Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara de Santos.*

Com os pareceres, volte. Santos, 6—2—906.  
*Roiz Sette.*

DIZ o abaixo assignado que, tendo sido nomeado director do Instituto D. Escholastica Rosa, com o ordenado de 700\$000 mensaes, cama e mesa para si e sua familia, deixou o exercicio do cargo de juiz de direito de . . . . ., vindo para Santos em Setembro de 1903, onde se conservou até fim de Novembro, recebendo seu ordenado durante esse tempo; como, porém, devido á mudança de local, tivesse de demorar-se a installação do Instituto, para não ficar este sobrecarregado com o pagamento de seu ordenado, o supplicante, espontaneamente, pediu ao testamenteiro da herança de João Octavio dos Santos e ao Provedor da Santa Casa de Misericordia permissão, que lhe foi concedida, para retirar-se para . . . . ., para onde fôra removido, devendo voltar a Santos para assumir o cargo de director do Instituto, em occasião opportuna; acontece que, a 20 de Fevereiro futuro, com pequeno ordenado correspondente ao tempo de exercicio, terá o supplicante aposentadoria compulsoria do cargo de juiz de direito de . . . . ., como é publico e notorio e do conhecimento de V. Exa.; assim aposentado, não pôde o supplicante procurar outros meios de subsistencia, visto estar contractado para director do referido Instituto, pelo que, vem requerer a V. Exa. que, como medida de equidade, ou antes de justiça, se digne de auctorizar o testamenteiro da referida herança a pagar-lhe o seu ordenado, a contar de principio de Março, em que virá para esta cidade, ouvidos o mesmo testamenteiro, o dr. promotor dos residuos e o representante legal da legataria Santa Casa de Misericordia.

Accresce á razão allegada, já sufficiente para ser auctorizado aquelle pagamento, que, estando quasi concluidas as obras do predio em que funcionará o Instituto, se terá, dentro em pouco tempo, de providenciar sobre a organização dos respectivos estatutos, regimento interno e a escolha es-crupulosa do pessoal superior e subalterno, para o que, devendo ser ouvido



Pelos expostos motivos, o supplicante espera do espirito recto dos supplicados que concordarão com o seu pedido, dignando-se V. Exa. deferil-o com a costumada Justiça.

. . . . ., 1 de Fevereiro de 1906.

*X.*



## Doc. n. 26

( *Parecer dado sobre o requerimento annexo doc. n. 25* ).

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

NOS termos do despacho de V. Exa., respondo o quanto me compete, na qualidade de testamenteiro e inventariante do espolio de João Octavio dos Santos: Effectivamente o peticionario, sr. X... foi, por indicação minha, nomeado director do Instituto D. Escholastica Rosa em 18 de Agosto de 1903, e, como tal, chegamos a visitar conjunctamente em S. Paulo instituições congeneres — o Instituto D. Anna Rosa e dos Salesianos, ficando para mais tarde o de Artes e Officios. A nomeação do peticionario fôra no intuito de entrar em immediato exercicio, visto ter sido escolhido pela Santa Casa, contra meu parecer, o predio nesta cidade á rua da Constituição n. 82, para nelle ser desde logo installado o Instituto. Com esse fim, foi organizado plano, por engenheiro competente, para adaptação desse predio e chamada, pela imprensa desta cidade e de S. Paulo, de concorrência para as obras. Antes, porém, do inicio das referidas obras, como V. Exa. sabe pela reunião que tivemos no *Forum* em 9 de Abril de 1904, foi o dito plano annullado e resolvido, por maioria, que o Instituto fosse installado em outro local, sendo escolhida a chacara da Ponta da Praia n. 62. Esta resolução, aliás de vistas mais amplas e que mais se approximou de varias indicações minhas, importava em grandes dispendios e demora na installação, não só pelo tempo material necessario para a construcção, como, principalmente, para accumular recursos que acudissem ao novo plano. Reconhecida pelo sr. X... essa circumstancia de espaçamento de tempo, elle proprio procurou-me para se licenciar e voltar em época opportuna afim de occupar o seu cargo, o que ficou assentado entre nós. Em via de final conclusão, como V. Exa. está presencendo, vão as obras do Instituto e respectiva installação, obedecendo seu andamento aos proprios recursos, exclusivamente das rendas. Calculo, porém, que ainda



são necessários alguns mezes para tudo ficar concluído e cumprida a minha missão, que ardentemente desejo ver finalizada. Assim exposto, V. Exa. resolverá como entender de justiça. (\*)

Santos, 9 de Fevereiro de 1906.

*Julio Conceição.*

---

(\*) Após esta clara informação, a Comissão da Santa Casa annuiu ao pedido, com as seguintes palavras:

«O M. Juiz resolverá como melhor entender sobre o requerimento retro, sendo que **não nos oppomos ao requerido ali.**

Santos, 12 de Fevereiro de 1906.

*José Proost de Sousa, Provedor da Santa Casa.*

*João N. Freire.*

E o sr. dr. promotor de residuos acompanhou-a, dizendo :

«De accôrdo com os pareceres do testamenteiro e do provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Santos, 14 de Fevereiro de 1906.

O Promotor de Residuos *ad-hoc*,  
*Manoel Galeão Carvalho.*

---



Doc. n. 27

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

AO iniciar os reparos do antigo predio do Ramal da Ponta da Praia n. 62, escolhido principalmente pelos representantes da Santa Casa para residencia do director do Instituto D. Escholastica Rosa, foi verificado que o estado desse predio era mais ruinoso do que parecia, de forma que os reparos se tornam quasi em obra nova, o que traz dispendios superiores aos esperados.

De accôrdo com o que acabo de expôr, como V. Exa. pessoalmente viu hoje, dirigi a seguinte carta aos srs. C.<sup>el</sup> José Proost de Sousa e Dr. João Freire, representantes da Santa Casa, que sancionam as contas concernentes aos trabalhos alli executados sob minha inspecção: (\*)

. . . . .

Assim exposto, evidencia-se que ha, na reforma do referido predio, gastos imprevistos, fóra de simples reparos, que vão encarecer a instalação.

Requeiro a V. Exa., por isso, se digne mandar juntar estas informações aos autos do inventario de João Octavio dos Santos, afim de que opportunamente sejam provados os dispendios que são feitos alli.

Santos, 5 de Maio de 1906.

*Julio Conceição.*

(\*) V. doc. n. 44, cap. VII, para não repetir a mesma transcripção.



Doc. n. 28

---

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

DE accôrdo com as informações que prestei a V. Exa. em requerimento de 5 do mez corrente, communico que a digna Commissão da Santa Casa attendeu ao meu pedido de 30 de Abril p. p., comparecendo no dia 9 do corrente ás obras do Instituto D. Escholastica Rosa. Verificado o estado ruinoso do antigo predio, peor mesmo do que a principio a mim proprio parecia, a digna Commissão suggeriu o alvitre de demolir-se o predio e fazer-se um novo. De muito bom grado acceitei esse alvitre, visto que elle vem calhar com o meu modo de pensar: fazer-se tudo novo, obedecendo á esthetica e a um plano delineado.

Realmente, como sempre entendi, a sumptuosidade das edificações perpetúa muito melhor a memoria ou tradição do fundador do Instituto, do que a reconstrucção do predio ruinoso e fôra inteiramente do plano. O dispendio com a nova construcção importará na mesma cousa, ou talvez menos, visto que o novo predio terá menor capacidade que o antigo.

Assim accordado, fui a S. Paulo, regressando hoje, entender-me com o illustre architecto, exm.º sr. Dr. Ramos de Azevedo, que, tambem muito satisfeito com a resolução, ficou confeccionando a planta.

Trazendo estes meus informes interesse que se relaciona com dispendios na construcção do Instituto, requeiro a V. Exa. que, sancionando, se digne mandar juntar este aos autos do respectivo inventario.

Santos, 12 de Maio de 1906.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n. 29

---

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

TRAGO ao conhecimento de V. Exa. que, na qualidade de testamenteiro e inventariante do espólio de João Octavio dos Santos, cumprindo o meu dever de bem zelar pelo interesse do patrimonio, assignei, em tal character, um protesto contra o contracto que a Camara Municipal pretende celebrar com a City of Santos Improvements Co., para viação electrica, elevando os preços das passagens de forma a muito prejudicar os terrenos do mesmo espólio.

E' o caso que o espólio possui dois terrenos na Avenida Anna Costa e dois na Avenida Conselheiro Nebias, a tres kilometros mais ou menos da cidade, e os preços das passagens, que eram de 200 réis numa avenida e 300 réis na outra, serão ambos, por tal contracto, elevados a 400 réis.

Ora, como vê V. Exa., cada habitante dessas avenidas, que tenha affazeres ou emprego na cidade, terá de pagar, no minimo, 800 réis de passagem por dia.

Os terrenos do espólio são dos que mais soffrem com a absurda divisão de zonas, estabelecida pela Companhia, pois estão situados pouco além do Macuco e da Villa Mathias. De tal arte, a Companhia quer equiparar os habitantes das avenidas aos dos mais longinquos arrabaldes, Ponta da Praia e José Menino, o que é um verdadeiro absurdo, como seria si o habitante do Cubatão ou Ribeirão Pires tivesse de pagar a mesma cousa que o de S. Paulo.

Consta que haverá bonde directo com abatimento para quem comprar uma serie de passagens, porém com taes restricções de horario, que bem se vê ser uma concessão simulada, com a qual o publico não poderá contar. A construcção do Instituto D. Escholastica Rosa tem sido victima das taes simulações, pois os bondes para transporte dos materiaes, alugados cada um á razão de 15\$000 por dia, tiveram ordem de fazer apenas duas viagens, quando, com folga, poderiam fazer tres ou quatro. Si esses mesmos bondes, que já estavam alugados para o dia, faziam duas viagens mais, eram estas cobradas como extraordinarias, na mesma razão da diaria, isto é, quatro viagens por 30\$000, por exemplo. A Companhia ainda foi além: determinou



inopinadamente que cada bonde que habitualmente transportava 1.200 tijollos ficasse limitado a metade, isto é, a 600, alterando dessa forma os calculos do constructor.

Ficando, assim, evidentemente prejudicados os terrenos do espolio, motivo por esta forma a minha attitude como testamenteiro e inventariante e venho requerer a V. Exa. se digne mandar juntar esta aos autos do inventario.

Santos, de Maio de 1906.

---



Doc. n. 30

---

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara da Pro-  
vedoria.*

DIZ Julio Conceição, testamenteiro e inventariante dos bens do finado João Octavio dos Santos, que, sendo seu desejo, e de justiça, erigir no cemiterio do Paquetá, desta cidade, um mausoléo na campa em que foi sepultado o dito testador João Octavio dos Santos, vem, como carece de faculdade para isso, requerer a V. Exa. que, ouvidos a respeito a Santa Casa de Misericórdia, o dr. Promotor de Resíduos e a Recebedoria de Rendas do Estado, seja o supplicante auctorizado a fazel-o, despendendo com o referido mausoléo até a quantia de quinze contos de réis (15:000\$000) por conta do patrimonio, ainda indiviso.

Santos, 31 de Janeiro de 1901.

---



Doc. n. 31

---

SANTA CASA DE MISERICORDIA

*Santos, 5 de Novembro de 1904.*

*Illm.<sup>o</sup> Sr.*

.....  
*(Supprimida esta parte do officio por não interessar ao assumpto).*  
.....

QUANTO ao mausoleu a erigir sei que ficou combinado aguardar-se a época precisa para a remoção d'aquelles restos mortaes que então serão collocados em um monumento no pateo desta S.<sup>ta</sup> Caza.

Nada mais me cumpre dizer.

Deus Guarde a V. S.

Illmo. Sr. Julio Conceição, M.<sup>to</sup> D. Testamenteiro e Inventariante.

*José Proost de Sousa, Provedor.*

---



Doc. n. 32

---

*Illm.<sup>os</sup> Srs. Provedor e mais membros da Meza  
Administrativa da Santa Casa de Misericordia  
de Santos.*

**T**ERMINANDO-SE daqui a dois mezes o prazo que a lei municipal exige para exumação dos ossos do nosso saudoso Irmão João Octavio dos Santos, e que serão depositados em monumento a erigir-se nessa Santa Casa, no sitio que ahi me fôr indicado, estou dando, como me cumpre, as necessarias providencias a respeito.

Assim, submetto á apreciação de Vs. Ss. as duas inclusas photographias de um modelo em gesso, ainda imperfeito, apenas para dar idéa do projecto para o dito monumento, proposta pelo escultor Sr. A. Zani, do Lyceu de Artes e Officios de S. Paulo.

Acompanham outras photographias de varios trabalhos do mesmo escultor, o qual me foi recommendado pelo Exm.<sup>o</sup> Dr. Ramos de Azevedo como artista de real merecimento

O monumento terá 3 metros e 50 centimetros de altura e constará de duas partes: a estatua e o pedestal.

A estatua será fundida em bronze e o pedestal constará de dois elementos: embasamento de granito commum e um dado em pedra amarella de Limeira, com friso decorativo esculpido, tendo nas faces anterior e posterior logares apropriados para legendas.

Os alicerces serão de pedra e cimento, com a profundidade necessaria á estabilidade do monumento.

O artista responsabiliza-se pela entrega do monumento, tudo prompto, pelo preço de Rs. 14:000\$000.

Rogo a essa digna corporação resolver sobre o assumpto e comunicar-me o que se offerecer a respeito, para meu governo.

Apresento a Vs. Ss., etc.

Santos, 10 de Maio de 1905.

*Julio Conceição.*



Doc. n. 33

---

SANTA CASA DA MISERICORDIA

*Santos, 1 de Julho de 1905.*

*Illm.<sup>o</sup> Sr.*

EM solução ao officio de V. S. datado de 10 de Maio passado tenho a informar :

Que sendo presente a Meza Administrativa o pedido que faz sobre o monumento a erigir-se honde deva serem guardados os restos mortaes do nosso saudozo Irmão Benemerito João Octavio dos Santos e sendo tambem presente as duas photographias desse monumento em projecto.

A Meza resolveo indicar que o monumento seja colocado enfrente ou onde melhor convenha no Instituto D.<sup>a</sup> Escolastica Roza que fica sendo uma dependencia a cargo da Santa Caza.

Tendo em vista tambem que seria um precedente novamente criado a colocação do monumento aqui no recinto do Hospital, dando direito a outros que por serviços prestados queiram tambem ter direito a esta distincção.

Quanto a erecção do mausoleu deixo ao arbitrio de V. S. a escolha e o modo de sua execução.

Deus Guarde a V. S.

Illmo. Sr. Julio Conceição, D.D. Testamenteiro da Herança João Octavio dos Santos.

*José Troost de Sousa*, Provedor.

---



Doc. n. 34

---

*Consistorio da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario  
Apparecida.*

*Santos, 17 de Julho de 1906.*

*Ilm.º Sr.*

DE ordem da Meza Administrativa, venho communicar a V. S. que a campa N.º 65 onde está sepultado o finado João Octavio dos Santos, acha-se vencida e a Meza determinou o praso de 15 dias a contar desta data para serem aforados ou retirados os restos mortaes.

Cumpre-me communicar a V. S. que serei encontrado a Praça da Republica N.º 35 para dar qualquer esclarecimento que V. S. possa precizar, e que findo este praso a Irmandade mandará abrir a campa vencida e os restos mortaes serão colocados na Urna Geral.

O Procurador *B. G. O.*

---



Doc. n. 35

---

*Ilm.<sup>a</sup> Sr. B. G. O., D. Procurador da Irmandade de  
Nossa Senhora do Rosario Aparecida.*

*Santos.*

ACCUSANDO em meu poder a comunicação que V. S. me dirigiu em 17 do corrente, cumpre-me informar a essa Irmandade que em breve estará prompta e collocada no Instituto D. Escholastica Rosa a estatua do finado João Octavio dos Santos, na base da qual, em urna apropriada, serão depositados os ossos desse benemerito santista.

Tratando-se de um extinto que tantos serviços prestou á terra durante a vida e que, por sua morte, legou a sua fortuna em benefício da infancia desvalida, venho solicitar dessa respeitavel Irmandade a complacencia de conservar os referidos ossos na campa em que estão, até que sejam dahi removidos para a estatua.

Aguardando resposta para meu governo, subscrevo-me, etc.

Santos, 19 de Julho de 1906.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n. 36

---

*Santos, 23 de Julho de 1906.*

*Illm.<sup>o</sup> Sr. Julio Conceição.*

ACCUSO ter recebido em 20 do corrente uma carta na qual V. S. pede a Meza Administrativa permissão de continuar os restos mortaes do finado João Octavio dos Santos, na mesma campa até que fique pronta a Estatua onde vai ser collocado os ossos do mesmo finado.

A Meza sente não poder conceder este seu justo pedido, em vista de haver somente duas campas vencidas, sendo esta uma dellas. Se por infelicidade morrerem dois irmãos eu tenho necessidade de mandar abrir as referidas campas ou comprar uma em outra Irmandade (isto não pode ser porque a mesma fica lezada em 250\$000 que é o preço de uma por 5 annos, e nem isso pode-se fazer em vista de haver as campas vencidas e não aforadas.

Se V. S. quizer que continue depositado o referido finado, só pode ser concedido fazendo o aforamento; porque dado o caso de ser preciso uma campa eu tenho que comprar uma campa e n'este caso a Irmandade não é prejudicada.

*B. G. O.*

Procurador da Irmandade de N. S. do Rosario Aparecida

---



Doc. n. 37

---

*Illm.º Sr. B. G. O. D. Procurador da Irmandade de  
Nossa Senhora do Rosario Aparecida.*

*Nesta.*

Accuso em meu poder a carta de V. S. de 23 do corrente, na qual me communica que essa Irmandade não póde conceder um curto espaço de tempo para serem retirados da campa, e transportados dahi para a estatua, os ossos de João Octavio dos Santos.

Vejo que minhas ponderações a proposito desse extincto benemerito santista não foram sufficientes, as quaes, todavia, seriam remediadas mediante o pagamento de rs. 250\$000, segundo a carta de V. S., acima mencionada.

Para conclusão da minha testamentaria, tenho sempre luctado pela mais rigorosa economia, necessaria para cabal desempenho da minha missão, e por isso me fica mais em conta retirar os ossos e guardal-os em urna até o tempo preciso, que, como já disse, seria muito curto. Dentro, portanto, do prazo, a exigencia da Mesa Administrativa será satisfeita.

Com toda consideração, etc.

Santos, 30 de Junho de 1906.

---



## Doc. n. 38

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

*(Comunicações que não importam ao assumpto)*

Conforme requerimento do supplicante em 31 de Janeiro de 1901 e auctorização de V. Exa., como M. Juiz do inventario, ficou destinada a verba de Rs. 15:000\$000 para um mausoléo sobre a sepultura do inventariado. Mais tarde, porém, devido á insufficiencia da área e difficuldade para conseguir campa perpetua, esta testamentaria julgou melhor venerar a memoria de João Octavio lembrando aos srs. Mezarios da Santa Casa de Misericordia a collocação de um monumento no jardim daquella instituição, o que ficou combinado, conforme o supplicante relatou em officio de 4 de Novembro de 1904, dirigido ao sr. Provedor. Após isto, voltando a tratar do assumpto para realização do que ficou combinado, o supplicante foi informado, por officio de 1.º de Julho de 1905, do sr. Provedor, que havia opposição para que o monumento figurasse no local acima referido. A' vista do occorrido, o supplicante resolveu erigil-o em pateo interno, rodeado de flôres, no Instituto «D. Escholastica Rosa».

A estatua é toda de bronze e acha-se collocada sobre alicerces de concreto e embasamento de granito, tendo em uma face a seguinte inscripção:

JOÃO OCTAVIO DOS SANTOS

8	9
MARÇO	JULHO
1830	1900

Fundador do Instituto «D. Escholastica Rosa».

E na outra face:

TRABALHO

e

CARIDADE.

Actuou no espirito do esculptor, auxiliado pelo supplicante, esculpir João Octavio como modesto commerciante, que em vida foi, sentado em singela poltrona, com attitude serena e calma, exprimindo assim o estado d'alma de quem pratica o bem; ficou expressivo em baixo da poltrona um



cofre, seu verdadeiro mealheiro, onde guardou o obolo para a caridade e cinta o monumento uma faixa em bronze, na qual estão exarados ramos de *fructa-pão*, com os respectivos fructos, symbolizando a distribuição que será feita á pobreza.

Pensa esta testamentaria que esse trabalho, acuradamente estudado sob o ponto de vista esthetico e biographico, corresponde á intenção de bem commemorar o acto philanthropico do fundador da instituição.

Por occasião da inauguração serão collocados no referido monumento os restos mortaes do inventariado, achando-se elles cuidadosamente zelados e sob a guarda do supplicante em uma urna especial (\*). O supplicante aproveita a oportunidade para trazer ao conhecimento de V. Exa. o inteiro teor da acta de exumação:

« Acta de exumação dos restos mortaes de João Octavio dos Santos. No primeiro dia do mez de Agosto de mil novecentos e seis, achando-se presentes no cemiterio do Paquetá, desta cidade de Santos, ás duas horas da tarde, Julio Conceição, testamenteiro de João Octavio dos Santos, Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho, proprietario, Tenente-Coronel José Pinto da Silva Novaes, corretor official, José Antonio de Araujo, intermediario de café, Antonio Gallo, negociante, e Bento Marcellino de Moraes Sampaio, fazendeiro em Piracicaba, foi aberta pelo pessoal do Cemiterio a campa n. 65, da quadra da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario Aparecida, cuja lapide continha a seguinte inscripção: João Octavio dos Santos — 1830 — 8 Março — 1900 — 9 Julho — Santos — Trabalho — Caridade. Em seguida foram retirados da mesma campa, com toda a veneração, os restos mortaes, constantes exclusivamente dos ossos, os quaes, devidamente acondicionados e encerrados em uma urna, foram entregues provisoriamente ao Administrador do cemiterio, que, por sua vez, os entregará ao testamenteiro Julio Conceição, mediante ordem da Intendencia Municipal, ficando dahi em deante sob a guarda do mesmo, para em breve serem transferidos para a estatua que está sendo executada e será erigida no Instituto «D. Escholastica Rosa», afim de perpetuar a memoria do benemerito extincto, que legou sua fortuna para fundação daquelle estabelecimento de instrucção gratuita aos filhos do povo. E para constar o acto de exumação, foi lavrada a presente acta, que vae assignada pelas pessoas ao principio mencionadas. Santos, 1.º de Agosto de 1906. Julio Conceição. Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho. José Pinto da Silva Novaes. José Antonio de Araujo. Antonio Gallo. Bento Marcellino de Moraes Sampaio. — Declaro que a assignatura supra de meu marido Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho é escripta por mim a rogo delle, por não poder escrever. Romilda Marietta S. do Amparo. Testemunhas: Joaquim Ferreira da Silva Joaquim de Toledo. Reconheço verdadeiras as assignaturas supra e retro, do que dou fé. Santos, 1.º de Agosto de 1906. Joaquim Fernandes Pacheco. »

O custo do monumento, devidamente assentado, trabalho do esculptor de justa nomeada sr. A. Zani, foi de Rs. 14:000\$000, conforme os documentos ns. 2080 e 2100, juntos ao balancete ora apresentado.

(\*) Conforme o doc. n. 39, a trasladação fez-se antes.



Esse trabalho tem sido muito apreciado por todos que o vêem e, desse numero, o supplicante especializa a opinião do notavel engenheiro-architecto exmo. Dr. Ramos de Azevedo, em carta de 14 de Dezembro p. findo : « Tenho consciencia de que o monumento está bom e que não o realisaria por outro caminho nem pela quantia de Rs. 20:000\$000 ». O supplicante, desvanecendo-se com tão auctorizado conceito, teve ainda a felicidade de fazer effectivo o monumento por menos Rs 1:000\$000 que a verba estipulada de Rs. 15:000\$000.

Concluindo, etc.

Santos, 14 de Janeiro de 1907.



## Doc. n. 39

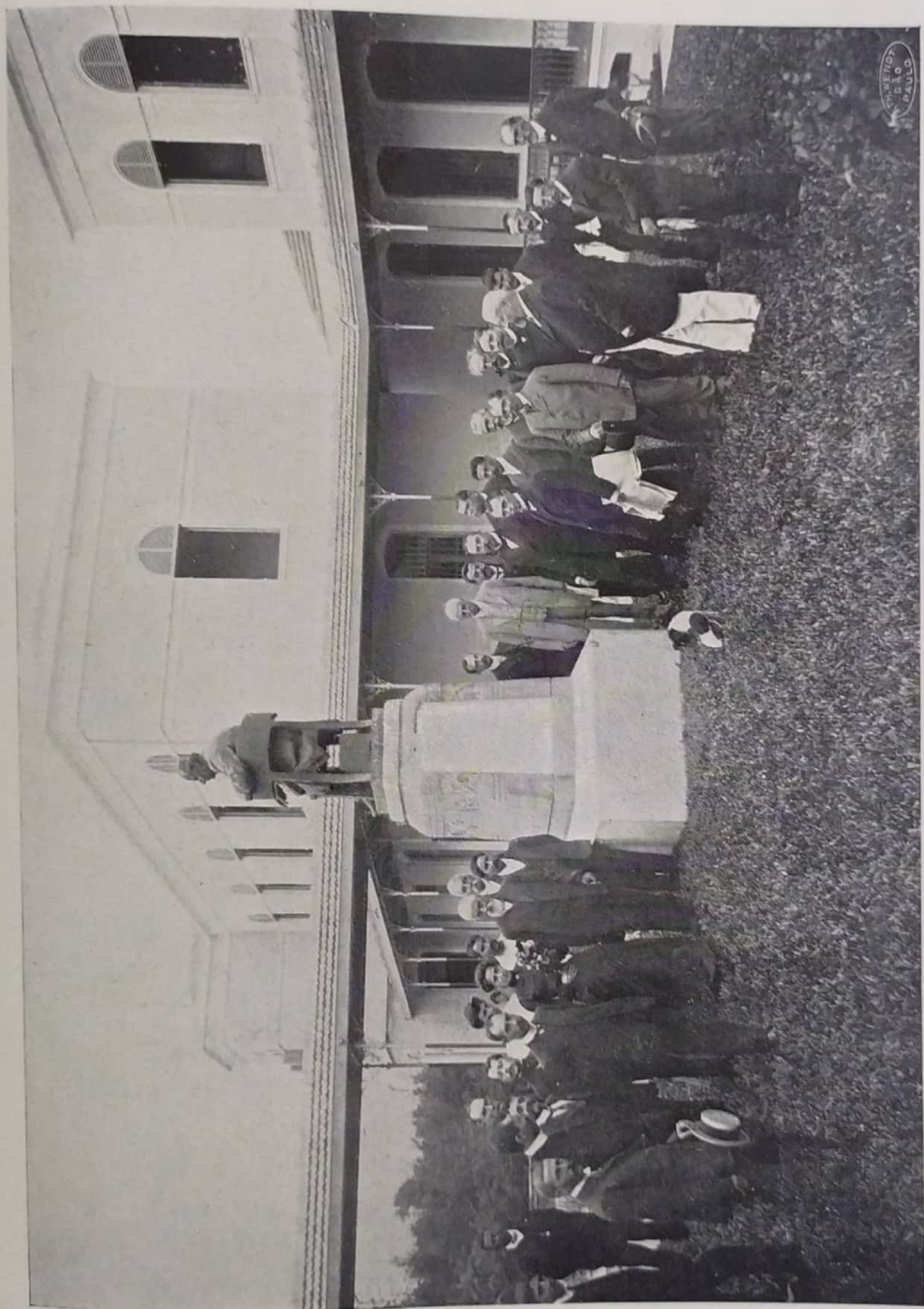
---

### *Acta de deposito e encerramento dos restos mortaes de João Octavio dos Santos.*

---

Aos vinte dias do mez de Outubro de mil novecentos e sete, no recinto do Instituto D. Escholastica Rosa, na praia de Embaré, desta cidade de Santos, ás nove horas e meia da manhan, presentes o Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, Dr. Saturnino Rodrigues de Brito, chefe da Commissão do Saneamento local, Dr. Raul Vicente de Azevedo, Delegado de Policia, Commendador Ernesto Bormann, consul alemão, Commendador Alberto Kemnitz, consul da Russia e Noruega, D. Ada Löfgren, D. Marianna de Freitas Conceição, Dr. Alberto Löfgren, Argemiro Pupo de Moraes, Dr. João de Oliveira Botelho, medico, Dr. Netto Caldeira, medico, Ernesto de Azevedo, José Torre Rossmann, José Pedro de Azevedo, Octavio de Azevedo, Dr. Francisco Julio da Conceição, engenheiro, João Thomaz de Andrade Joaquim de Toledo, professor, Capitão João Xavier da Silveira, J. Marques Pereira, Joaquim Ferreira da Silva, Antonio Lopes da Silva, Octavio Pereira Guimarães, Edwano Moraes, Manoel Emilio da Costa, Antonio dos Santos Coelho Germano, Manoel Affonso Picoto, Luiz Augusto da Silva, Gervasio Fernandes Sobreira, Napoleão Degane, Firmino de Almeida, Fernando Alconero, do "Diario de Santos", Dr. Agenor Silveira, advogado, e Joaquim Fernandes Pacheco, 1.<sup>o</sup> Tabellião da comarca, pelo sr. Julio Conceição foi exhibida uma urna provisoria, que continha os despojos mortaes de João Octavio dos Santos, fundador deste Instituto, devidamente zelados, envoltos em papel de seda e atados com fitas de seda rôxa, que, abertos, foram verificados por todas as pessoas presentes. Esses despojos estiveram sob sua guarda até agora, desde a época da exhumação dos mesmos, 1.<sup>o</sup> de Agosto de 1906, realizada no cemiterio do Paquetá, onde jaziam na campa n. 65 da quadra da Irmandade de N. S. do Rosario Aparecida, conforme acta especial lavrada na occasião. Pelo mesmo sr. Julio Conceição foi dito que na sua proxima monographia da criação do Instituto, fará consignar todos os actos, desde a inhumação até o presente deposito e encerramento, afim de que para sempre sejam verdadeiros e po-





Solemniaidade do encerramento dos despojos mortaes de João Octavio na base da estatua.





URNAS: a 1.<sup>a</sup> contendo os restos mortaes de João Octavio dos Santos,  
a 2.<sup>a</sup> jornaes e outros documentos.



sitivamente authenticos os restos mortaes desse benemerito brasileiro. Em seguida, com toda a solemnidade, se effectuou a trasladação dos referidos despojos para a urna definitiva, constante de uma caixa de zinco, esmalhada e soldada, que, por seu turno, vae encerrada em outra caixa de cobre e metal, delicadamente trabalhada, fechada á chave, tendo gravados na tampa os seguintes dizeres: «RESTOS MORTAES DE JOÃO OCTAVIO DOS SANTOS.—8 MARÇO 1830.—9 JULHO 1900.» Isto feito, procedeu-se, com o devido acatamento e respeito, á collocação desta caixa na base da estatua do benemerito fallecido, existente no centro do jardim do adro do Instituto. Pelo mesmo sr. Julio Conceição foi exhibida uma outra caixa de cobre, com varios documentos que doa ao Instituto para que, de futuro, delles disponha como entender. Esta caixa encerra um numero de cada um dos jornaes diarios, periodicos e publicações que se imprimem actualmente nesta cidade e na de S. Paulo, capital do Estado, para que algum dia se possa avaliar do grau de nossa cultura intellectual e contemporanea. São elles:

A Tribuna	diario	Deutsch-Zeitung (allemão)	periodico
Diario de Santos	"	Al-Munazer (syrio)	"
Cidade de Santos	"	Al-Manarat	"
O Estado de S. Paulo	"	Al Afkar	"
Correio Paulistano	"	Sphynges	"
São Paulo	"	O Progresso	"
Commercio de S. Paulo	"	Brasil-Magazine,	publicação
Diario Official	"	São Paulo Judiciario, n. 8	"
Fanfulla (italiano)	"	Album Imperial	"
Diario Popular	"	Album Illustrado	"
A Platéa	"	A Paulistana	"
Tribuna Italiana (italiano)	"	Onze de Agosto	"
A Gazeta	"	A Reacção	"
A Noticia	"	France-Brésil (francez)	"
Avanti! (italiano)	"	O Certamen	"
Il Secolo (italiano)	"	Vida Moderna	"
O Livre Pensador	periodico	Arara	"
A Providencia	"	O Criador Paulista	"
La Voz de España (hespanhol)	"	Anuario Demographico	"
Tribuna Española (hespanhol)	"	Boletim da Agricultura	"
A Bandeira Portuguesa (portuguez)	"	Boletim n. 21 da Comissão Geographica e Geologica de S. Paulo	"
Méssager de St. Paul (francez)	"	Gazeta Clinica	"
Germania (allemão)	"	Deutsch Zeitung (revista allemã publicada em S. Paulo)	"

Figuram mais, pela sua antiguidade: um compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericordia da Villa de Santos; um numero do "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, edição de 7 de Março de 1852; o primeiro numero do "Correio Paulistano", decano da imprensa paulista, com data de 26 de Junho de 1854, trazendo a assignatura authentica de seu fundador, Joaquim Roberto de Azevedo Marques; um cartão intimo,



autographo de João Octavio dos Santos, neste acto reconhecida a sua autenticidade pelo Tabellião que esta escreve, dirigido ao seu amigo testamenteiro e inventariante; e um relatorio da Santa Casa de Misericordia de Santos, do anno compromissal de 1903.

Nesta ultima caixa foram ainda incluídas moedas de prata, nickel e cobre, do paiz e do estrangeiro, antigas e modernas, assim discriminadas:

Moedas de Prata :

Brasil	—	1 de	2\$000 . . . . .	de 1852
		3 »	1\$000 . . . . .	de 1850, 1859 e 1888
		2 »	\$500 . . . . .	de 1864 e 1868
		2 »	\$200 . . . . .	» 1844 e 1868
		1 »	\$100 . . . . .	de 1840
		1 »	1\$000 . . . . .	» 1907
		1 »	\$500 . . . . .	» 1907
Portugal	—	1 »	\$960 . . . . .	» 1819
		1 »	\$500 . . . . .	» 1858
Inglaterra	—	1 »	1 florim, de curso na India . . .	» 1871
		2 »	1 shilling, . . . . .	de 1837 e 1883
Hespanha	—	3 »	. . . . .	1821, 1823 e 1866
Argentina	—	1 »	nickel, de 20 centavos . . .	de 1906
		1 »	» » 5 » . . . . .	» 1898
Italia	—	1 »	50 centesimos . . . . .	» 1863
Uruguay	—	1 »	prata, de 20 centesimos . . .	» 1877
		1 »	10 centesimos, de prata, . . .	» 1877
		1 »	nickel, de 2 centesimos . . .	» 1901

Cobre e nickel do Brasil :

1 de	80 reis, de cobre . . . . .	de 1828
1 »	40 » » » . . . . .	illegivel
1 »	» » » » . . . . .	de 1870
1 »	» » » » . . . . .	» 1893
1 »	20 » » » . . . . .	» 1869
1 »	» » » » . . . . .	» 1893
1 »	10 » » » . . . . .	» 1869
1 »	» » » » . . . . .	illegivel
1 »	200 » » nickel . . . . .	de 1870
1 »	» » » » . . . . .	» 1889
1 »	100 » » » . . . . .	» 1871
1 »	» » » » . . . . .	» 1896
1 »	400 » » » . . . . .	» 1896
1 »	200 » » » . . . . .	» »
1 »	100 » » » . . . . .	» »

Esta caixa foi igualmente soldada á vista dos circumstantes e collocada por baixo da urna de João Octavio.



E para que a todo tempo se possa verificar a authenticidade deste solemne deposito e encerramento, lavrou-se esta acta, que, lida, vae assignada por todas as pessoas acima mencionadas, com as firmas devidamente reconhecidas pelo 1.<sup>o</sup> Tabellião Joaquim Fernandes Pacheco, por quem esta vae escripta.

Antes do encerramento desta acta compareceu o Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que assistiu á leitura da mesma e ao acto do encerramento na base da estatua.

*Primitivo de Castro Rodrigues Sette*  
*Francisco Saturnino Rodrigues Brito*  
*Raul V. de Azevedo*  
*Ernest Bormann*  
*Alberto Kemnitz*  
*Ada Löfgren*  
*Marianna de Freitas Conceição*  
*Martim Francisco Ribeiro de Andrada*  
*Alberto Löfgren*  
*Francisco Julio Conceição*  
*João Xavier da Silveira*  
*Argemiro Pupo de Moraes*  
*Edwano Moraes*  
*Luiz Augusto da Silva*  
*Dr. Netto Caldeira*  
*Dr. João de Oliveira Botelho*  
*José Pedro de Azevedo*  
*Octavio de Azevedo*  
*J. Marques Pereira*  
*João Thomaz de Andrade*  
*Joaquim de Toledo*  
*Ernesto de Azevedo*  
*Octavio Pereira Guimarães*  
*Gervasio Fernandes Sobreira*  
*Fernando Alconero (Diario de Santos)*  
*Jaaquim Ferreira da Silva*  
*Napoleão Degani*  
*Manoel Affonso Picoto*  
*Antonio dos Santos Coelho Germano*  
*Antonio Lopes da Silva*  
*Firmino Antonio de Almeida*  
*Manoel Emilio da Costa*  
*Agenor Silveira*  
*J. T. Rossmann*  
*Julio Conceição*



Reconheço verdadeiras as firmas retro, a começar da do Dr Primitivo de Castro Rodrigues Sette, terminando na de Julio Conceição, do que dou fé.

Santos, 20 de Outubro de 1907.

Em testemunho da verdade *(sobre o signal publico)*:

*Joaquim Fernandes Pacheco*

---



Doc. n. 40

---

*Illm<sup>o</sup>. Sr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.*

De posse do officio que V. S me dirigiu em 12 do corrente, fiquei sciente de ter sido nomeada nova commissão para acompanhar o andamento que dou á execução do testamento do benemerito santista João Octavio dos Santos, concernente á construcção e montagem do edificio para o Instituto D. Escholastica Rosa.

Estimando ver tão illustrados e distinctos cavalheiros interessados nesse grande empreendimento, aproveito a oportunidade para juntar aqui a copia do meu ultimo requerimento ao M. Juiz do Inventario, pelo qual se verifica o recurso pecuniario do espolio.

Qualquer outro esclarecimento que a digna commissão possa precisar, será promptamente fornecido, assim como encontrará ella, sempre á disposição em nosso escriptorio, os respectivos livros e documentos do inventario.

Apresento a V. S. e a seus companheiros da Commissão os meus protestos do mais elevado apreço.

Santos, 21 de Setembro de 1906.

*Julio Conceição.*

---



## Doc. n 41

---

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

Ao testamenteiro, para attender. 17-4-07.  
ROIZ SETTE.

A Comissão abaixo assignada nomeada pela Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericordia, para acompanhar as obras do Instituto D. Escholastica Rosa, necessitando prestar informações a mesma Mesa sobre o estado de taes obras, precisa que V. Exa. digne-se de mandar que o inventariante e testamenteiro, junto a este, informe o seguinte:

1.<sup>o</sup> Se o edificio destinado aquelle Instituto está ou não com as obras concluidas.

2.<sup>o</sup> No caso negativo, quaes as obras que faltam.

3.<sup>o</sup> Se está ou não terminado o prazo concedido por este juizo para a prestação final de contas da testamentaria.

4.<sup>o</sup> Emquanto importaram as obras do edificio e emquanto importarão as que faltam para a conclusão.

5.<sup>o</sup> Qual a razão de não haverem sido concluidas as obras até a presente data.

6.<sup>o</sup> Qual a renda liquida do patrimonio do Instituto, mensalmente.

P. deferimento.

*Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva,* Provedor.

*Dr. Guilherme Alvaro,* Mordomo Geral.

*João M. Freire.*

---



## Doc. n. 42

---

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.º Vara.*

J. para constar. Santos, 2-5-907.  
ROIZ SETTE.

Em 17 do corrente foi-me presente a seguinte petição, enviada pela Santa Casa de Misericórdia desta cidade.

As interpeleções da mesma foram devidamente respondidas, como passarei a transcrever, *ipsis verbis*, não só o inteiro teor da petição e despacho de V. Exa., como a minha resposta aos sete *items* na mesma contidos.

. . . . . (\*)

---

*Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara.*

Em obediencia ao despacho de V. Exa. exarado nesta petição, cumpre-me dizer que, comquanto exequito que uma Comissão da Santa Casa de Misericórdia, expressamente nomeada para acompanhar as obras do Instituto, NECESSITE INFORMAÇÕES SOBRE O ESTADO DAS MESMAS, quando as contas do Instituto referentes á montagem, construcções, etc, são visadas pela referida Comissão,—passarei a responder aos quesitos retro.

Antes, porém, de respondel-os, não deixarei de notar que até hoje ninguém se interessou no sentido de vir pedir-me informações ou recorrer aos autos do inventario, a não ser o M. Juiz do feito, que acompanha com interesse os passos que estão sendo dados.

Ante-hontem, 17, a Comissão interpellante fez uma visita ao Instituto, precedendo-a de um aviso ao testamenteiro, por officio de 16 do corrente. Infelizmente, como estive em S. Paulo a outros negocios, e tambem a alguns relativos ao Instituto, não pude estar presente a essa visita.

Apesar do que no local foi visto pela Comissão, não posso deixar de ser um tanto minucioso na resposta aos quesitos, attenta a origem da interpeleção e o fundo que a mesma encerra.

---

(\*) Vid. doc. n. 41, para não repetir transcrição.



«1.º Se o edificio destinado aquelle Instituto está ou não com as obras concluidas».

Resposta :

As obras de pedreiro estão concluidas, com excepção de uma parte dos calçamentos externos e um pequeno muro em sentido transversal do terreno, para amparar os aterros alli feitos, como os supplicantes podiam ter observado por occasião da visita que ante-hontem fizeram ás obras, encontrando no local um pedreiro, um servente, e um trabalhador que faz o serviço de capinação e roçagem do terreno.

«2.º No caso negativo, quaes as obras que faltam.»

Resposta :

Já está respondido: faltam, em parte, os calçamentos externos e o pequeno muro transversal para amparo do aterro, si é que a Commissão reparou.

«3.º Quando pretende inaugurar o Instituto e fazer entrega á Santa Casa.»

Resposta :

Pretendo inaugurar o Instituto quando, muito naturalmente, tudo ficar completo.

Como viu a Commissão, falta algum aterro, parte dos calçamentos externos, fogão, enxoval de cama e mesa, baterias de cozinha, installação de officinas de sapataria e alfaiataria, instrumental para a banda de musica e talvez mais algumas cousas insignificantes que me possam ter escapado neste momento. A entrega será feita quando se realizarem todos estes trabalhos e estiverem todas as contas liquidadas, sem onus para a Santa Casa, si antes o M. Juiz não ordenar o contrario.

«4.º Se está ou não terminado o prazo concedido por este juizo para a prestação final de contas da testamentaria.»

Resposta :

Quanto ao prazo para a conclusão da testamentaria, está ao rigoroso cuidado do testamenteiro zelar pelo que lhe foi concedido pelo M. Juiz, em 28 de Julho de 1906, segundo poderão verificar nos autos do inventario.

A prestação de contas da testamentaria tem sido feita mez por mez, desde o inicio do inventario, fazendo-a acompanhar de documentos comprobativos das contas pagas e recebimentos dos alugueis, constata-dos em lista com o nome do inquilino, rua e numero da casa e valor do aluguel.

Assim, a prestação final de contas da testamentaria depende de pouco: apenas do que se gastar daqui por diante e do exame das contas, que os interessados têm o rigoroso dever de fazer.



«5.º Emquanto importaram as obras do edificio e emquanto importarão as que faltam para a conclusão »

Resposta :

As obras do edificio importaram, em 31 de Março do corrente anno, em Rs. 369:888\$834, que a Commissão pouco mais ou menos deve saber, porque limitou-se a tomar cautelosamente apontamentos e visar todas as contas, que são pagas por medição, as quaes, por seu turno, também são visadas pelo Exmo. Sr. Dr. Ramos de Azevedo. Essas medições, qualquer membro da Commissão ou qualquer interessado poderá verificar, tomando o trabalho de puchar a trena e fazer os calculos de metragem linear, quadrada ou cubica, conforme a natureza do serviço.

Naquella casa, para livrar duvidas, nada se fez até hoje por administração, tudo é feito sob unidade metrica, até as pinturas e caiações do edificio, pertencendo todos os materiaes aos respectivos empreiteiros, nada tendo o Instituto com isso, sinão quanto á sua boa qualidade. Quanto á qualidade do material empregado, solidez das obras e rigorosa execução das plantas approvadas, têm sido e serão fiscalizadas pelo testamenteiro e seus empregados, pois até hoje o espolio não despendeu um real sequer com esse serviço.

A digna Commissão, que certamente fôra perspicaz e observadora em sua visita de ante-hontem, ha de ter notado que no Instituto existem algumas cousas mais que as construcções, forçando-me a dizer que até então não pesaram na conta da installação e nem ao espolio, porque ainda não visou contas que se referissem á arborização, factura de jardim, gramado, algum aterro, guarda do edificio, zelo do mobiliario e outras pequenas cousas que não vale a pena mencionar.

Cumpre-me observar que o saldo acima de Rs. 369:888\$834, é a somma da conta especial que criei na escripturação do espolio exclusivamente para lançar o que concerne propriamente á construcção e installação do Instituto D. Escholastica Rosa.

As notas das contas visadas, tomadas por essa Commissão, deverão conferir com o saldo acima, uma vez que leve em conta: custo do terreno, Rs. 15:000\$000; despesas anteriores com diversos estudos preliminares de engenharia e tres projectos, Rs. 5:000\$000; pequenos objectos para o jardim, taes como — tesouras, pás, vassouras, machina de podar, ancinho, fretes, e, finalmente, o ordenado de 700\$000 mensaes ao futuro director do Instituto, mandado pagar por determinação do digno Juiz do inventario em virtude da informação dessa mesma Commissão, que, sciente das considerações ou informações que prestei no mesmo requerimento, não se opôz ao pedido do requerente, nos seguintes termos: «O M. Juiz resolverá como melhor entender sobre o requerimento retro, sendo que não nos opomos ao que é pedido ali.»

As notas, portanto, das contas visadas, que essa commissão tem tomado, accrescentando esses extras aqui narrados, forçosamente devem conferir com a somma referida, de Rs. 369:888\$834.



Si a Commissão não se esqueceu da reunião que precedeu o início das obras do Instituto D. Escholastica Rosa, em 12 de Agosto de 1904, no Forum, perante o M. Juiz do Inventario, deve saber que as mencionadas obras foram iniciadas tomando-se por base preços unitarios, de unidade metrica contractual, não só para trabalhos de alvenaria como de carpintaria. Os trabalhos de funilaria, ferraria, installação electrica, etc., têm sido feitos em S. Paulo, por concorrência, pelo illustre engenheiro-architecto, Exmo. Sr. Dr. Ramos de Azevedo.

Estando os trabalhos proseguindo sob esse regimen de construção, não posso precisar em quanto importará esse resto de serviço, de que a Commissão está sciente, pois o seu quantum determina-o a medição e a maior ou menor importancia da montagem das duas officinas que faltam, pois já está completa a primeira officina de marcenaria e carpintaria, com machinas apropriadas vindas dos Estados Unidos da America do Norte.

Essa digna Commissão está provavelmente esquecida de que, antes do início da construção do Instituto D. Escholastica Rosa, nos reunimos com o Exm.<sup>o</sup> Snr. Dr. Ramos de Azevedo, em 7 de agosto de 1904, e ficou assentado adoptar-se o projecto desse illustre architecto, orçando em Rs. 352:000\$000, e em 305:192\$536 com aproveitamento da antiga casa do sitio onde se erigiu o Instituto.

Ao proceder-se a reparos e saneamentos nessa antiga casa, taes como cimentamento do solo, collocação de latrinas, banheiros, etc., afim de adaptal-a para residencia do director e sua familia, empregados e almoxarifado, verificou-se que os assoalhos, ao serem levantados para o cimentamento, estavam com muitas vigas podres; as paredes, com excepção de uma parte da externa, eram todas de pau a pique e ruinosas, importando taes reparos em predio novo e fóra do plano.

Em vista disso, convidei essa digna Commissão, em 30 de Abril de 1906, a fazer uma visita ás obras e certificar-se do que está exposto.

Feita a visita e certificando-se de tudo, a digna Commissão concordou comigo em que se fizessem, dentro do plano, casa nova para o director, empregados e almoxarifado, uma lavanderia e um gymnasio. Isso tudo está correctamente executado, sob o mesmo regimen de unidade metrica para pagamento das construcções.

O orçamento de 352:000\$000, propriamente para as construcções dos edificios e montagem, não foi excedido, ainda estamos bastante áquem, uma vez que se isole da conta, como é natural, naturalissimo, — custo do terreno annexo adquirido, despezas com os projectos anteriores, etc., conforme no item 7.<sup>o</sup>, — e mais, notem bem, extra-orçamento da montagem e edificações: calçamentos, muros e gradis externos, fundações do 4.<sup>o</sup> pavilhão de officinas até a altura de 65 centímetros acima do solo, destinado á officina typographica e encadernação, mais de meio kilometro de cerca em arame farpado, com mourões de trilhos de aço, e o aterro do local. Como, pois, a digna Commissão ha de ter notado, as edificações foram



feitas em plano elevado, aterrado, afim de sanar males da propria escolha do sitio onde quizera e foi collocado o Instituto.

O acto de fazer as edificações em plano aterrado, sem consulta, foi de mim para mim, julgando bem zelar de attribuições que muito em particular me estão confiadas pelo testador.

Como todos sabiam e foi verificado posteriormente durante as construcções, as aguas da lagoa existente atraz, em certas épocas do anno attingiam a cosinha do antigo predio.

As obras de saneamento que a nossa Camara Municipal pretendeu fazer naquelle charco, lá estão á vista de quem quizer, inutilizadas por completo.

Penso assim justificar taes excessos, sem audiencia da digna Commissão, com trabalhos imprescindiveis, pois não podia o terreno ficar em aberto e o edificio collocado em logar baixo, attingivel pela agua.

«6.º Qual a razão de não haverem sido concluidas as obras até a presente data.»

Resposta :

Si a digna Commissão interpellante tivesse cumprido com o encargo que acceitou, deveria saber que o motivo de não estarem concluidas as obras é a razão pecuniaria, pois que tão grande empreendimento está sendo executado vagarosamente para ir de accôrdo com as rendas do patrimonio.

Essa digna Commissão não devia ter esquecido que esta testamentaria, desde a conclusão do inventario, tem obedecido, com assentimento e applauso do M. Juiz, e acredito que tambem da Santa Casa, á orientação de não vender immovel algum do patrimonio para não desfalcar a sua renda, afim de attender ao grandioso empreendimento que, com conhecimento do saldo da época, fôra resolvido em reunião de 9 de Abril de 1904, no Forum, perante essa Commissão e o M. Juiz do inventario.

Ainda no dia 3 do corrente, por carta publicada na primeira pagina da « A Tribuna », o publico desta cidade ficou sciente da demora da inauguração do Instituto ; mas, como é provavel que a digna Commissão não tivesse conhecimento disso, aqui transcrevo a referida carta, que presumo completar a resposta a este item da interpegação :

« Santos, 3 de Abril de 1907. — Ilm.º Snr. Redactor da « A Tribuna »

Acabo de ler em seu jornal uma interrogação sobre a inauguração do Instituto D. Escholastica Rosa.

Tratando-se de assumpto que por forma alguma deve deixar de ter a necessaria expliação de minha parte, convido V. S. a examinar, nos autos do inventario, as forças do patrimonio e apreciar como tem sido dirigida a renda do espolio e bem assim a construcção e installação do Instituto.

Alli V. S. encontrará os balancetes que presto, mez por mez, instruidos com os devidos documentos, desde o inicio do inventario. Si isto não lhe aprouver, ou achar mais facilidade, mesmo porque com isso não



despenderá em extrahir certidões, V. S. ou qualquer pessoa interessada encontrará, como sempre, em meu escriptorio, toda e qualquer explicação e mais as duplicatas de todos os documentos nos autos, da gestão do encargo que me foi confiado.

E' verdade que o tempo já vae longo, pois, si não fosse a largueza de vistas, com annuencia dos interessadõs, e incommodos para mim, em dois tempos estaria installado o Instituto na cidade, em local e predio improprios para o fim.

Grandiosa como está sendo a installação, tudo se provendo affim de que nada falte para a completa montagem, e com recursos relativamente minguados, affirmo, com consciencia, que não se póde fazer mais.

As obras estão seguindo com lentidão, para as quaes auxilio com adeantamentos de dinheiro.

Entendo que o Instituto não deve ser inaugurado com onus de especie alguma, como tambem pensa o M. Juiz do inventario, porque será uma instituição que, sob a administração da Santa Casa, não lhe deva ser pesada e nem venha a explorar ou implorar a caridade publica.

Repito: tenha a bondade de procurar as informações, para judiciosamente bem julgar o assumpto.

Uma vez que fui publicamente interrogado, desejo merecer a fineza de estampar a minha laconica explicação.

Com estima e consideração, etc..

«7.º Qual a renda liquida do patrimonio do Instituto, mensalmente.»

Resposta :

A Commissão encontrará nos autos, como com o testamenteiro, toda e qualquer explicação. Entretanto, para não me alongar em recapitulação das prestações de contas, repetidas vezes feitas ao digno Juiz do inventario, citarei a ultima prestação, relativa ao trimestre de Dezembro, Janeiro e Fevereiro ultimos, por onde poderão fazer idéa da renda:

Dezembro . . . . .	9:312\$000
Janeiro . . . . .	10:160\$000
Fevereiro. . . . .	9:911\$300

Sendo bruta essa renda, deduzidas as despesas de concertos, empregados, etc., deu uma renda liquida de Rs. 23:384\$756 no trimestre, ou por mez Rs. 7:794\$918 (\*).

O liquido desta renda varia conforme a época de pagamento do imposto predial á municipalidade, taxa de exgottos ao Estado e á menor ou maior quantidade de melhoramentos exigidos pelos predios. Estes mesmos sempre foram feitos por concurrencia entre mestres de obras e pintores, conforme attestam os serviços feitos e as propostas de concurrencia, no archivo do espolio, motivando as contas apresentadas. Só não são feitos

(\*) Por inadvertencia, pesa sobre este liquido a importancia de 700\$000, ordenado do futuro director do Instituto. Digo que houve inadvertencia, visto que esta somma pertence á conta da construcção, montagem e despesas propriamente referentes ao Instituto.



por concorrência pequenos e urgentes trabalhos que a ellas não se prestam, como concertos de calhas, gotteiras, reparos em canos de agua e gaz, collocação de fechaduras, pequenos remendos, reparos em calçadas, caiações e outros trabalhos de igual importancia.

Finalizando :

A digna Commissão interpellou ante-hontem a um dos tres operarios que encontrou no Instituto, onde estavam os outros que alli trabalhavam. A esta interpeção está habilitado a responder: O grupo de operarios que trabalhou no Instituto, pertence ao constructor sr. Angelo del Debbio, que tem distribuido parte do mesmo em trabalhos do « Moinho Santista », parte em construcções minhas particulares, e o restante em construcções de estações na linha Sorocabana.

Em tempo :

Entendo conveniente observar que, no trimestre tomado por base para se apurar o liquido da renda mensal de Rs. 7:794\$918, conforme acima se viu, foi elle um dos onerados pelo seguro contra fogo (\*) de todos os predios urbanos e sub-urbanos, dispendio este que se dá uma vez por anno.

Si por ventura tiver escapado qualquer informação para satisfazer os intuitos interpellativos da digna Commissão da Santa Casa, será para mim motivo de immenso prazer satisfazer-a com a maior solitudine e rapidez

Santos, 19 de Abril de 1907.

*Julio Conceição*

Essas interpeções, Exmo. Sr., não podiam deixar, pela sua fonte, de trazer certa desillusão a quem, com inquebrantavel abnegação e escrupulo, vem de longa data cuidando de um empreendimento de tal magnitude, como tudo melhor demonstrará, com documentos, o relatorio final desta testamentaria.

A attitude da Commissão da Santa Casa, accentuadamente hostile, de verdadeira ogeriza, data desde a escolha do local onde foi installado o Instituto, e mais vem corroborar esta asserção a interpeção OFFICIAL por intermedio de V. Ex.ª, a qual, si não teve um intuito perverso, foi pelo menos de uma inqualificavel inepecia ou leviandade. A commissão da Santa

(\*) E os 2:100\$000 do trimestre ao futuro director do Instituto.



Casa, firmando-a, não foi mais que um vehiculo transmissor de murmurios muito em voga em tudo nesta cidade, improprios das pessoas em jogo e da elevação do assumpto.

Os serviços que tenho prestado de longos annos á Santa Casa, aliás reconhecidos pela Irmandade, me dão direito a exigir mais consideração por parte da Commissão que a representa.

Cito com facilidade todos os incidentes das reuniões que tivemos, porque tomei a precaução de, acto continuo ás mesmas, relatal-as a V. Ex.<sup>a</sup> afim de merecerem o respectivo despacho, como têm tido, para a sua inclusão nos autos, sinão como peças documentaes, ao menos como um historico verdadeiro das occurrencias que se deram.

A Commissão, si dedicasse real interesse ao espolio e não fugisse systematicamente de procurar confabular com o testamenteiro, não ignoraria, por certo, a somma de sacrificios por mim empregados no cumprimento desta trabalhosa missão. E saberia mais, além do que ficou dito no 5.<sup>o</sup> item, que ao espolio não têm pesado: juro de importancias não pequenas que adeantei e até hoje adeanto, sendo a primeira de quantia superior a cem contos de réis (100:000\$000), o que fiz para occorrer ás primeiras despesas com os encargos e pesados impostos do inventario, evitando assim o empobrecimento do seu patrimonio pela venda dos immoveis que o constituem, quando o ideal, aliás realizado, fôra de augmental-o com edificações e melhoria dos predios, ao ponto de duplicar-lhes a renda; aluguel de alguns annos de armazem (tres annos e meio) exclusivamente para a guarda da mobilia de João Octavio dos Santos, que irá figurar no Instituto; commissões de pagamentos realizados em S. Paulo, de todas as contas das construcções; escriptorio que serve de secretaria a esta importante administração; quantias superiores a 13:000\$000, de prejuizos que o espolio soffreu durante a administração, sendo o maior na importancia de Rs. 6:100\$000, conforme V. Ex.<sup>a</sup> já teve sciencia em virtude de petição junto aos autos do inventario; e, finalmente, muitas viagens e diligencias a S. Paulo, a interesses do espolio (\*).

Como V. Ex.<sup>a</sup> vê pelas contas mensaes apresentadas, a escripturação, o arduo trabalho da cobrança de alugueis e a fiscalização das obras dos predios do espolio e construção do Instituto, tudo tem sido feito com esmero e cuidado. Isso não se obtem sinão com pessoal competente, que, além desse predicado, tenha o da idoneidade. Ora, com o pessoal encarregado desse serviço, de completa garantia para o espolio, apenas são despendidos 600\$000 mensaes, quando em tempo do testador havia um cobrador de alugueis com o ordenado de 400\$000 para menor numero de propriedades, afóra um guarda-livros e um creado. E para harmonizar a accumu-

---

(\*) A vintena *pro-labore*, expressamente auctorizada pelo testador em seu testamento, serviu para occorrer a isso tudo e a muitas outras cousas mais, que aqui não são e nem devem ser mencionadas.



lação de serviço no pessoal de minha confiança, com economia para o espolio, estabeleci que o cobrador, depois de ser victima da infidelidade de dois, percebendo 300\$000 mensaes, dividisse 150\$000 entre um fiscal e um guarda-livros.

Creio que para um espolio tão movimentado não é possível menor despesa: 600\$000 para occorrer á cobrança de nove, dez e onze contos de réis por mez; um mestre de obras para attender promptamente a todas as reclamações; fiscalizações diversas e perfeita escripturação mercantil, tudo feito por pessoal idoneo, parece-me que não se pode exigir maior economia.

Não é tudo. Parece esquecido que a esta testamentaria coube um dos mais penosos trabalhos, que foi reformar os velhos predios do espolio, pois que á sua gestão tocou o periodo de transformação hygienica por que, como todos sabem, tem passado esta cidade, não havendo um predio siquer que não soffresse intimação da Commissão Sanitaria para sanar defeitos de sua origem ou factura, conforme consta das intimações bem coordenadas no archivo, uma por uma

Esmiuçando, assim, qualquer ponto susceptivel de nova interpeção, estou certo que V. Ex.<sup>a</sup> ha de approvar esta minha attitude de tudo por-menorizar, allegando, o que nunca o faria, beneficios por mim prestados.

Sendo a unanimidade do assumpto desta, como vê V. Ex.<sup>a</sup>, relativa ao andamento da testamentaria, principalmente no que se refere ao Instituto D. Escholastica Rosa, espero merecer o respeitavel despacho de V. Ex.<sup>a</sup> para a sua inclusão nos autos do inventario.

Assim,

P. deferimento.

Santos, 30 de Abril de 1907.

*Julio Conceição.*



## Doc. n. 43

*Illm.<sup>a</sup> Snr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara*

J. Notifique-se o testamenteiro.  
Santos, 5—6—907.

ROIZ SETTE.

A Comissão abaixo assignada, nomeada pela Mesa da Santa Casa para acompanhar as obras do Instituto D. Escholastica Rosa, tendo requerido a V. S.<sup>a</sup>, para o fim de prestar informações á mesma Mesa, que mandasse o testamenteiro do finado João Octavio dos Santos responder aos quesitos constantes da petição que offerecera, o testamenteiro respondendo a uns, deixára entretanto de responder a outros, sendo de notar que nessas respostas aquelle testamenteiro procura simplesmente não defender-se da demora proposital na conclusão das obras, e sim accusar a comissão que unicamente tem por missão visar as contas de fornecimentos de materiaes e mão de obra que são apresentadas pelo testamenteiro para pagamento, mas que a comissão ignora se foram ou não realmente feitas ou recebidas, porque não tem meio para fazer essa fiscalização e nem tal cousa lhe compete.

Cumpre desde logo declarar que a comissão não fez visita alguma ao Instituto no dia 17 de Abril e nem officiára ao testamenteiro avisando-o dessa visita, porque não pretendia fazel-a.

Se em poder do testamenteiro existe algum officio da comissão nesse sentido, é elle apochrypho.

Quem fez a visita foi a Mesa Administrativa da Santa Casa, que tendo officiado nesse sentido, não mereceu a delicadesa de ser alli esperada por qualquer pessoa para abrir-lhe as portas de compartimentos que estavam fechados, ou dar-lhe as informações que desejasse.

O que apenas a Mesa Administrativa observou, foi que a sua annunciada visita fez um beneficio ao Instituto, porquanto houve quem mandasse lavar pelo menos o assoalho dos lugares que estavam franqueados.

Conforme tem sido observado pelos membros da Comissão, é certo que nas obras não ha pessoal para o trabalho e em taes condições é impossivel a conclusão das obras, e só poderão ficar terminadas quando naturalmente tudo ficar completo, pois, tal é a resposta ao 3.<sup>o</sup> quesito.



É extranha a comissão que na resposta ao quarto quesito, declare o testamenteiro que o prazo lhe fôra prorogado em 28 de Julho de 1906, porque se nas prorogações anteriores era a Mesa da Santa Casa sempre ouvida, a sua audiência fôra dessa vez dispensada e nem, concedida a prorrogação, lhe fôra dada sciência!

Em relação ao 5.º quesito, o testamenteiro responde que a comissão tem cautelosamente tomado notas e visado as contas e que ainda não visou contas que se referissem a arborisação, factura de jardim, grammado, algum aterro, guarda do edificio, zelo do mobiliario.

Como já ficou dito, a Comissão tem se limitado a visar as contas sem indagar se realmente os materiaes lá chegaram e se o serviço foi feito, porque não tem meios para essa fiscalisação e nem uma nota tem tomado das contas visadas, por julgar isso desnecessario.

Quanto a falta de contas de arborisação, grammado, guarda e etc., a comissão recorda-se ter visado uma ou 2 contas do constructor com salarios de jardineiro, e as arvores que lá estão não tem contas pagas porque são das que o Instituto Agronomico de Campinas dá gratuitamente a quem pedir.

Quanto ao guarda do edificio e zelo do mobiliario, nunca a Comissão teve o prazer de encontrar allí tão util empregado.

Relativamente ao que está recebendo o director do futuro Instituto, a Comissão tem a dizer que a nomeação de director fôra feita por proposta do testamenteiro quando se tratava de saber onde deveria ser instalado o Instituto, sendo a pessoa nomeada convidada desde logo a vir tomar posse do lugar e receber o ordenado que fôra desde logo tambem fixado pelo testamenteiro sem opposição da Comissão que então era outra.

A pessoa nomeada, para aquí veio e vendo que os seus serviços ainda não eram necessarios, pediu uma licença para voltar ao seu lugar de magistrado, e quando aposentado em virtude da compulsoria apresentou-se novamente para reassumir o lugar.

O testamenteiro, portanto, foi quem propôz a nomeação do director de um Instituto que ainda não existia.

Sobre as obras na casa destinada a residencia do director, a Comissão actual, com exclusão de um de seus membros, nada sabe.

As informações que teve por intermedio do mesmo seu companheiro, são que: a Comissão nunca teve convite para essa visita. O finado C.<sup>o</sup> Proost, encontrando-se com o companheiro referido, dera conhecimento de que a casa estava em máo estado e não podia ser aproveitada, sendo então combinada uma visita ao local. Nessa visita ainda a Comissão não teve o prazer de encontrar o testamenteiro ou quem suas vezes fizesse, e tendo verificado o estado do predio, a Comissão por intermedio do C.<sup>o</sup> Proost fez sciência ao testamenteiro que a sua opinião era de ser demolida a casa e construido um pequeno «chalet» para residencia do director. Não



se tratou de Gymnasio e de lavanderia, cousas que não precisam de muito tempo e grande dispendio e podiam ser feitas mesmo funcionando o Instituto.

Essa é a verdade sobre tal assumpto.

Ha ainda as fundações do 4.<sup>o</sup> pavilhão, feitas sem sciencia da Commissão e que não devião ser feitas, porque quando, para o futuro, houver necessidade de ser construido esse pavilhão, nem a cimentação do solo existe e as paredes das fundações terão desaparecido.

O testamenteiro ainda uma vez manifesta a sua má vontade pela construcção do edificio no lugar onde se acha, havendo sido contrariada a sua pretensão de ser comprado o edificio do Hotel Internacional.

Até esta data não consta á Commissão que o edificio construido tenha cahido pelas aguas da lagôa e nem que se tivesse por isso damnificado.

A Camara alli mandando fazer uma obra, deixou ficar o aterro preciso para a lagôa, aterro esse que não foi aproveitado.

Relativamente ao 6.<sup>o</sup> e ultimo quesito, responde o testamenteiro que o motivo da não conclusão das obras é a falta de dinheiro, porque a renda precisa ser distrahida com concertos nos predios, impostos prediaes, taxas de exgottos e etc., o que justifica plenamente a opinião da Mesa da Santa Casa quanto a aquisição do predio do Hotel.

E ha despesas que devem ser levadas a conta da demora, como seja o imposto predial, pois uma vez funcionando o Instituto, a Camara Municipal não se negará a dispensar tal contribuição, que só aproveitará aos orphãos alli recolhidos.

E', pois, um prejuizo que está sendo causado pela demora unicamente.

Ficou, portanto, a Commissão sem saber quando poderá ficar concluido o Instituto e em quanto importará o que resta fazer.

Poderá tão sómente a Commissão informar a Mesa Administrativa que, se tiver de acceitar a incumbencia que lhe deu o finado João Octavio dos Santos, receberá uma casa nova, é verdade, mas já necessitando de reparos e limpeza porque não teve a conserva precisa, durante o tempo que esteve sem funcionar o Instituto.

A Commissão respondendo assim ás accusações, resalvando o direito de corrigir o que entender e alterar tambem algumas virgulas, requer que seja dada sciencia ao testamenteiro, entregando-se depois á mesma Commissão para o uso que convier

P. deferimento.

*Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva*

*Dr. Guilherme Alvaro*

*João N. Freire Junior*



Doc. n. 44 (\*)

*Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara.*

J. Como requer. Santos, 30-6-907.  
ROIZ SETTE.

Fui notificado, por despacho de V. Ex.<sup>a</sup> de 5 do corrente, da petição dirigida pelos srs. Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva, dr. Guilherme Alvaro e dr. João Nepomuceno Freire Junior, membros da Comissão da Santa Casa junta á construção do Instituto D. Escholastica Rosa, a proposito de assumptos que se referem a esse Instituto.

Tratando-se de factos que devem ter toda a explicação de minha parte nos mais insignificantes detalhes, passarei a responder, transcrevendo textualmente todas as increpações que me são feitas, systematizando-as em capitulos com as respectivas respostas, para maior esclarecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e compreensão dos srs. membros da Comissão ou de qualquer interessado.

Diz a Comissão:

I

«A Comissão abaixo assignada, nomeada pela Mesa da Santa Casa para acompanhar as obras do Instituto D. Escholastica Rosa, tendo requerido a V. S., para o fim de prestar informações á mesma Mesa, que mandasse o testamenteiro do finado João Octavio dos Santos responder aos quesitos constantes da petição que offerecêra, (\*\*) o testamenteiro respondendo a uns, deixára entretanto de responder a outros, sendo de notar que nessas respostas aquelle testamenteiro procura simplesmente não defender-se da demora proposital na conclusão das obras, e sim accusar a comissão que unicamente tem por missão visar as contas de fornecimentos de materiaes e mão de obra que são apresentadas pelo testamenteiro para pagamento, mas que a comissão ignora se foram ou não realmente feitas ou recebidas, porque não tem meio para fazer essa fiscalização e nem tal cousa lhe compete.»

(\*) A' vista de ter a Meza Administrativa da Santa Casa perpetuado em seu ultimo relatorio, deste anno, um resumo de duas interpellações com fundo accusativo, por ella feitas sobre as obras do Instituto, cujo assumpto deveria ficar no silencio do cartorio, fui forçado, com bastante pezar, a modificar o plano deste meu trabalho, transcrevendo na sua integra, não só as referidas interpellações, como as devidas respostas, positivamente claras e documentadas, uma vez que estas não figuram naquelle relatorio.

Ha males que vêm para bem: essa attitude manifestada no relatorio, proporeio. nou-me defesa, que nunca faria, contra varias insinuações capciosas pela imprensa, que caladamente supportei, sem que os verdadeiros alvejados me viessem defender.

(\*\*) Essa petição corresponde ao doc. n. 41.

J. C.



Respondo :

Todos os items tiveram resposta clara. Si ha o intuito de não me comprehenderem, é outro caso. Entretanto, responderei por outras palavras o que já está dito, uma vez que a Commissão não interpretou devidamente o que exarei na minha resposta ao 6.<sup>o</sup> quesito:

Não ha dinheiro para se fazer tudo de prompto, a razão está sufficientemente explicada e reexplicada : é preciso ir propositalmente de vagar com as obras, de accôrdo com a arrecadação das rendas do patrimonio.

Não são raras as vezes que esta testamentaria tem feito adeantamentos de dinheiro para que o Instituto não tenha credores á porta. Basta um ligeiro exame das contas para certificar-se do estado da caixa do espolio.

A Commissão parece não querer tomar em consideração que á construcção do Instituto ou ao espolio João Octavio dos Santos até hoje ninguem levou o contingente de um real, sinão mesquinhos olhares, naturalmente porque não sabe o que alli se faz e nem toma o trabalho de syndicar para falar com criterio.

Uma vez que a Commissão diz não ter meios para fiscalizar os materiaes e mão de obra do Instituto, é pezaroso para mim responder que isso affecta a honorabilidade do illustrado professor e architecto que, por deferencia pessoal ao testamenteiro, acceitou o encargo da execução das obras, de chamar concurrencias parciaes, visar as contas e proceder ás medições dos serviços feitos; affecta a honorabilidade do constructor, homem de reconhecida honestidade e cumpridor de seus contractos, o que attesto, pois a elle foi confiada a construcção do hospicio de Juquery e de diversos edificios publicos e dos mais modernos, de S. Paulo; affecta a honorabilidade das respeitaveis casas fornecedoras do Instituto; affecta, finalmente, a honorabilidade do testamenteiro, que, embora accumulado de confiança por parte do testador, se limitou, no caso, a pagar as contas visadas, não só pelo referido architecto, como pela mesma Commissão da Santa Casa, que hoje verbera seus actos.

Não obstante ter por esta fórma declinado de qualquer responsabilidade ou da confiança da Commissão, assumo, com desassombro, qualquer irregularidade commettida na execução desses trabalhos.

Quando tudo isto não bastasse, o trabalho feito está sujeito á verificação de calculo por medição metrica linear, quadrada ou cubica, conforme a sua natureza e os preços de concurrencia. Esse trabalho se rege, si a Commissão não está esquecida, pela convenção estabelecida com a propria Commissão em 12 de Agosto de 1904, no Forum, perante o M. Juiz do inventario, da qual darei um transumpto no proximo relatorio desta testamentaria.

Si não competia á Commissão fiscalizar as obras, parecia desnecessario estar ella visando contas abstractamente para depois vir, com laivos de suspeita, interpellar oficialmente o testamenteiro.



Diz a Comissão:

«Cumpré desde logo declarar que a Comissão não fez visita alguma ao Instituto no dia 17 de Abril e nem officiára ao testamenteiro avisando-o dessa visita, porque não pretendia fazel-a.

Se em poder do testamenteiro existe algum officio da Comissão nesse sentido, é elle apochrypho.

Quem fez a visita foi a Mesa Administrativa da Santa Casa, que tendo officiado nesse sentido, não mereceu a delicadesa de ser alli esperada por qualquer pessoa para abrir-lhe as portas de compartimentos que estavam fechados, ou dar-lhe as informações que desejasse.

O que apenas a Mesa Administrativa observou, foi que a sua annunciada visita fez um beneficio ao Instituto, porquanto houve quem mandasse lavar pelo menos o assoalho dos lugares que estavam franqueados.»

Respondo:

O officio a que eu me referi foi o seguinte, cujo teor dou na integra:

« Santa Casa de Misericordia. Santos, 16 de Abril de 1907.

Illm.<sup>o</sup> Sr.

Cumpré-me communicar a V. S. que a Meza Administrativa desta Santa Casa resolveu fazer uma visita ao Instituto D. Escholastica Rosa, amanhã, 17, ás 7 horas da manhã.

Muito estimariamos encontrar V. S. naquella Instituto á referida hora.

Apresento a V. S. o testemunho da minha estima e alta consideração.

Deus Guarde a V. S.

Ao Illm.<sup>o</sup> Snr. Julio Conceição, M. D. Testamenteiro do fallecido Snr. João Octavio dos Santos.

Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva, Provedor.»

Como se vê, está elle assignado pelo sr. Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva, que accumula duas funcções, de Provedor da Santa Casa e membro da Comissão daquella Irmandade para acompanhar as obras do Instituto, e que lá compareceu, segundo me consta, com seus companheiros de Comissão.

O que francamente não posso comprehender é quando estes srs. querem ser considerados membros da Santa Casa ou membros da Comissão.

Si a Meza Administrativa quizesse visitar as obras, podia fazel-o independentemente de ceremonioso officio, pois ellas são publicas e lá estão franqueadas á visita de toda e qualquer pessoa, mórmente da Comissão fiscalizadora e dos membros daquella corporação.

Quanto á falta de delicadeza de minha parte, creio que até hoje tenho dado provas de educação e civilidade. A propria Meza Administra-



tiva da Santa Casa tem recebido as mais cortezes communicações minhas a proposito do espolio João Octavio dos Santos. A ultima dellas, por exemplo, foi a seguinte :

« Santos, 17 de Abril de 1907.

Illm.<sup>o</sup> Snr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Nesta.

Acabo de receber neste momento, meio dia, o officio de V. S. communicando-me que a Meza Administrativa resolvêra fazer hoje uma visita, ás 7 horas da manhan, ao Instituto D. Escholastica Rosa.

Lamentando receber tarde o aviso, visto que estive dois dias em S. Paulo, tambem tratando de assumpto relativo ao Instituto, cumpre-me dizer a V. S. que nos dias uteis, desde o inicio do serviço, invariavelmente, sou encontrado naquelle estabelecimento ás 9 horas da manhan, pelo menos.

Seria para mim motivo de immenso prazer a presença da Meza Administrativa naquelle local, pois quero crer que muito lucrará o Instituto com a confabulação sobre interesses que lhe dizem respeito.

Com toda a estima etc.»

Agora, reflecta-se sobre o assumpto do officio que a Santa Casa me dirigiu em 16 de Abril, e sobre a resposta que lhe enviei no dia immediato. Pela leitura desta se deprehende que eu só abri o officio da Santa Casa depois de realizada similhante visita.

Torcer a verdade por mim expressa e a intenção clara da minha communicação, não sei ao que possa aproveitar, e nem como proceder para ser agradavel á referida Commissão da Santa Casa.

### III

Diz a Commissão :

« Conforme tem sido observado pelos membros da Commissão, é certo que nas obras não ha pessoal para o trabalho e em taes condições é impossivel a conclusão das obras, e só poderão ficar terminadas quando naturalmente tudo ficar completo, pois, tal é a resposta ao 3.<sup>o</sup> quesito.»

Respondo :

A conclusão das obras não depende do pessoal nellas empregado, mas das circumstancias já referidas e de outras que adeante mencionarei. Pessoal sempre houve, e disso teve prova a Commissão, quando, em 17 de Abril, visitou as obras, encontrando no local um pedreiro, um servente e um trabalhador que faz o serviço de capinação, roçagem do terreno e irrigação das plantas. O que não ha é pessoal numeroso, mesmo por não haver necessidade disso, tendo-se em vista os recursos disponiveis para esse mister.



E, perguntando-me a Comissão interpellante, no 3.<sup>o</sup> item, quando eu pretendia inaugurar o Instituto, é claro que eu só podia responder da maneira por que o fiz: «Pretendo inaugurar o Instituto quando, muito naturalmente, tudo ficar completo.» Com maior precisão, com a precisão que exigem os srs. signatarios da petição, é impossivel responder, pois ainda falta para a conclusão das obras, além de uma mão de pintura geral, necessaria para boa conservação, o que deixei expresso na minha resposta ao 3.<sup>o</sup> item da interpellação: «algum aterro, parte dos calçamentos externos, fogão, enxoval de cama e mesa, baterias de cozinha, installação de officinas de sapataria e alfaiataria, instrumental para a banda de musica e talvez mais algumas cousas insignificantes que me possam ter escapado neste momento.»

## IV

Diz a Comissão:

«E extranha a comissão que na resposta ao quarto quesito, declare o testamenteiro que o praso lhe fôra prorogado em 28 de Julho de 1906, porque se nas prorogações anteriores era a Mesa da Santa Casa sempre ouvida, a sua audiencia fôra d'essa vez dispensada e nem, concedida a prorogação, lhe fôra dada sciencia!»

Respondo:

Si a Comissão extranhou esse facto, mais extranhavel ainda me parece pretender ella que as obras, executadas com largueza de vistas, de forma a dotar Santos com uma instituição notavel, ficassem incompletas.

Tenho feito sentir por varias vezes que o meu vivo empenho, em todo este trabalho, é dar o maximo desenvolvimento á criação de João Octavio, o que não conseguiria sem um lapso de tempo mais ou menos longo para obter recursos, dentro do qual pudesse agir desembaraçadamente.

## V

Diz a Comissão:

«Em relação ao 5.<sup>o</sup> quesito, o testamenteiro responde que a Comissão tem cautelosamente tomado notas e visado as contas e que ainda não visou contas que se referissem a arborisação, factura de jardim, grammado, algum aterro, guarda do edificio, zelo do mobiliario.

Como já ficou dito, a Comissão tem se limitado a visar as contas sem indagar se realmente os materiaes lá chegaram e se o serviço foi feito, porque não tem meios para essa fiscalização e nem uma nota tem tomado das contas visadas, por julgar isso desnecessario.

Quanto a falta de contas de arborisação, grammado, guarda e etc., a Comissão recorda-se ter visado uma ou 2 contas do constructor, com salarios de jardineiro, e as arvores que lá estão não tem contas pagas porque são das que o Instituto Agronomico de Campinas dá gratuitamente a quem pedir.



Quanto ao guarda do edificio e zelo do mobiliario, nunca a com-  
missão teve o prazer de encontrar alli tão util empregado.

Respondo:

Os dois primeiros topicos já estão atraz respondidos, no cap. I.

Quanto ás contas que a Commissão se recorda ter visado, ellas se re-  
ferem aos *poucos dias* de serviço que o cavouqueiro encarregado da capi-  
nação, roçagem do matto e destoucamento do terreno, praticava na jardi-  
nagem com meus empregados, pois não é possível que estes lá permane-  
çam por tempo indefinido, visto haver necessidade de quem, com al-  
guma pratica, os substitúa.

Quanto ás arvores e plantas do jardim do Instituto, ellas custaram  
o dinheiro do supplicante, tendo vindo do Rio de Janeiro e de outras pro-  
cedencias.

O supplicante nunca se utilizou, felizmente, até hoje, de planta al-  
guma do Instituto Agronomico de Campinas nem do Horto Botanico de  
São Paulo, porque não está em seu modo de proceder fazer cortezias com  
o alheio. Ninguém ousará contestar-me isto.

Relativamente ao guarda do edificio e zelador do mobiliario, que a  
Commissão diz não ter tido o prazer de encontrar alli, tenho a notar:

Esse empregado, que até hoje nada tem custado ao espolio, tinha  
vindo á cidade buscar objectos de ferragens miudas para o Instituto, por  
ocasião da visita da Meza Administrativa da Santa Casa ou da Commissão  
fiscalizadora. Nem é crível que o edificio não tenha sido zelado e o mo-  
biliario devidamente fiscalizado, pois do contrario o olho da gatunagem  
seria bastante perspicaz para subtrahir as mobílias, as installações sani-  
tarias e tantos objectos que lá existem.

## VI

Diz a Commissão:

• Relativamente ao que está recebendo o director do futuro Insti-  
tuto, a Commissão tem a dizer que a nomeação de director fôra feita por  
proposta do testamenteiro quando se tratava de saber onde deveria ser  
installado o Instituto, sendo a pessoa nomeada convidada desde logo a  
vir tomar posse do lugar e receber o ordenado que fôra desde logo tam-  
bem fixado pelo testamenteiro sem opposição da commissão que então  
era outra.

A pessoa nomeada, para aqui veio e vendo que os seus serviços  
ainda não eram necessarios, pediu uma licença para voltar ao seu lugar  
de magistrado, e quando aposentado em virtude da compulsoria apresen-  
tou-se novamente para reassumir o lugar.

O testamenteiro, portanto, foi quem propôz a nomeação do di-  
rector de um instituto que ainda não existia.

Respondo:

Não é essa a verdade dos factos, aliás documentados por officios que  
constarão do meu proximo relatorio.



Tratando-se da fundação do Instituto na cidade, á rua da Constituição, e sendo a sua adaptação relativamente facil e de pouca demora,urgia mesmo nomear previamente o seu director para elaborar desde logo os estatutos e regulamentos do asylo, visitar em S. Paulo identicos estabelecimentos de educação e dar outros passos necessarios.

Em reunião que tive com a Meza Administrativa da Santa Casa e, portanto, com os fiscaes das obras do Instituto, propuz para exercer esse cargo o illustrado professor sr. C. de E., que foi unanimemente rejeitado com a principal allegação de ser casado com protestante, cujo *immenso defeito* sómente nessa occasião chegou a meu conhecimento.

Prejudicada esta proposta, indiquei o não menos illustrado sr. A. V., que foi igualmente recusado (sic) por «ser gente d'«A Tribuna»».

E por fim, na falta de outros candidatos de igual competencia, fui suggerido por outrem para apresentar o sr. . . ., a quem não tinha o prazer de conhecer pessoalmente, «o velho educador» no «Culto á Sciencia», em Campinas, e em collegio particular, em S. Paulo.

Esta proposta foi logo acceita com geral applauso, embora seja hoje o testamenteiro o primeiro a reconhecer que esse illustrado sr. não poderá occupar com vantagem, pela sua complexidade, o espinhoso cargo em virtude da sua avançada idade.

De todas estas minhas asserções ainda ha testemunhas na Meza Administrativa, homens de honorabilidade para os quaes appello, notadamente para o mais antigo dos membros daquella Administração, o sr. Manoel José Martins Patusca, que possúe excellente memoria para auxilio dos factos occorridos, que sou forçado a reviver.

Aproveito a oportunidade para confessar que é com constrangimento que faço o pagamento mensal de Rs. 700\$000 ao futuro director do Instituto D. Escholastica Rosa.

Este extemporaneo pagamento é devido a um impensado acto da Commissão da Santa Casa, com apoio do sr. dr. curador de residuos, exarado no requerimento do sr. . . . ao M. Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, em 1 de Fevereiro de 1906, pedindo o pagamento de honorarios de director do Instituto a contar do mez de Março em diante.

O sr. . . . havia sido nomeado em 18 de Agosto de 1903 para entrar em immediato exercicio do cargo, visto ter sido escolhido, contra a minha vontade, o predio da rua da Constituição para nelle se fundar o Instituto.

Aconteceu, porém, que o primitivo plano da installação, devido a persistentes considerações por mim expendidas, foi abandonado pela Santa Casa, que, em reunião de 9 de Abril de 1904, no Forum, resolveu localizar o Instituto no Ramal da Ponta da Praia.

Esta resolução importava em grandes dispendios e demora na installação. Reconheceu o sr. . . . essa circumstancia de espaçamento de tempo e procurou-me para se licenciar e voltar ao seu logar de magis-



trado em . . . Ficou entre nós combinado que s. s. voltaria em tempo opportuno a reassumir o logar, pois era evidente e de bom senso que o espolio não podia ficar sobrecarregado com essa superflua despesa.

Em principios do anno p. p., de 1906, procurou-me novamente o sr. . . manifestando desejos de occupar o cargo. Eu disse-lhe que a occasião ainda era impropria, visto estar em construcção o Instituto e ser algum tanto demorada a sua completa installação. A isto retrucou-me dizendo que ia requerer ao M. Juiz o pagamento de honorarios que pretendia, ao que eu respondi que sómente em virtude de mandado poderia effectuar o pagamento desejado.

O requerimento do sr. . . , não obstante o meu parecer bastante claro, foi informado pela Commissão da Santa Casa nos seguintes termos:

« O M. Juiz resolverá como melhor entender sobre o requerimento retro, sendo que não nos oppomos ao que é pedido ali. »

E o sr. dr. curador de residuos, por sua vez, acompanhou-a, dizendo:

« De accôrdo com os pareceres do testamenteiro e do provedor da Santa Casa de Misericordia. »

A minha informação no mesmo requerimento não envolve em absoluto annuencia alguma ao que o requerente solicitava.

A Commissão da Santa Casa, portanto, é a responsavel pelo extemporaneo pagamento de 700\$000 mensal ao director de um estabelecimento que ainda não funciona. Pelo menos é isso que se depreheende dos factos documentalmente expostos.

## VII

Diz a Commissão:

« Sobre as obras na casa destinada a residencia do director, a Commissão actual, com exclusão de um de seus membros, nada sabe.

As informações que teve por intermedio do mesmo seu companheiro, são que: a Commissão nunca teve convite para essa visita. O finado Cel. Proost, encontrando-se com o companheiro referido, dera conhecimento de que a casa estava em máo estado e não podia ser aproveitada, sendo então combinada uma visita ao local. Nessa visita ainda a Commissão não teve o prazer de encontrar o testamenteiro ou quem suas vezes fizesse, e tendo verificado o estado do predio, a Commissão por intermedio do Cel. Proost fez sciante ao testamenteiro que a sua opinião era de ser demolida a casa e construido um pequeno « chalet » para residencia do director. Não se tratou de Gymnasio e de lavanderia, cousas que não precizão de muito tempo e grande dispendio e podiam ser feitas mesmo funcionando o Instituto.

Essa é a verdade sobre tal assumpto. »



Respondo:

Obedecendo á minha persistente norma de agir, em ir de commun accôrdo com a Santa Casa em todos os negocios referentes ao Instituto, officiei á Commissão, em 30 de Abril de 1906, convidando-a a fazer uma visita ás obras que estavam sendo realizadas no predio da chacara destinado á residencia do director. Si a Commissão não se recorda desse convite, para aqui o traslado, dispensando-lhe recorrer ao archivo da Santa Casa:

« Santos, 30 de Abril de 1906.

Illms. Snrs. Cel. José Proost de Sousa e Dr. João Freire, dignos membros da Commissão da Santa Casa.

Nesta.

Tendo iniciado os reparos no antigo predio N. 62 do Ramal da Ponta da Praia, que ficou resolvido ser adaptado para residencia do Director do Instituto D. Escholastica Rosa, e acontecendo estarem tão ruinosas todas as paredes internas, que são de *pau a pique*, já providenciei para serem substituidas por paredes de tijollos, não só pelas naturaes vantagens que isso traz, como para bem calcular os trabalhos executados, que serão pagos sob medição, servindo de unidade o preço geral da construção do Instituto. Em summa, só serão aproveitaveis, como poderão verificar, as paredes externas, e essas mesmas picadas e rebocadas de novo, telhados, forros, algumas portadas e janellas. O estuque das duas salas, que aliás recebe constantemente remendos, será substituido por ferro de madeira, e cimentado o solo do porão. Como o porão é muito baixo, torna-se necessario o levantamento dos assoalhos e vigamentos, os quaes serão feitos de madeiras novas.

Finalmente, meu fim principal é pedir a Vs. Ss. que façam uma visita ás obras e tenham conhecimento do estado ruinoso a que me refiro, pois não desejo que se me impute a factura de obras desnecessarias, visto a crença que havia de que o dito predio estava em boas condições.

Com estima, etc. »

A Commissão, na visita que fez a meu pedido ao predio da chacara, parecendo-lhe bem as minhas razões, concordou comigo em que o referido predio fosse demolido, fazendo-se, dentro do plano das edificações, casa nova para o director, empregados e almoxarifado, uma lavanderia e um gymnasio. Tudo isso foi executado sob o mesmo regimen de unidade metrica para pagamento das construcções. As plantas das novas edificações estiveram muitos dias em mãos do sr. Provedor chefe da Commissão da Santa Casa, entregues pessoalmente por mim, e bem assim viu-as, examinou-as attentamente e teve sciencia o M. Juiz do inventario. Dei execução a esses projectos sem a minima opposição de quem quer que fosse e com sciencia dos interessados.

Parece que a Meza Administrativa não tem ainda a intuição precisa dos fins a que se destina o Instituto D. Escholastica Rosa, pois, tratando-se de um estabelecimento de intuitos elevados, é claro que as fundações do gymnasio e da lavanderia em nada devem desdizer da grandiosidade das outras construcções e da esthetica geral do edificio. De mais a



mais, não fica bem começar o Instituto a funcionar sem as dependências necessárias para o director e pessoal, almoxarifado e lavanderia, gymnasio e sala de estudo de musica, o que tudo está virtualmente previsto pelas clausulas testamentarias, que o testamenteiro tem o rigoroso dever de executar.

## VIII

Diz a Comissão :

« Ha ainda as fundações do 4.º pavilhão, feitas sem sciencia da Comissão e que não deviam ser feitas, porque quando, para o futuro, houver necessidade de ser construido esse pavilhão, nem a cimentação do solo existe e as paredes das fundações terão desaparecido. »

Respondo :

As fundações referidas foram feitas sem consulta nem audiencia da Comissão, em virtude de attribuições que muito em particular me estão confiadas pelo testador.

Quanto á solidez daquellas construcções, não posso prever o que o futuro lhes reserva, porém estou plenamente convencido da proficiencia e honestidade de quem executou as obras, cuja excellencia do material e boa execução foram sempre fiscalizadas por mim e por meus empregados particulares.

Comquanto respeite muito a abalizada opinião dos srs. membros da Comissão da Santa Casa, não temo a sua prophecia quanto ao futuro desaparecimento da cimentação do solo e das paredes das fundações, pela pratica que tenho e pelas responsabilidades, dignas de conceito, que estão ligadas áquellas obras.

## IX

Diz a Comissão :

« O testamenteiro ainda uma vez manifesta a sua má vontade pela construcção do edificio no lugar onde se acha, havendo sido contrariada a sua pretensão de ser comprado o edificio do Hotel Internacional. »

Respondo :

E não será a ultima vez que manifestarei a minha *má vontade*, ou, mais propriamente, o meu desagrado pela construcção do edificio alli. Como em breve pretendo publicar o relatorio final desta testamentaria, reservo para elle um capitulo especial sobre a localização do Instituto, onde responderei satisfactoriamente a este topico dos srs. membros da Comissão. Alli encontrarão todos os motivos que pesaram em meu espirito para contrariar o intuito da Santa Casa na escolha do local onde devia fundar-se o Instituto.



## X

Diz a Comissão:

« Até esta data não consta á Comissão que o edificio construido tenha cahido pelas aguas da lagoa e nem que se tivesse por isso damificado.

A Camara alli mandando fazer uma obra, deixou ficar o aterro preciso para a lagôa, aterro esse que não foi aproveitado. »

Respondo:

Não sei o que deva dizer quanto á inoportuna affirmativa de não ter o edificio cahido por causa das aguas da lagoa a que se referem. Observe, porém, tolhendo os passos á maledicencia, que não existe uma pá siquer do tal « aterro preciso para a lagoa. » Para melhor prova, fóra da que se pôde encontrar nos actos da Camara, passo a transcrever a carta que dirigi ao sr. T.<sup>te</sup> Manoel José Pereira Campos, empreiteiro dos trabalhos alli, e a respectiva resposta:

« Santos, 28 de Junho de 1907.

Illm.<sup>o</sup> Sr. Tenente Manoel José Pereira Campos.

Nesta.

Tendo sido V. S. o contractante com a Camara Municipal para desviar o curso do rio Conrado, cortando-o no antigo caminho por onde passava a linha de bondes, distante mais de 200 metros da construcção do Instituto D. Escholastica Rosa, venho solicitar a especial fineza de responder ao pé desta si, por ventura, em todas as obras que a Camara pretendeu fazer alli, ficou uma pá siquer de terra para aterro da lagoa ou para qualquer outro mistér.

Agradecido, subscrevo-me, etc. »

« Illm.<sup>o</sup> Sr. Julio Conceição.

Em resposta a pergunta acima tenho a declarar-lhe que tendo sido o contratante com a Camara Municipal, do trabalho para o desvio do Rio Conrado, cujo inicio teve lugar nos fundos do Instituto « Escholastica Rosa » na distancia de duzentos metros mais ou menos, no lado opposto a antiga linha dos bondes, não deixei ficar alli aterro algum destinado a qualquer fim, nem mesmo a Camara contratou ou ordenou-me a proceder o aterro na lagoa, cujo trabalho só poderia ser feito uma vez que o rio fosse canalizado; trabalho aliás que custaria grande despendio.

Sem motivo para mais, subscrevo-me, etc.,

*Manoel José Pereira Campos ».*

As obras que a Camara pretendeu fazer alli, no caminho por onde passava a antiga linha de bondes, foi a mais de 200 metros de distancia do edificio e constavam do fechamento de um boeiro, por onde passava o rio Conrado para a chacara de João Octavio. Essas obras nada aproveitaram, pois o rio continua a derivar pelo mesmo leito e não se removeu de



modo algum o inconveniente, por mim tantas vezes apontado, do local escolhido pela Santa Casa para a fundação do Instituto.

Ficou, assim, bem patente que não existe uma pá de terra sequer da Camara naquelle local. Os aterros alli foram sempre feitos á custa do espolio e á minha particular.

## XI

Diz a Commissão :

« Relativamente ao 6.º e ultimo quesito, responde o testamenteiro que o motivo da não conclusão das obras é a falta de dinheiro, porque a renda precisa ser distrahida com concertos nos predios, impostos prediaes, taxas de exgottos, etc., o que justifica plenamente a opinião da Mesa da Santa Casa quanto a aquisição do predio do Hotel.

E ha despesas que devem ser levadas a conta da demora, como seja o imposto predial, pois uma vez funcionando o Instituto, a Camara Municipal não se negará a dispensar tal contribuição, que só aproveitará aos orphãos alli recolhidos.

E' pois, um prejuizo que está sendo causado pela demora unicamente.

Ficou, portanto, a Commissão sem saber quando poderá ficar concluido o Instituto e em quanto importará o que resta fazer. »

Respondo:

E' a razão pecuniaria, unicamente, o que motiva a demora da conclusão das obras. Isso já foi dito acima e já foi explicado na resposta que dei ao 6.º item dessa Commissão, accrescentando: «...pois que tão grande empreendimento está sendo executado vagarosamente para ir de accôrdo com o rendimento do patrimonio. »

Quanto ao imposto predial que ainda paga o espolio, bem sei que a Camara Municipal não se negará a dispensar essa contribuição, uma vez funcionando o estabelecimento, pois requeri e isso está oficialmente resolvido. Não está, porém, em minhas mãos accelerar a inauguração sem onus para o proprio Instituto ou sem que elle esteja completamente montado.

Porque a Camara não isentou o espolio do imposto enquanto não funcionar o Instituto, não posso declinar á Commissão da Santa Casa, ou a quem quer que seja, da obrigação que me assiste da sua construcção, assim determinada pelo testador, para o que chamo a preciosa attenção dessa Commissão ou de qualquer interessado:

« A construcção ou aquisição do edificio fica a cargo exclusivo do meu testamenteiro Julio Conceição, que o entregará quando concluido e completamente montado. »

Faltando ainda as cousas que ennumerei no III capitulo, não me é possivel determinar quando ficará concluido o Instituto, nem tão pouco em quanto importará o que resta fazer, pois isso depende de um dom que infelizmente não possúo: o de adivinhar as cousas que estão por vir. Entre-



tanto, estou fazendo o possível para inaugurar o Instituto em 15 de Novembro, ou, ao mais tardar, em 24 de Dezembro p. f.

Tem sido o intuito desta testamentaria fazer as construcções e tudo prover de forma que, por ocasião da inauguração, esteja tudo pago, sem passivo algum, para que não haja o minimo embaraço na administração. O que é necessario é que a Commissão pese isto e se digne, uma vez ao menos, tomar conhecimento das rendas do espolio e do que se faz para a completa organização do Instituto. Note-se que, não sendo fornecedor do estabelecimento, limito-me a fiscalizar os fornecimentos necesarios e a exigir tudo do bom e do melhor nas mais vantajosas condições para o espolio. Os fornecimentos para o Instituto são negociados em S. Paulo pelo exmo. sr. dr. Ramos de Azevedo nas condições que a Commissão já sabe pelo que ficou convencionado na reunião acima alludida, no Forum, perante o M. Juiz do inventario e a Commissão da Santa Casa.

Quanto a ser necessario distrahir a renda com concertos nos predios, impostos prediaes, taxas de exgottos, etc., isso absolutamente não justifica a opinião da Santa Casa a respeito da aquisição do bello edificio do Hotel Internacional. O preço deste predio era de 250:000\$000. A sua adaptação para logo de prompto receber 150 meninos importava em 30:000\$000 pouco mais ou menos, conforme os calculos feitos na época por engenheiro competente. Entretanto, a construcção do Instituto no local onde se acha, já importou até 31 de Março do corrente anno, com rigorosissima economia, em Rs. 369:888\$834, tendo capacidade apenas para 70 asylados. Essa importancia de 369:888\$834 figura no ultimo balancete que esta testamentaria prestou ao M. Juiz, do qual tiveram sciencia os signatarios da petição.

Si a Commissão da Santa Casa pedisse informações ou se dignasse examinar todos os livros e documentos do espolio, certificar-se-hia de que a fortuna de João Octavio dos Santos, judicialmente avaliada e apurada, montou em Rs. 1:625:919\$686. E que, deduzidos os legados, impostos e parte dos encargos do inventario, ficou o saldo de Rs. 795:355\$458, assim constituido :

Predios e terrenos . . . . .	788:660\$000
20 acções da C. <sup>ia</sup> E. F. Araraquara. . . . .	600\$000
Moveis . . . . .	3:255\$000
Em dinheiro . . . . .	2:840\$458
Somma Rs. . . . .	795:355\$458

Cumpre notar que a esse saldo de Rs. 795:355\$458 pesavam ainda, para não dispôr de immoveis, Rs. 80:193\$460 restantes dos encargos do mesmo inventario.

João Octavio falleceu em 9 de Julho de 1900 e o seu inventario ficou concluido em 5 de Novembro de 1901, isto é, um anno, tres mezes e vinte e seis dias depois do seu fallecimento, removidos todos os obstaculos e demandas.



Esclarecendo melhor :

O remanescente effectivo, por occasião da conclusão do inventario, em 5 de Novembro de 1901, abatidos os 80:193\$460 do resto dos encargos do inventario, ficava reduzido a Rs. 715:161\$998.

Partindo, entretanto, do saldo acima de Rs. 795:355\$458, tem sido com a renda exclusiva desta somma que esta testamentaria tem provido ao saldo dos 80:193\$460, ás despesas da administração do espolio, reforma dos predios, construcções novas, ao ponto de duplicar as rendas, aquisição de um terreno, construcção e montagem do Instituto D. Escholastica Rosa.

Que sirvam estes algarismos para rebate das faceis censuras.

## XII

Diz a Commissão :

« Poderá tão sómente a Commissão informar a Mesa Administrativa que, se tiver de acceitar a incumbencia que lhe deu o finado João Octavio dos Santos, receberá uma casa nova, é verdade, mas já necessitando de reparos e limpeza porque não teve a conserva precisa, durante o tempo que esteve sem funcionar o Instituto. »

Respondo :

Procurei sempre rodear-me da sympathia da Santa Casa afim de evitar qualquer desintelligencia de vistas com a mesma relativamente á benemerita criação de João Octavio dos Santos. Surgiram, porém, bem contra a minha vontade, innumerados e improprios murmurios, a principio, os quaes se foram accentuando ao ponto, por ultimo, de se revelarem documentalmente, outra cousa não se inferindo da leitura do trecho acima transcripto.

Nunca quiz acreditar que a Santa Casa puzesse em duvida a acceitação do Instituto D. Escholastica Rosa, mas, ante o que acabamos de ver, sou forçado a modificar o meu juizo, não me pesando na consciencia ter dado logar a semelhante acto. Quando mesmo esta revelação possa tornar-se effectiva, parece que a opinião de alguns dos srs. mezarios não possa prevalecer á da Irmandade em collectividade, aliás soberana nas decisões daquella respeitavel aggremação.

Extranhavel é que a Commissão por tanto tempo aninhasse em seu seio tão sinistra intenção, sem comtudo abster-se de se immiscuir na escolha do local para a installação do Instituto, visar contas de construcção e intervir em outros actos que dizem respeito ao espolio (\*).

(\*) Além do mais, essa infundada opinião vem de encontro a uma resolução consummada por acto da propria Meza, em sessão de 10 de Agosto de 1900, tacitamente approvado e ratificado pela annual reunião geral da Irmandade.

Das actas já consta :

« O Irmão provedor apresentou á Meza uma certidão do testamento do finado Irmão Jubilado, João Octavio dos Santos, consultando se a nossa Irmandade acceitava o legado e as obrigações por esse documento estipulados.

A Meza, por unanimidade, resolveu acceitar o legado e todos os encargos do testamento, mandando archivar a certidão. »



## XIII

Diz a Comissão:

« A Comissão, respondendo assim as accusações, resalvando o direito de corrigir o que entender e alterar também algumas vírgulas, requer que seja dada sciencia ao testamenteiro . . . » etc.

Respondo:

Accusações de minha parte á Comissão, são cousas verdadeiramente imaginarias.

Na resposta ás interpeellações que me foram feitas, eu activei a memoria dos signatarios da petição relativamente a factos entre nós passados em reuniões que tivemos e das quaes está sciente, por officios da época, o M. Juiz do inventario; puz em relevo a má comprehensão das attribuições que lhes pertencem, sempre fugindo de confabular sobre cousas que interessam ao Instituto; e extranhei, finalmente, a falta de consideração que tiveram com quem nunca se negou a prestar quaesquer informações sobre o andamento do inventario e construcção do Instituto, pois, podendo obter em meu escriptorio, ou por simples pedido, os esclarecimentos que quizessem, preferiram colhel-os por intermedio de uma interpeellação official.

Quanto ao ultimo topico do trecho acima, dispenso-me de responder-o pela superfluidade e por nada vir ao caso em relação á verdade de factos ora constatados.

---

Terminando, o supplicante inclue a carta que dirigiu ao sr. Tte. Manoel José Pereira Campos, com a resposta obtida, e requer a V. Ex.<sup>a</sup> seja a Comissão da Santa Casa notificada do teor desta petição, juntando-se a mesma aos autos do inventario João Octavio dos Santos, visto interessar ao respectivo espolio tudo quanto nella se contém.

P. deferimento.

Santos, 30 de Junho de 1907.

*Julio Conceição.*

Valem as entrelinhas que dizem: á pagina 13, — futuro, e á pagina 18, — é verdade.

*Julio Conceição.*

---



Doc. n. 45

Santos, 8 de Julho de 1907.

*Illm.<sup>os</sup> Sr.<sup>s</sup> Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva, Dr. Guilherme Alvaro e Dr. João N. Freire Junior, muito dignos membros da Comissão da Santa Casa junta ás obras do Instituto D. Escholastica Rosa.*

*Nesta.*

Tendo esclarecido as increpações que Vs. Ss. me fizeram e que de certa fôrma não podiam deixar de maguar-me, espero que já tenham bem reflectido sobre o assumpto e modificado o seu juizo relativo aos negocios do espolio.

Penso estarem sufficientemente explicados os pontos da lamentavel desharmonia de vistas ultimamente suscitada entre nós, e, assim, não persiste em mim nenhuma animosidade, quer contra essa Comissão, quer individualmente contra qualquer de seus membros, pois acredito que, como eu, Vs. Ss. alimentam as mais puras intenções de bem collaborar na organização do Instituto D. Escholastica Rosa.

Como se trata de assumpto de alta relevancia, quer no sentido moral, quer no material para a cidade de Santos, e mui directamente para a nossa estremecida Santa Casa, não ha razão, por todos os principios, de futeis attritos entre nós, bem ou mal fundados. E assim pensando, com toda a isenção de animo e com inteiro desprezo de resentimentos, venho solicitar-lhes a fineza de marcarem uma reunião onde entenderem, afim de tratarmos de interesses que dizem respeito ao nobre intuito de João Octavio, visto que se approxima a conclusão dos trabalhos, como tenho exposto.

Si a Comissão se dignar marcar dia e hora para esse mister, será mais conveniente que designe o edificio do Instituto, para melhores explicações.

Entretanto, com a maior satisfação, estarei inteiramente ás ordens de Vs. Ss. em qualquer ponto que escolherem.

Com todo o acatamento e estima, subscrevo-me, etc.

*Julio Conceição.*



Doc. n. 46

---

*Santos, 18 de Julho de 1907.*

*Illm.<sup>o</sup> Sr. Julio Conceição.*

*Nesta.*

Prezado Snr.

Em resposta á sua carta de 8 do corrente, temos a honra de comunicar-lhe que, accedendo aos seus desejos, no dia 19 do corrente, ás 9 horas da manhã, estaremos á sua disposição no edificio do Instituto D. Escholastica Rosa.

Sem outro assumpto nos subscrevemos

De V. S.

Att.<sup>os</sup> e Obr.<sup>os</sup> Ven.<sup>es</sup>

*João N. Freire Junior*  
*Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva*  
*Dr. Guilherme Alvaro*

---



Doc. n. 47

---

*Intendencia Municipal*

SECÇÃO DE OBRAS

*Santos, 21 de Maio de 1907.*

*Ao Snr. Julio Conceição.*

*Nesta.*

Convido-vos a receber guia nesta Secção afim de effectuardes o pagamento do imposto de constructor, visto como, não tendo sido concluída a construcção do « Instituto D. Escholastica Rosa », cuja planta está firmada por vós, como constructor, deverá ser reformado no presente exercício.

Saudações.

O Engenheiro-chefe,

*Carlos Kiehl.*

---



## ACTA DA INAUGURAÇÃO

— DO —

### INSTITUTO D. ESCHOLASTICA ROSA

---

No primeiro dia do mez de Janeiro de mil novecentos e oito, ás duas horas da tarde, no recinto do Instituto «D. Escholastica Rosa», na praia do Embaré desta cidade de Santos, Estado de S. Paulo, sendo presentes as auctoridades judicarias locais, consules representantes das diversas associações de Santos, representantes dos srs. secretarios da Justiça e do Interior, representantes da imprensa local e da capital do Estado, exmas. familias e demais convidados, o sr. Julio Conceição, testamenteiro e inventariante dos bens do fallecido João Octavio dos Santos, convidou o Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, exmo. sr. Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, para presidir a sessão inaugural do Instituto, sendo aceito o convite e chamando o sr. presidente, para fazerem parte da mesa, o sr. vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, João Furtado da Rocha Frota, o Dr. Juiz de Direito da 2.<sup>a</sup> Vara, Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro, o sr. Coronel Almeida Moraes, monsenhor José Benedicto Moreira, o sr. Dr. Ramos de Azevedo, o ajudante de ordens do sr. Dr. Secretario da Justiça, o Dr. Domingos Leopoldino, o sr. Dr. Francisco Xavier Moretz-Sohn, director do Instituto, e Agenor Silveira, servindo de secretario. O sr. presidente declarou aberta a sessão e em breves palavras expôz os motivos da presente reunião. O sr. Julio Conceição, em seguida, tomou a palavra para explicar o plano a que obedeceu o seu trabalho, fazendo minuciosa descripção do edificio que se inaugura e lendo alguns topicos do seu relatorio sobre a testamentaria, ainda em provas typographicas, nos quaes accentúa a feição, toda de independencia, que pretendeu imprimir a esta instituição. Pelo sr. presidente foi dada em seguida a palavra ao orador official, exmo. sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que produziu brilhante allocução, sendo vivamente applaudido. O menino Leopoldino Bell, dirigindo-se ao pequeno Mauro, filho do sr. Julio Conceição, recitou um breve discurso, em que pôz em relevo o trabalho benefico do testamenteiro de João Octavio dos Santos. A senhorita Laura Leopoldino recitou em seguida uma linda poesia em homenagem ao fallecido fundador desta instituição. O sr. Delphino Stockler de Lima pediu a palavra e orou brilhantemente



sobre a caridade. Não havendo mais quem se lhe seguisse com a palavra, o sr. presidente, na qualidade de Juiz de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara, em cujo juízo correu o inventario de João Octavio, declarava montado, installado e inaugurado o Instituto D. Escholastica Rosa, fazendo a sua entrega á Santa Casa de Misericordia por intermedio do seu vice-provedor, João Furtado da Rocha Frota, que disse que o recebia em nome daquella corporação, a qual o administraria de conformidade com o testamento de João Octavio dos Santos. Acto continuo, dirigiram-se as pessoas presentes a todas as dependencias do Instituto, em companhia de Monsenhor José Benedicto Moreira, que procedeu solemnemente á benção do edificio. Pelo sr. presidente foi em seguida declarada encerrada a sessão, da qual, para que a todo tempo conste, se lavrou a presente acta, que vae por todos assignada. Em tempo: o pequenino orador acima chama-se Bell Leopoldino e não Leopoldino Bell. — Agenor Silveira a escreveu.

(*Seguem-se as assignaturas.*)



# PLANTAS

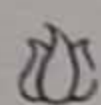
DAS

PROPRIEDADES PERTENCENTES AO ESPOLIO  
DO FALLECIDO

JOÃO OCTAVIO DOS SANTOS

MANDADAS LEVANTAR PELO  
TESTAMENTEIRO

JULIO CONCEIÇÃO



TRABALHO DO ENGENHEIRO

DR. NICOLAU SPAGNUOLO



ANNO DE 1904



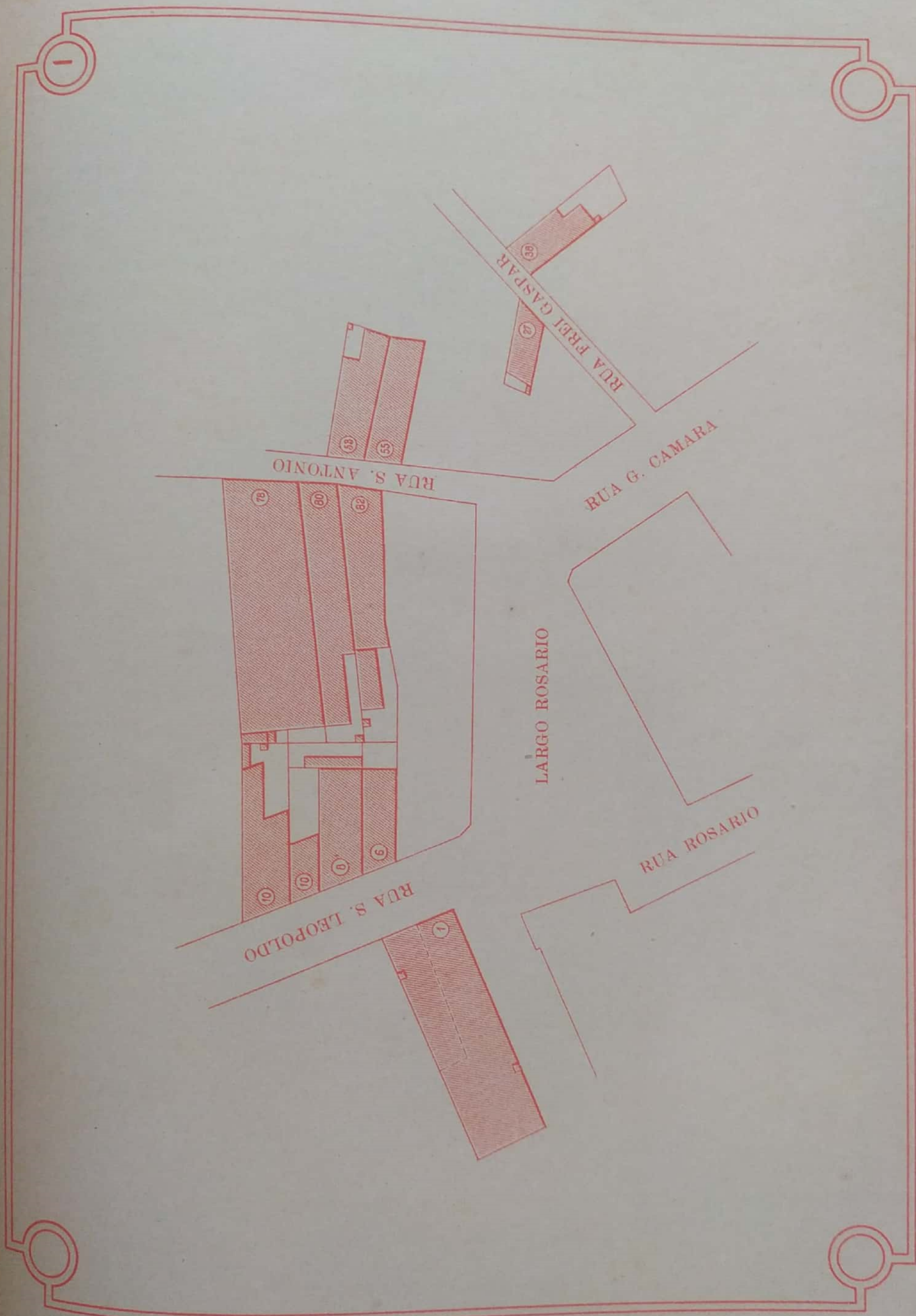
# INDICE DAS PLANTAS DAS PROPRIEDADES

		Escola 3.000	18	Rua da Constituição N. 80 . . .	Escola 2.200	36	Rua do Rosario	N. 194 .	Escola 2.200
1	Largo do Rosario e mais ruas .		19	" " " " 82 plano ter.	" "	37	Rua Aguiar Andrade e mais ruas		" 3.000
2	Rua S. Leopoldo N. 1 plano terreo .	" 2.200	20	" " " " 82 sobrado .	" "	38	" " " " " 2 . .		" 2.200
3	" " " " 1 sobrado . .	" "	21	" " " " 84 " .	" "	39	" " " " " 4 . .		" "
4	" " " " 6 " . .	" "	22	Rua Amador Bueno " 155 " .	" "	40	" " " " " 4 A .		" "
5	" " " " 8 " . .	" "	23	" " " " 157 " .	" "	41	" " " " " 6 . .		" "
6	" " " " 10 " . .	" "	24	" " " " 159 " .	" "	42	" " " " " 6 A .		" "
7	" " " " 10 " . .	" "	25	" " " " 161 " .	" "	43	" " " " " 8 . .		" "
8	Rua S. Antonio " 53 " . .	" "	26	" " " " 163 " .	" "	44	" " " " " 8 A .		" "
9	" " " " 55 " . .	" "	27	" " " " 165 " .	" "	45	" " " " " 10 . .		" "
10	" " " " 78 " . .	" "	28	" " " " 167 " .	" "	46	" " " " " 10 A .		" "
11	" " " " 80 plano terreo .	" "	29	" " " " 191 " .	" "	47	" " " " " 12 . .		" "
12	" " " " 80 sobrado . .	" "	30	Rua do Rosario " 174 " .	" "	48	" " " " " 12 A .		" "
13	" " " " 82 plano terreo .	" "	31	" " " " 176 " .	" "	49	Rua 24 de Maio e mais ruas		" 3.000
14	" " " " 82 sobrado . .	" "	32	" " " " 178 " .	" "	50	" " " " " N. 41 plano ter.		" "
15	Rua Frei Gaspar " 27 " . .	" "	33	" " " " 180 " .	" "	51	" " " " " 41 sobrado .		" "
16	" " " " 38 " . .	" "	34	" " " " 182 " .	" "	52	" " " " " 45 plano ter.		" "
17	Quarteirão: Ruas da Constituição, Rosario e Amador Bueno . .	" 3.000	35	" " " " 184 " .	" "	53	" " " " " 45 sobrado .		" "

		Escola 2.200	65	Rua Amador Bueno N. 119 sobrado	Escola 2.200
54	Praça dos Andradas N. 31 plano ter.	" "	66	Rua X. da Silveira " 16 "	" "
55	" " " " 31 sobrado .	" "	67	Rua Braz Cubas " 12 "	" "
56	" " " " 29 " "	" "	68	" " " " 14 "	" "
57	Rua Antonio Prado " 12 plano ter.	" "	69	Ramal da Barra " 46 "	" "
58	" " " " 12 sobrado .	" "	70	" " " " 62 "	" "
59	" " " " 16 plano ter.	" "	71	Avenida Anna Costa . (terreno)	" "
60	" " " " 16 sobrado .	" "	72	Avenida Cons. Nebias " "	" "
61	Rua do Rosario " 83 plano ter.	" "	73	Rua do Encanamento " "	" "
62	" " " " 83 sobrado .	" "	74	" " " " " "	" "
63	" " " " 126 " "	" "			
64	" " " " 128 " "	" "			



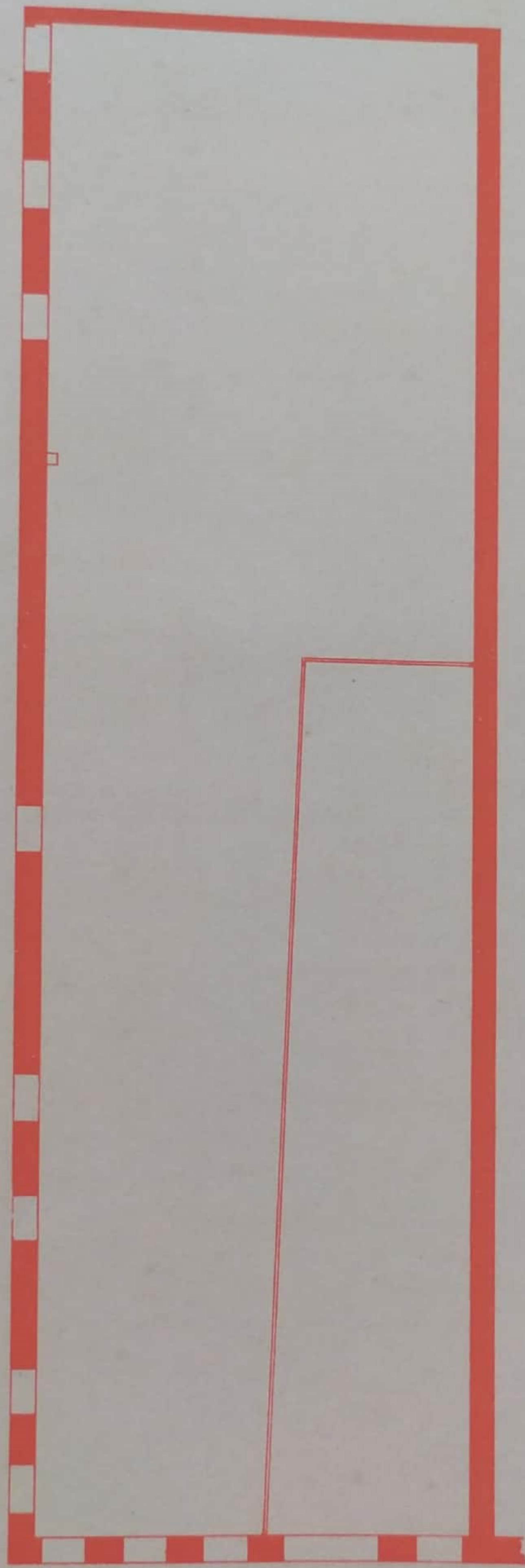




RUA S. LEOPOLDO N.º 1

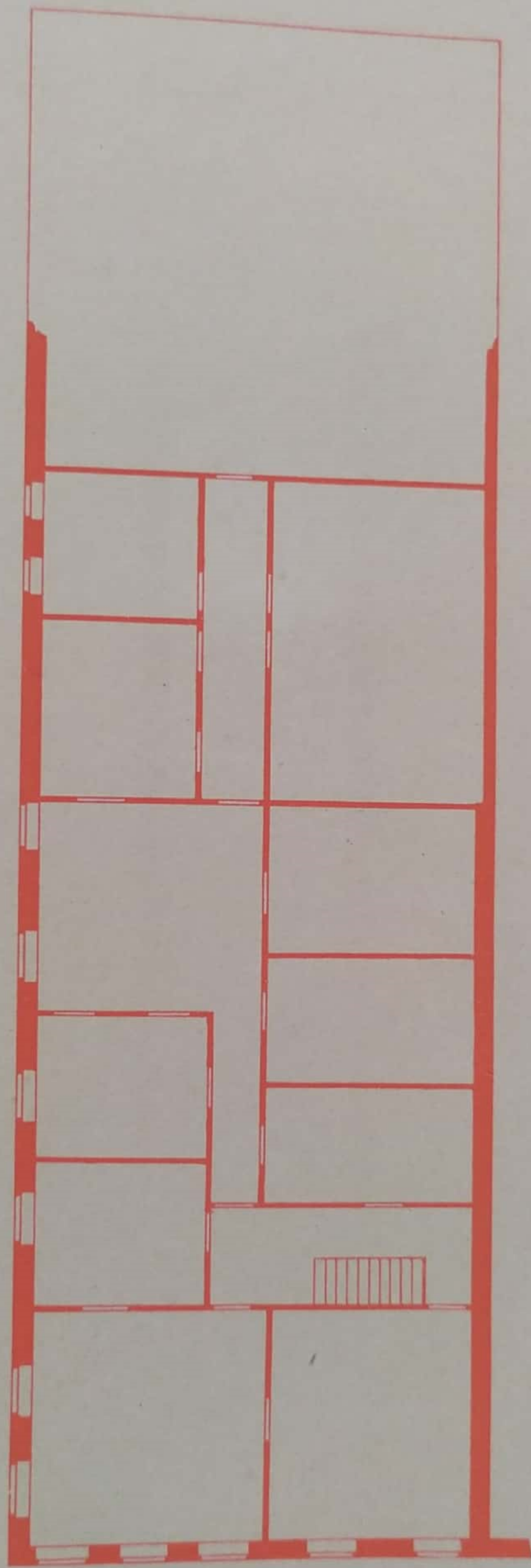
PLANO TERREO

2





RUA S. LEOPOLDO N.º 1  
SOBRADO



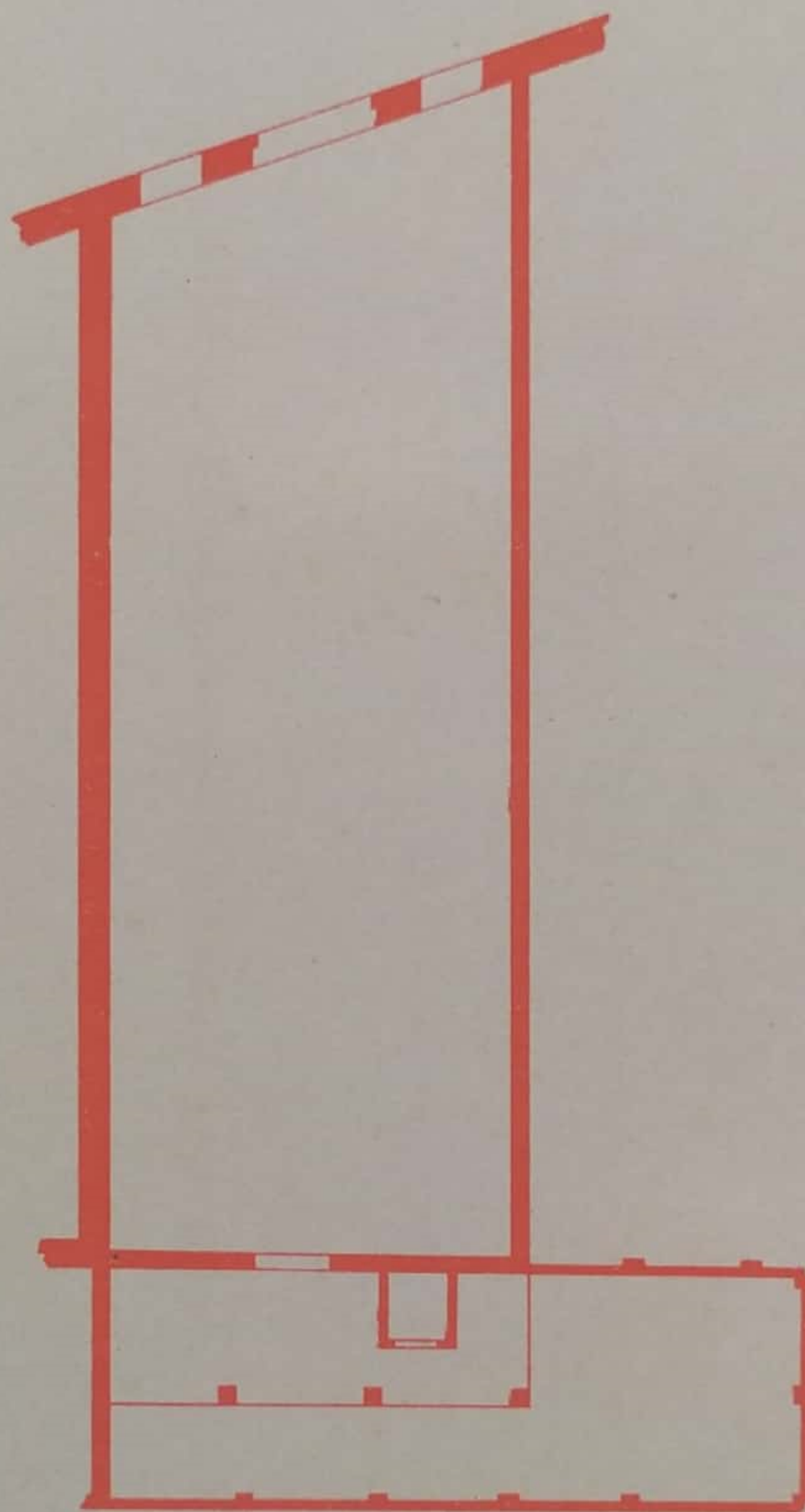


RUA S. LEOPOLDO N.º 6



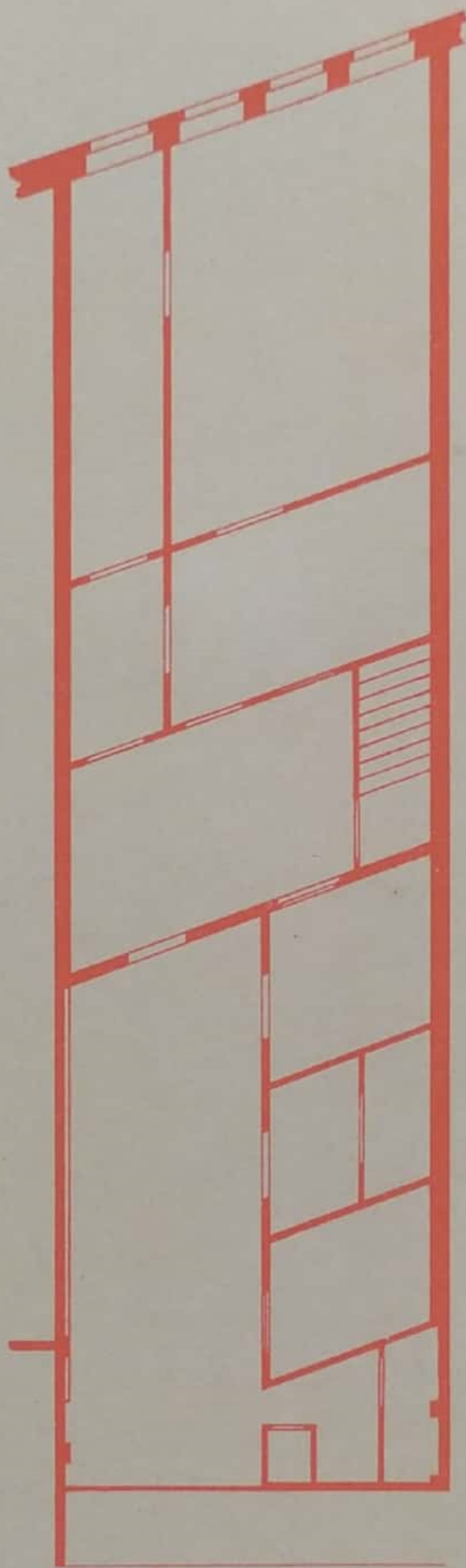


RUA S. LEOPOLDO N.º 8





RUA S. LEOPOLDO N.º 10





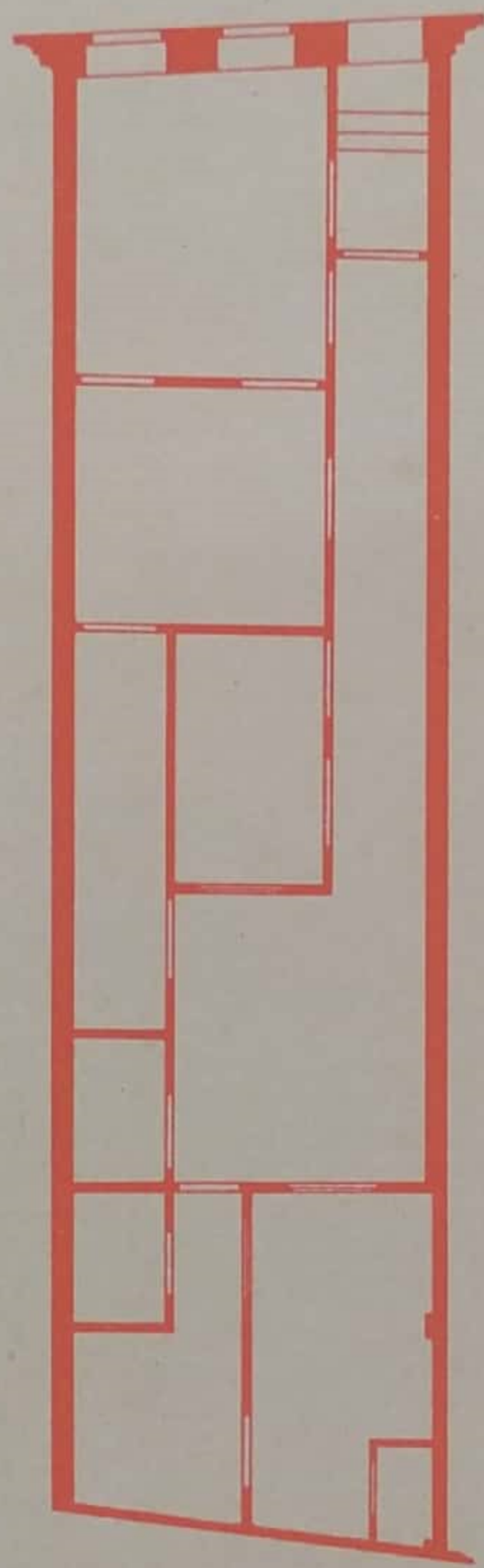
RUA S. LEOPOLDO N.º 10

7





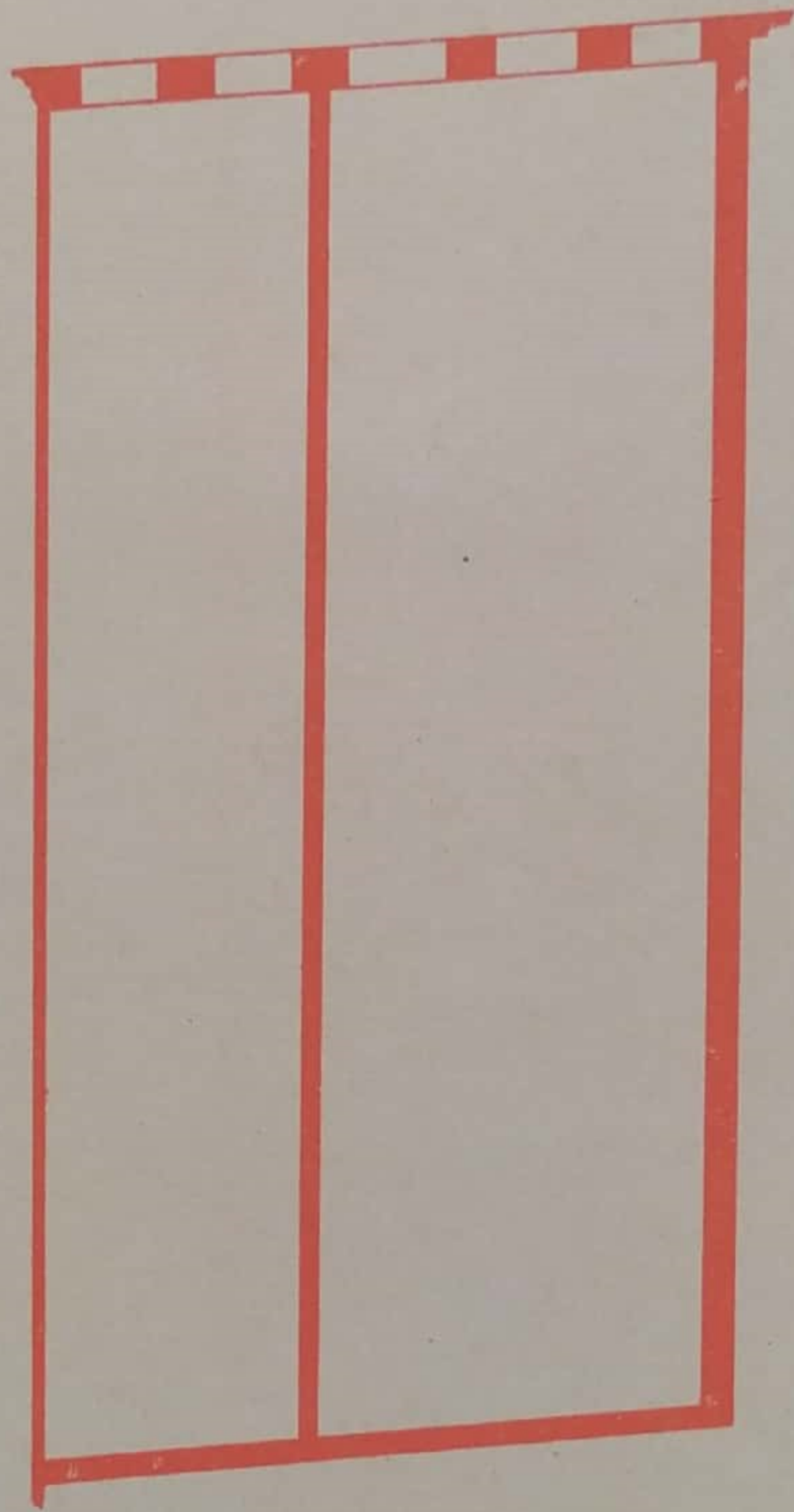
RUA S.<sup>TO</sup> ANTONIO N.º 53





RUA S. ANTONIO N.º 55

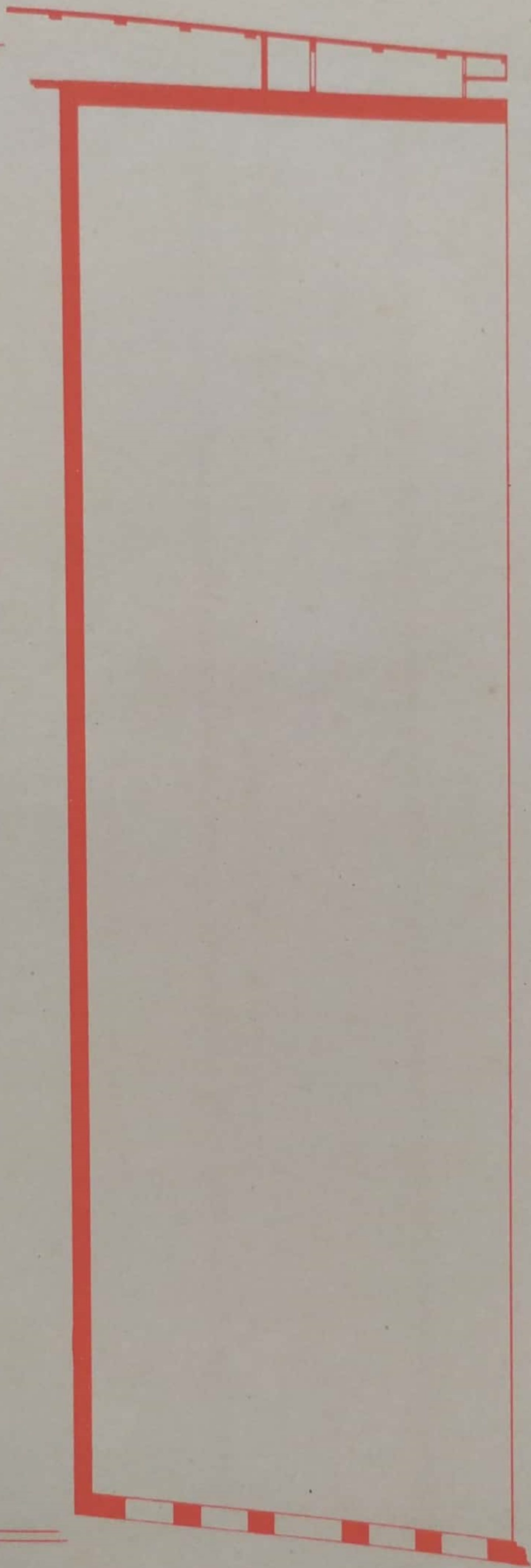
9





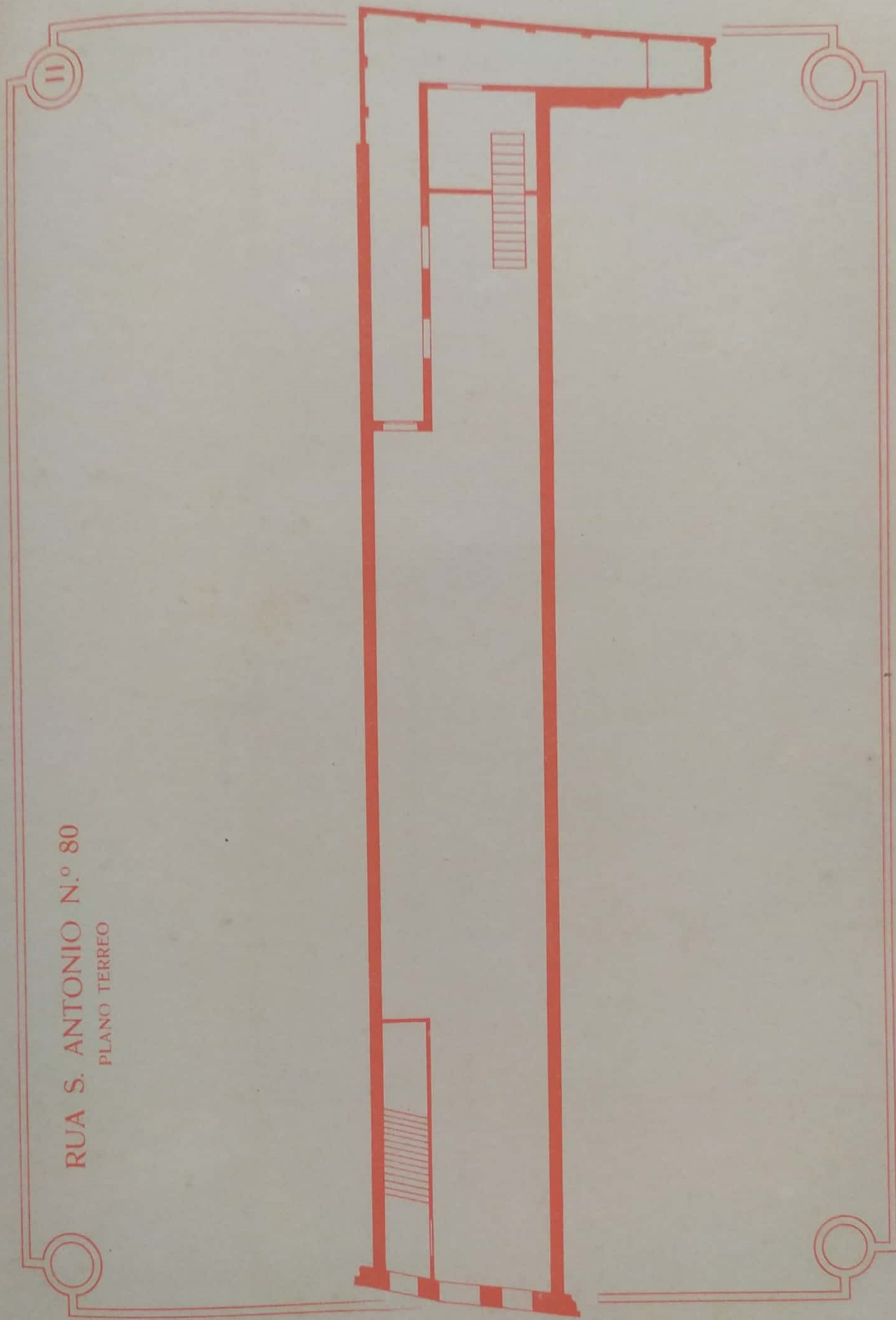
RUA S. ANTONIO N.º 78

10





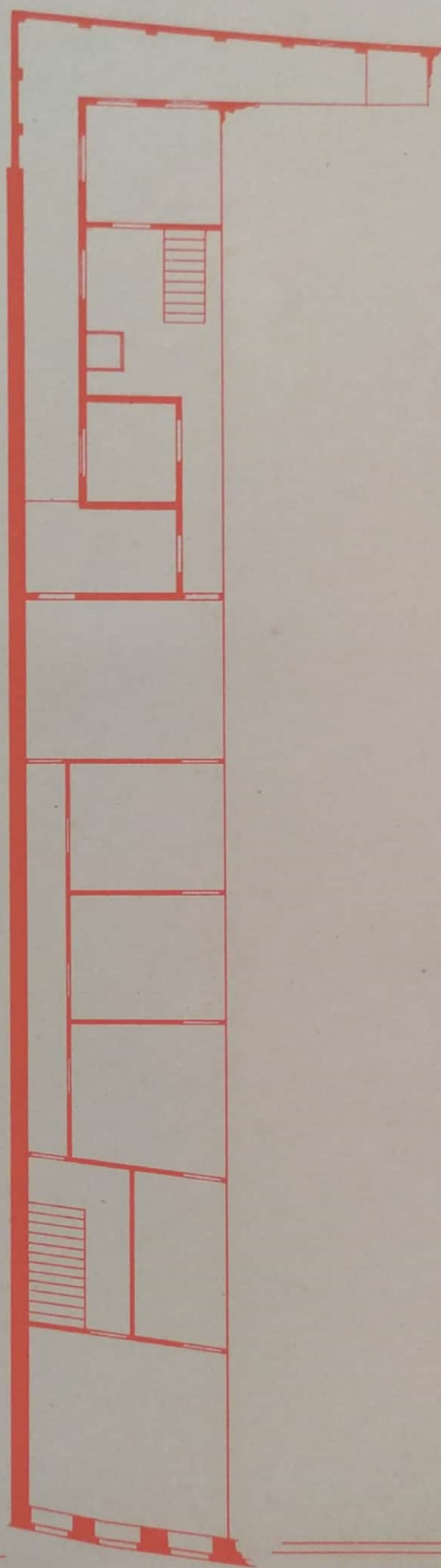
RUA S. ANTONIO N.º 80  
PLANO TERREO





RUA S. ANTONIO N.º 80  
SOBRADO

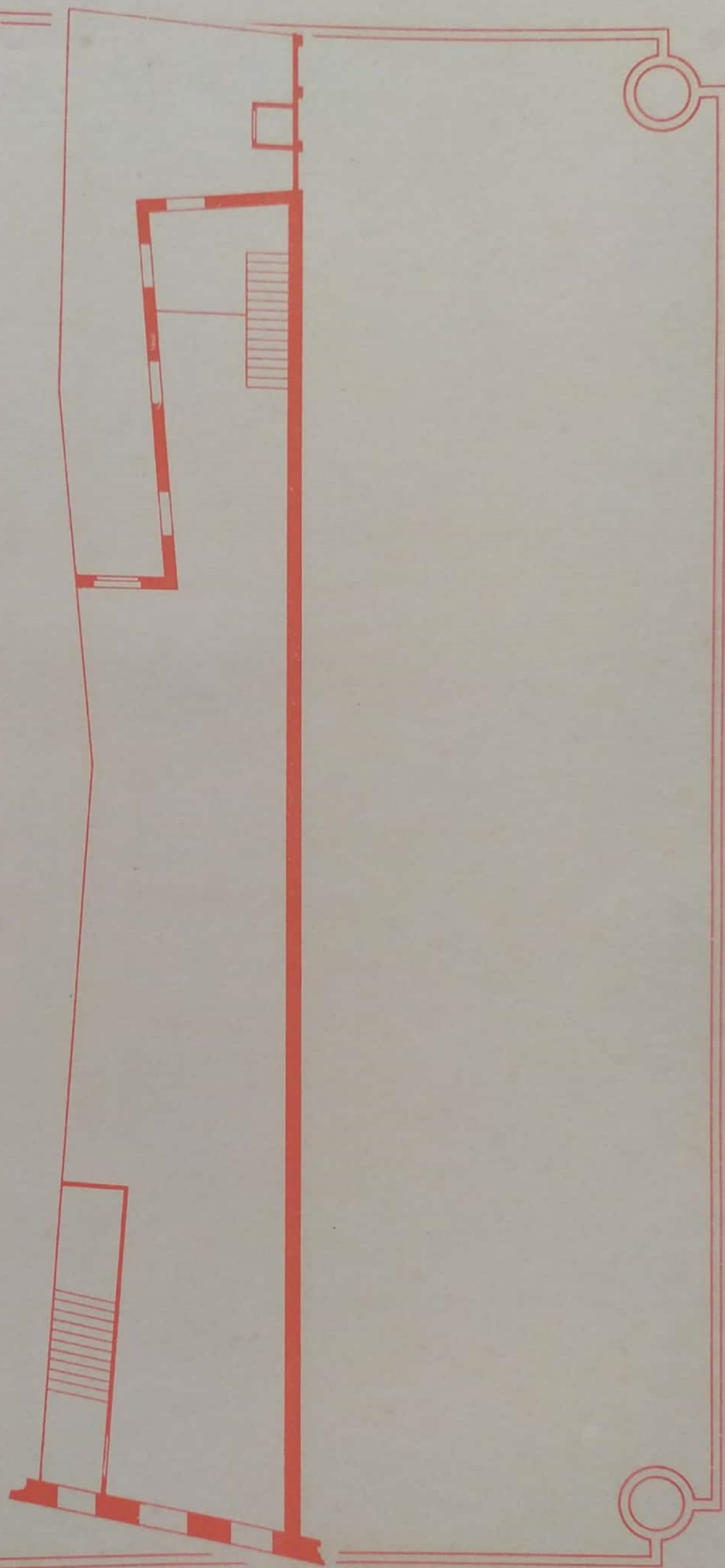
12





RUA S. ANTONIO N.º 82  
PLANO TERREO

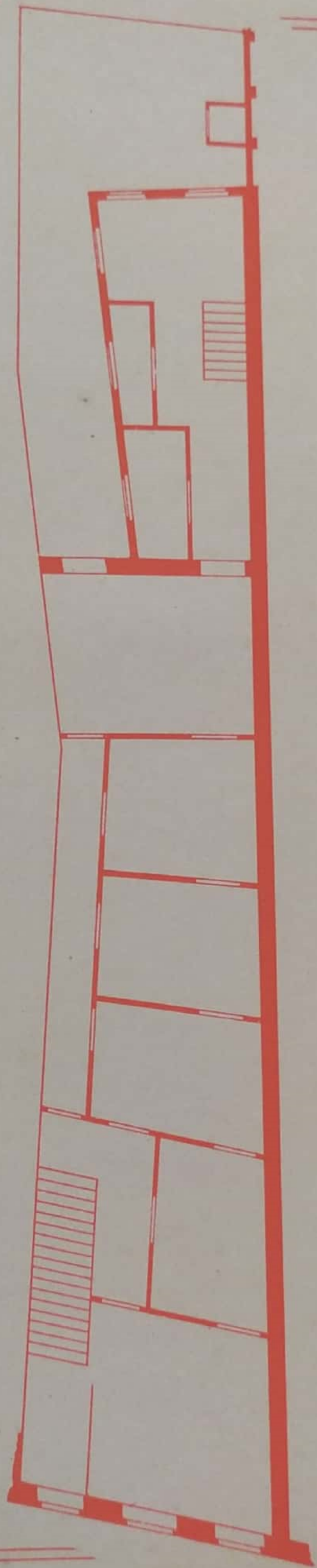
13





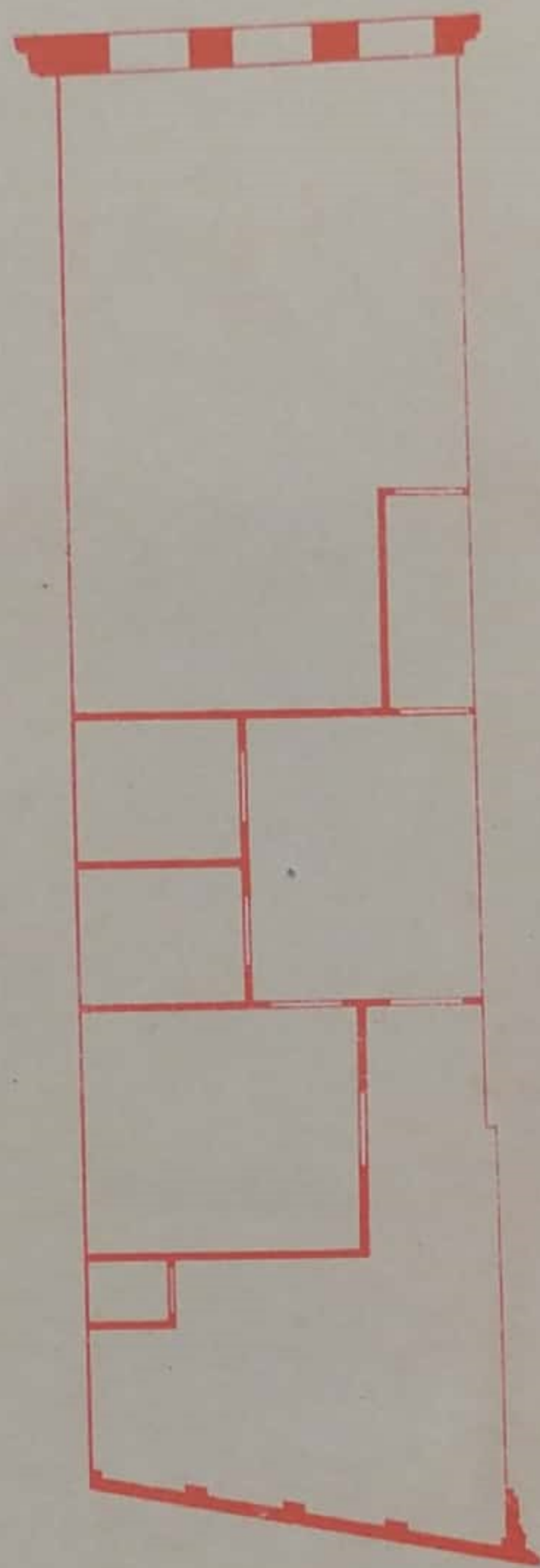
RUA S. ANTONIO N.º 82  
SOBRADO

14





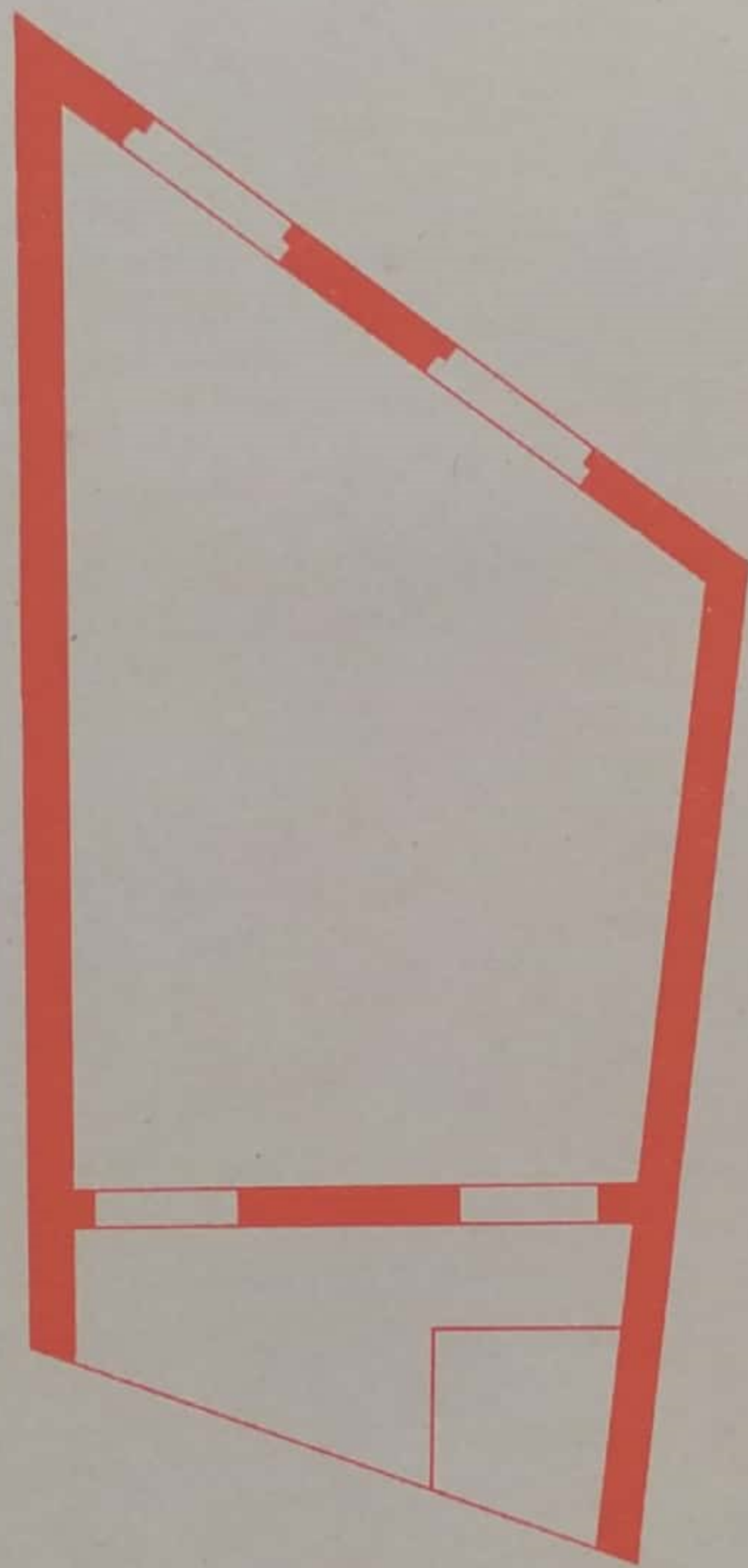
RUA FREI GASPAR N.º 27





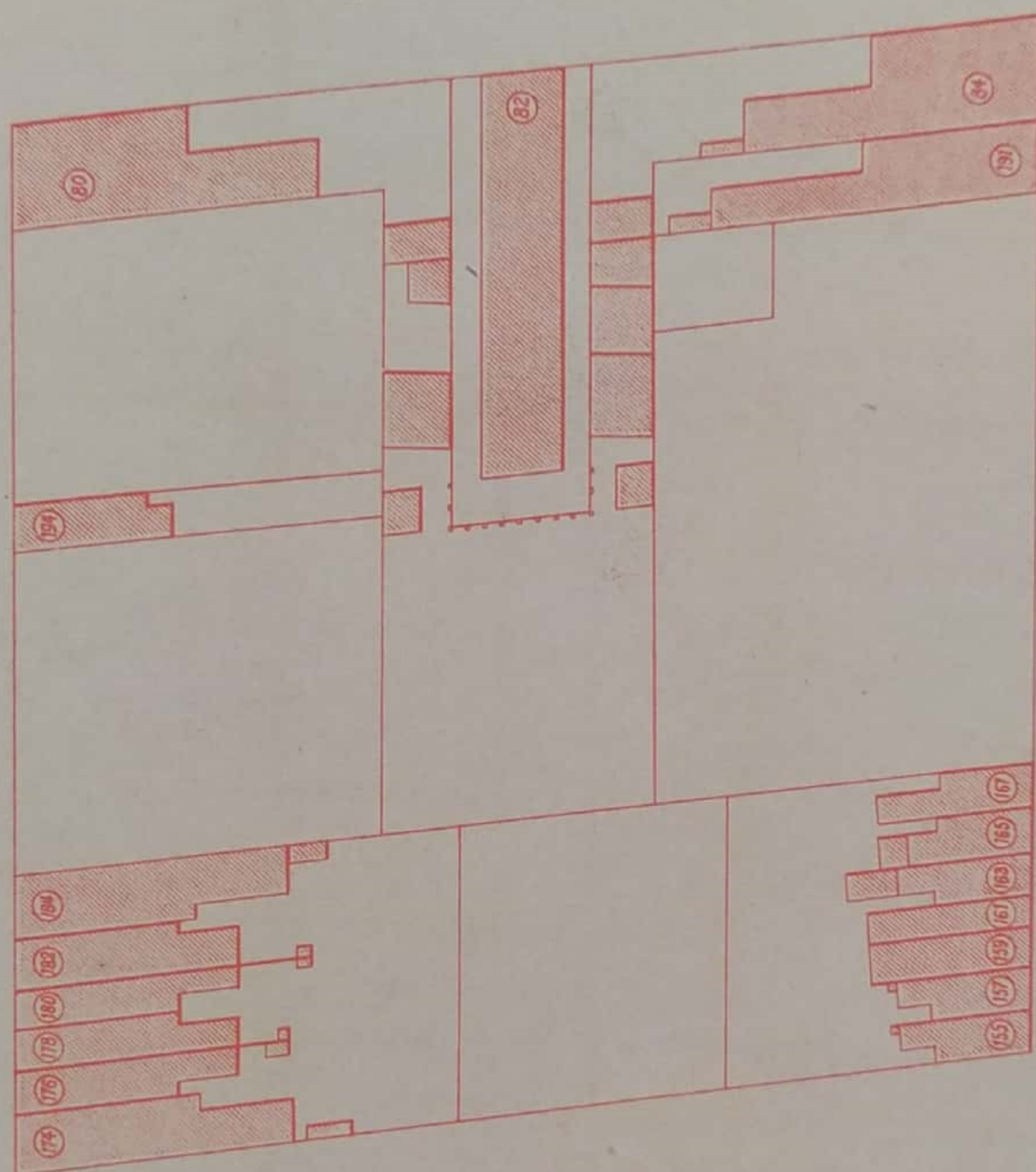
RUA FREI GASPAR N.º 38

16





RUA ROSARIO



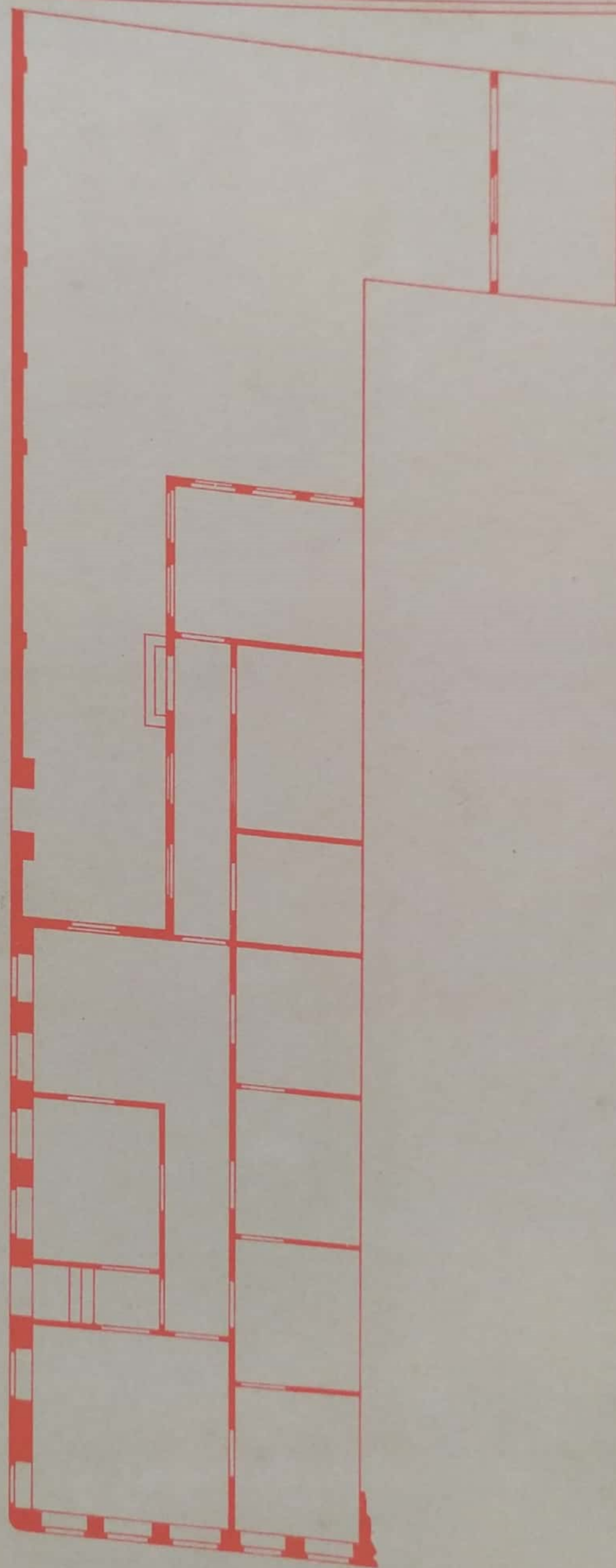
RUA DA CONSTITUIÇÃO

RUA AMADOR BUENO



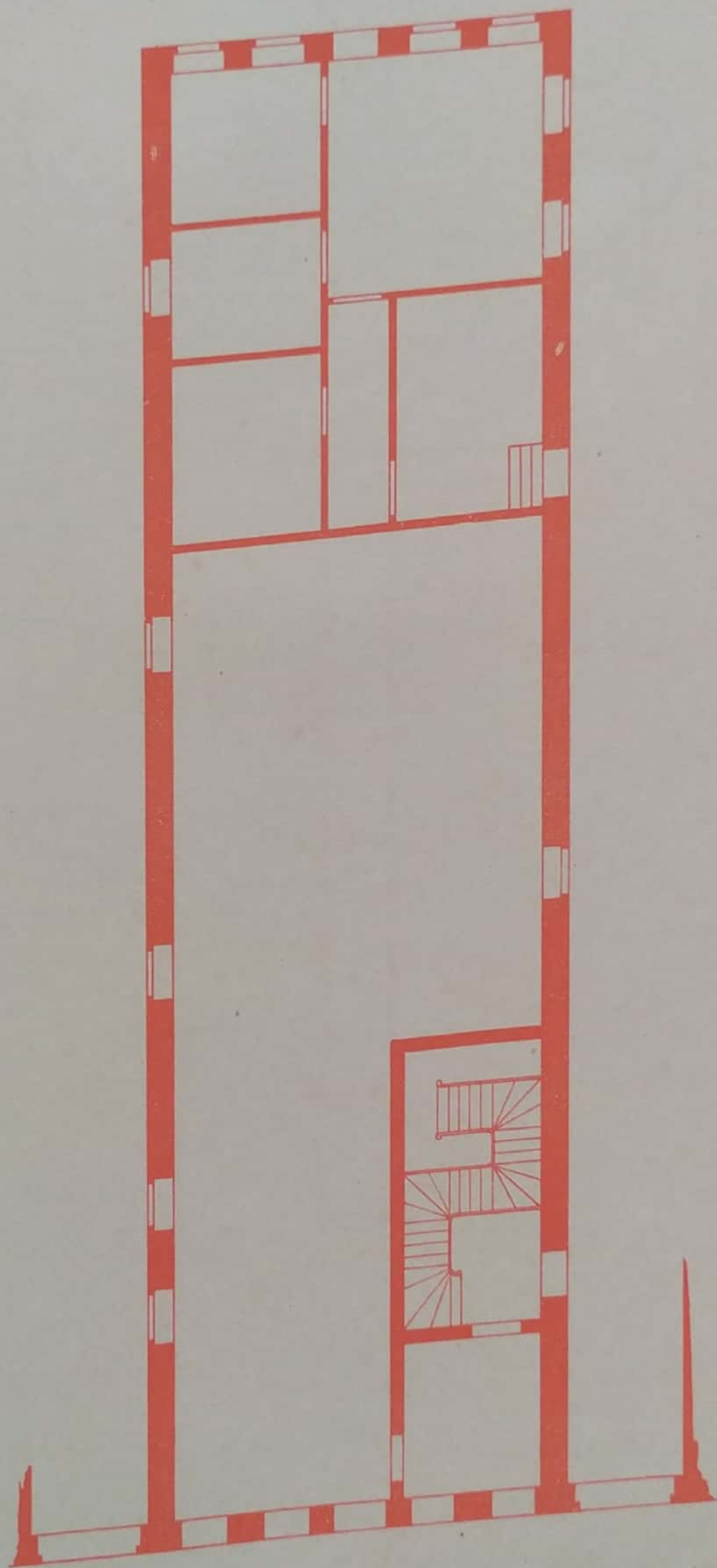
RUA CONSTITUIÇÃO N.º 80

18





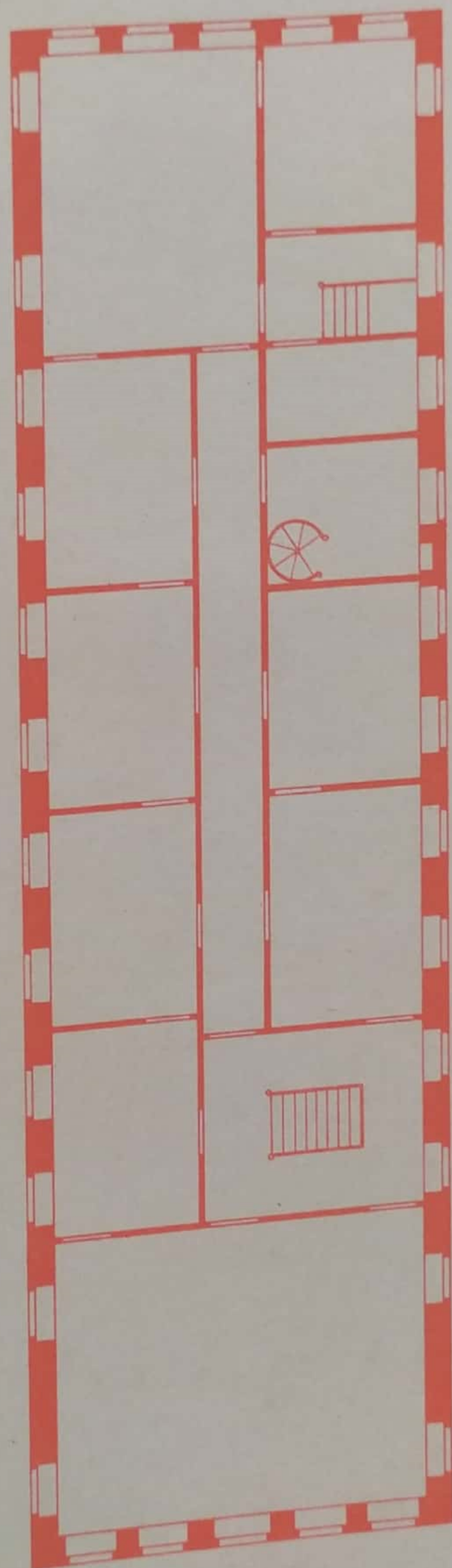
RUA CONSTITUIÇÃO N.º 82  
PLANO TERREO





RUA CONSTITUIÇÃO N.º 82  
SOBRADO

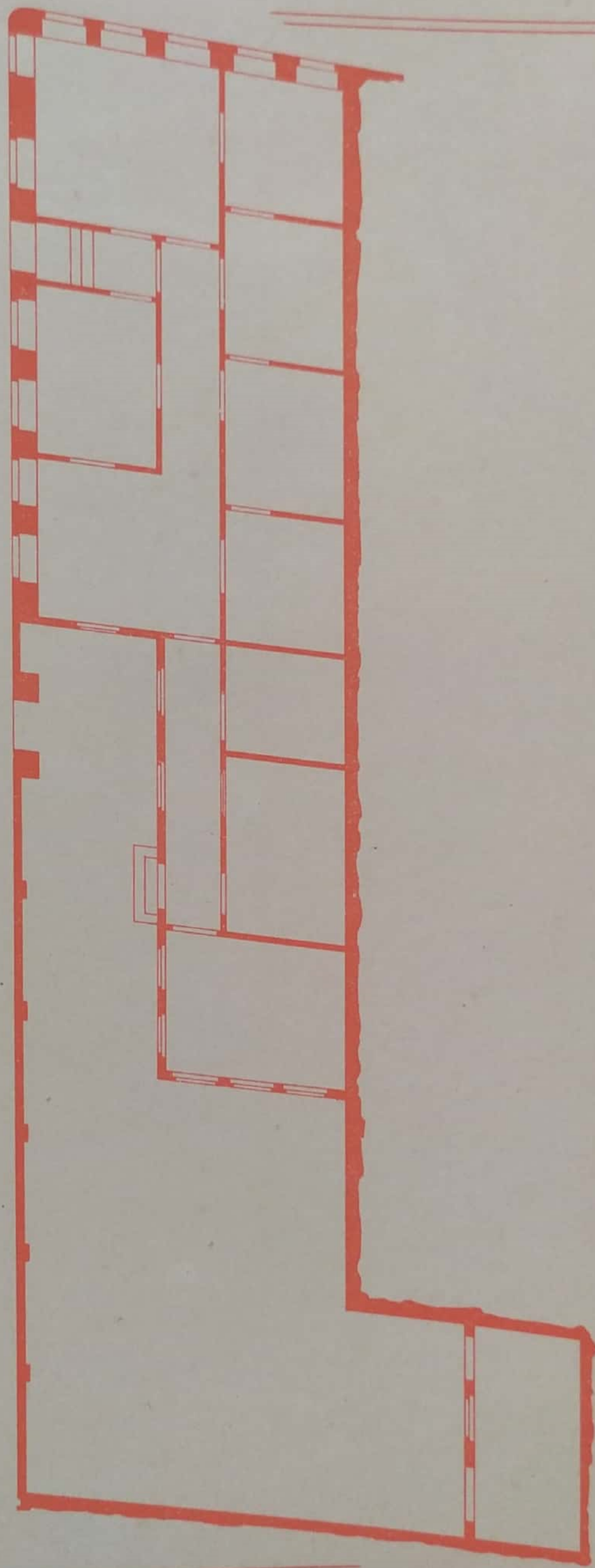
20





RUA CONSTITUIÇÃO N.º 84

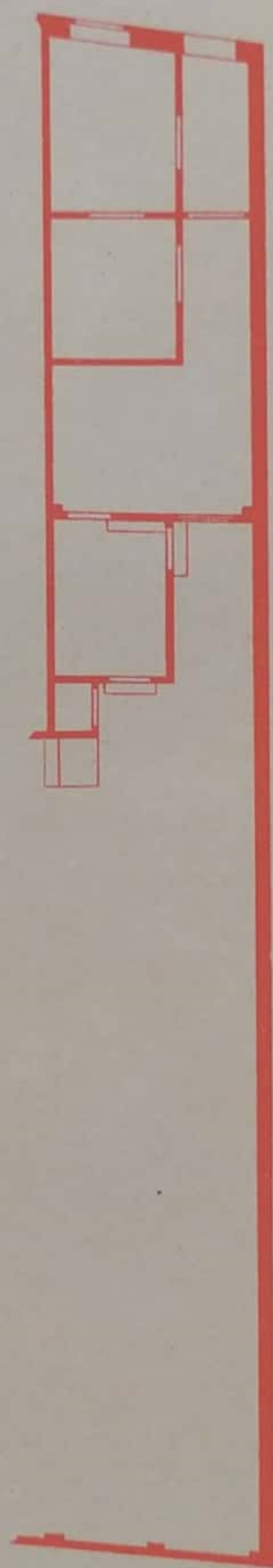
21





RUA AMADOR BUENO N.º 155

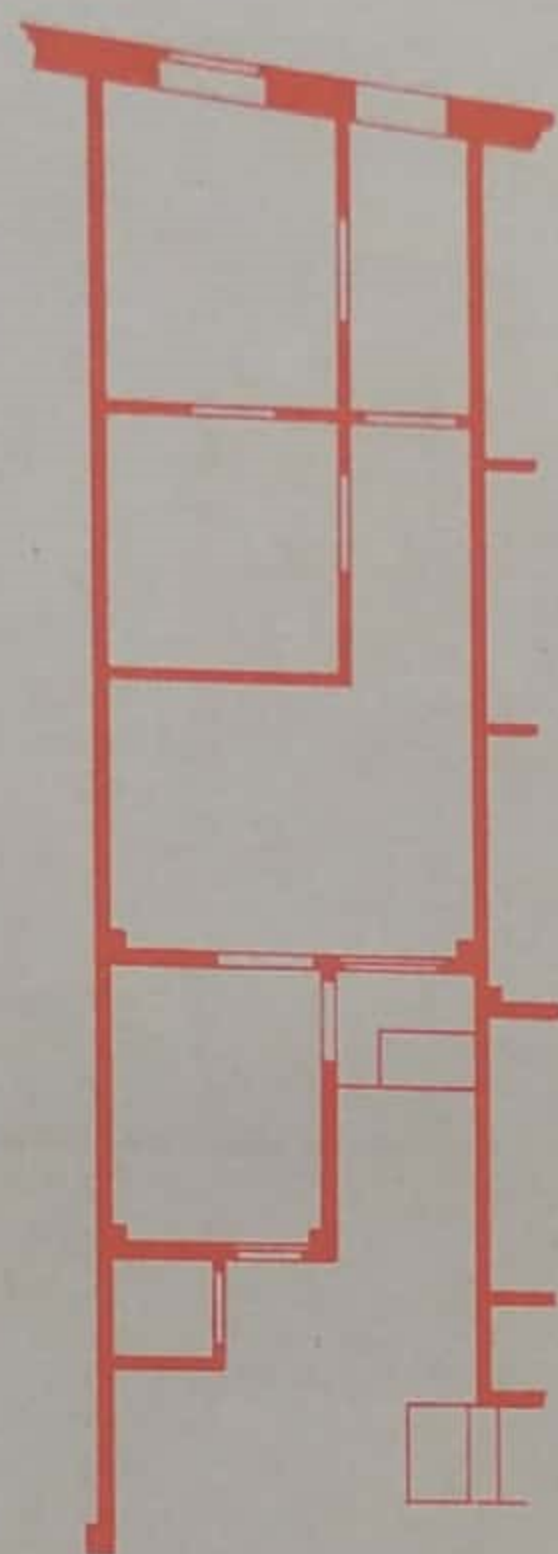
22





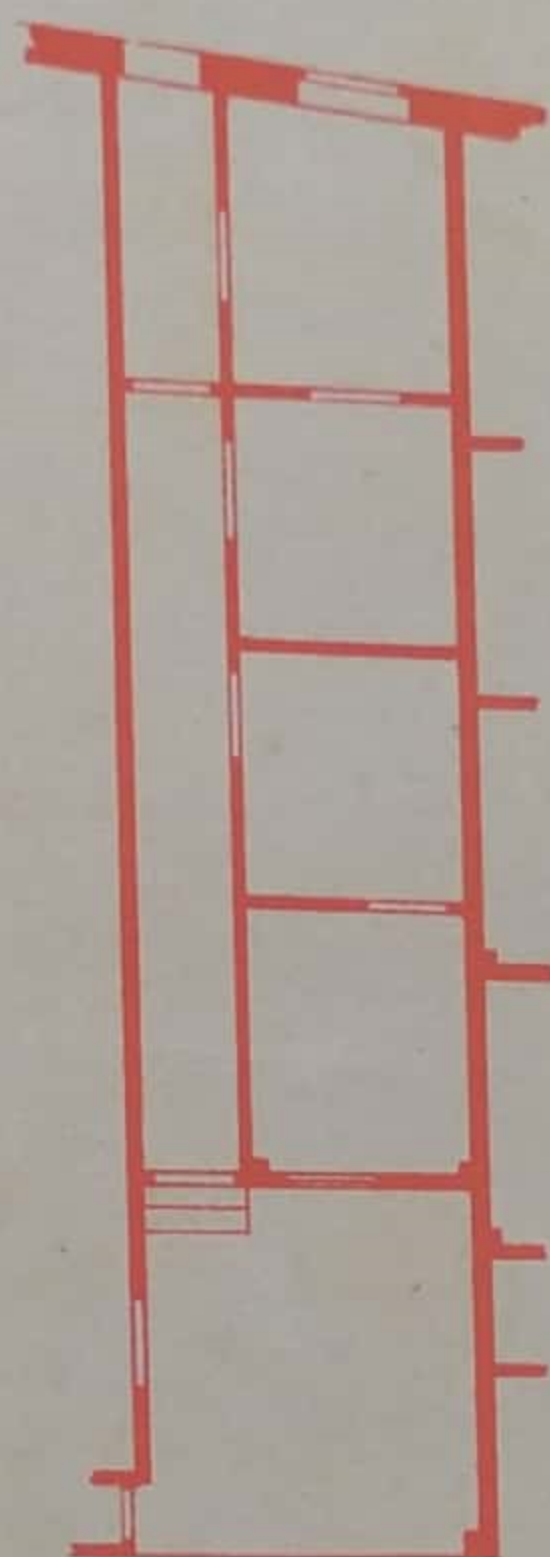
RUA AMADOR BUENO N.º 157

23





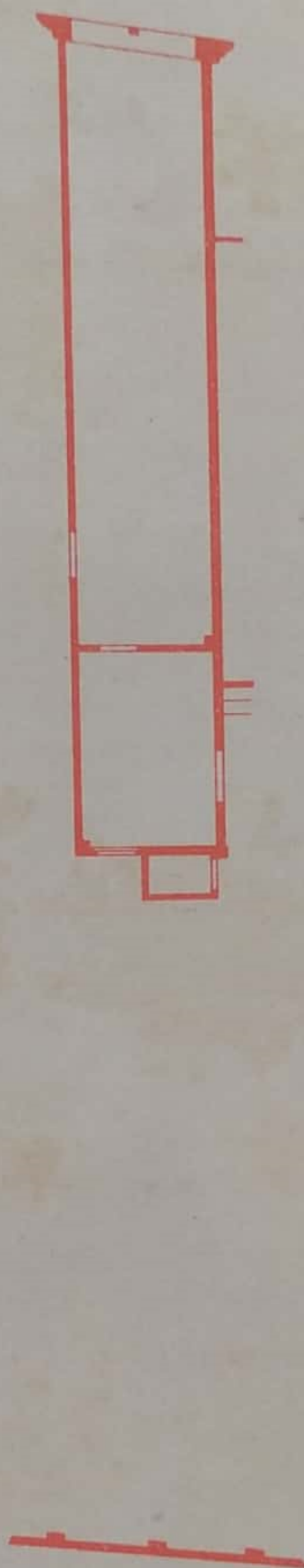
RUA AMADOR BUENO N.º 159



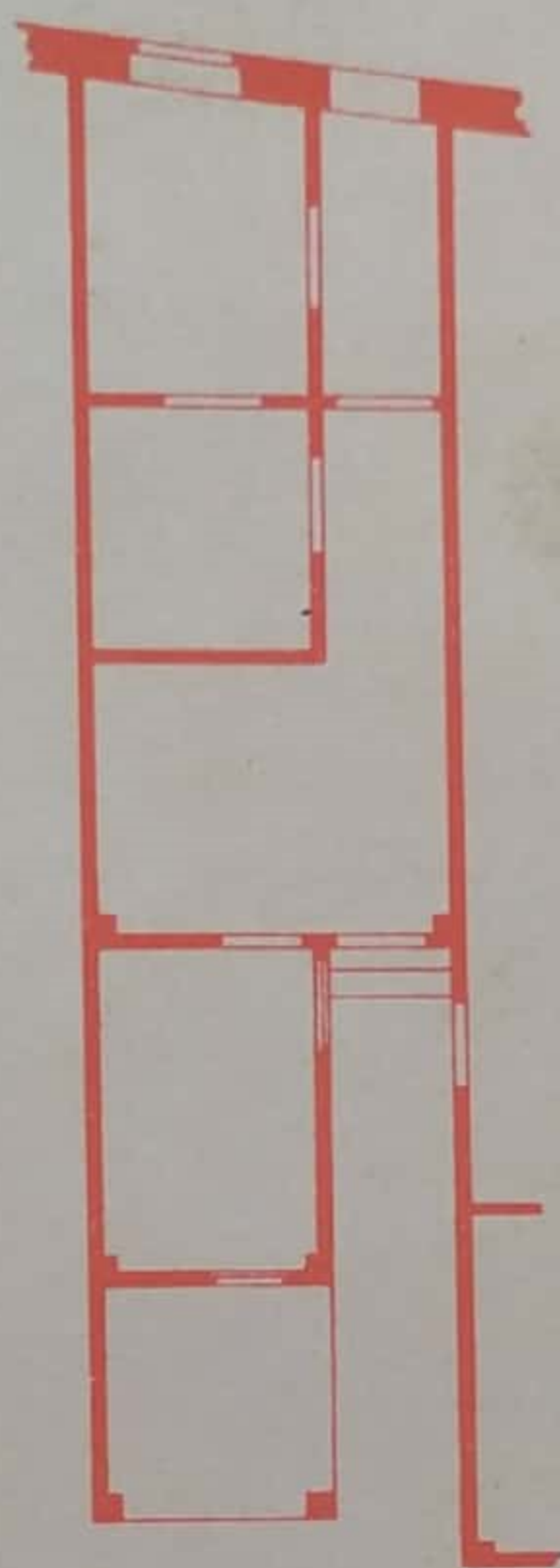


RUA AMADOR BUENO N.º 161

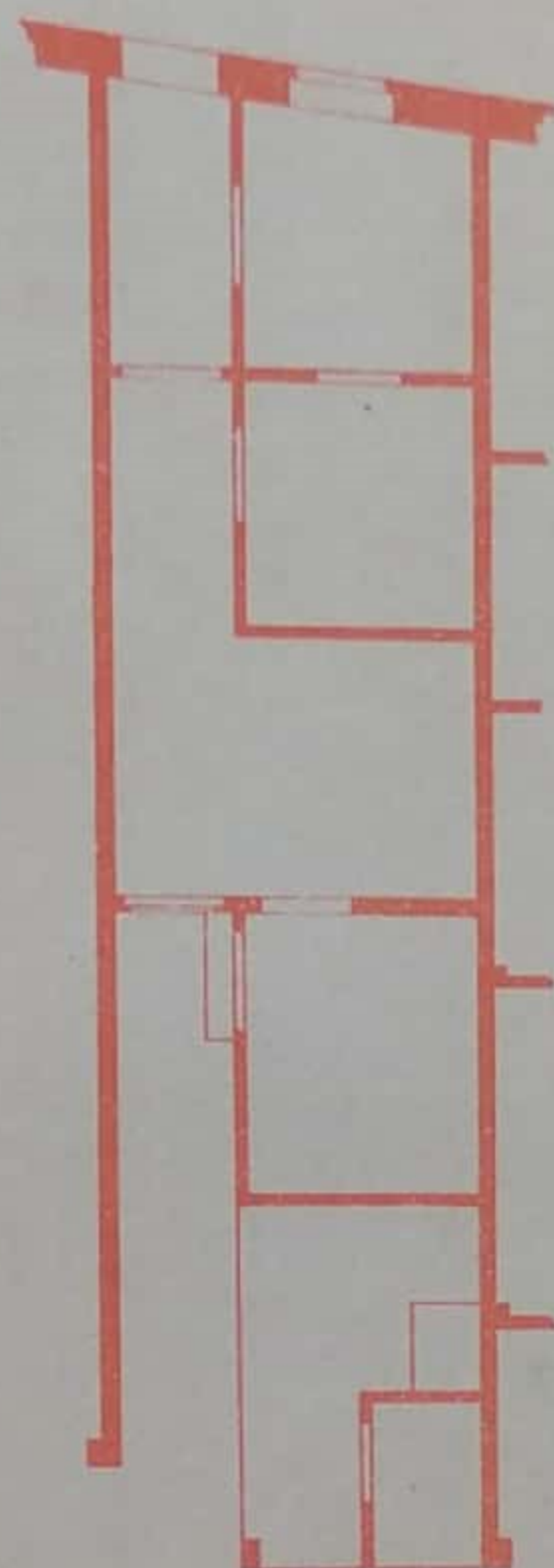
25







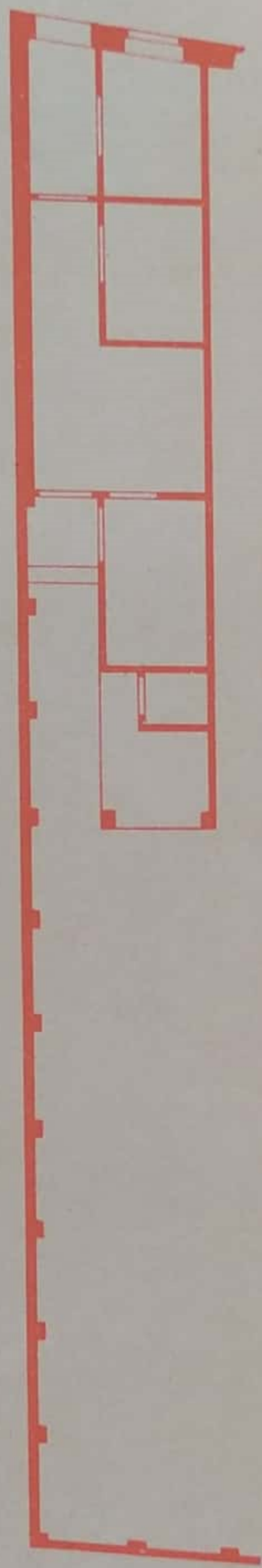






RUA AMADOR BUENO N.º 167

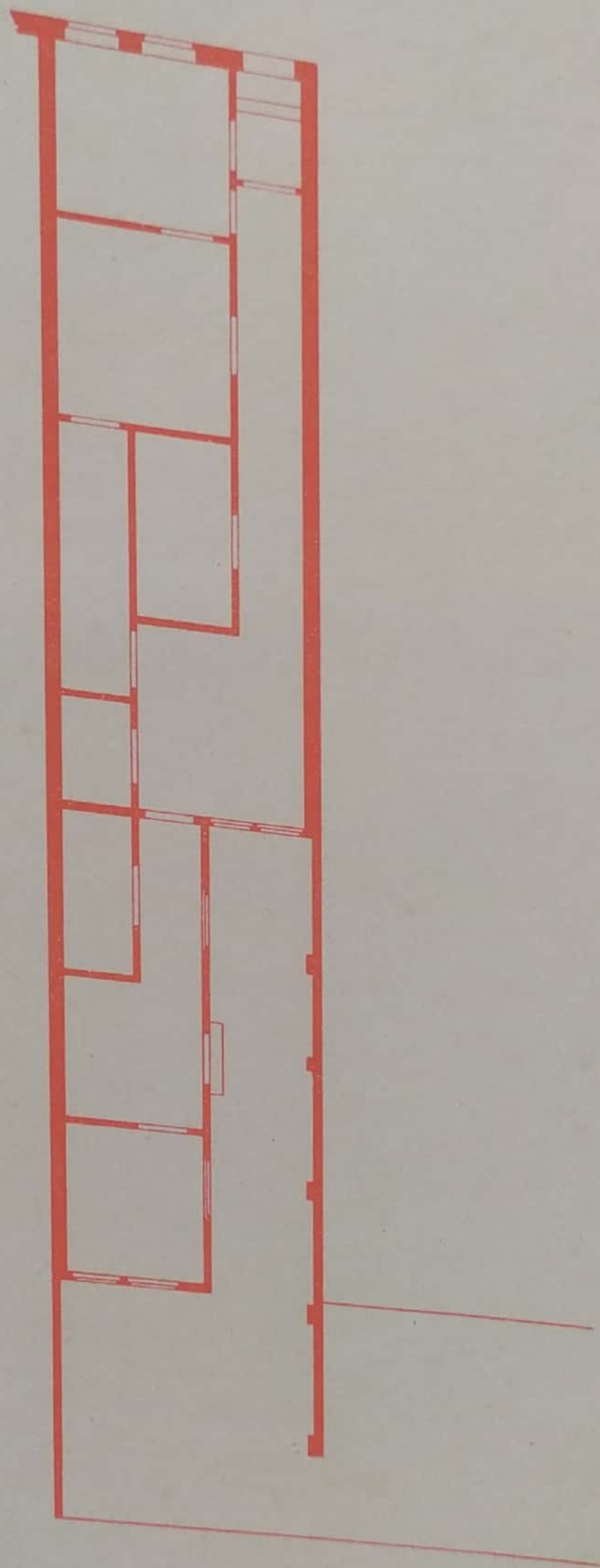
28





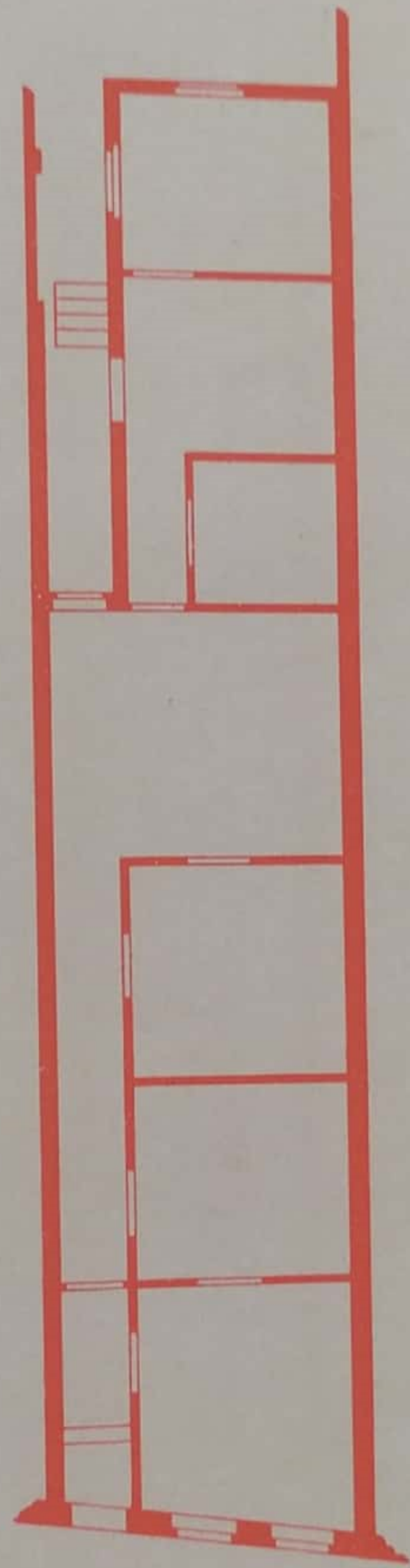
RUA AMADOR BUENO N.º 191

29



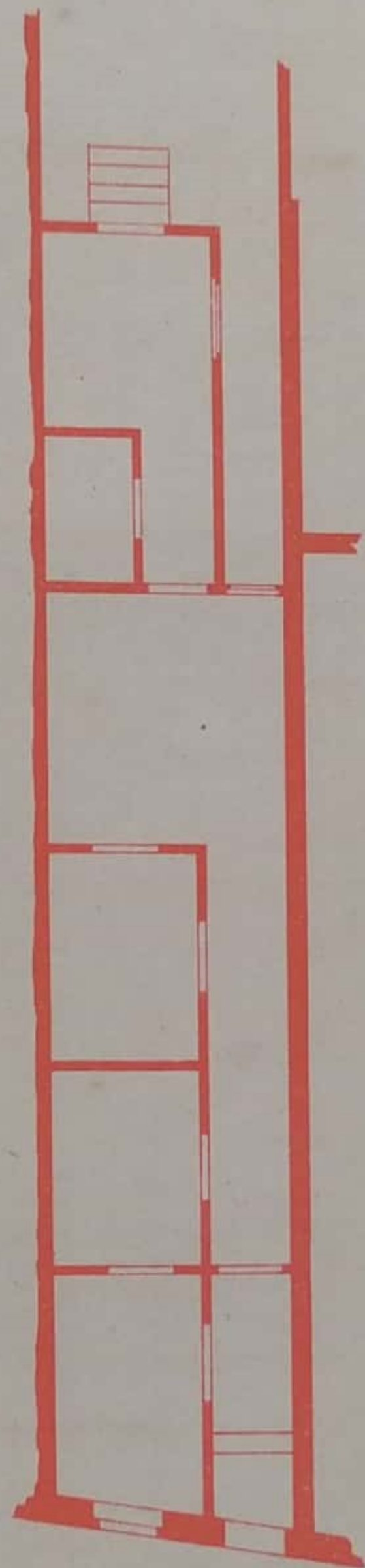


RUA ROSARIO N.º 174





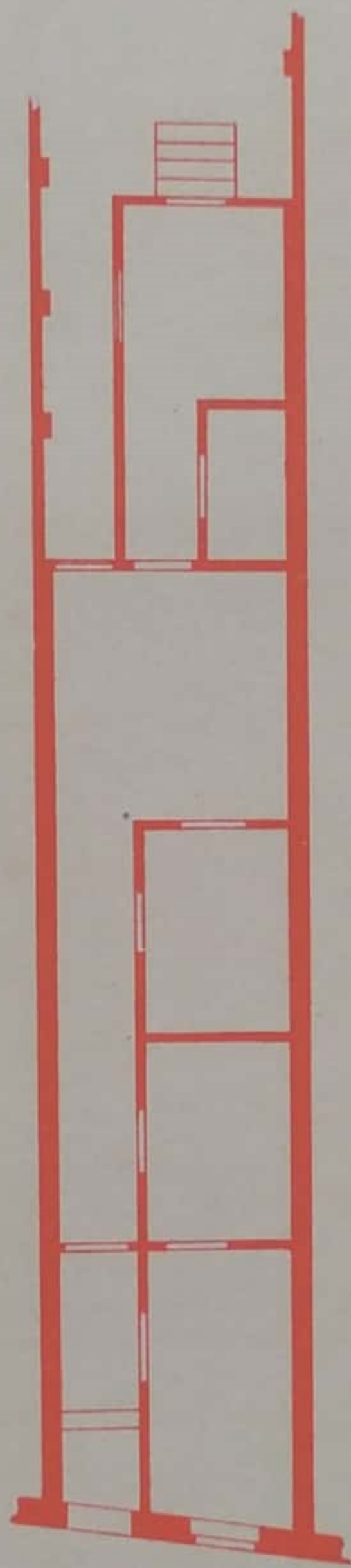
RUA ROSARIO N.º 176





RUA ROSARIO N.º 178

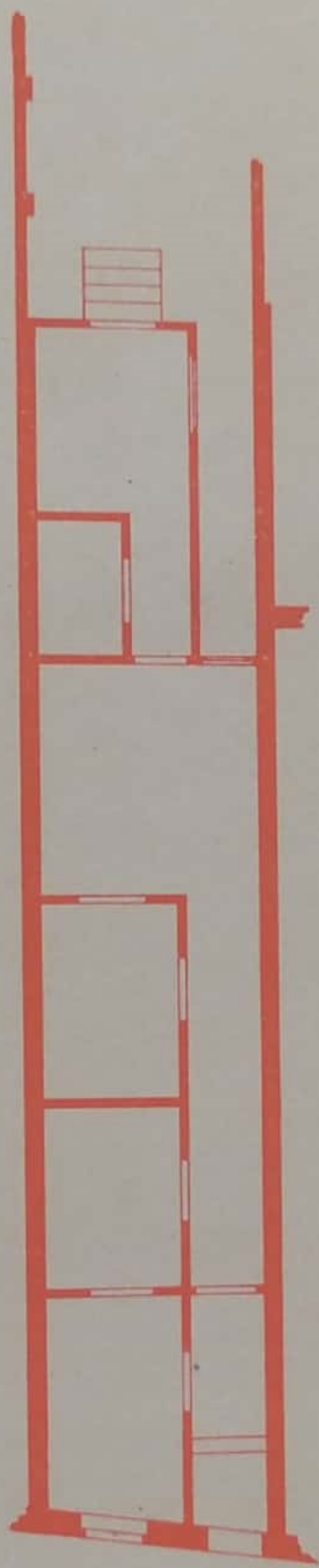
32





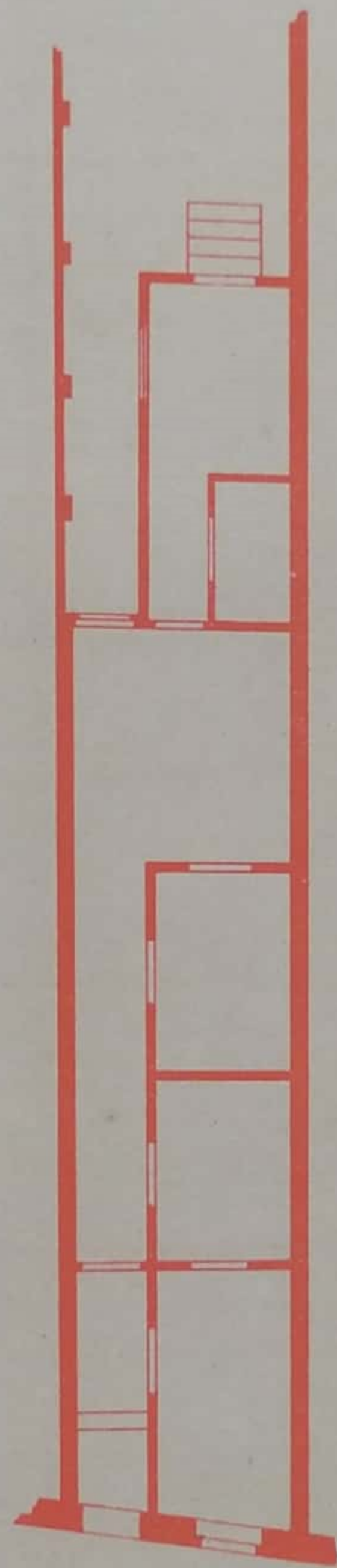
RUA ROSARIO N.º 180

33



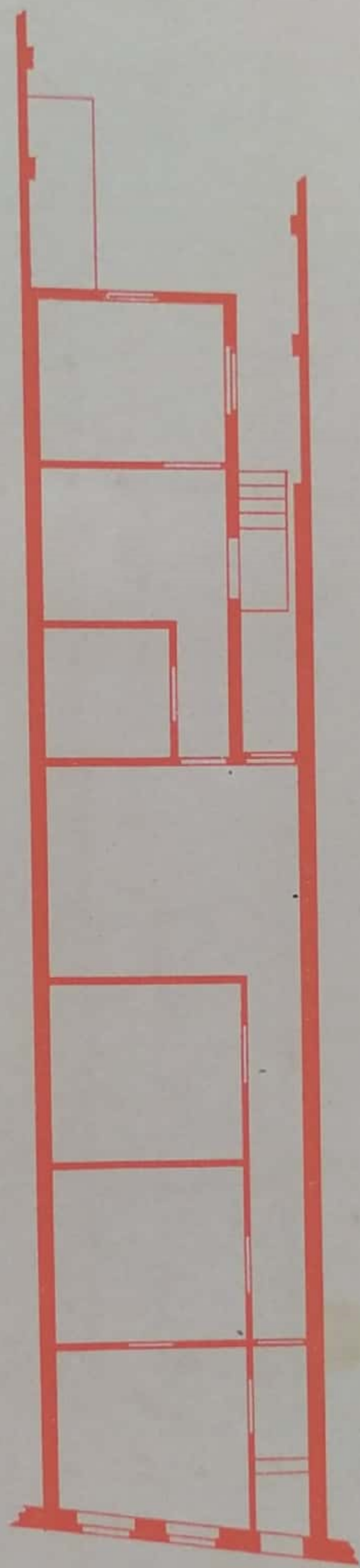


RUA ROSARIO N.º 182



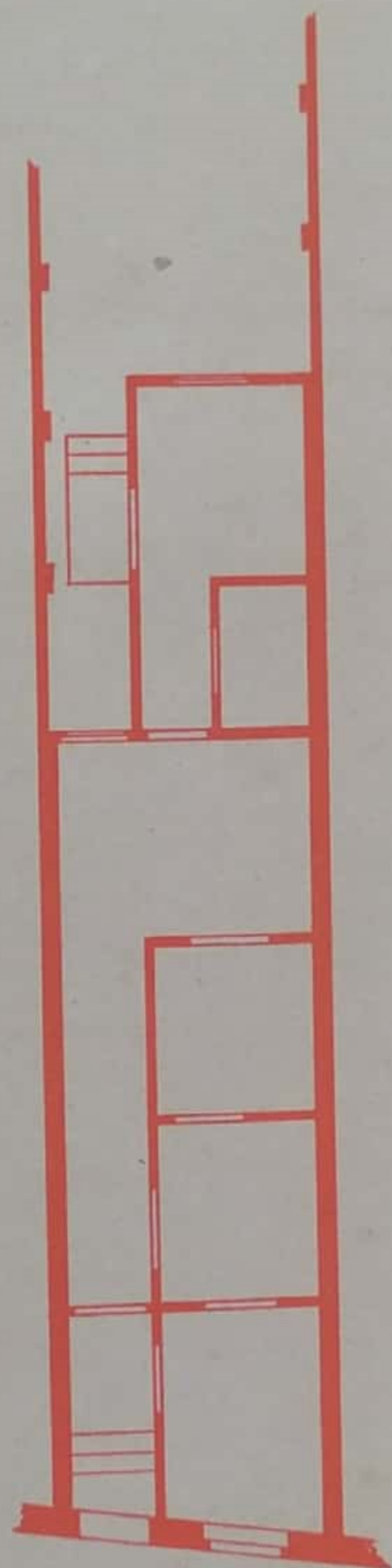


RUA ROSARIO N.º 184





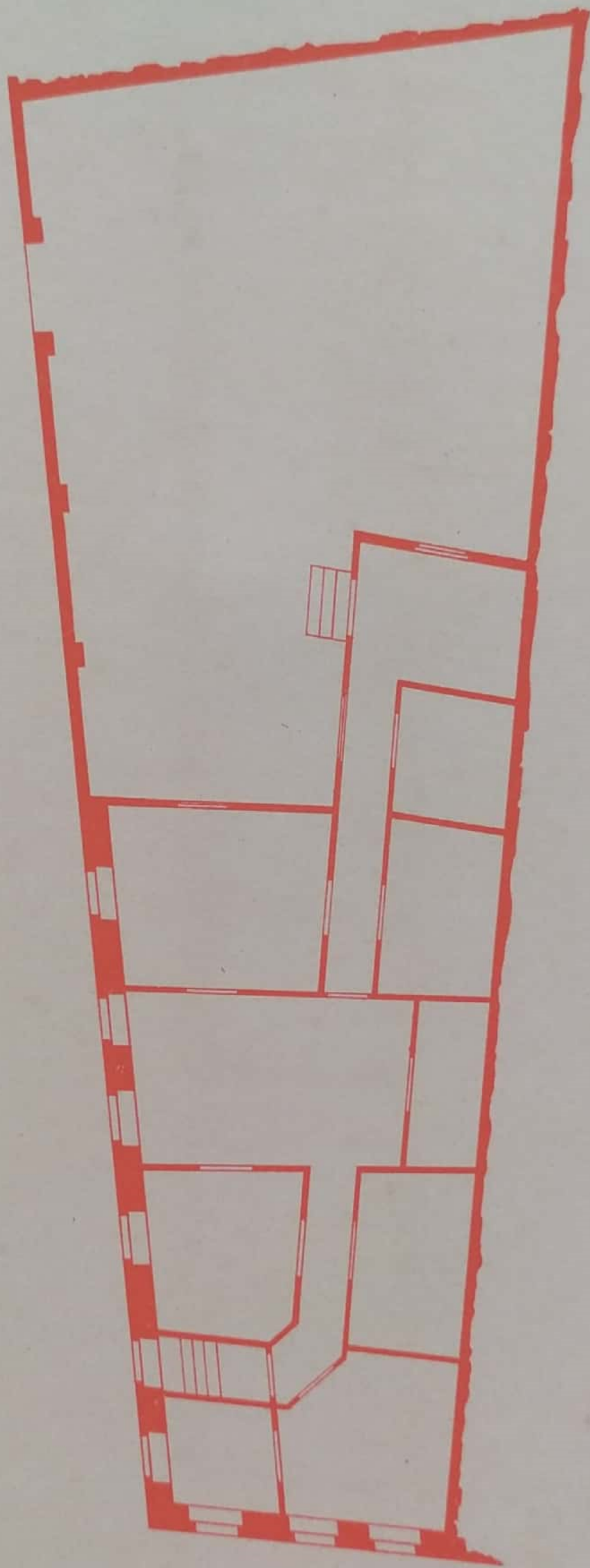
RUA ROSARIO N.º 194





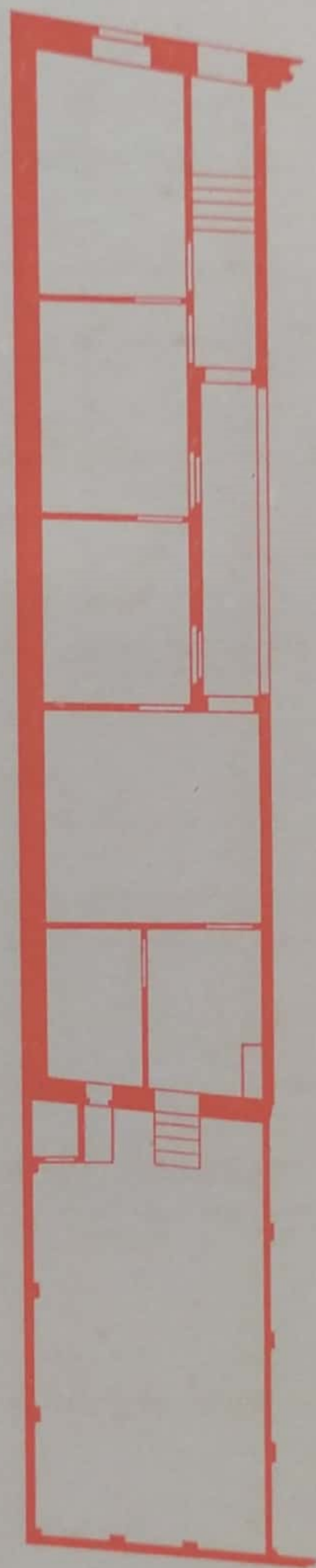






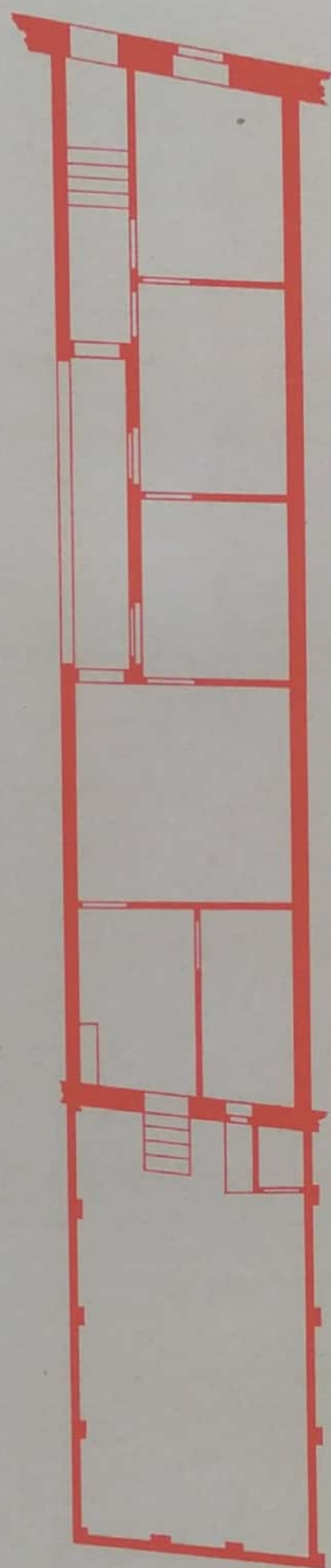


RUA AGUIAR DE ANDRADE N.º 4

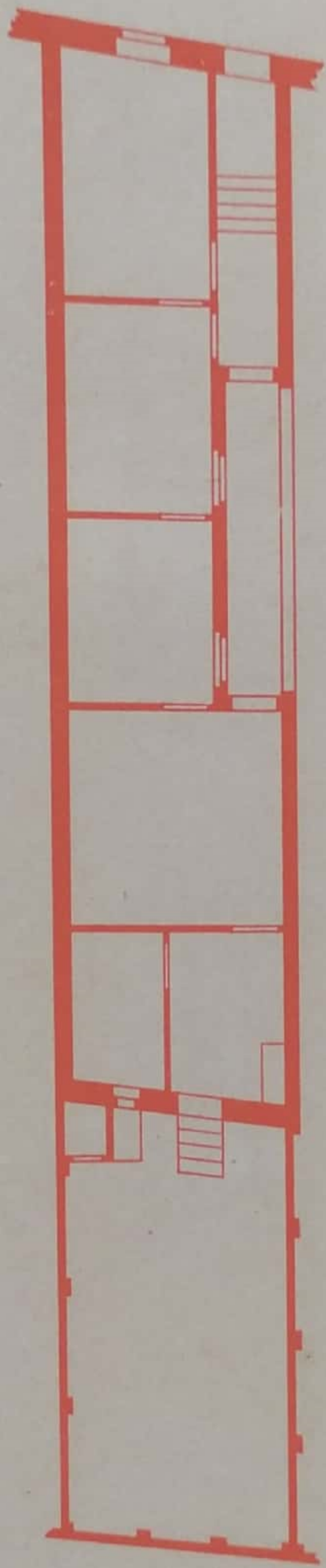




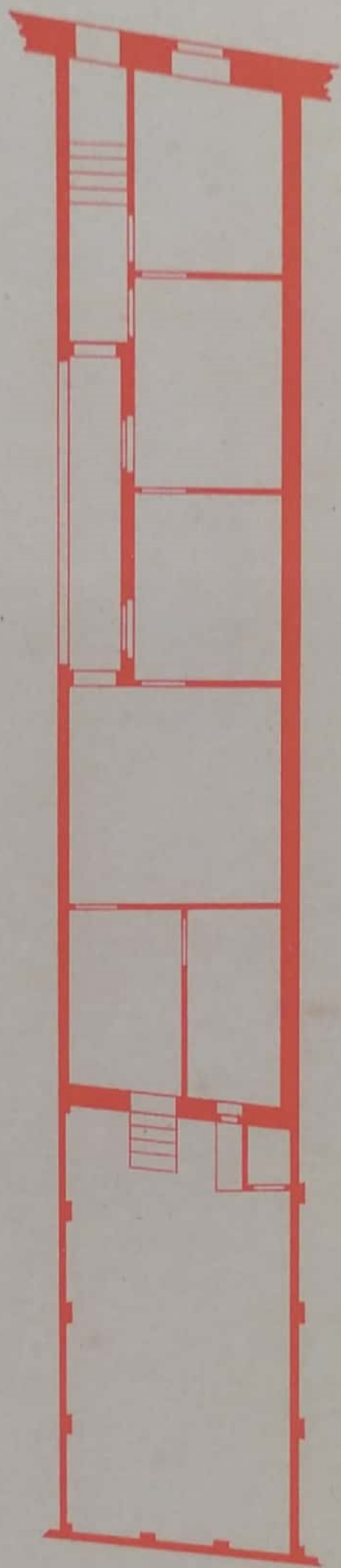
RUA AGUIAR DE ANDRADE N.º 4<sup>A</sup>



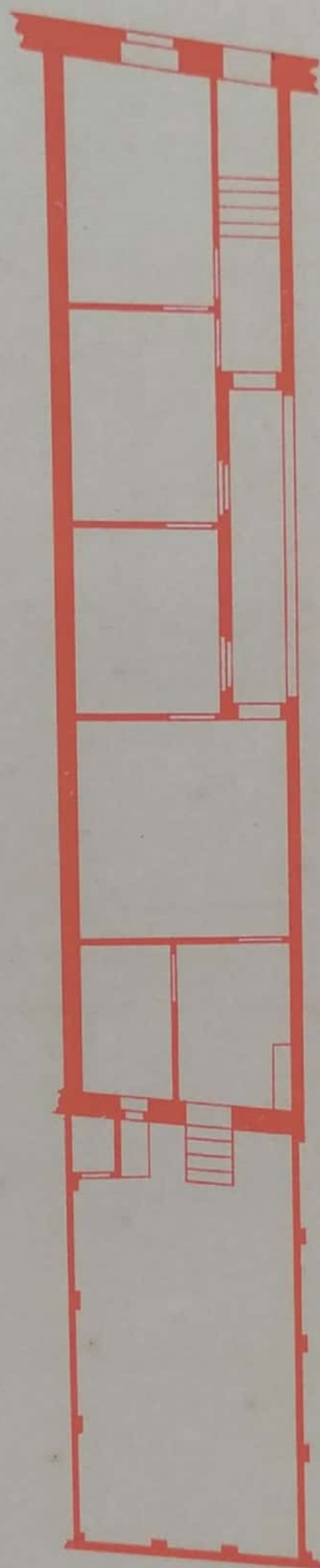




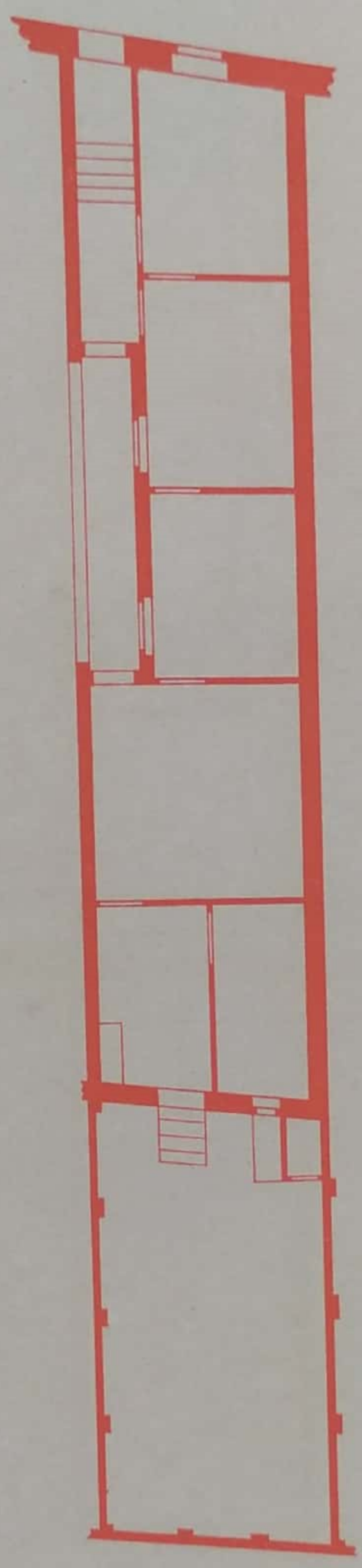




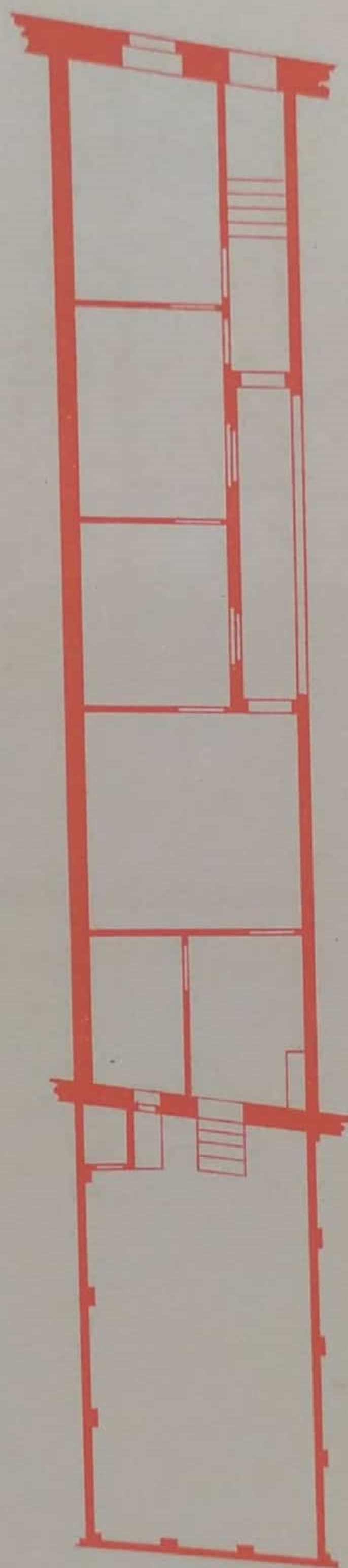




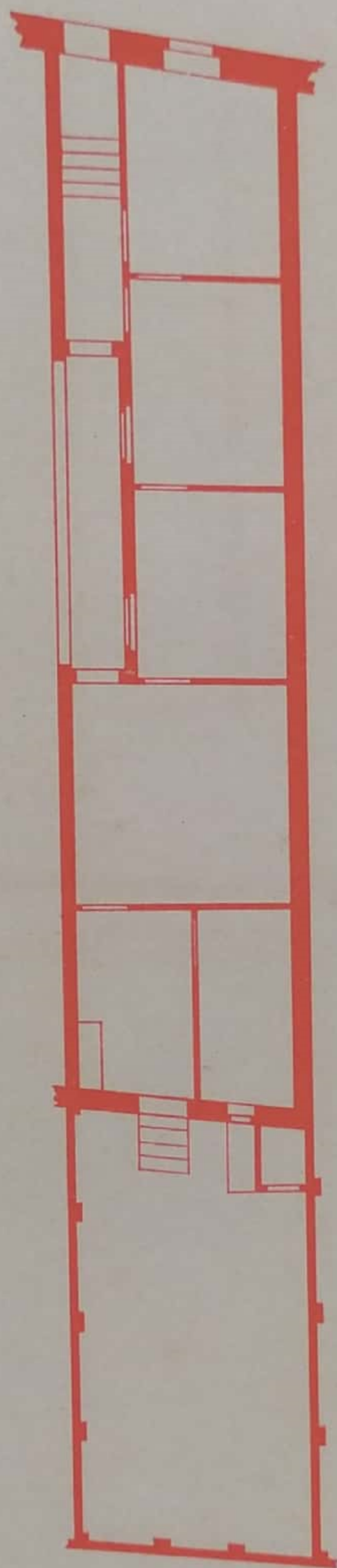






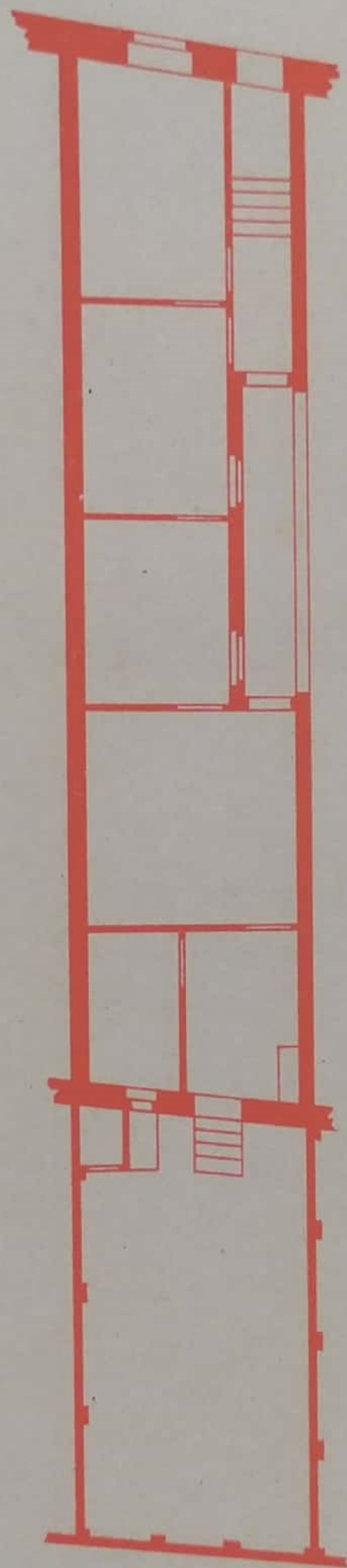




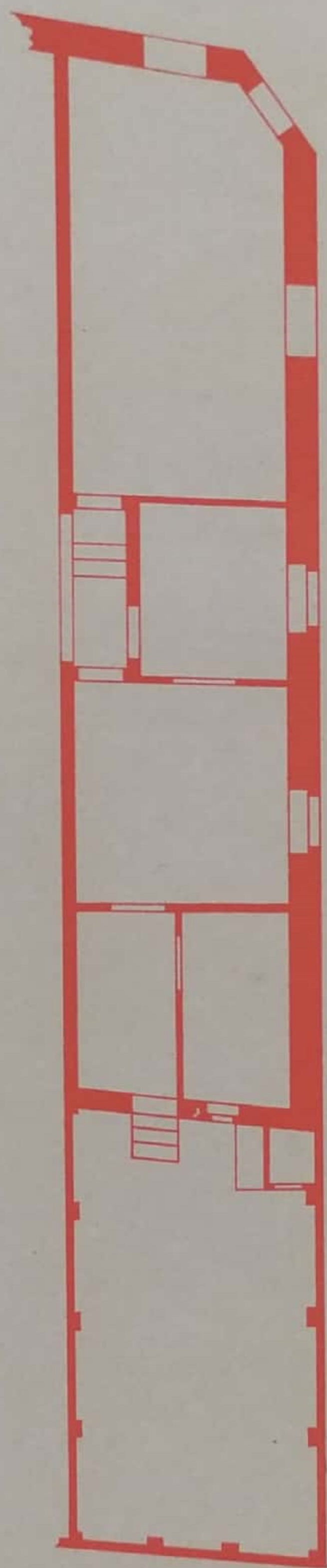
RUA AGUIAR DE ANDRADE N.º 10<sup>A</sup>



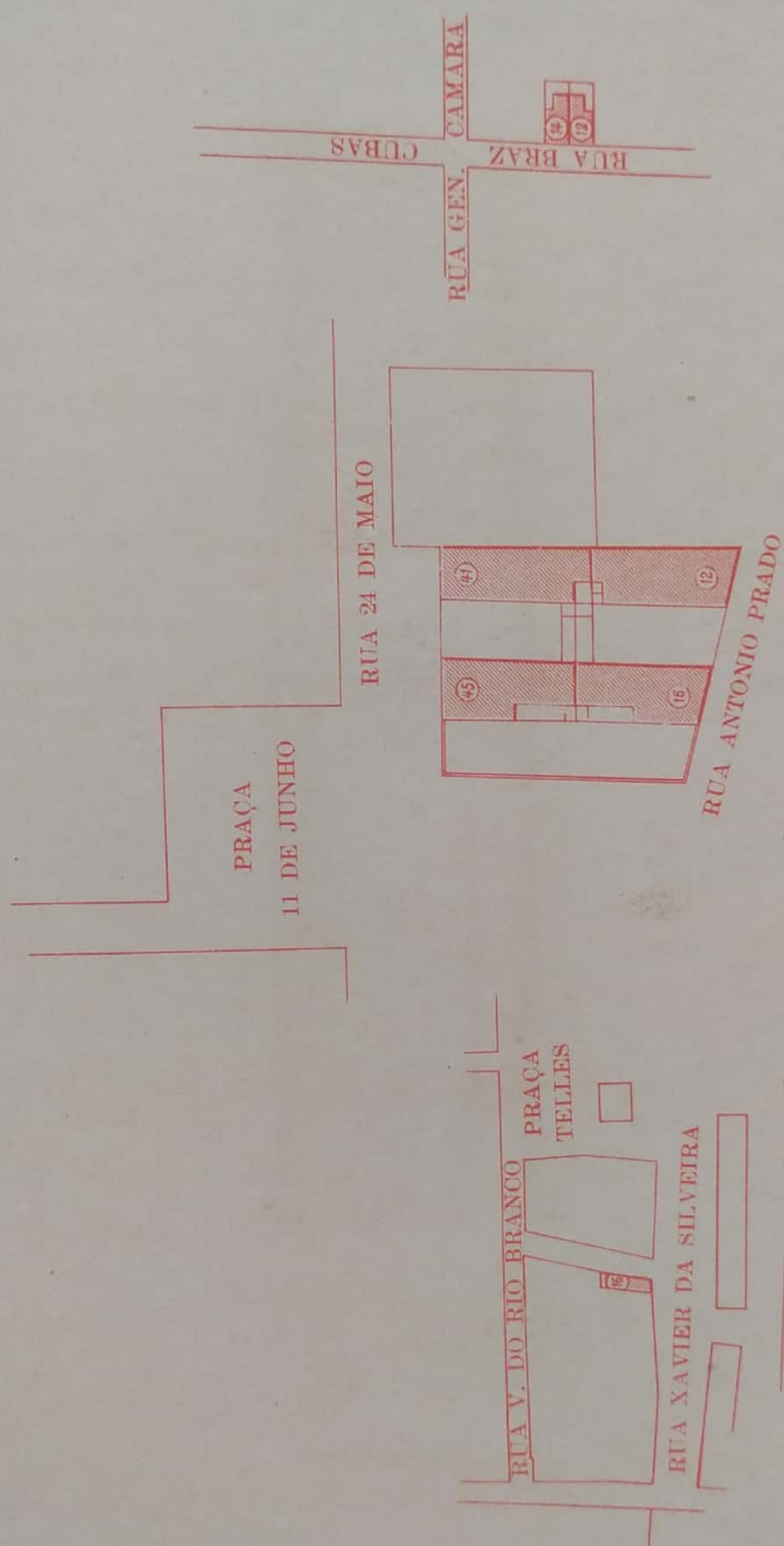
RUA AGUIAR DE ANDRADE N.º 12





RUA AGUIAR DE ANDRADE N.º 12<sup>A</sup>

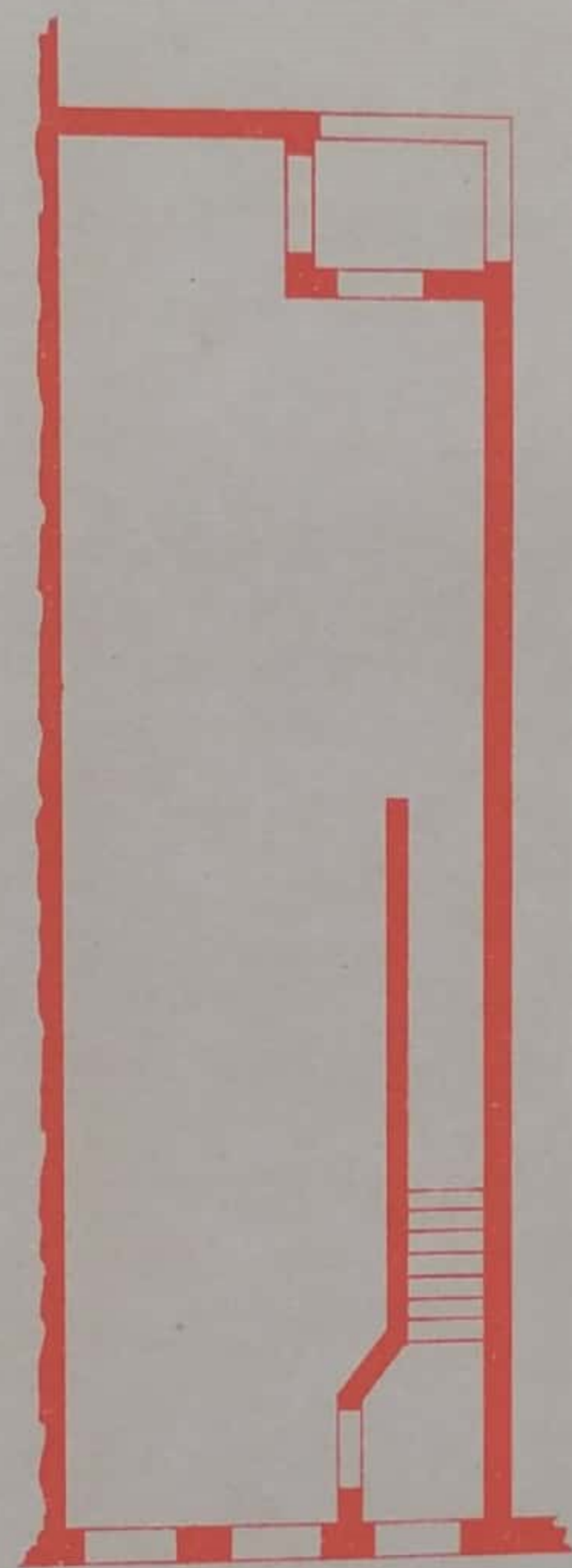






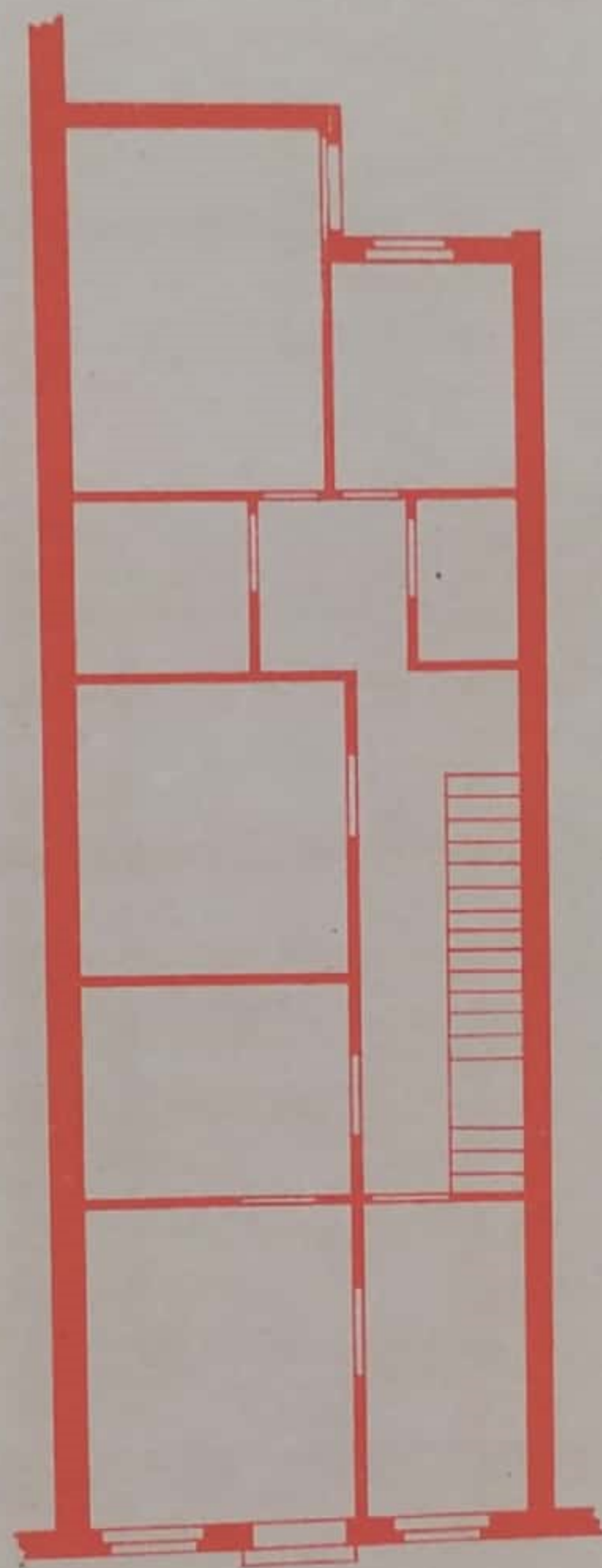
RUA 24 DE MAIO N.º 41

PLANO TERREO



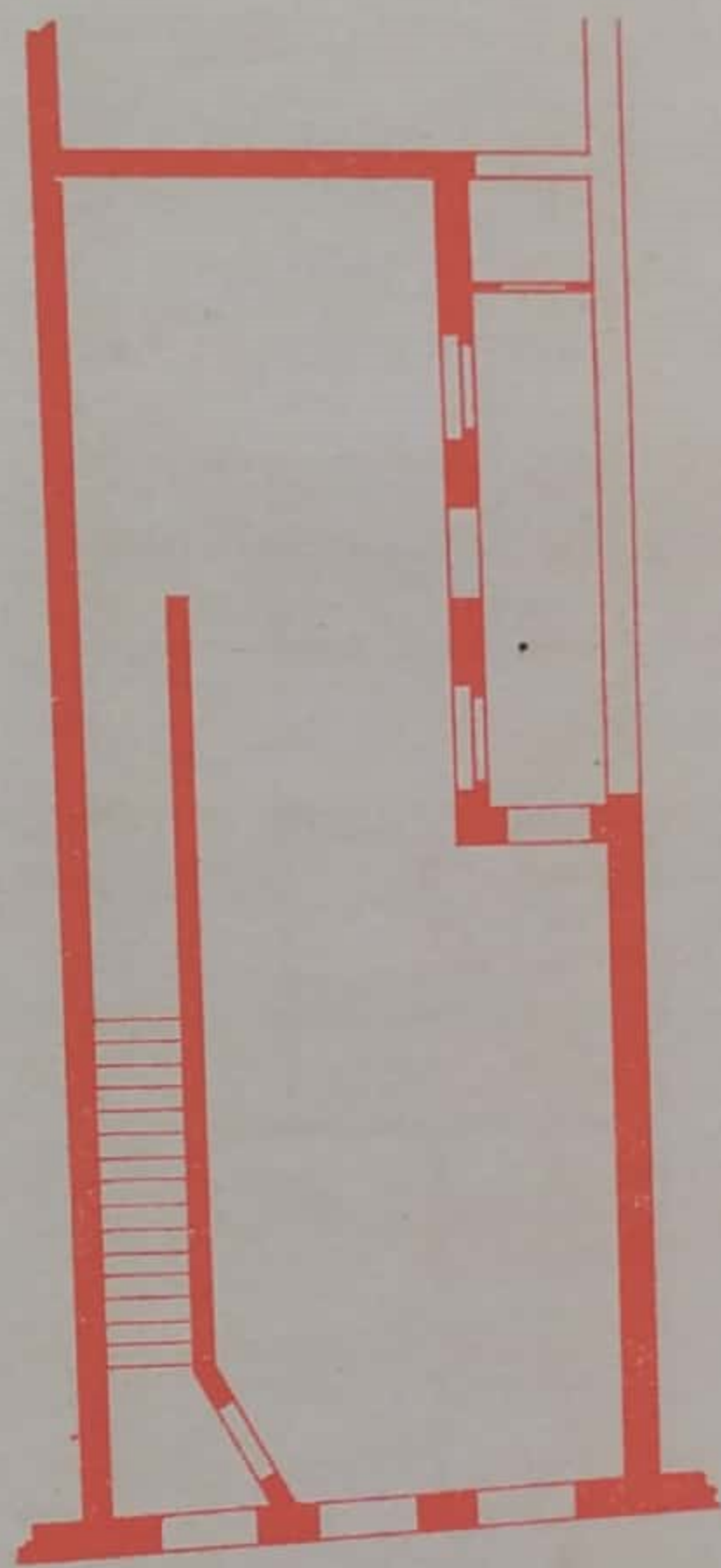


RUA 24 DE MAIO N.º 41  
SOBRADO



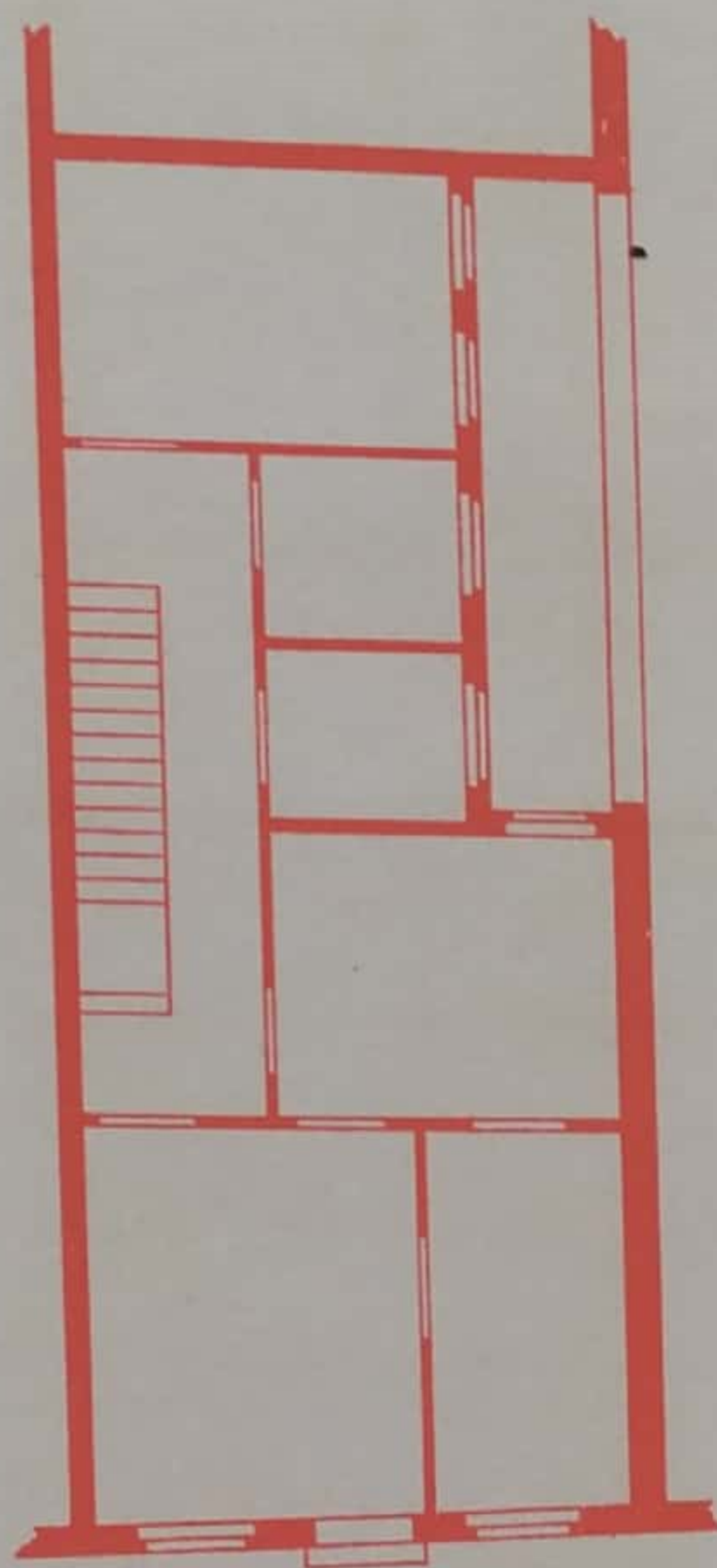


RUA 24 DE MAIO N.º 45  
PLANO TERREO





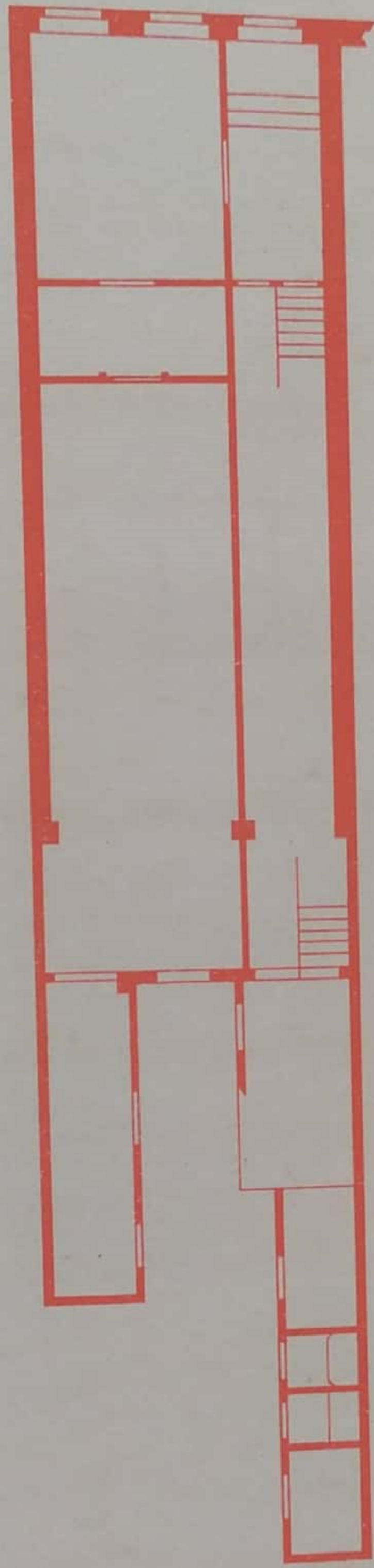
RUA 24 DE MAIO N.º 45  
SOBRADO





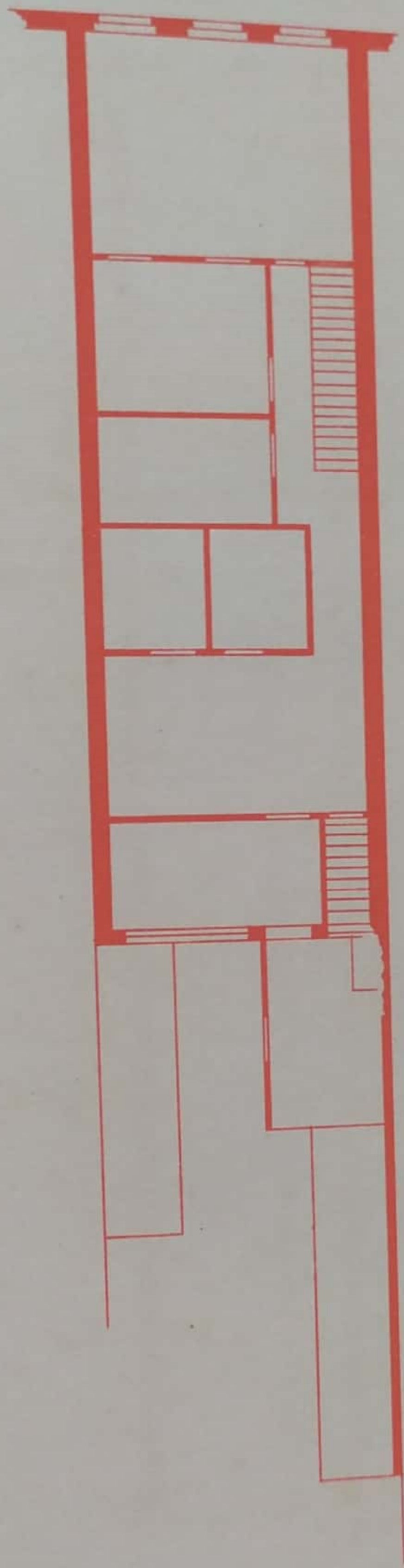
## PRAÇA DOS ANDRADAS N.º 31

PLANO TERREO

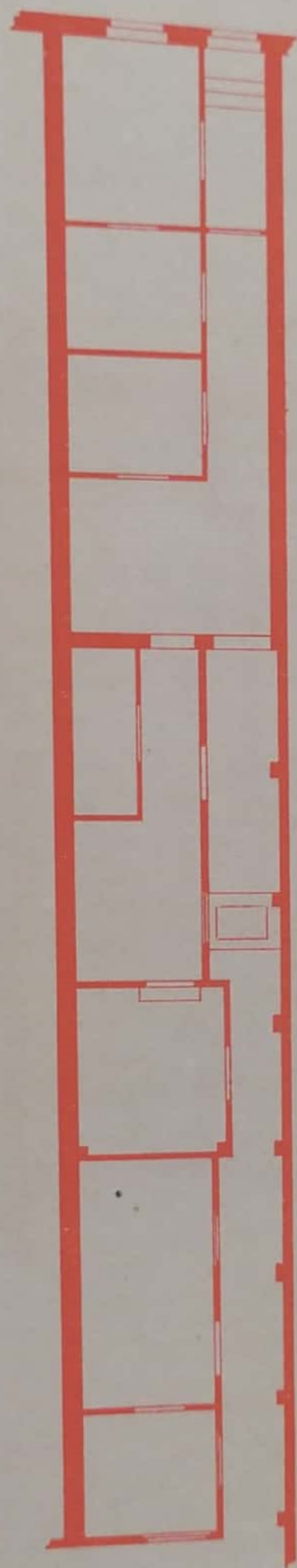




PRAÇA DOS ANDRADAS N.º 31  
SOBRADO

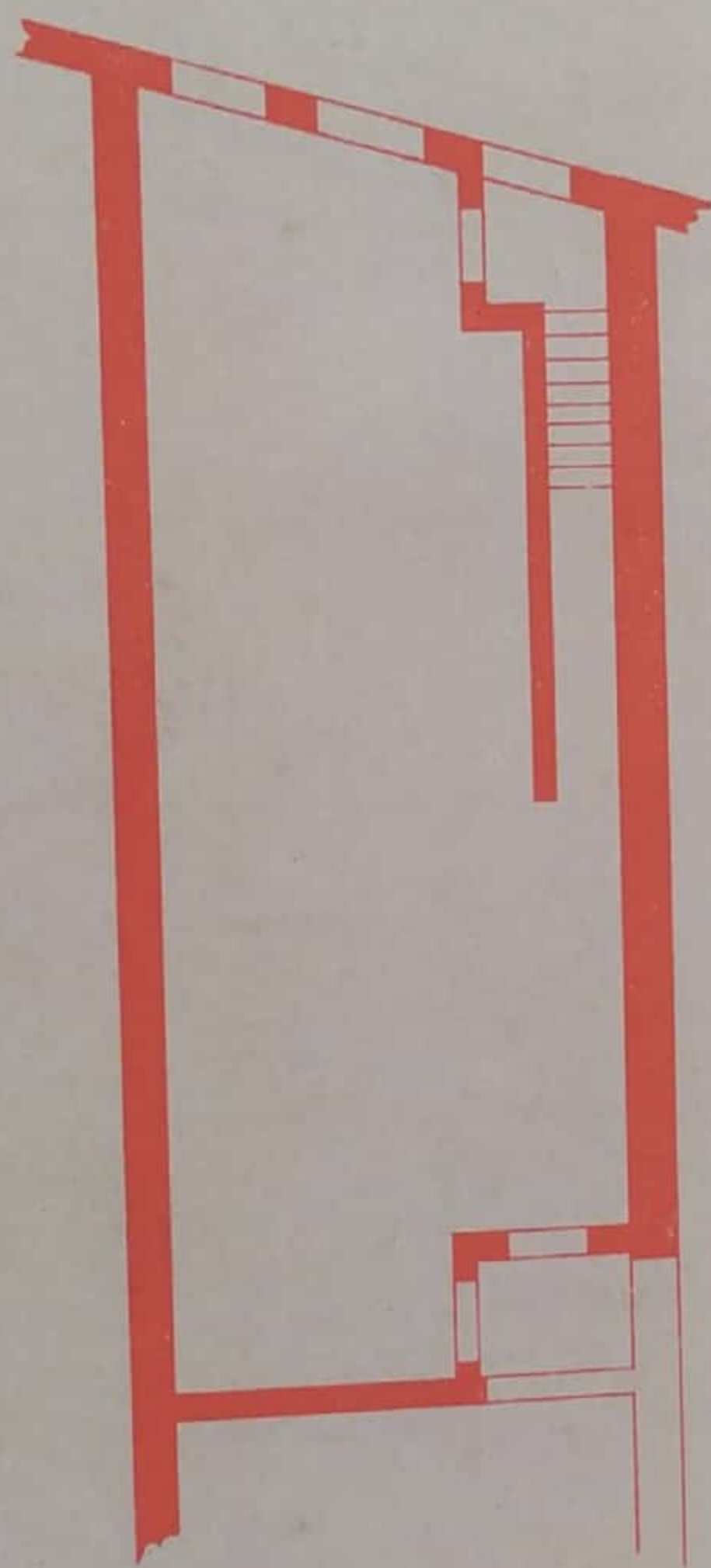








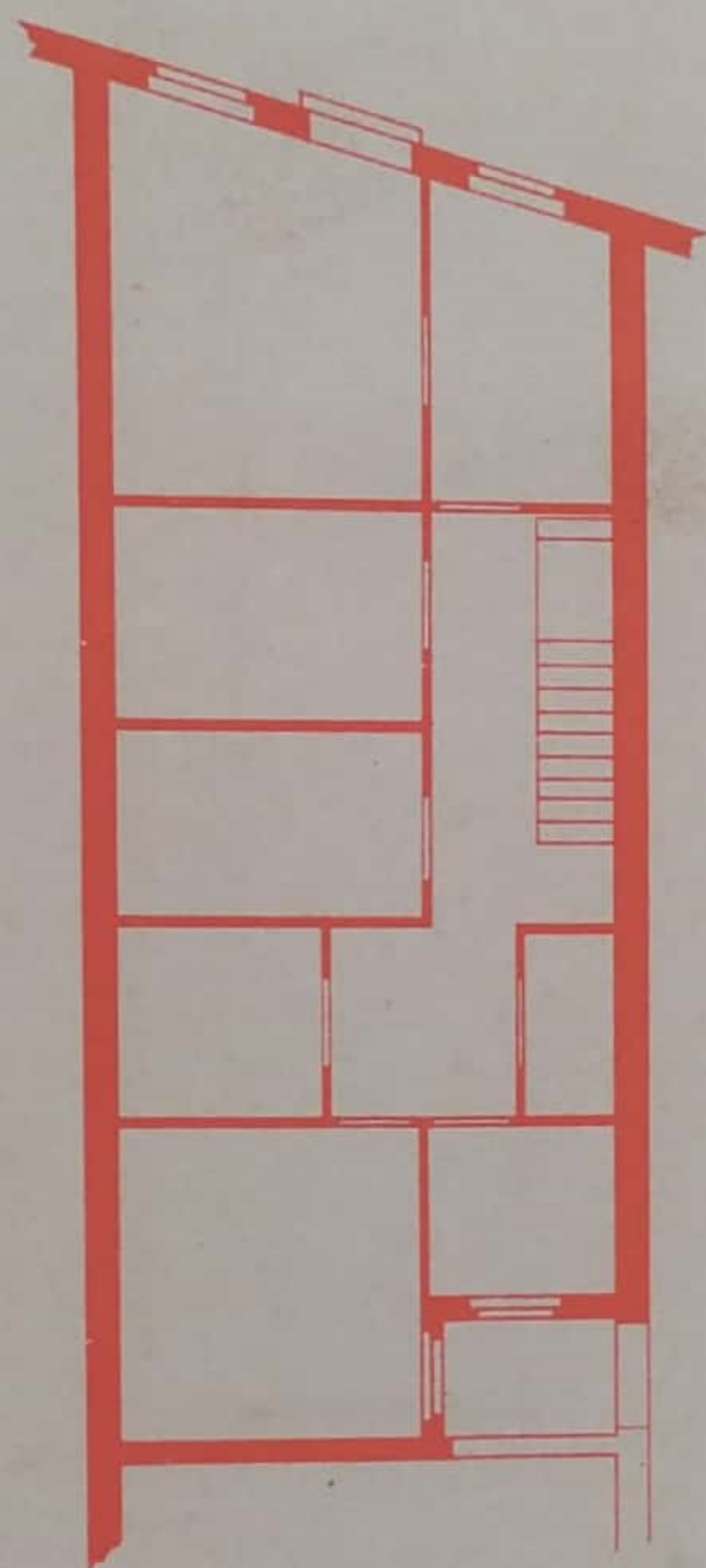
RUA ANTONIO PRADO N.º 12  
PLANO TERREO





RUA ANTONIO PRADO N.º 12

SOBRADO



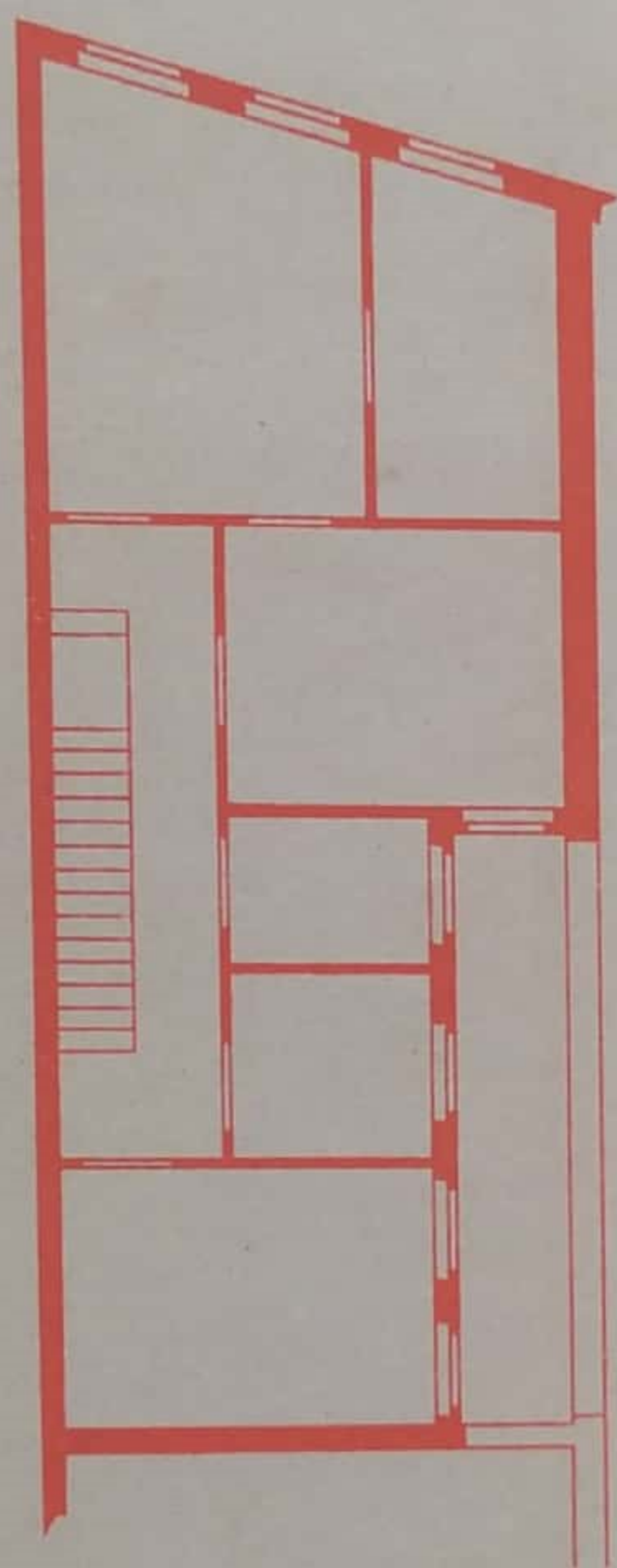


RUA ANTONIO PRADO N.º 16  
PLANO TERREO



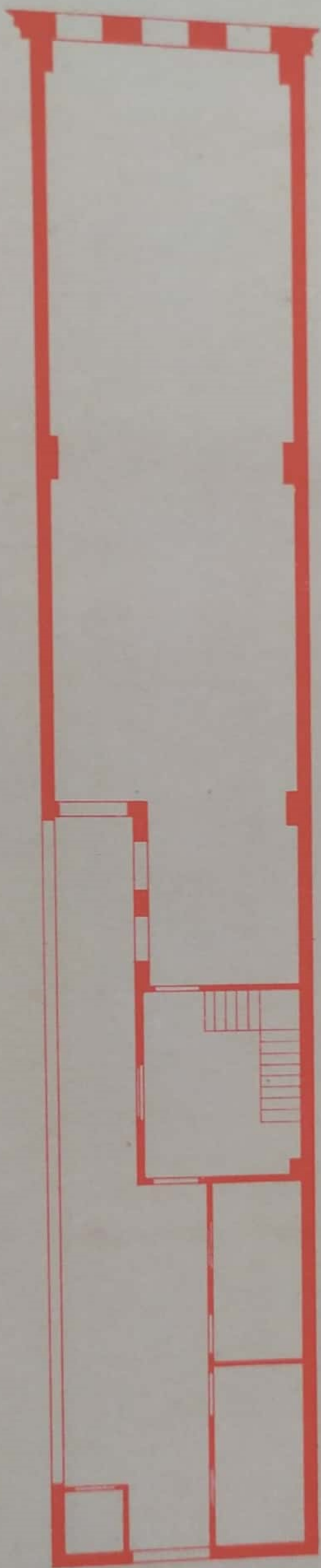


RUA ANTONIO PRADO N.º 16  
SOBRADO



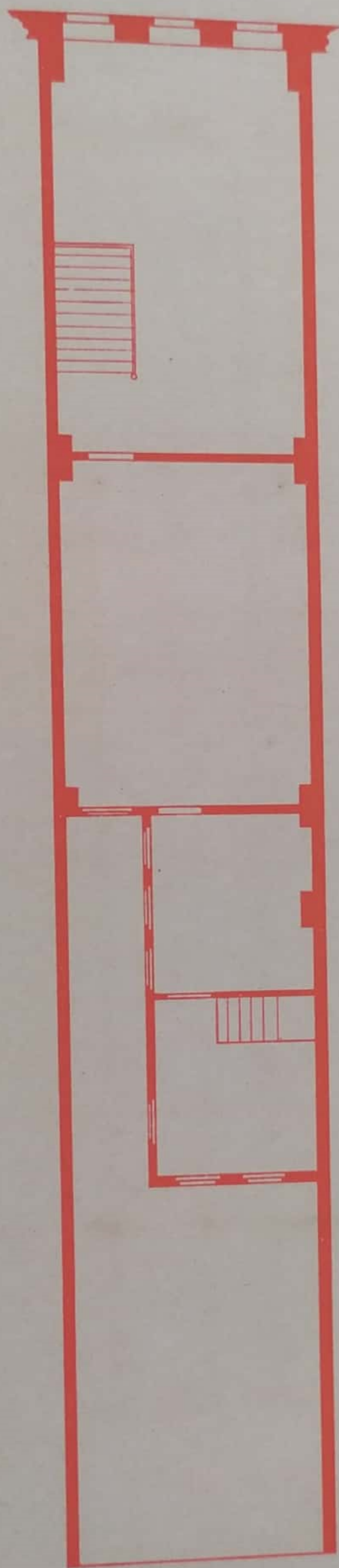


RUA ROSARIO N.º 83  
PLANO TERREO



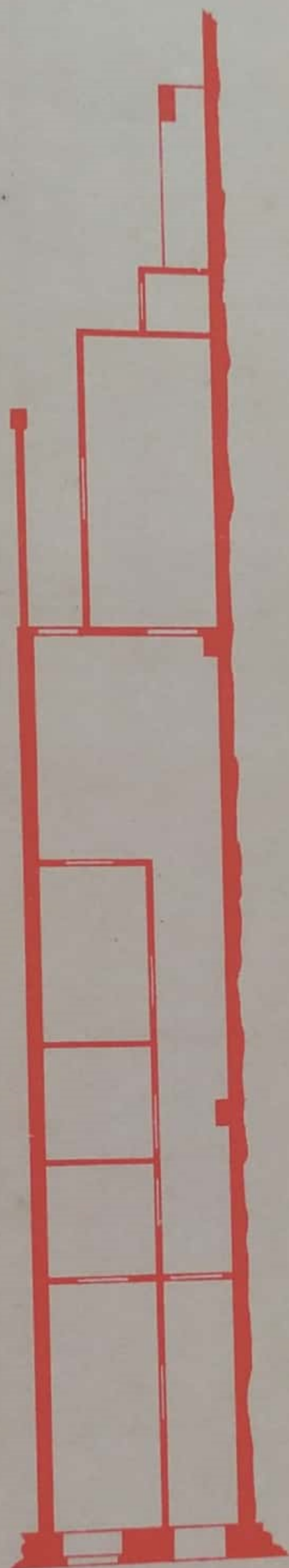


RUA ROSARIO N.º 83  
SOBRADO





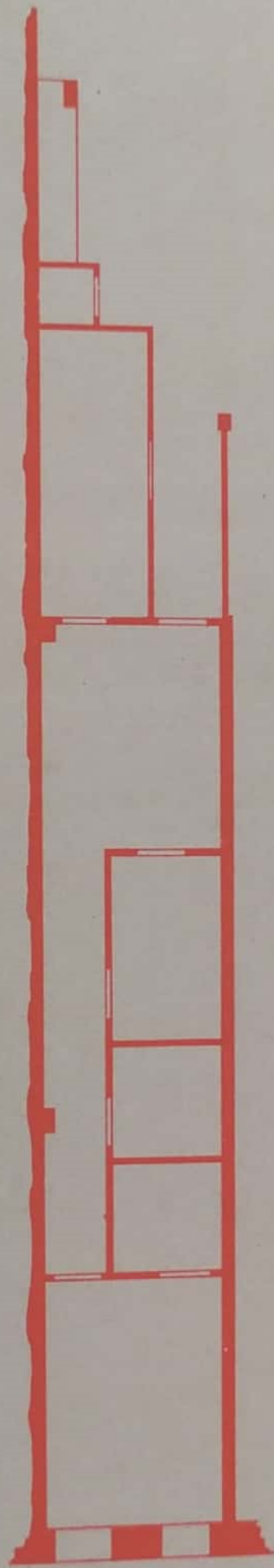
RUA ROSARIO N.º 126



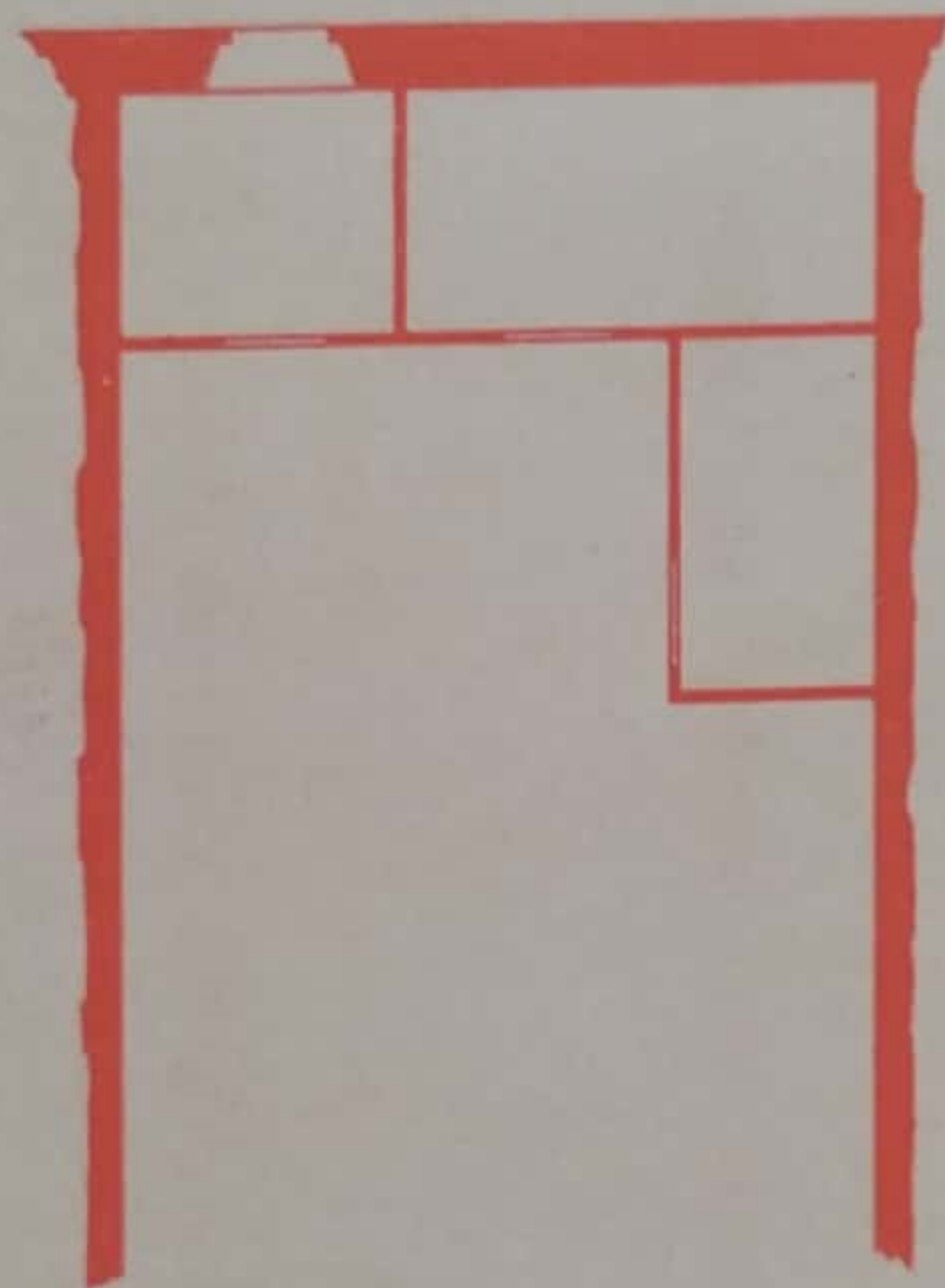


RUA ROSARIO N.º 128

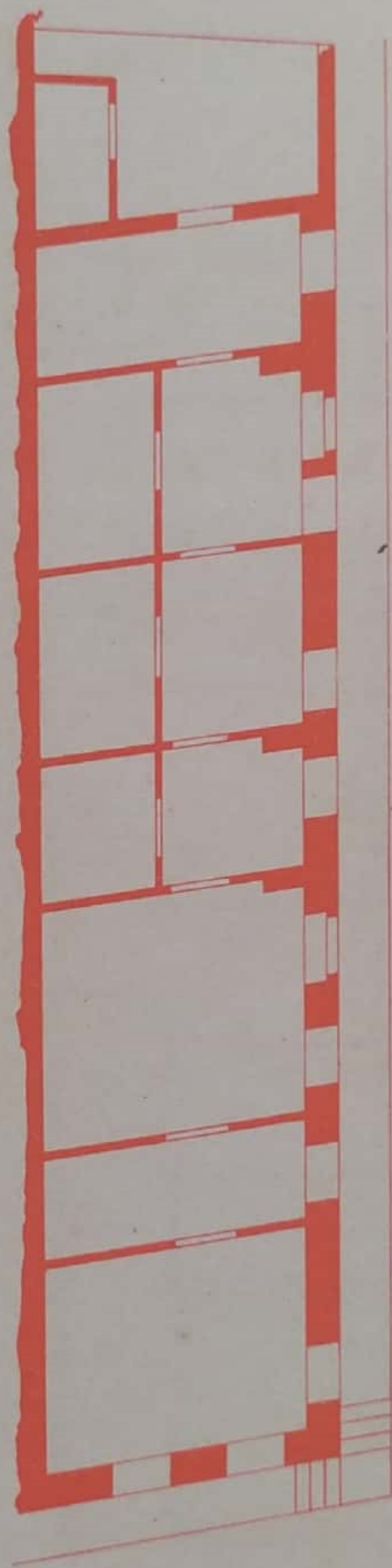
64



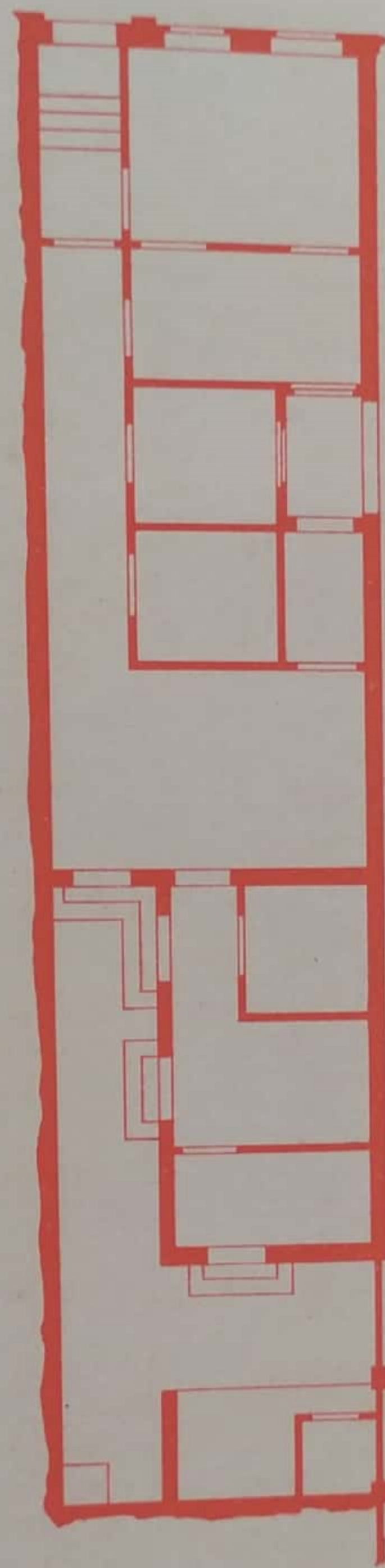






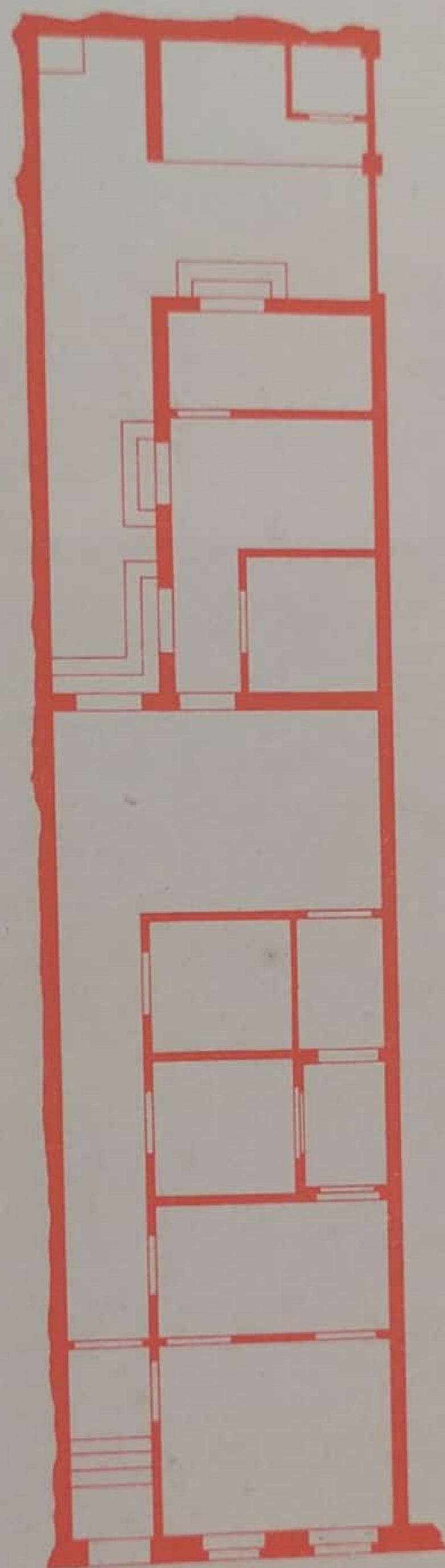




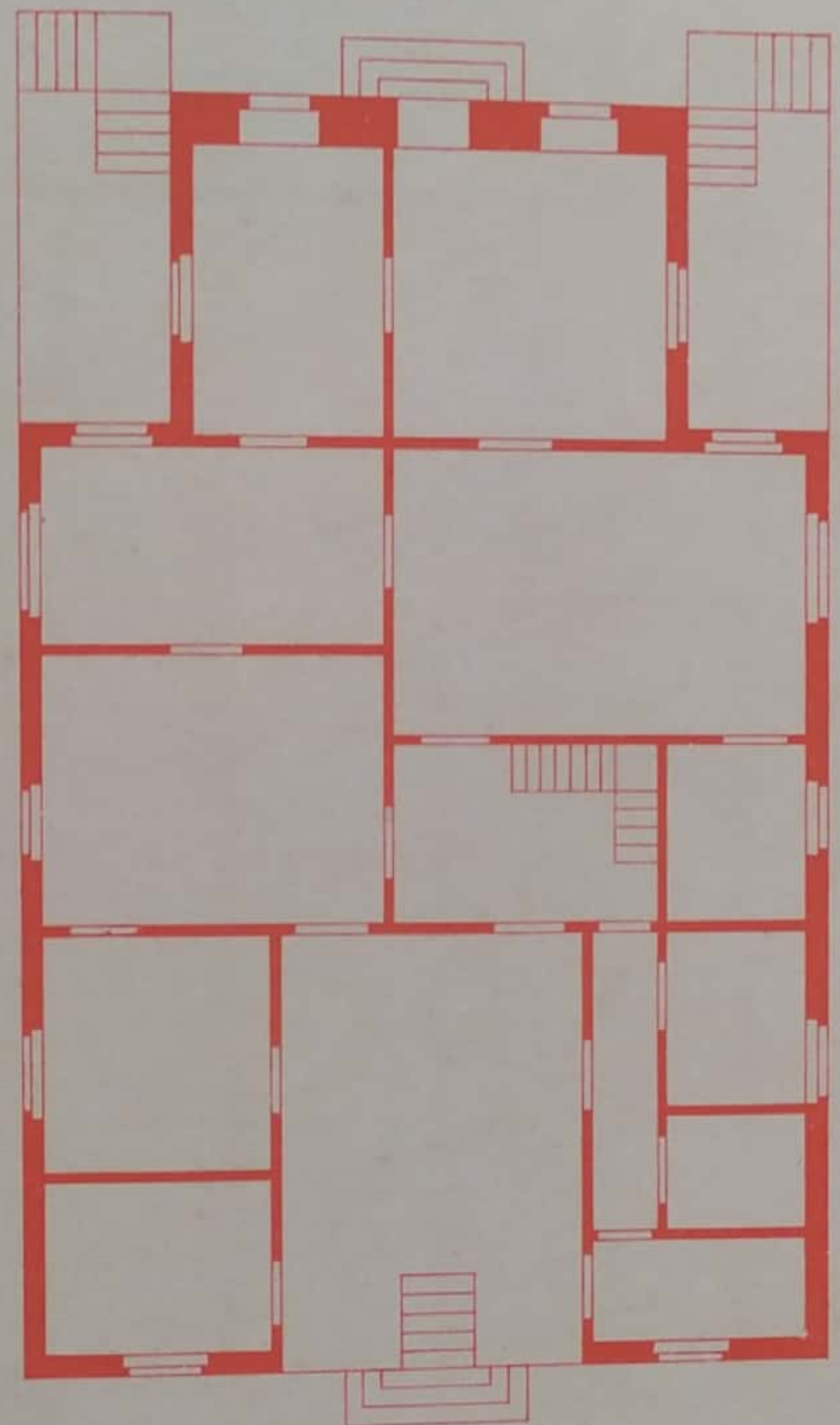




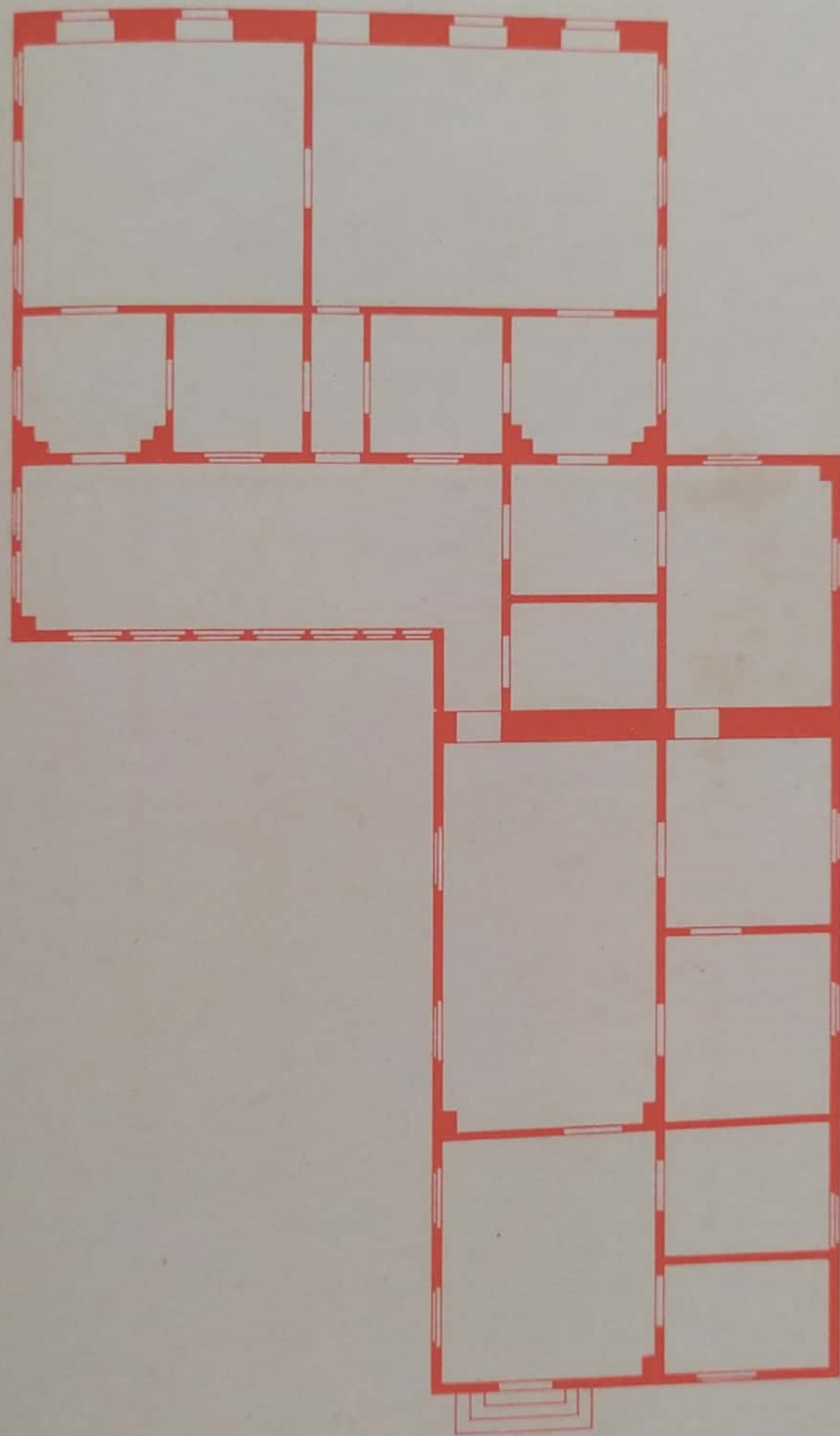
RUA BRAZ CUBAS N.º 14



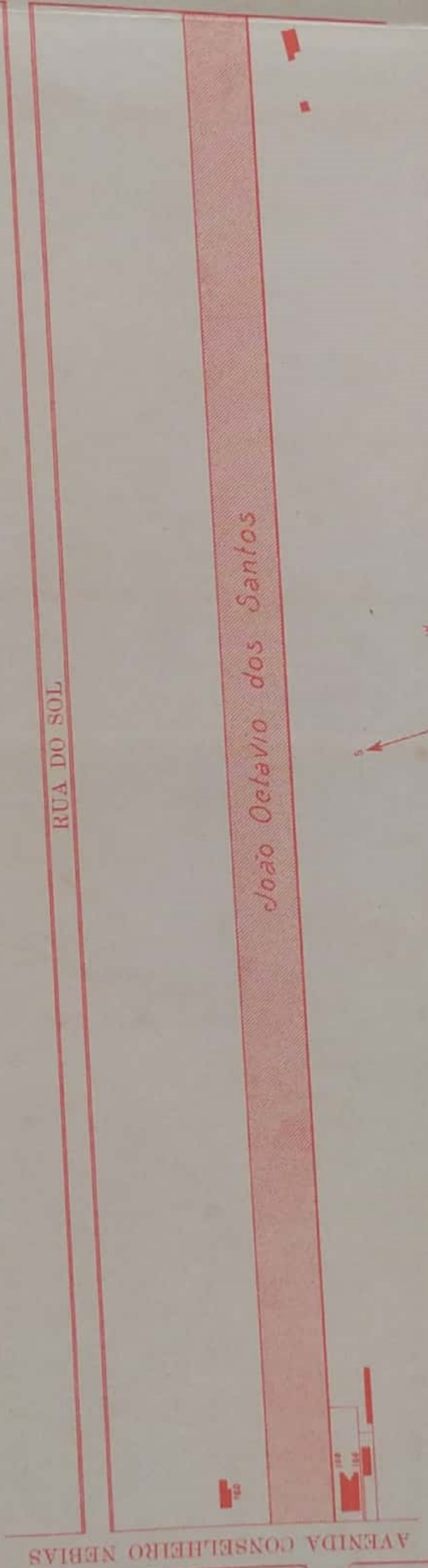
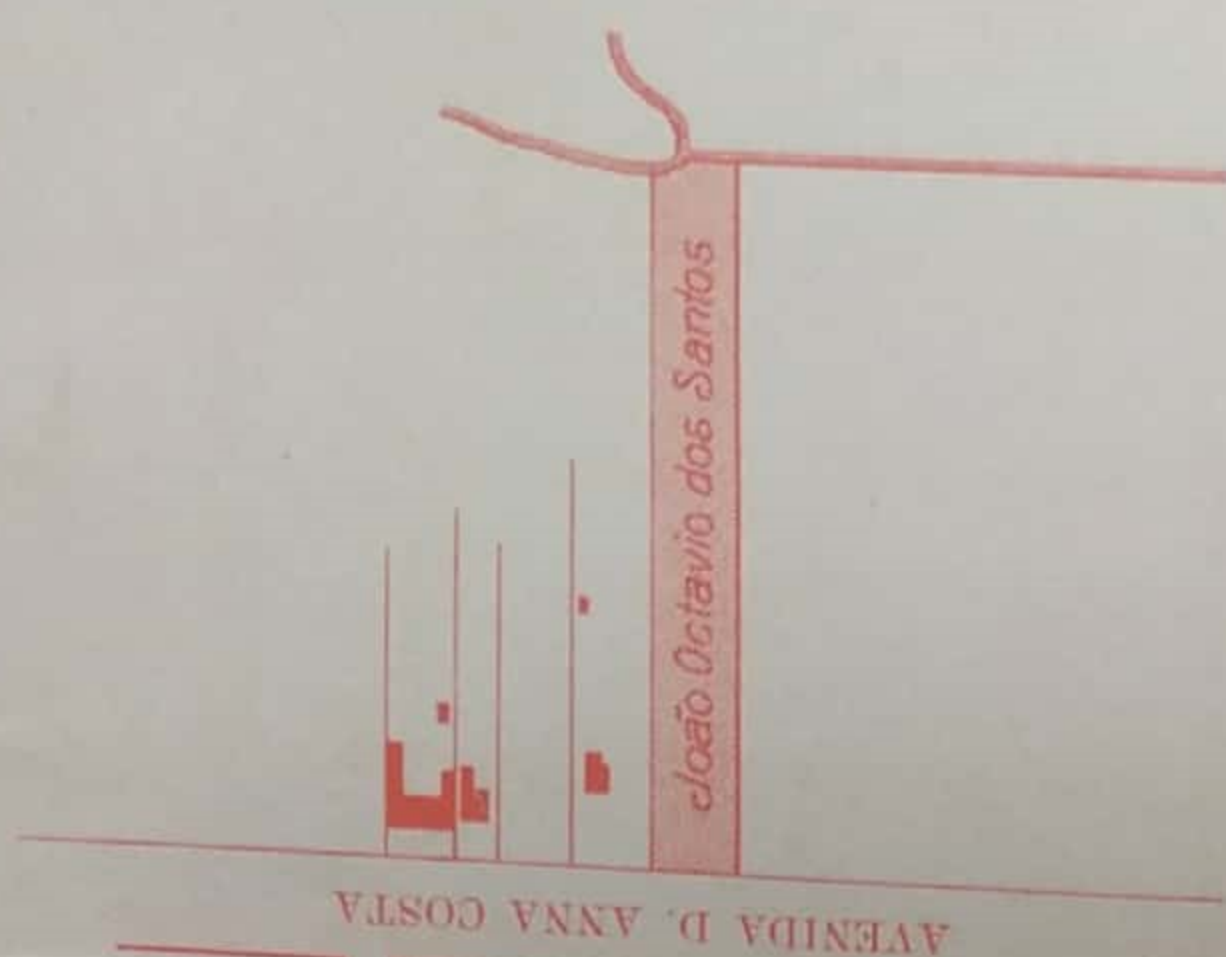












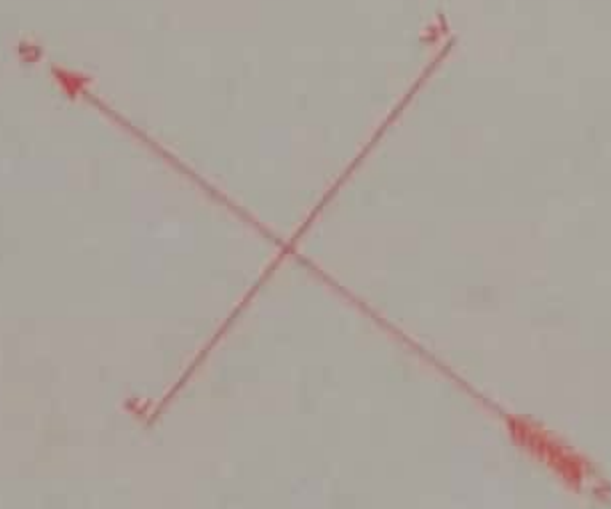
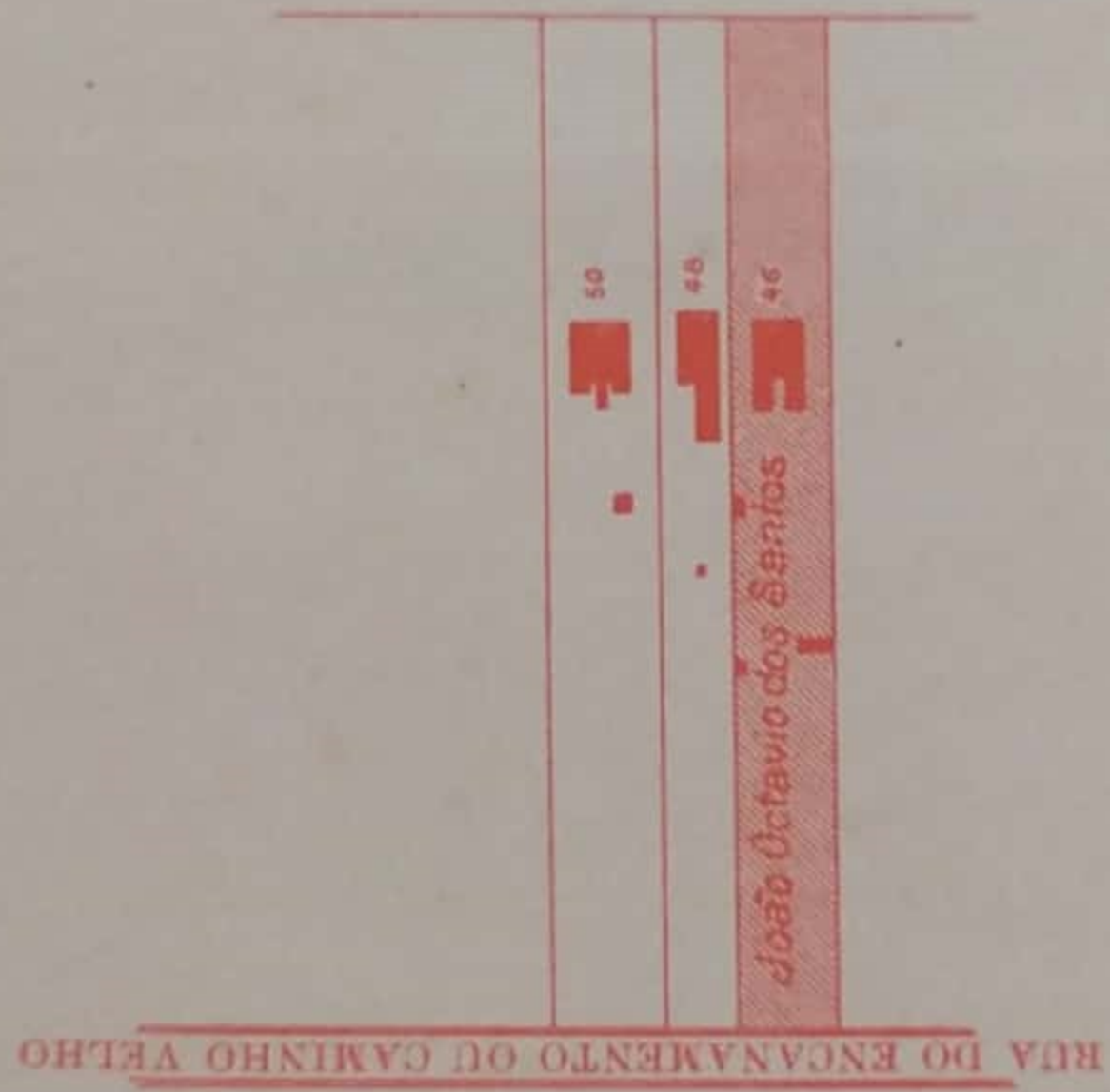




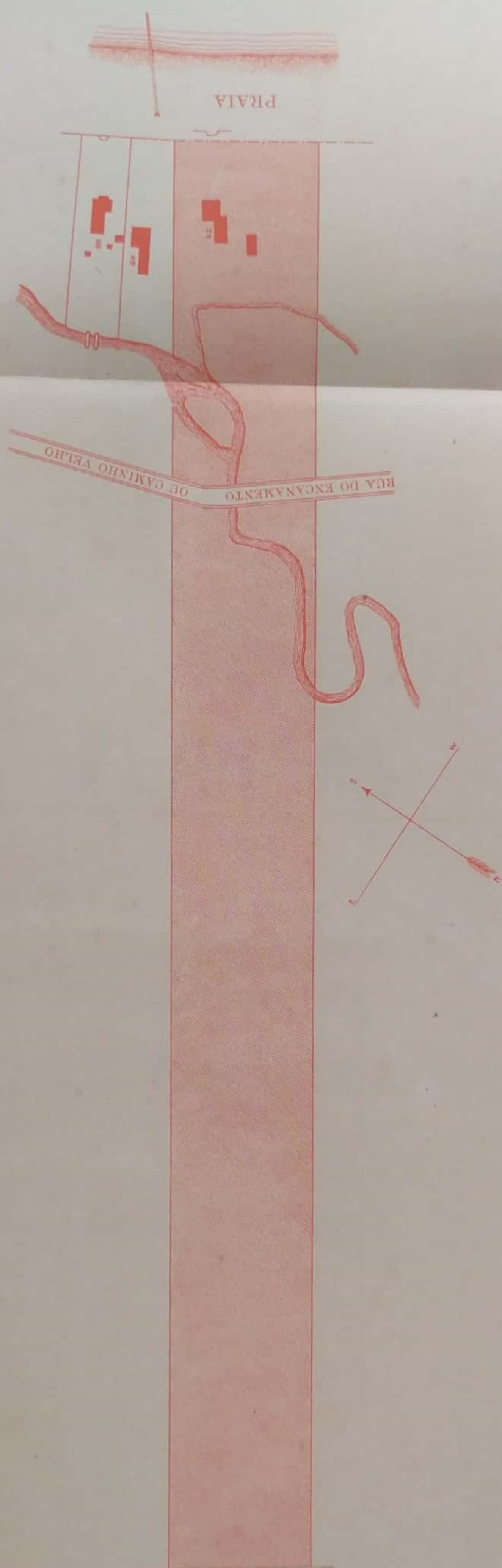




PRAIA









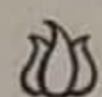
# PLANTAS

DO

INSTITUTO D. ESCHOLASTICA ROSA

ORGANIZADAS PELO

EXMO. SNR. DR. RAMOS DE AZEVEDO



ANNO DE 1904



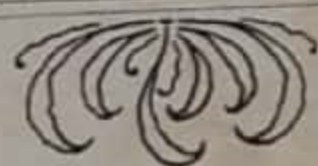
# INDICE

DAS

## Plantas do Instituto D. Escholastica Rosa

---

N.º 1.	Fachada sobre o mar . . . . .	Escala 1:200
» 2.	Planta Geral . . . . .	» 1:800
» 3.	Administração . . . . .	» 1:200
» 4.	Economia . . . . .	» »
» 5.	Alojamento dos alumnos . . . . .	» »
» 6.	Residencia do director e pessoal (vista geral) . . . . .	» »
» 7.	Residencia do director e pessoal, com suas dependencias . . . . .	» »
» 8.	Gymnasio (fachada) . . . . .	» »
» 9.	Gymnasio e lavanderia—plantas . . . . .	» »

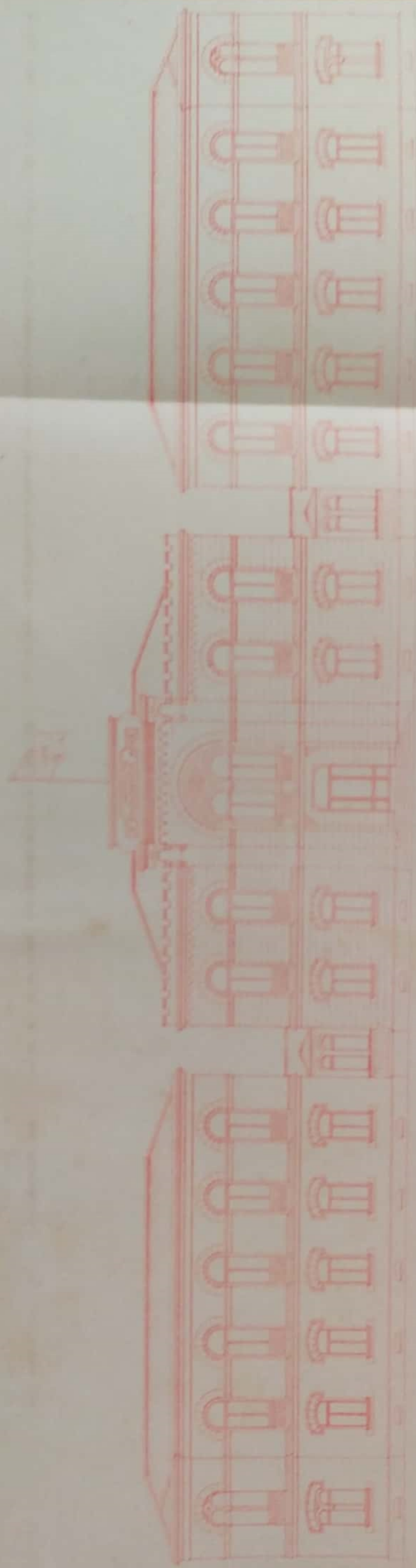




# INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

FACHADA SOBRE O MAR

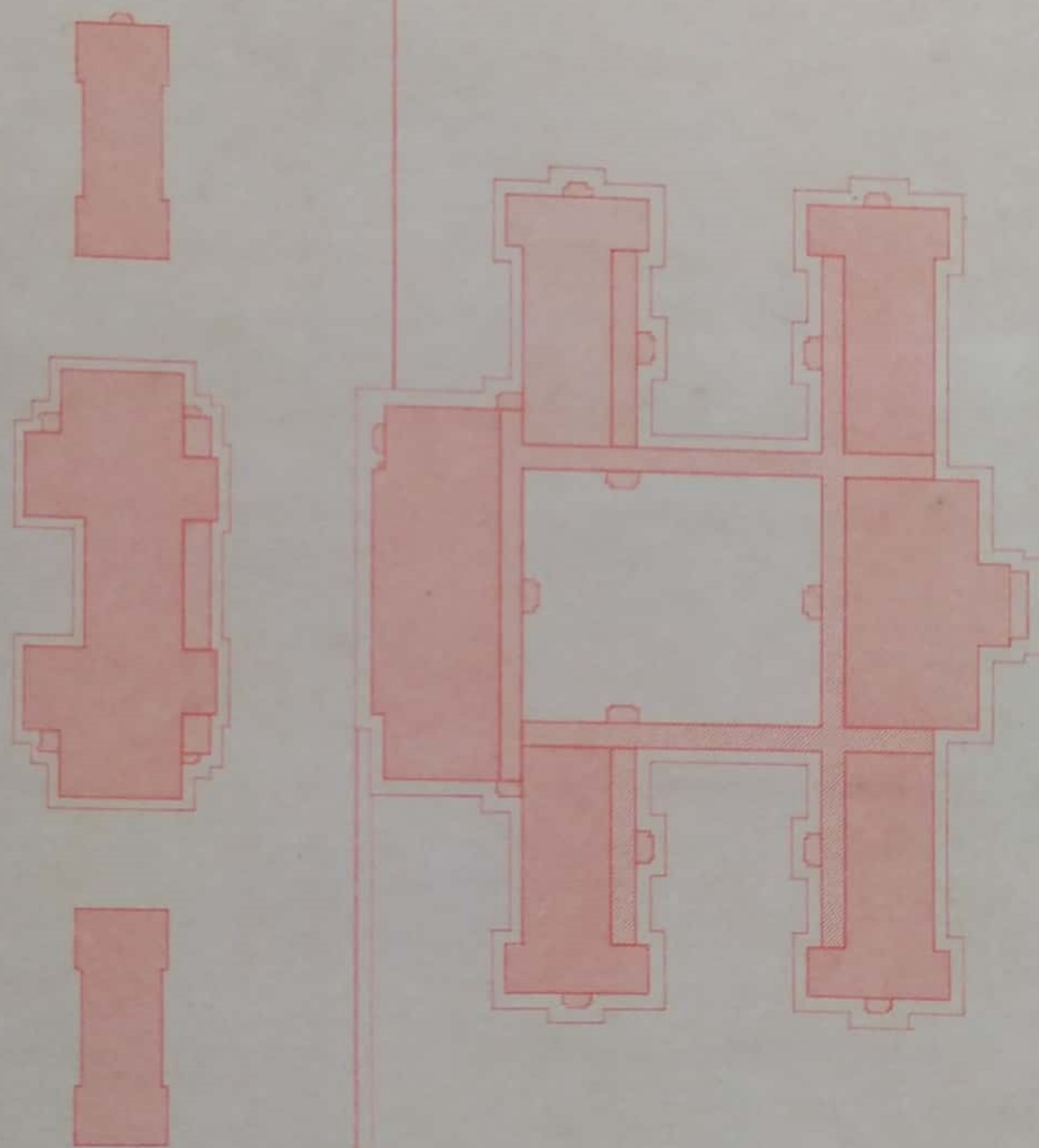


ESCALA 1:200



INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA  
LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

PLANTA GERAL



ESCALA 1:800



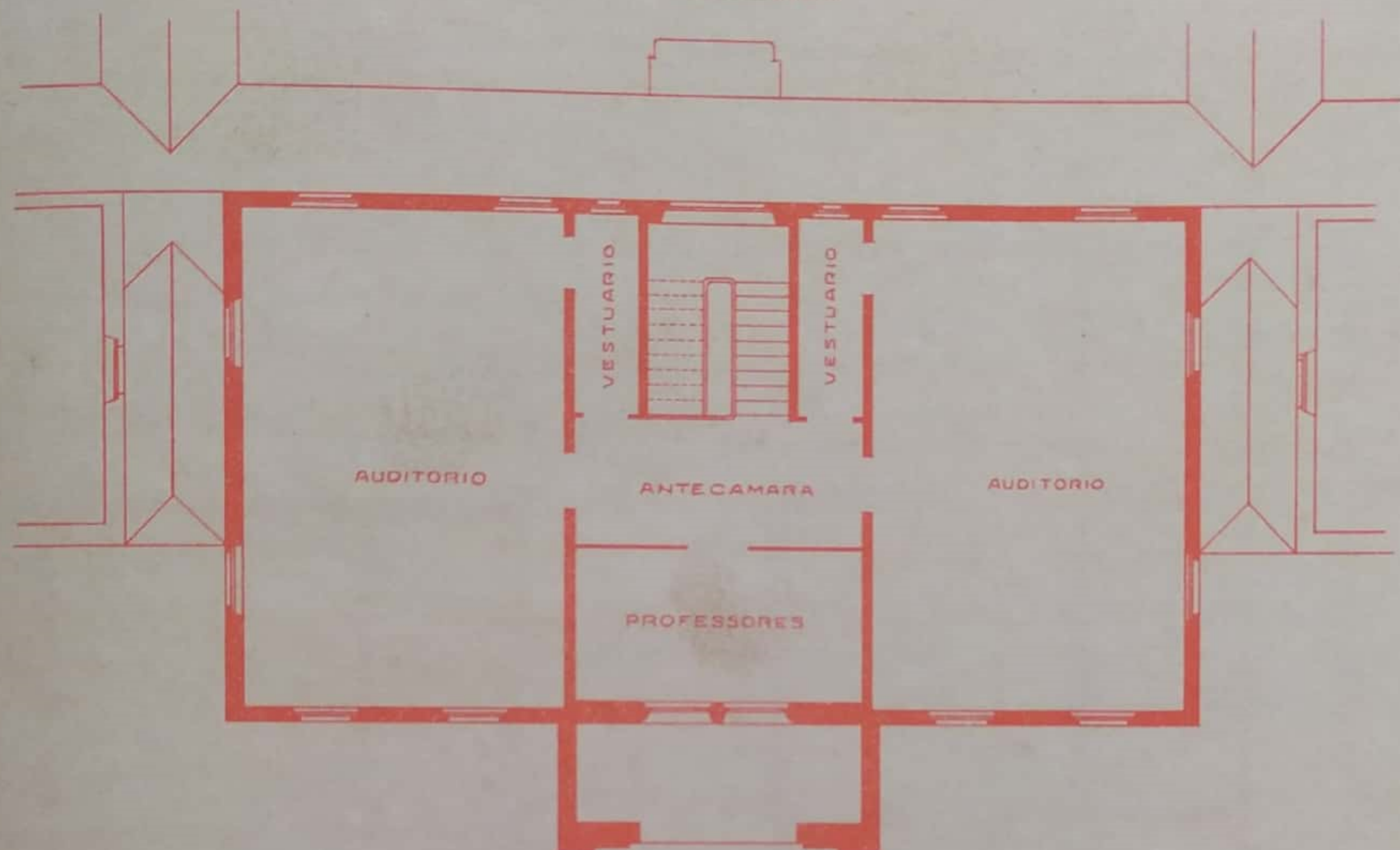
INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

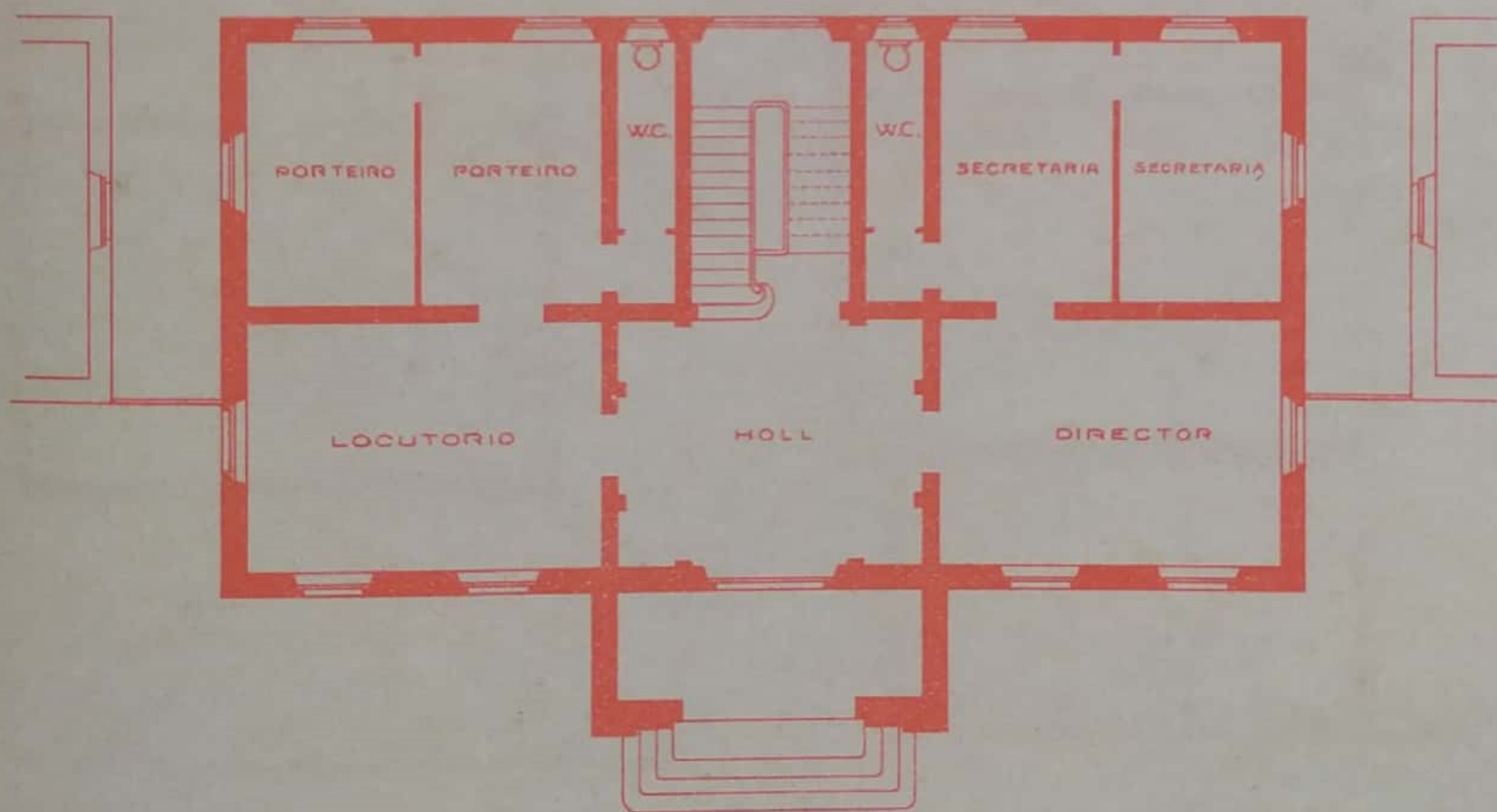
ADMINISTRAÇÃO

PLANTA

2.º PAVIMENTO



GALERIA

1.º PAVIMENTO  
ESCALA 1:200



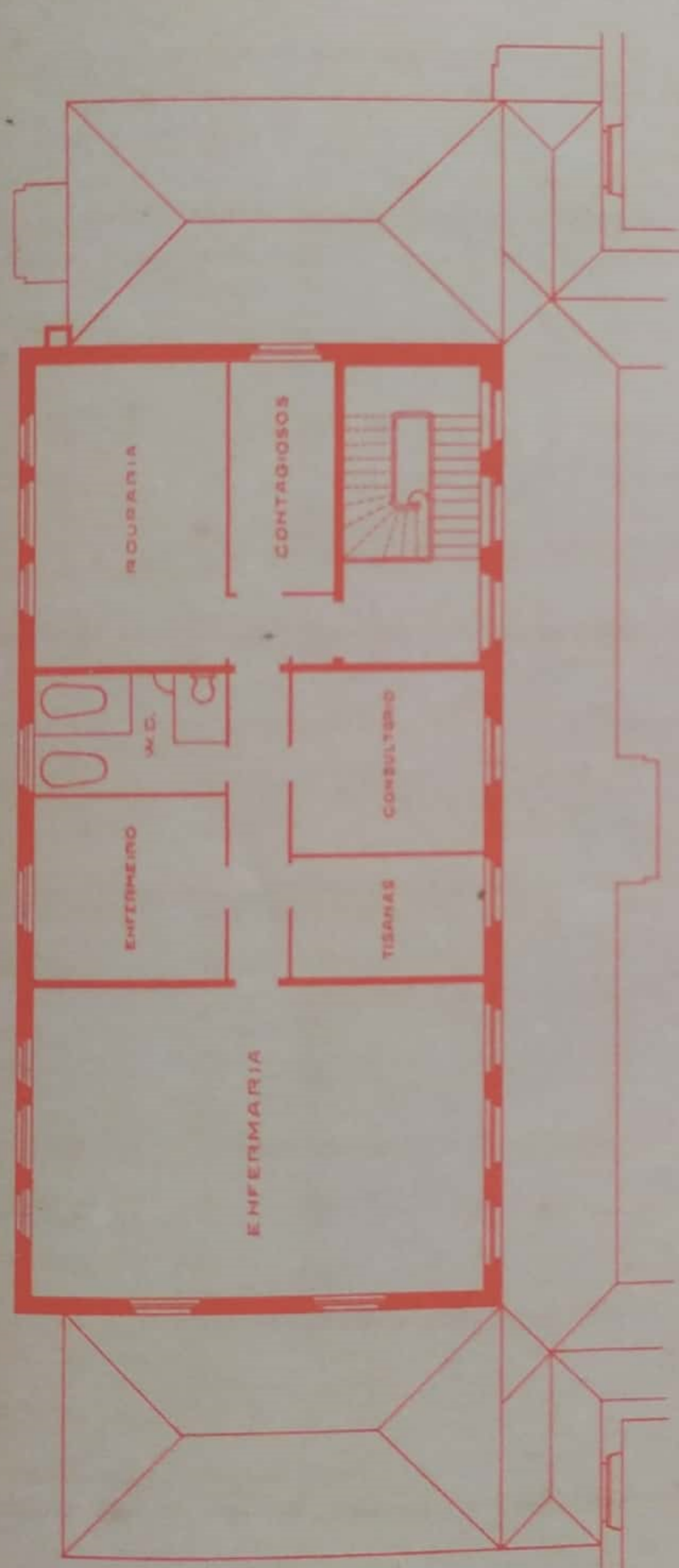
INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

ECONOMIA

PLANTA

2.º PAVIMENTO



PISCINA

DUCHAS

VESTUARIO

COPA

REFEITÓRIO  
DOS  
ALUMNOS

REFEITÓRIO DO PESSOAL

COZINHA

LAVAGEM

W.C.

VARANDA

1.º PAVIMENTO

ESCALA 1:200



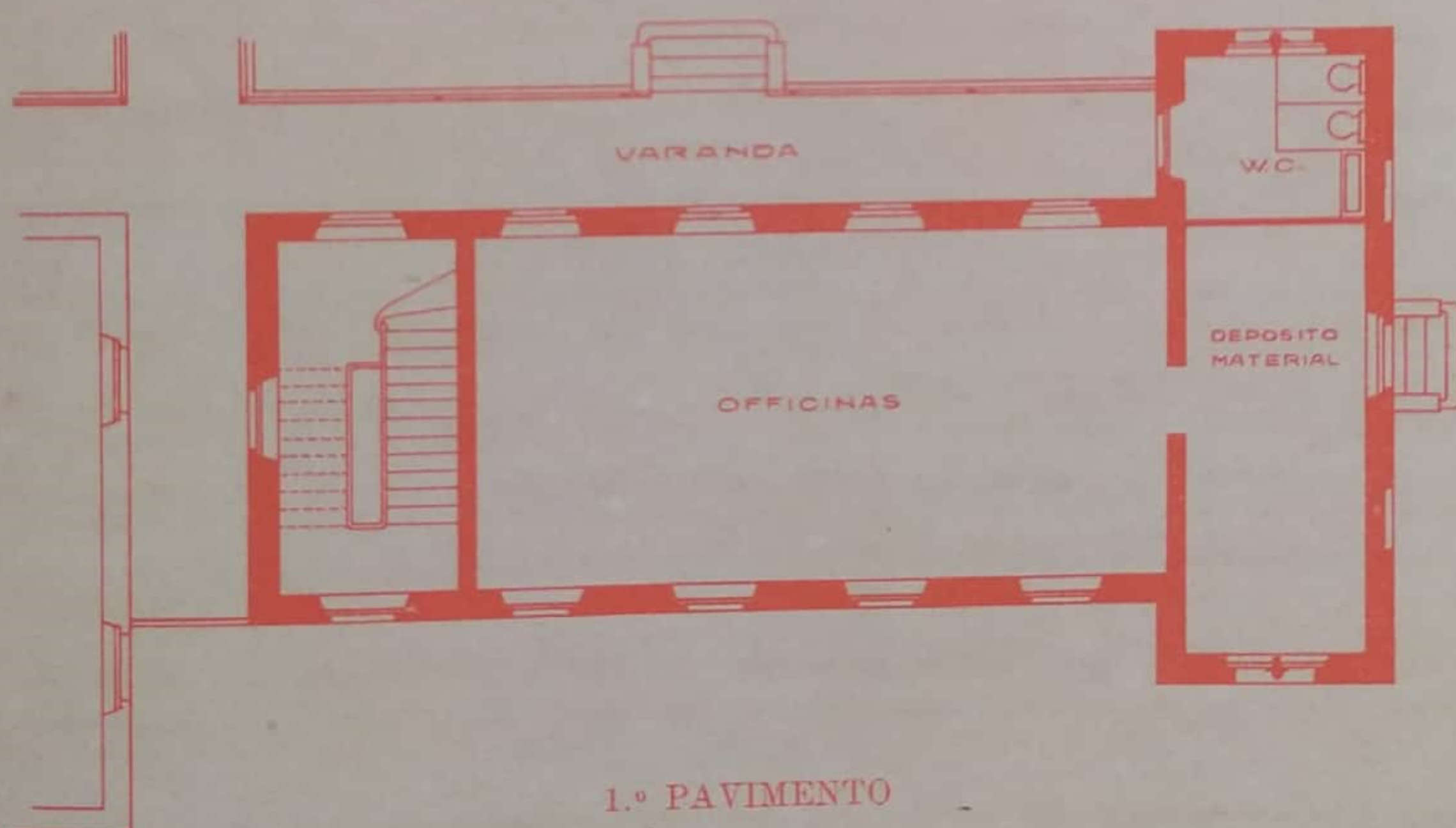
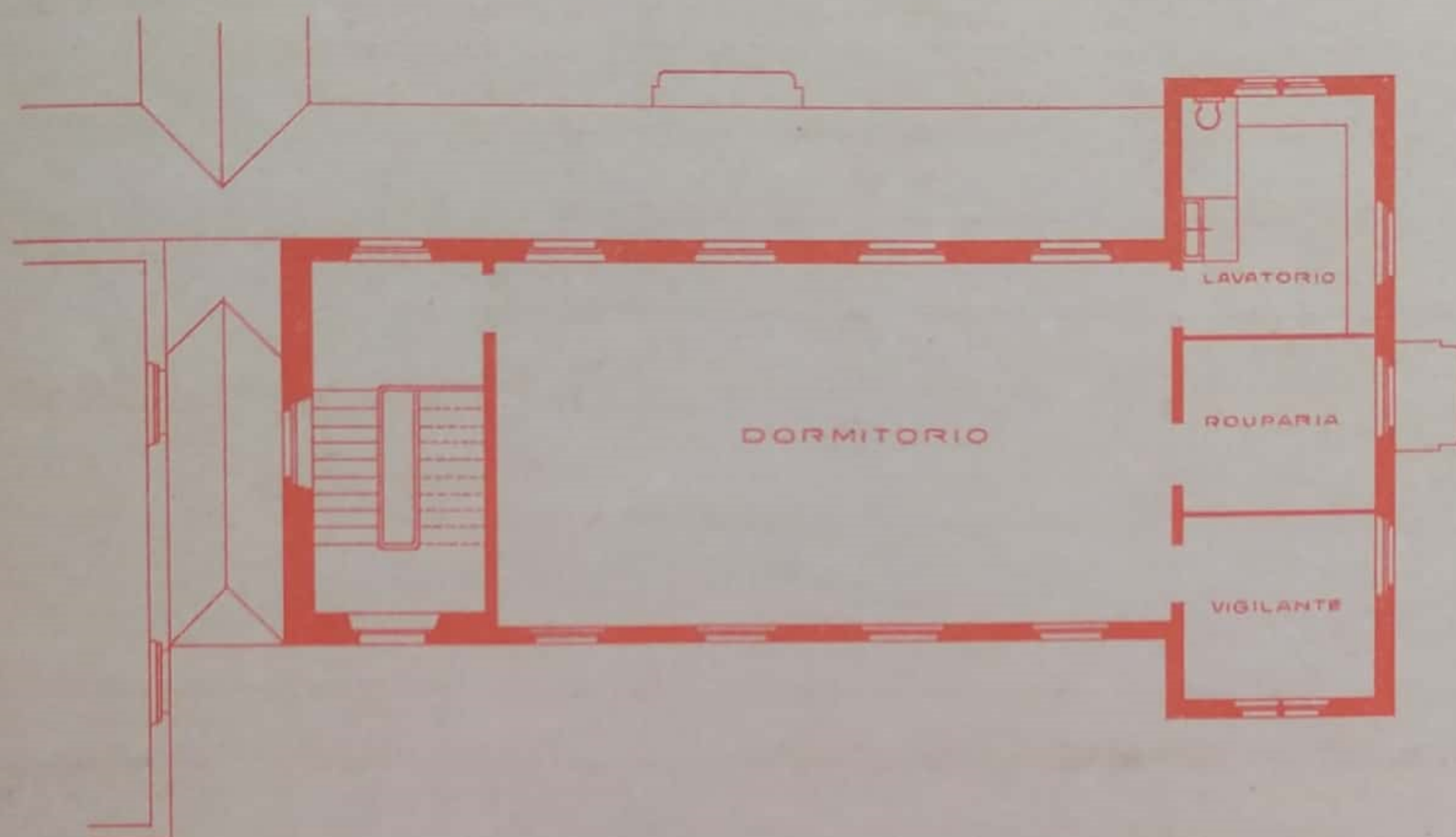
INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

ALOJAMENTO DOS ALUMNOS

PLANTA

2.º PAVIMENTO



1.º PAVIMENTO

ESCALA 1:200



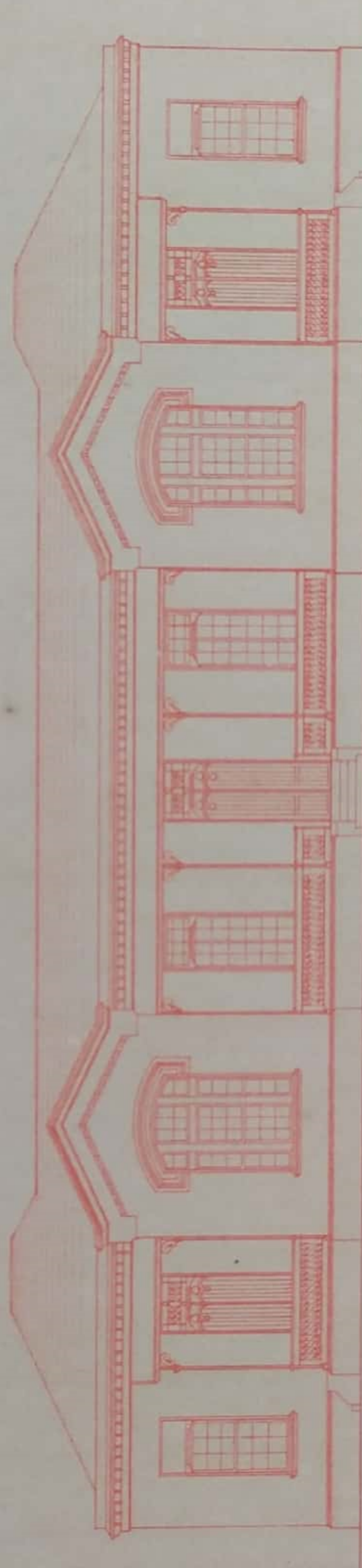
# INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

RESIDENCIA DO DIRECTOR

E DO PESSOAL DE SERVIÇO

ALÇADO



ESCALA 1:200



# INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

RESIDENCIA DO DIRECTOR

E DO PESSOAL DE SERVIÇO

PLANTA



ESCALA 1:200

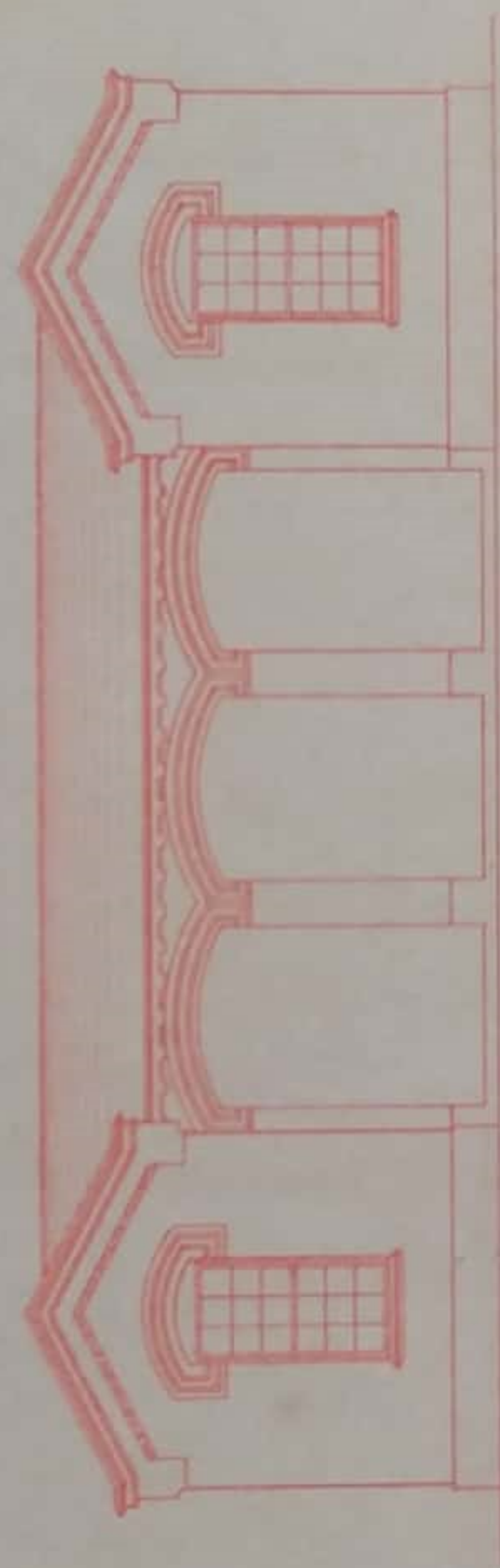


INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

GYMNASIO

FACHADA



ESCALA 1:200

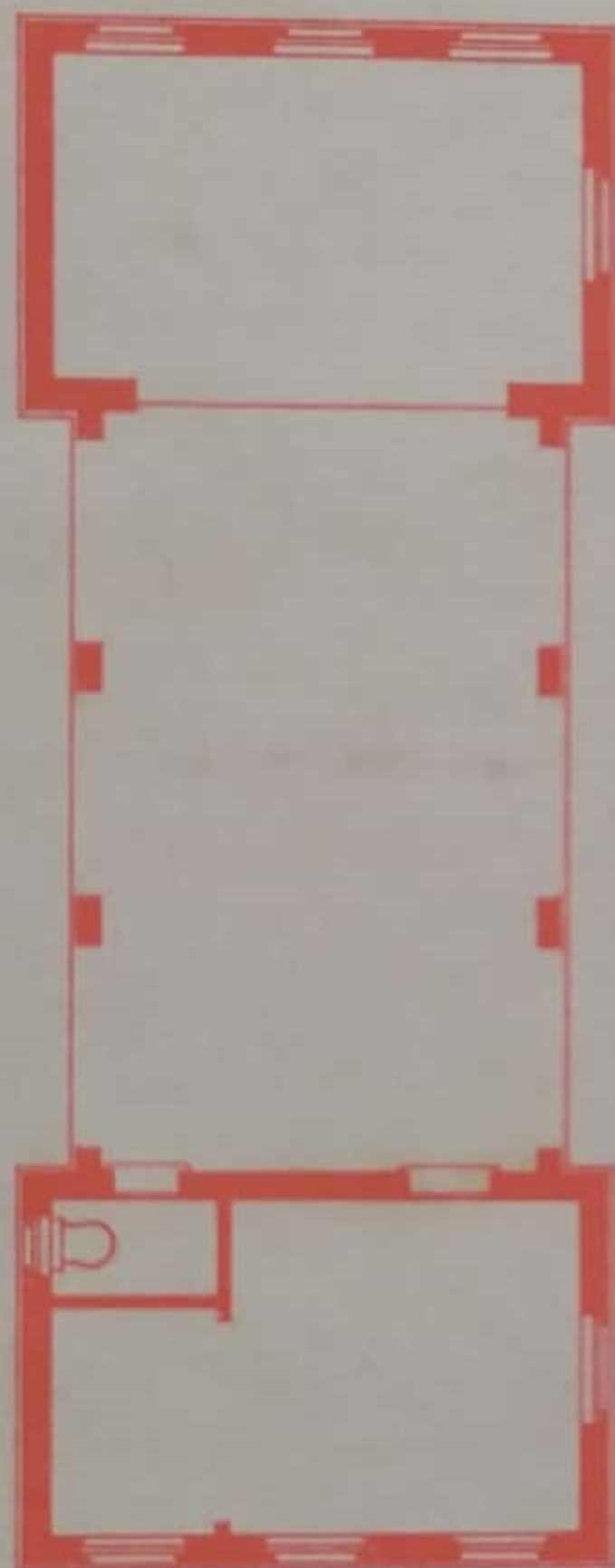


INSTITUTO D.<sup>a</sup> ESCHOLASTICA ROSA

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS

GYMNASIO

PLANTA



LAVANDARIA

PLANTA



ESCALA 1:200